



**A PRESENÇA DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FASUBRA) NA LUTA POR
UM PROJETO DE UNIVERSIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA
(1978-1995)**

VIVIANE BELIZARIO DE FREITAS GUINOSI

SÃO PAULO

2023

VIVIANE BELIZARIO DE FREITAS GUINOSI

**DA PRESENÇA DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FASUBRA) NA LUTA
POR UM PROJETO DE UNIVERSIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA
(1978-1995)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como exigência parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer.

SÃO PAULO

2023

Guinossi, Viviane Belizario de Freitas.

Da presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras [FASUBRA] na luta por um projeto de universidade para a classe trabalhadora (1978-1995). /

Viviane Belizario de Freitas Guinossi. 2023.

193 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

Revisor (a): Lucilene Schunck C. Pisaneschi.

1. Universidade cidadã. 2. Ensino superior. 3. Reformas neoliberais. 4. Legislação Educacional.

I. Souza, Carlos Bauer de. II. Título.

CDU 37

DA PRESENÇA DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FASUBRA) NA LUTA POR
UM PROJETO DE UNIVERSIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA (1978-1995)

Tese apresentada à Universidade Nove de Julho, junto ao Programa de
Mestrado e Doutorado em Educação, para obtenção do título de
Doutora em Educação:

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer (UNINOVE)



Examinadora I: Profa. Dra. Rosemary Roggero (UNINOVE)



Examinador II: Prof. Dr. Roberto Heloani (UNICAMP)



Examinadora III: Profa. Dra. Adriana Ap. de Lima Terçariol (UNINOVE)



Examinador III: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino (UFOP)



Doutoranda: Viviane Belizario de Freitas Guinossi (UNINOVE)

Aprovada em 27/03/2023

AGRADECIMENTOS

Investimento em educação é o mais barato investimento que o Estado pode fazer!

Luiz Inácio Lula da Silva

Começo esses agradecimentos com essa epígrafe, pelo momento histórico que estamos passando. Sobrevivemos a um governo genocida. Mas, para além disso, a profunda importância que representa essa frase. Estudar sempre foi um sonho e acredito que seja para muitos da classe trabalhadora, num país desigual como o Brasil, chegar a cursar um doutorado representa uma vitória não só individual, mas coletiva. A classe trabalhadora está ocupando espaços antes elitizados.

A vida acadêmica que tracei até aqui foi árdua. Pelo caminho encontrei pessoas generosas. Na academia, um lugar de muitos desafios, tive a sorte de me deparar com meu orientador Carlos Bauer de Souza, a quem dedico todo o meu respeito, admiração e agradecimento e que tornou possível esse doutorado com seu apoio irrestrito, já que foi uma das fases mais complicadas da minha vida pessoal. Desejo a todos um dia ter a sorte de ter um orientador como o professor Carlos Bauer. Uma das pessoas mais generosas que já conheci e de um conhecimento profundo, mas com a humildade de poucos.

As dificuldades dessa trajetória foram amenizadas pelo companheirismo de Reinaldo Guinossi Neto, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida e sabe a importância que tem um doutorado para mim. Afinal, a concretização de um sonho que iniciou na graduação. Sem esse alicerce seria impossível concluir essa jornada.

Os amigos também foram fundamentais nessa jornada, boas conversas nos bares, horas ao telefone, entre tantos outros momentos. Não vou nomear todos aqui, pois seria injusta com alguns, mas não posso deixar de citar minha amiga Lucilene Pisaneschi, que sempre esteve presente em todos os momentos fundamentais.

Aos amigos do GRUPHIS, Luís Paiva, Sebastião Pereira (Cacau) e Cássio Diniz, por toda a colaboração e apoio nos momentos necessários, além dos bons momentos compartilhados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), que contribuíram com minha formação. Aos professores da Linha de Pesquisa em Políticas Públicas (LIPED), que estiveram mais presentes nessa trajetória, a quem agradeço imensamente o compartilhamento do conhecimento e toda a generosidade nas aulas e debates acadêmicos.

Aos professores que não fazem mais parte do quadro da universidade, mas a quem dedico toda a minha homenagem: Eduardo Santos, Marcos Antonio Lorieri e Manuel Tavares.

Registro a minha gratidão acadêmica para a professora Rosemary Roggero (Rose) e ao professor Roberto Heloani, que participaram do exame de qualificação e trouxeram sugestões e críticas com a intenção de contribuírem com a construção solidária desta pesquisa.

Ao professor Celso Carvalho, pela contribuição nessa jornada. À querida professora Rose, com toda sua bondade e força. Uma mulher admirável. Ao professor Antônio Severino, com suas aulas inspiradoras e por fim, ao professor José Eustáquio Romão, diretor do programa.

Agradeço à Universidade Nove de Julho pela oportunidade e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) pelo apoio, com a outorga da bolsa do Programa de suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), que tornaram possível minha dedicação a essa pesquisa.

Às amigas do último ano, recentes, mas que deixam aquela sensação de que é para uma vida: Rúbia Luz, Sandra Domingues e Sandra Braga, que me confortaram nos momentos de desespero com suas palavras incentivadoras.

À querida Luciana Galan, pelas viagens em feriados nos quais passei boa parte do tempo no computador e tive todo o apoio e contribuição.

E, por fim, dedico à minha mãe, Fatima Belizario, que não teve a oportunidade de me ver formada Doutora em Educação, mas que sempre soube oferecer sábias lições de afeto e generosidade que jamais poderiam ser esquecidas!

RESUMO

A pesquisa realizada teve como objetivo identificar as ações da Federação dos Técnicos Administrativos das Universidades Públicas Federais (FASUBRA) na sua trajetória de lutas políticas, sociais e educacionais, no recorte de 1978 até 1995. Partimos da inquietação em compreender se as ações da entidade contribuíram na resistência ao projeto neoliberal para a educação superior no Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa, com a utilização de fontes primárias com entrevistas semiestruturadas com dirigentes da federação e de fontes secundárias com documentos selecionados do Arquivo Nacional, matérias de jornal, panfletos, documentos da entidade e a legislação educacional. Adotamos a conceituação de autores marxistas do campo educacional e que nos ajudaram a compreender as reformas neoliberais. A pesquisa trouxe uma série de elementos compreensivos das ações da FASUBRA na resistência ao avanço do neoliberalismo na educação superior pública, sustentada pela premissa que o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores (1995) foi uma tentativa de organizar mobilizações políticas, ações sociais e de se opor pelo vértice à expansão neoliberal das reformas universitárias do início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

PALAVRAS CHAVES: FASUBRA, Universidade Cidadã, Ensino Superior, Reformas Neoliberais e Legislação Educacional.

ABSTRACT

The aim of this research was to identify the actions of the Administrative Technicians Federation of Federal Public Universities (FASUBRA) in its path of politics, social and educational struggles during period of 1978 to 1995. Starting from the unquiet feeling to understand if the actions of the entity contributed to resistance to the neoliberal project for higher education in Brazil. The research is of a qualitative nature, using primary sources with semi-structured interviews with federation leaders and secondary sources with selected documents from the National Archives, newspaper articles, flyers, entity documents and educational legislation. We adopted the concept of Marxist authors from the educational field who helped us to understand the neoliberal reforms. The research brought a series of comprehensive elements of FASUBRA's actions in resistance to the advance of neoliberalism in public higher education, supported by the premise that the Citizen University Project for Workers (1995) was an attempt to organize political mobilizations, social actions and to oppositions at the apex of the neoliberal expansion of the university reforms in the beginning of Fernando Henrique Cardoso (FHC) government.

KEYWORDS: FASUBRA, Citizen University, Higher Education, Neoliberal Reforms and Educational Legislation.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar las acciones de la Federación de Técnicos Administrativos de las Universidades Públicas Federales (FASUBRA) en su trayectoria de luchas políticas, sociales y educativas de 1978 a 1995. De la inquietud por comprender si las acciones de la entidad han contribuido en la resistencia al proyecto neoliberal de educación superior en Brasil. La investigación es de carácter cualitativo, utilizando fuentes primarias con entrevistas semiestructuradas a dirigentes federativos y fuentes secundarias con documentos seleccionados del Archivo Nacional, artículos periodísticos, folletos, documentos de entidades y legislación educativa. Adoptamos el concepto de autores marxistas del campo educativo que nos ayudaron a entender las reformas neoliberales. La investigación trajo una serie de elementos comprensivos de las acciones de FASUBRA en resistencia al avance del neoliberalismo en la educación superior pública, soportada por la premisa de que el Proyecto Universidad Ciudadana para los Trabajadores (1995) fue un intento de organizar movilizaciones políticas, acciones sociales y de oposición en el ápice la expansión neoliberal de las reformas universitarias del inicio del gobierno de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

PALABRAS CLAVE: FASUBRA, Universidad Ciudadana, Educación Superior, Reformas Neoliberales y Legislación Educativa.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC Paulista – Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ADUSP – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo

AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo

AI5 – Ato Institucional número 5

ALESP – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino superior

ADUFEMS – Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

APG – Associação de Pós-Graduação

APP- Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSUFRGS – Sindicato dos Técnicos-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

ASSUFPAR – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Pará

ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação no Município de Porto Alegre

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CPB – Centro Professorado Brasileiro

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIA – Central de Intelligenci Agency

CLT – Comissão de Legislação Participativa

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos

CNPJ – Conselho Nacional de Pessoa Jurídica

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONFASUBRA – Congresso Nacional da FASUBRA

CONAD – Congresso Nacional de Associações Docentes

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CPI – Comissões Parlamentares de Inquérito

CPP – Centro de Professorado Paulista

CS – Convergência Socialista

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

EMC – Educação Moral e Cívica

ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora

EUA – Estados Unidos da América

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FENASP – Sindicato dos Previdenciários

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

GAE – Gratificação de Atividades Executadas

GRUPHIS – Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social

IES – Instituições de Ensino Superior

IFEs – Instituto Federal de Educação

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JUC – Juventude Universitária Católica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIPED – Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

MEC – Ministério da Educação

MRT – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCU – Projeto do Plano de Cargo Único

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRC – Partido Revolucionário Comunista

PROUNE – Programa Universidade para Todos

PUCRCE – Plano Único de Classificação e Reestruturação de Cargos e Empregos

PT – Partido dos Trabalhadores

RJU – Regime Jurídico Único

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SINDUSP – Sindicato dos Operacionais

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológico

SINTERO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade de São Paulo

SURPAR – Sindicato da Universidade Federal do Pará

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1: Prisão de estudantes no congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP) em 1968. Acervo do professor Carlos Bauer (pág. 49).

Figura 2: Prisão de estudantes no congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP) em 1968. Acervo do professor Carlos Bauer (pág. 49).

Figura 3: Folha de S. Paulo, 8 de julho de 1981 (pág. 64).

Figura 4: Folha de S. Paulo, 21 de setembro de 1981 (pág. 65).

Figura 5: Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 1982 (pág. 67).

Figura 6: 4 de novembro de 1982, Folha de S. Paulo (pág. 68).

Figura 7: Página 1/12 do relatório com o título “A evolução do Partido Comunista do Brasil” (pág. 72).

Figura 8: Página 9/12 do relatório confidencial sobre a influência do Partido Comunista na FASUBRA e outras entidades (pág. 73).

Figura 9: 15 de março de 1990, Folha de S. Paulo (pág. 86).

Figura 10: 23 de julho de 1990, Folha de S. Paulo (pág. 88).

Figura 11: 15 de dezembro de 1990, Folha de S. Paulo (pág. 89).

Figura 12: Documento do Arquivo Nacional de 01/01/1991 (pág. 90).

Figura 13: Documento do Arquivo Nacional de 01/01/1991 (pág. 91).

Figura 14: Boletim da UNE de junho de 1992 (pág. 93).

Figura 15: Boletim da UNE de junho de 1992 (pág. 94).

Figura 16: Boletim da UNE de junho de 1992 (pág. 95).

Figura 17: Ata congressual 1993, retirada do Arquivo Nacional (pág. 97).

Figura 18: Tese da Convergência Socialista no congresso da FASUBRA de 1993, retirada do Arquivo Nacional (pág. 98).

SUMÁRIO

SEÇÃO 1: APRESENTAÇÃO	17
1.1 Antecedentes históricos do período da pesquisa	18
1.2 A trajetória da FASUBRA e suas propostas para a educação da classe trabalhadora ..	21
1.3 As fontes primárias e secundárias utilizadas na construção da pesquisa	21
1.4 Pesquisas relacionadas com a FASUBRA	29
1.5 Pontos convergentes nas pesquisas apresentadas	44
SEÇÃO 2: PANORAMA HISTÓRICO EDUCACIONAL DA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	46
2.1 As reformas universitárias e as mudanças trazidas pela Lei nº 5.540/1968	50
2.2 Lei 5692/1971 como expressão do ataque à formação humana na Educação Básica ..	52
SEÇÃO 3: PRESENÇA DA FASUBRA NOS PROCESSOS HISTÓRICOS EDUCACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1978 – 1995)	55
3.1 A fundação da FASUBRA	55
3.2 Das principais conquistas da FASUBRA	57
3.3 Ditadura civil-militar: um período de lutas	59
3.4 Origens históricas da FASUBRA	64
3.5 Do Processo de redemocratização e a importância histórica da FASUBRA	70
3.5.1 Forças sociais na luta pela retomada da democracia	70
3.5.2 A busca pela democracia perdida	71
3.5.3 Governo José Sarney: transição e a abertura política	74
3.5.4 Fernando Collor de Mello e o anúncio dos “novos” tempos	75
SEÇÃO 4: PRESENÇA DA FASUBRA NO MOVIMENTO FORA COLLOR (1992)	77
4.1 Panorama e características gerais do momento histórico em que se produziu o movimento Fora Collor	78

SEÇÃO 5: FASUBRA E AS AÇÕES EM PROL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	84
5.1 FASUBRA e suas bandeiras de luta pela educação	85
5.2 A PEC 56b: a luta para derrubar a emenda constitucional	90
5.3 A FASUBRA e a UNE duas entidades lutando pela educação	93
5.4 E depois do Impeachment? As lutas educacionais continuam	96
5.5 Os embates educacionais nos primórdios do governo FHC e a proposta da FASUBRA para o ensino superior	99

SEÇÃO 6: A PRESENÇA DA FASUBRA NA URDIDURA E NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO PROJETO UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES	104
6.1 LEI Nº 8.958 de 20 dezembro de 1994: a legalidade da transferência dos recursos das universidades públicas para as instituições privadas	104
6.2 LEI Nº 9.131 de 24 de novembro de 1995: o Conselho Nacional de Educação e os Exames Nacionais	106
6.3 Os debates educacionais antecedentes à promulgação da LDB	107
6.4 Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores	109

SEÇÃO 7: CONCLUSÃO	127
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS DE APOIO	134
--	-----

APÊNDICES	139
Apêndice A: Entrevista com João Batista Oliveira de Araújo (Babá)	140
Apêndice B: Entrevista com Claudionor Brandão	151
Apêndice C: Entrevista com Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes	177
Apêndice D: Tabela com os dirigentes da FASUBRA (1978/1995)	188
Apêndice E: Termos de consentimento livre e esclarecido das entrevistas realizadas	191

Seção 1: Apresentação

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.

Vladimir Ilitch Lenin

O interesse em estudar a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) contextualiza-se no interior da trajetória acadêmica da qual fazemos parte, com alguns aspectos muito particulares do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove) que, ao longo dos anos, tem se dedicado à reconstrução da história e da preocupação com a preservação da memória dos sujeitos sociais e coletivos que atuam no mundo do trabalho educacional.

As pesquisas que conduzimos estão relacionadas com a história do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores em educação, um campo pouco explorado quando se mensura os principais portais de pesquisas, as publicações acadêmicas e os eventos relacionados à área educacional.

Ao nos debruçarmos sobre a história da FASUBRA, temos como objetivo contribuir para diminuir uma lacuna na qual os trabalhadores da educação que exercem papéis distintos da docência, quase nunca lembrados, inclusive, nas escassas pesquisas que se registram e são direcionadas a essa temática no bojo dos estudos históricos educacionais.

Os estudos históricos quando preocupados com a trajetória dos sujeitos coletivos da educação, em grande parte, voltam-se aos professores que, reconhecidamente, têm um papel relevante e fundamental na construção de projetos e políticas educacionais, intervenção pública nas questões mais candentes da vida social e na defesa dos interesses corporativos da categoria docente.

Nesse contexto, ao projetarmos recompor, no tempo e no espaço, a trajetória da FASUBRA, inserindo-a na história do tempo presente, objetivamos compreender algumas premissas relacionadas ao exame das problemáticas que não se relacionam aos processos históricos educacionais que envolvem apenas a presença docente em seu constructo.

Partimos da compreensão de que, exceto os professores, muitas categorias que compõem o conjunto dos trabalhadores em educação são negligenciadas no âmbito das pesquisas acadêmicas.

O Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis) tem demonstrado certas preocupações com essas temáticas, na medida em que partimos da premissa que, os estudos históricos educacionais não podem ser vistos apenas pelo olhar da historiografia hegemônica e pelas construções de narrativas que acabam negligenciando a presença dos personagens sociais e coletivos em sua urdidura.

O estudo que realizamos contempla parte do período da ditadura civil-militar no Brasil, momento que compreendemos fundamental, tanto na compreensão crítica da história do tempo presente, quanto pelo surgimento de inúmeras entidades representativas dos trabalhadores em educação, como veremos no caso da FASUBRA.

As caracterizações históricas que se seguem foram produzidas no âmbito dos seminários e orientações de pesquisas ministradas pelo professor Carlos Bauer, como parte dos processos formativos políticos e educacionais que se realizam no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis).

1.1 Antecedentes históricos do período da pesquisa

Um dos instantes mais conturbados e virulentos da história brasileira teve início com o golpe de Estado que destituiu o governo Goulart em 31 de março de 1964, quando os militares assumiram o poder com o decisivo incentivo dos Estados Unidos da América (EUA), o apoio de parte das camadas médias do alto clero católico, da grande imprensa e de diferentes frações da classe dominante, imbuídos que estavam de um projeto privatista que tinha como lema o desenvolvimento econômico, o combate à corrupção e ao “comunismo”, ameaça essa que nunca foi real ao Brasil.

Parte significativa da elite política do país – que acalentava o estreitamento das políticas econômicas com os países centrais do mundo capitalista – não vislumbrava como derrotar nas urnas o ideário nacionalista representando pelo presidente João Goulart, foi convencida por esse discurso e apoiou ruidosamente o movimento golpista que se consumou em 1964. Mas, com o passar do tempo se arrependeu, quando viu que a tomada do poder pelo conluio civil e militar não era algo transitório, como fizeram crer aos incautos para conquistar, de forma longa, o controle das instituições do Estado brasileiro.

Em 1968, com o Ato Institucional nº 5, a ditadura torna-se mais cruel e desprovida de qualquer respeito pelos direitos constitucionais da população. A classe trabalhadora viu-se num cenário de arrochos salariais, perseguição de suas lideranças e violência perpetrada por esse regime. As condições políticas, econômicas e sociais incrementadas pela ditadura civil-militar perduraram até os meados da década de 1980, quando se inicia um processo de redemocratização e abertura política no país.

Esse período trouxe diversas e profundas mudanças para a educação. Com a vigência dos governos ditatoriais, a política de arrochos salariais se desenvolveu rapidamente na educação pública, trazendo para ordem do dia, o processo de proletarização dos professores que atuavam nas redes municipais e estaduais de ensino.

Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar (2006) exploram a questão da massificação da educação e da mudança do perfil do professor que, se antes fazia parte de uma pretensa classe média, torna-se mais um membro da classe trabalhadora. Sendo assim, a materialidade da precarização da carreira e das perdas salariais contribuíram para que esses profissionais fossem inseridos em questões pertinentes ao mundo do trabalho e, como tal, incorporassem, também, no seu cotidiano, as lutas e as pautas reivindicativas que antes eram comuns apenas no chão da fábrica.

Com uma categoria em expansão e com uma nova materialidade de suas condições de trabalho, os docentes que atuavam nos estabelecimentos de ensino

[...] públicos estaduais de 1º e 2º graus se constituíram em um dos protagonistas sociais da transição democrática não apenas como uma categoria profissional em si, mas, sobretudo, por meio de uma intervenção programática própria no âmbito da formação societária brasileira no período correspondente às décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, a importância sociopolítica do sindicalismo de professores ganhou relevância (...). (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1171)

Com as lutas sociais sendo levadas para o “chão da escola”, em grande parte por entidades associativistas e proto sindicais ligadas à docência, outras agremiações de trabalhadores também ocuparam esses espaços, surgindo em pleno movimento de resistência naquele período histórico, muitas vezes com as mesmas pautas, a luta pela defesa da escola pública, por políticas públicas de educação e por melhores condições de vida e de trabalho.

Com o regime ditatorial houve uma expansão também das universidades e da pós-graduação, junto com um projeto desenvolvimentista que tinha como um dos seus objetivos formar mão de obra para o mercado de trabalho urbano e industrial em acelerado crescimento no país.

No cerne das contradições desses processos, os trabalhadores da educação se mostraram envolvidos no cenário das lutas sociais e de resistências aos arbítrios perpetrados pelos governantes nos estertores do regime ditatorial.

Ao analisarmos a história da educação daqueles dias, verificamos que inúmeras associações e sindicatos de trabalhadores em educação tiveram suas fundações registradas como um importante gesto de defesa dos seus interesses corporativos e de valorização de suas atividades laborais, mas, também, de resistência política à repressão, arbitrariedades, torturas e mortes perpetradas pela ditadura civil-militar brasileira.

Espaço de obstinação e forma de organização social, embora proibidas pelas leis vigentes, as entidades protos sindicais afluíam não só relacionadas aos professores, mas, também, em torno de todo o escopo dos trabalhadores da educação, que tinham suas preocupações assemelhadas às entidades dos professores, principalmente, quando se relacionavam à discussão e percursos das políticas públicas para a educação.

Corroborando com essas preocupações surgem as entidades relacionadas aos funcionários da educação, trabalhadores que estão diretamente atrelados às preocupações em relação à educação, como é o caso da FASUBRA. Arguimos a perspectiva que essa entidade teve um papel importante na história da educação brasileira, de que é merecedora de um exame crítico do seu papel social para a educação e que possa sumariar de forma contextualizada as lutas travadas, as conquistas, os avanços e retrocessos que constituem e fazem parte de sua existência.

Outro aspecto que consideramos importante é compreender os momentos ímpares dessa entidade desde sua fundação em uma ocasião de ditadura civil-militar, como em períodos posteriores de abertura política e da vigência da democracia no Brasil, passando pelos seus posicionamentos adotados durante os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Objetivamos analisar e compreender as ações da FASUBRA no combate ao neoliberalismo na educação superior pública. Partimos da premissa que o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores (1995) foi uma tentativa de organizar mobilizações políticas, ações sociais e de se opor pelo vértice à expansão neoliberal das reformas universitárias do início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

1.2 A trajetória da FASUBRA suas propostas para a educação da classe trabalhadora

O objetivo principal desta pesquisa foi o de procurar reconstruir a trajetória histórica da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), com o recorte temporal estabelecido, desde a sua fundação, registrada em 1978, até o ano 1995.

A partir do resgate histórico da entidade, buscamos compreender e analisar os processos políticos e sindicais que perpassaram a vida da entidade no período estudado, dando visibilidade para os sujeitos sociais, as propostas formuladas e as ações que contribuíram na construção da sua historicidade.

Reconhecendo que há uma lacuna de estudos das entidades representativas dos funcionários que atuam nas instituições de ensino superior existentes no país, a proposição de pesquisa que formulamos é a de que a FASUBRA foi importante para as lutas políticas e sociais em prol da educação pública, laica e gratuita para toda a população brasileira, em dois momentos distintos da história: ditadura e democracia, fazendo parte da história da educação na gestação e no encaminhamento de propostas de um projeto autônomo de universidade da classe trabalhadora.

1.3 As fontes primárias e secundárias utilizadas na construção da pesquisa

Os caminhos desta pesquisa iniciaram por uma busca pelo banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos portais de inúmeros programas de pós-graduação e dos principais periódicos da área da Educação.

No transcurso deste levantamento foram localizados dois trabalhos diretamente ligados à FASUBRA. O primeiro, intitulado “A autonomia universitária nos anos [19]90 e o contexto de debates acerca do ensino superior brasileiro”, publicado em 2010, no qual são problematizadas e discutidas questões pertinentes ao ensino, embora a mencione, o estudo não trata especificamente sobre o papel e o posicionamento da entidade diante das reformas educacionais que estavam em curso naquele período.

O segundo, nominado “A carreira dos técnico-administrativos em educação: movimento de resistência à política do MEC e um constante recomeço”, consignado como sendo a tese de doutoramento apresentada, em 2018, por Carlos Augusto Gomes de Almeida. Essa pesquisa teve como objetivo discutir o papel da carreira dos técnicos administrativos e as lutas sociais pela educação em um cenário de avanços neoliberais.

Dois pontos nos chamaram a atenção nesse trabalho: estar diretamente ligado aos funcionários da educação da entidade que vamos estudar e ter dado luz a uma parte importante da história da FASUBRA, o seu projeto de “Universidade Cidadã”.

Com esse levantamento de informações foi constatado que não havia, até o momento em que iniciamos a coleta de fontes e a revisão da literatura, nenhum estudo com o estabelecimento de relações históricas educacionais com o mesmo teor da pesquisa a que acabamos por realizar, já que os estudos mencionados trazem aspectos relevantes, mas com objetivos diferentes desta pesquisa que objetivou ter como foco principal a trajetória e as lutas políticas, sociais e educacionais da entidade, reforçando o caráter inédito do estudo e preocupado em localizar e analisar a contribuição da FASUBRA na construção da história da educação brasileira.

No constructo do presente estudo, adotamos como marcos teórico os postulados do materialismo histórico e dialético e contamos com o auxílio de autores preocupados em interpretar criticamente o modo de produção capitalista, os principais aspectos da história da educação, do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação e das políticas educacionais contemporâneas, entre eles, podemos citar: Frigotto (1999), Cunha (1980, 1983, 1988, 2008, 2007, 2014), Freitas (1999), (Ferreira 1998, 2006, 2010, 2013), Lehr (2010).

Para compreender o uso das fontes orais, parte importante e decisiva na produção no acervo documental constituinte desse trabalho, nos forneceram importantes subsídios os escritos de Paul Thompson (1992).

A pesquisa, ora apresentada, é de natureza qualitativa, tendo priorizado os sujeitos que atuavam nas universidades públicas brasileiras ao longo do período estudado e participaram da história da FASUBRA.

As fontes orais foram enriquecidas com o uso de jornais, panfletos, teses congressuais, acervo de matérias impressos preservados pelo Arquivo Nacional e outros documentos da entidade, disponível no seu portal que colaborou com a construção do presente estudo histórico educacional.

O uso das fontes orais, constituídas de entrevistas semiestruturadas realizadas com João Batista Oliveira de Araújo (Babá), Claudionor Brandão e Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes que autorizaram a divulgação dos seus nomes nas páginas que se seguem, colaborou enormemente conosco na compreensão da historicidade da entidade estudada, no cumprimento do objetivo de colaborar com a preservação da memória dos seus ativistas, como, também, na superação da escassez de informações bibliográficas, pois, objetivamente, inexistem estudos correlatos ao que apresentamos.

A seguir apresentamos um breve perfil político e sindical das pessoas que entrevistamos:

João Batista Oliveira de Araújo

João Batista Oliveira de Araújo, conhecido por todos como Babá é um trotskista como ele mesmo se define. Atuou em momentos políticos brasileiros importantes, como nas greves da década de 1980, Diretas Já, debates da Constituinte, Impeachment do Collor, entre tantos outros. Atuou em entidades como a FASUBRA e o Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Começou na vida acadêmica como professor colaborador, era a forma de contratação do período, formado em engenharia, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido que ajudou a fundar após a saída do Partido dos Trabalhadores.

Nos planos de Babá estava um doutorado na França, quando em 1980, após terminar o mestrado, entra para a Convergência Socialista (CS) por intermédio de um grupo de estudantes amigos, do qual fazia parte Bernadete de Menezes, sua ex-companheira, mãe de sua filha. Nesse período inicia sua formação trotskista e militância política. Exerceu alguns mandatos parlamentares nas esferas municipal e federal e atualmente é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes

Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes, a Berna, professora de história, militante desde o movimento secundarista. Atuante também quando era universitária e depois na FASUBRA, como técnica administrativa. Contribuiu na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fez parte da Convergência Socialista.

Compôs a direção da SURPAR, que na época era o nome do sindicato da Universidade Federal do Pará o que logo a levou a fazer parte da direção da FASUBRA.

Atuou no Pará para a formação do Partido dos Trabalhadores e sua atuação política em plena ditadura civil-militar fez com que se tornasse uma presa política, junto com tantos outros companheiros.

Atualmente é da executiva nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), faz parte do diretório nacional da FASUBRA, na coordenação geral do Sindicato dos Técnicos-Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), (ASSUFRGS) que é Sindicato dos Técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Claudionor Brandão

Claudionor Brandão, normalmente conhecido apenas por Brandão, iniciou sua jornada na militância política em 1988, em uma greve. Fundou o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP) no qual, atua até hoje.

O SINTUSP foi o primeiro sindicato da categoria no Brasil, e Brandão compôs a primeira diretoria. Fez parte do Partido dos Trabalhadores até 1992 quando rompe com o partido e inicia um processo de discussão com várias correntes. Em 1994 foi delegado no congresso de fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Em janeiro, junto com outros companheiros fundam o Partido Revolucionário Internacional que em 2015 se tornou o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT). Atuou na FASUBRA por intermédio do SINTUSP.

Entre os anos de 2000 a 2010 se produziu um período de muitas lutas, greves e disputas com os governos estaduais paulistas por melhores condições de trabalho, verbas e condições de uma educação de qualidade o que resultou na sua demissão por “desvio de função” ao defender funcionários terceirizados em 2008.

Desde, então, a partir do Fórum Pela Democratização da Universidade de São Paulo (USP), com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Associação de Pós-Graduação (APG), do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP), da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), além de muitos centros acadêmicos, vem sendo realizada uma campanha pela anulação dos processos administrativos por motivações políticas e a reintegração de Brandão aos quadros da universidade.

A FASUBRA é uma entidade de trabalhadores em educação, com a sua trajetória iniciada em plena ditadura que se instalou no país em 1964, demonstrou perseverança e momentos de embates, como já foi apurado nas sondagens iniciais, logo, ao priorizarmos esse tipo de fonte é uma forma de reconhecer o caráter contra hegemônico da atuação dos ativistas desta entidade.

Além de ser importante ressaltar que, ao recolhermos os depoimentos, e darmos voz aos personagens que travaram essas batalhas em defesa da educação pública,

simultaneamente, acreditamos que estamos contribuindo com o resgate e a preservação da memória de personagens pouquíssimo lembrados da história da educação.

Para Thompson (1992, p.25), “a entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”. Dessa forma, entendemos que se abrem às pessoas interessadas em desvelar informações e a produzir o conhecimento histórico um significativo leque de possibilidades, já que muitos desses atores anônimos conservam para si um acervo pessoal, que muitas vezes é guardado por motivos emocionais ou de características políticas efêmeras, mas, nem sempre trazem a intencionalidade de um dia torná-los públicos e contribuir com a fundamentação documental da história da educação contemporânea.

Com a realização de conversas e fortalecimento dos laços de confiança com as pessoas que entrevistamos, se torna possível reunir uma gama de documentos importantes que muitas vezes seriam esquecidos em gavetas, caixas e quartos de “bagunças”. Diante dessa imensidade de fontes não oficiais que podem surgir através das fontes orais, cabe ao pesquisador um papel que Thompson (1992, p.25) chama de “editores”, já que é possível escolher quais evidências são mais importantes para contar aquela história.

Para o autor, esse processo contribui para que se possa contar uma história mais próxima da realidade que por ser “multifacetada; é um mérito principal da história oral e que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vistas”.

Com o reconhecimento de que as fontes orais sejam consideradas as principais fontes de estímulo no acúmulo de informações e ampliação dos dados empíricos do constructo da presente proposta de estudo, em sua etapa inicial realizamos uma busca por essas pessoas, que em suas trajetórias de lutas sociais e políticas fizeram parte da vida da entidade durante o período histórico educacional analisado.

O portal da FASUBRA é bem rico em informações, o que nos possibilitou um levantamento de todos os dirigentes da entidade no período estudado. Os dados somados entre todos os cargos se dispõem da seguinte maneira:

Presidente, Vice-presidente, Secretária Geral, 1ª. Secretária, Diretor de Imprensa e Divulgação, Diretor de Formação Sindical, Tesoureiro, Diretor Tesoureiro Adjunto, Diretor de Esporte e Cultura, Vice-Presidente da Região Norte, Vice-Presidente da Região Nordeste I, Vice-Presidente da Região Nordeste II, Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, Vice-Presidente da Região Sudeste, Vice-Presidente da Região Sudeste II, Vice-Presidente da Região Sul, Diretor do Setor das Particulares, Diretor do Setor das Estaduais, Diretor do Setor

das Federais, Delegado junto ao Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Central Única dos Trabalhadores (DNTE/CUT), Diretor Jurídico, Diretora Suplente da Executiva, SUPLENTE.

A partir de 1993, temos as funções de Coordenação Geral, Coordenação Organização, Coordenação Administrativo, Coordenação de Imprensa e Divulgação, Coordenação Educação e Política Sindicato, perfazendo um total de 296 nomes de pessoas relacionadas.

Entretanto, identificamos que muitos nomes se repetem em vários mandatos, ou seja, muitas pessoas que ajudaram a construir a história da FASUBRA, o fizeram em diversos momentos de sua trajetória.

A tabela com todas essas informações faz parte dos apêndices do relatório final da pesquisa, também como uma forma de valorizar esses personagens que, por conta das limitações materiais e temporais que dispomos, não puderam ser contemplados com o registro de entrevistas e a coleta de depoimentos.

A base de dados que criamos nos possibilitou uma visão mais geral sobre a importância do estudo da entidade retro citada.

Esse levantamento de dados se deu, em um primeiro momento, nos portais e acervos digitais, com o objetivo de buscarmos informações iniciais sobre os nomes dos ativistas que encontramos para que fossem realizadas as entrevistas.

Em um segundo momento, realizamos a localização desses personagens, bem como, firmamos os primeiros contatos e efetivamos as solicitações das entrevistas, que aparecem reproduzidas na íntegra dos apêndices e que contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão do presente estudo.

Nesse andamento é importante ressaltar que pelas condições sanitárias impostas pela pandemia da corona vírus, desde março de 2020, a parte empírica fica aprisionada à utilização dos meios digitais, portanto, nesse momento só nos foi possível acessar acervos digitais, bem como as entrevistas, marcadas, ainda, nesse contexto social, foram realizadas através das ferramentas de vídeo conferência o que, por um lado, facilitou a comunicação com pessoas de outros estados, já que a entidade estudada é de abrangência nacional.

Mas, por outro lado, nos subtraiu desse processo mais pessoal e intimista que é uma entrevista face a face, que está diretamente ligada ao processo de produção das fontes orais. Todavia, a temporalidade desta pesquisa, por razões institucionais, não pôde ser prorrogada por conta da pandemia, então, utilizamos os recursos que nos foram facultados nesse difícil e árido momento da história.

Na Apresentação, efetivamos a fundamentação teórica, conceitual, metodológica e apontamos alguns estudos relacionados ao universo comum de pesquisa e o significado de suas contribuições para levarmos adiante a presente pesquisa.

Na segunda seção que traz o título Cenário educacional no período da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) intentamos contextualizá-lo, pontuando as máculas políticas, sociais e os aspectos legislativos desse conturbado momento da história nacional.

Na terceira seção FASUBRA e suas lutas políticas, sociais e educacionais nos principais processos históricos do Brasil contemporâneo (1978-1995), apresentamos a atuação da entidade desde a sua fundação, em 1978, até o início do governando Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em seu constructo, reunimos uma fortuna documental constituída dos seguintes itens:

- registros na grande imprensa da atuação da entidade, Jornais da Folha de S. Paulo;
- LEI nº 5.540/68 (BRASIL, 1968);
- LEI nº 5.692.71(BRASIL, 1971);
- LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994;
- LDB, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Atas Congressuais; 1991, 1992, 1993 e 1995;
- PNE (Plano Nacional de Educação); 1997;
- PL 7.398/2006 e as
- Entrevistas semiestruturadas.

Temos um conjunto de 19 documentos retirados do Arquivo Nacional, nesse quesito selecionamos os arquivos do período da ditadura civil militar e os arquivos do período democrático produzidos pelos órgãos oficiais, sendo alguns do Relatório Anual de Atividades do Arquivo Central (ACE), Arquivos do Serviço Nacional de Informações, da Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, do Centro de Informações Nacionais da Aeronáutica, da Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Cumpramos informar que, grande parte dos documentos reunidos nesta pesquisa leva o “selo” de confidencial e podem ser conferidos, ao longo do estudo, caso exista o interesse em se fazer uma incursão pelo comportamento das autoridades e das instituições durante o período de arbítrio reinante no país.

Essa fortuna documental em conjunto com os dados e informações coletados com as entrevistas ajudaram-nos a compreender como essa entidade atuou, desde a sua formação, nos estertores da ditadura civil-militar, passando pelo período da chamada transição democrática, pelos primeiros governos democraticamente eleitos.

Na quarta seção, com o título Presença da FASUBRA no movimento Fora Collor (1992), nos colocamos o desafio de compreender e analisar o papel desta entidade na urdidura e no desenvolvimento deste destacado episódio da história política e social brasileira.

Na quinta seção – A FASUBRA e as ações em prol da universidade pública – procuramos traçar o panorama histórico da chamada Era FHC, com destaque para as reformas universitárias postas por esse governo e a atuação da federação nos embates que se fizeram diante das políticas neoliberais que alcançaram a primazia naqueles dias.

Na sexta seção vislumbramos apresentar e analisar A presença da FASUBRA na urdidura e na luta pela efetivação do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, que teve suas discussões iniciadas em 1995, transformando-se em um projeto, em 2006, episódio pouquíssimo lembrado na história da educação e que consideramos de grande importância para o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

Na sétima seção, Conclusão, trazemos nossas considerações sobre a importância da entidade, na luta por uma educação pública de qualidade. Por um modelo de universidade que resista à destruição das reformas neoliberais na educação e das privatizações postas por esses preceitos.

Em linhas gerais, esse é o sumário dos assuntos e temáticas que estruturamos e desenvolvemos no conscrito geral do presente estudo, trazendo à tona a premissa e a compreensão crítica de que os trabalhadores da educação, que não exercem formalmente a docência, são merecedores de encontrarem o seu lugar na história da educação.

Reputamos a relevância do presente trabalho para o desenvolvimento acadêmico da área da Educação, em diálogo com as áreas da História, da Política, da Sociologia do trabalho e das Ciências humanas e sociais, levando-se em conta a pouca existência de estudos correlatos preocupados em compreender as gêneses dos processos de precarização e proletarianização daqueles que vivem do próprio labor educacional no Brasil contemporâneo, os mecanismos de organização do trabalho e o modo específico que o processo alcançou no país em tempos de monopolização e de mundialização das relações capitalistas de produção.

Também, como se pode conferir pela fortuna documental reunida nos apêndices, se mostrou relevante vasculhar os arquivos oficiais, pessoais e a própria entidade analisada com o objetivo de resgatar a memória e a história daquelas pessoas que atuaram nas jornadas

de lutas dos funcionários públicos federais, desde antes da criação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), num tempo marcado pelo conservadorismo político, com as manifestações sociais, dura e rotineiramente reprimidas, com os seus esforços de solidariedade, ajuda mútua, na criação de associações e organismos sindicais de abrangência nacional.

1.4 Pesquisas relacionadas com a FASUBRA

Para situar o processo de construção do presente estudo se fez necessário a localização e o exame das pesquisas acadêmicas que se preocuparam com temáticas correlatas ao sindicalismo e ao associativismo de trabalhadores em educação, não o circunscrevendo apenas ao conjunto de trabalhos que se preocuparam com a sua historicidade.

Os estudos sobre educação são vastos com diversas temáticas, entre as quais a formação de professores, o financiamento, as políticas educacionais, gênero, história das instituições escolares, currículo, materiais didáticos e afins ocupam os espaços, debates e produções em maior volume.

As formas organizativas que se produzem no mundo do trabalho educacional não encontram destaque no debate acadêmico, ocorre que a sua importância histórica não pode ser subtraída.

Com essa finalidade, inicialmente, analisamos o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o principal banco de teses e dissertações do país e no qual, a partir de março de 2006, os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação estão disponíveis para consulta.

Os estudos mais recentes podem ser lidos na íntegra, desde a criação da plataforma Sucupira, em 2014; já os trabalhos anteriores são possíveis verificar apenas o título, o autor, o resumo e a instituição à qual estão vinculados, sendo crível assim identificar em qual banco de dados físicos ou virtuais é plausível encontrar o trabalho.

A busca e a coleta de dados que realizamos se deu no primeiro momento de forma mais ampla, com as palavras chaves “sindicalismo em educação”, com os filtros de área de concentração em Educação e trabalhos realizados em programas de Educação, tudo no ano de 2014, primeiro ano da plataforma Sucupira. Atentamo-nos apenas em trabalhos que fosse possível o acesso virtual, já que a pesquisa foi realizada em meio à Pandemia de Covid-19 que assombra o mundo desde 2020, restringindo-nos aos bancos de dados virtuais.

Os primeiros resultados mecânicos chegam a nos animar ao ver a imensidão de trabalhos selecionados com os filtros que apontamos, número até assustador, 2.101 trabalhos, para apenas 1 ano de produção. Entretanto, a euforia inicial caiu por terra, no momento em que realizamos o exame mais atento, quando foi possível verificar que nem todos os trabalhos que o buscador apontou, realmente são diretamente ligados aos interesses de tê-los como alicerces e fornecedores de subsídios no constructo do presente estudo.

Portanto, essa metodologia foi abandonada, e adotamos colocar a expressão sindicalismo e associativismo em educação, entre aspas e, nesse momento, o quadro mudou totalmente e nenhum trabalho foi apontado no portal. Em seguida, refizemos a busca com os termos sindicalismo docente entre aspas e foi apresentado um resultado muito diferente do primeiro número que apresentamos aqui, foram localizadas 56 pesquisas nessa busca. Mas ainda não estava alocado o filtro de trabalhos em áreas de concentração da Educação e nem realizados no âmbito de programas em Educação o que afunilou ainda mais os resultados e agora temos apenas 7 trabalhos encontrados.

Mais especificamente, temos um trabalho em 2018, três trabalhos em 2017, dois trabalhos em 2015, um trabalho em 2014, esses dados reforçam as inquietações iniciais, nas quais destacamos os poucos estudos nesse campo do conhecimento.

Seguindo a busca no portal da CAPES, o filtro realizado foi com o termo, sindicalismo dos trabalhadores em educação, entre aspas, o que no revelou apenas uma pesquisa. Essa análise já foi mencionada por nós por ter como objeto de estudo o sindicalismo de trabalhadores em educação fora do escopo docente, intitulado “Da invisibilidade à conquista do espaço social história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978 – 1988)”.

Com base nessas coletas de dados no mais importante portal de teses e dissertações do país, nos é possível verificar que há poucos estudos preocupados em estudar associações e sindicatos de trabalhadores em educação e que a maioria dos trabalhos encontrados está focada nas pesquisas relacionadas de alguma forma com os professores, que julgamos de importância fundamental para a história da educação e ao mesmo tempo, notamos a lacuna visibilizada por essas buscas em relação aos trabalhadores da educação que não são docentes, mas que são fundamentais na construção da educação, sem os quais seriam impossíveis esses processos educacionais dentro das escolas, universidades e etc.

No intuito de aprofundar essas buscas para conseguirmos um cenário das pesquisas mais recentes sobre essa temática, utilizamos entre aspas o termo, trabalhadores em educação, com os mesmos filtros, ou seja, trabalhos realizados dentro de programas de

Educação e com áreas de concentração em Educação. Os resultados apresentados somaram 112 estudos acadêmicos, sendo 90 dissertações e 22 teses. Com esse resultado em mãos fomos analisando trabalho a trabalho para averiguar quais seriam examinados nessa revisão de literatura.

Doze (12) estudos localizados são anteriores a instauração da plataforma Sucupira, portanto, não estão disponíveis no portal da CAPES, um não tinha autorização para sua divulgação no banco de dados o que nos dificulta o acesso, então, foi desconsiderado devido às limitações impostas à pesquisa pela pandemia. Dos 112 trabalhos analisados com o filtro de trabalhadores em educação, apenas sete trabalhos tratavam como objeto de pesquisa outros trabalhadores e trabalhadoras em educação que não são os professores e professoras.

Essas pesquisas foram, então, analisadas nessa revisão com objetivo de compreender os caminhos adotados por esses pesquisadores, suas preocupações, seus referenciais teóricos metodológicos e suas análises.

Desta sorte, operamos uma tentativa de compreensão dos estudos que possibilitam pensar os sujeitos sociais e históricos que interagem no mundo do trabalho da educação de uma forma mais ampliada, evidentemente, entendendo as razões do maior interesse e compreensão das relações, ensino- aprendizagem, aluno-professor, currículo etc., mas, ao mesmo tempo, trazendo a preocupação com os trabalhadores em educação que são invisíveis ou recebem pouca atenção no campo acadêmico educacional.

O levantamento no portal do banco de dados da CAPES, mais amplo e importante para as pesquisas realizadas nas universidades brasileiras, nos possibilita afirmar que ainda há poucos estudos dentro dos programas em Educação, preocupados com o sindicalismo e associativismo em educação, e esse leque se fecha ainda mais quando se fala em trabalhadores e trabalhadoras em educação que atuam fora do âmbito da docência. Esses dados nos ajudam a compreender a importância para a história da educação de estudos como o que propomos fazer ao dar luz à FASUBRA.

O primeiro estudo que trazemos para o debate é a dissertação de mestrado “O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação no Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação”, de autoria de Marco Antônio Lório de Mello.

Esse trabalho foi escolhido pelo critério de destacar os estudos sobre entidades da educação que englobem diferentes categorias profissionais, mesclando a participação de docentes, funcionários da secretaria da educação e do esporte porto-alegrense. No momento

de sua fundação, em 1964, essa associação se constituía apenas para docentes, mas, a partir de uma mudança estatutária, decidida em assembleia de 1992, foram incorporados os demais funcionários públicos municipais.

A referida dissertação, realizada em 2015, alega que o trabalho é sobre o sindicalismo docente, embora tenhamos averiguado que a entidade não é somente de professores, mas, na introdução, o autor menciona que o trabalho é sobre sindicalismo professoral e ao sindicalismo dos trabalhadores em educação, ou seja, já se pode verificar que há uma maior ênfase do estudo na atuação da ATEMPA em relação aos docentes, embora reconhecendo que o trabalho da entidade abrange o conjunto de trabalhadores que atuam nos serviços públicos municipais de Porto Alegre (RS).

Esse é um ponto importante para refletir, se existiria o trabalho sobre essa entidade, se a mesma não tivesse como associados os docentes, portanto, mais um elemento, que nos mostra a escassez de trabalhos preocupados com os trabalhadores não docentes da educação.

A pesquisa apresenta algumas categorias de análises: hegemonia, intelectuais orgânicos, totalidade e contradições. O autor se propõe a discutir as políticas curriculares e como pano de fundo o contexto histórico e as lutas sociais perpetradas pela Associação dos Trabalhadores em Educação no Município de Porto Alegre (ATEMPA).

Mello (2015) se coloca diretamente na apresentação redacional da pesquisa, e justifica a forma de sua escrita em primeira pessoa já que é, em sua opinião, impossível separar o pesquisador do seu texto, ressaltamos que temos uma polêmica com aqueles que valorizam os debates epistemológicos e o papel da metodologia para que os escritos sejam mais do que escritos apaixonados, mas resultados do rigor científico que a academia exige.

Em todo caso, estamos falando de um trabalho de fôlego, com 687 páginas, das quais destacamos os aspectos que se relacionam com o estudo que efetivamos. A pesquisa utiliza como método hermenêutico-dialético, que o autor define como uma forma de compreender as práticas sociais e discursivas dos sujeitos investigados e que a pesquisa estuda como pano de fundo a luta de classes.

A pesquisa é de cunho qualitativo, com entrevistas, análises de documentos, como referencial teórico é citada a abordagem da Educação Crítica Relacional que o autor classifica com autores de tradições marxistas, freirianas e gramscinianas. Especificando as produções de Apple e Gindin com contribuições teóricas no campo do neomarxismo (Mello, 2015). As categorias já elencadas na pesquisa são contextualizadas com seus autores principais, para intelectuais orgânicos e hegemonia, Gramsci é evocado.

O estudo apresenta uma revisão de literatura e destaca que os estudos em sindicalismo docente criaram mais robustez após a criação, a partir de 2009, da Rede ASTE (Rede de Pesquisa Sobre Associativismo e Sindicalismo de Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação) e apresenta os autores que já fizeram esses levantamentos como Viana (2001) e Gindin (2009, 2011b).

Como vimos, anteriormente, em várias partes do trabalho o autor se refere ao estudo como preocupado em analisar o sindicalismo docente, entretanto, em outras, ele volta-se ao conjunto mais amplo dos funcionários públicos, essa dicotomia perpassa por todo o estudo.

Por a ATEMPA ter se transformado em um sindicato mais amplo, que abrange todos os trabalhadores em educação a partir de 1992, chamou-nos a atenção para nosso objeto de estudo. O autor em certa parte destaca uma de suas preocupações os funcionários da educação e não somente os do escopo da docência:

Como se organiza politicamente então uma parcela desses trabalhadores, chamados de professores e professoras, funcionários de escola, técnicos-educacionais, gestores e assessores educacionais, supervisores e orientadores educacionais. (MELLO, 2015, p. 91)

A pesquisa traz alguns questionamentos importantes como o fato de grande parte dos estudos envolvendo sindicalismo serem realizados com um caráter militante, ou seja, por pessoas intimamente vinculadas com as organizações sindicais:

Ainda que diverso e com um amplo espectro coberto na produção recente, muitos dos estudos se revestem de um caráter militante, marcado por uma linguagem celebrativa e, por vezes, apologética em relação aos sindicatos e suas atuações, certamente influenciados pelo pertencimento dos seus autores. (MELLO, 2015 p. 98)

O autor destaca o fato que ele próprio se enquadra nesse cenário, entretanto, afirma que o fato de fazer parte desse universo, não invalida e nem diminui a sua pesquisa, já que os critérios metodológicos, teóricos são rigorosamente seguidos e bem fundamentados ao longo das suas centenas de páginas.

Essa preocupação de Mello (2015) nos ajuda a entender, entre outras coisas, o papel das pesquisas preocupadas com a organização dos trabalhadores em educação e a importância da consolidação desses estudos como pesquisas aprofundadas e com a capacidade de dialogar com a comunidade acadêmica e científica que constitui a área do conhecimento que vislumbramos fazer parte.

Para tanto, o caminho já foi destacado por Mello (2015), um rigoroso caminho metodológico, com modelos de referenciais teóricos que sejam capazes de nos dar uma lente de análise dessas realidades postas, tornando a pesquisa nem neutra, nem imparcial, porém, cientificamente validada pelos pares.

Nesse estudo, outra particularidade que se apresenta são as disputas dentro das entidades sindicais por grupos que detém pontos de vistas diferentes e disputam suas ideias dentro das direções e tomadas de decisões. Apesar de não ser o foco, é uma questão que não pode ser ignorada e muitas vezes ajuda a compreender a posição e tomada de decisões das entidades quando essas correlações de forças são compreendidas.

Em 1992 a APMPA, torna-se ATEMPA, e seu estatuto transforma-se, evidenciando sua posição de luta nos debates nacionais em prol da educação, se antes tinha um caráter recreativo em seus documentos, agora sim, se posicionava politicamente como um sindicato reivindicativo e de lutas sociais que englobavam todos os trabalhadores em educação e não mais, somente os professores.

No desenvolvimento de sua abordagem, Mello (2015) destaca o conflito que surgiu dentro da entidade e o papel das lideranças para gerenciar esse novo cenário, pois, se de um lado, havia os embates para o avanço nas lutas políticas, de outro lado, existia o apoio ao governo, com isso, uma tendência à cooptação sindical e pouquíssimo espaço para o questionamento aos desígnios governamentais.

Uma das críticas levantadas por Marco Antônio Lírio de Mello (2015) diz respeito ao fato de que, para esse autor, as disputas internas e preocupadas com questões políticas minimizaram a importância das discussões das questões pedagógicas no interior da entidade.

A segunda pesquisa que trazemos para essa revisão da literatura tem como título A história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) e seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista, de autoria de José Aparecido da Cruz, tornada pública, como uma dissertação de mestrado, defendida, em 2017, na universidade Federal de Rondônia.

A pesquisa traz alguns questionamentos interessantes e polêmicos, indagando se o sindicato teria abandonado a luta de classe e se adequado aos interesses do capital.

Uma pergunta provocadora e que nos faz refletir também sobre isso dentro do sindicalismo em educação, suas lutas, embates e entraves. Uma das grandes questões apontadas pelo pesquisador é o corporativismo como algo que dentro dos sindicatos age de forma a conturbar os processos de lutas, enfraquecendo a imagem diante dos sindicalizados, o

pesquisador tece ainda duras críticas aos dirigentes que muitas vezes faz da entidade um trampolim político.

Algumas categorias trabalhadas na pesquisa são; lutas de classes; corporativismo; sindicalismo conciliador, contradições, totalidade, trabalho. Novamente notamos que, embora a pesquisa se preocupe com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO), o pesquisador mencione com mais frequência o sindicalismo docente, desconsiderando que essa entidade procura abranger o conjunto das categorias profissionais que atuam na educação pública do estado de Rondônia.

Cruz (2017), também, nos chama a atenção para as poucas pesquisas sobre a temática na área educacional evidenciando, ainda, que a maioria dos estudos se concentra na região sudeste do país.

Outra semelhança entre os dois pesquisadores dos trabalhos analisados é a existência de uma aproximação das questões sindicais, originalmente, como fruto da militância política e que, posteriormente, haveria de estimular a inquietude com a pesquisa acadêmica.

Esse fato nos parece importante de ser destacado, já que não existe neutralidade em pesquisa, portanto, é importante ressaltar o lugar do qual fala o pesquisador.

O referencial teórico adotado por Cruz (2017) foi o materialismo histórico e dialético, para quem se trata de uma escolha de caráter ético e político e de que, por meio de adoção desse referencial, é possível compreender a totalidade do objeto estudado. A base empírica da pesquisa se deu por meio de entrevistas ditas qualitativas e com documentos “inéditos”, ou seja, que não estão disponíveis e acervos públicos e das bibliotecas universitárias, documentos como atas, da legislação estadual e dados afins.

A pesquisa teve uma abrangência considerável, já que por meio de formulários foi possível entrevistar 30% dos participantes de um congresso do sindicato. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com fundadores do SINTERO, destacando a importância de não serem entrevistas anônimas, mas sim, citando nomes e com anuência dos entrevistados, dando assim “cara” às vozes que ajudam a compor a pesquisa.

Com esse apontamento, nos é possível compreender que a história oral como metodologia de pesquisa também se faz importante nesse estudo, que traz como um dos seus objetivos também contar a história desse sindicato. O autor traz uma importante discussão sobre o princípio educativo do trabalho, baseando-se em Marx e Engels que aparecem bem fundamentos ao longo da pesquisa.

O estudo faz uma análise da formação de importantes entidades sindicais da educação, suas lutas objetivas, suas contradições, passando pela história da educação, como nos períodos de Anísio Teixeira, do Manifesto dos Pioneiros, da Reforma Capanema, a inexistência de um sistema nacional de educação e traz outras discussões também sobre como os organismos internacionais influenciam nas políticas públicas brasileiras, e de como essas relações refletem diretamente no seu objeto de estudo.

O trabalho articula as fontes orais para ajudar a compreender a construção do SINTERO, e traz aspectos de como os processos se deram por meio de congressos e articulações para a realização desse congresso que abrangeria não só os docentes, mas todos os trabalhadores na educação.

O estudo trouxe vários aspectos relevantes para se pensar, tais como a importância das entidades sindicais para a classe trabalhadora, as contradições apresentadas por essas entidades, e de como sua atuação pode ser crucial no embate das classes e no processo de como superar a divisão de classes numa outra sociedade almejada. Mas que para isso, vários aspectos devem ser repensados.

A próxima pesquisa que apresentamos nessa revisão de literatura é “Funcionários das escolas públicas: história, legislação e luta sindical” de Everton Josimar de Oliveira, é uma pesquisa de mestrado, defendida em 2017 em Cascavel, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Logo na apresentação são ressaltados os poucos estudos relacionados aos funcionários e funcionárias da educação, e a importância dos mesmos para o funcionamento dos processos educacionais. São apresentados diversos autores que foram utilizados para realizar as análises, todos do campo do marxismo, além das categorias a serem utilizadas: relações de trabalho, campanhas e pautas sindicais. A metodologia apresentada é a análise qualitativa de documentos oficiais, legislação para identificar a história de luta desses trabalhadores.

O recorte temporal da pesquisa percorre os anos de 2003 a 2014 e o estudo é importante para a história da educação brasileira, já que esses trabalhadores são fundamentais dentro das escolas para o desenvolvimento da educação.

A produção acadêmica privilegiou o registro das diferentes correntes didático-pedagógicas e das políticas educacionais instauradas em determinado período. Pouco se escreveu sobre a história dos trabalhadores das escolas, mais especificamente dos funcionários. (OLIVEIRA, 2017, p.25)

Oliveira procura desenvolver o debate sobre a terminologia utilizada por ele para determinar esses trabalhadores:

A primeira escolha, para além da questão legal, se dá por considerarmos que existe peso histórico e etimológico tanto na palavra trabalhador, quanto em educação. Ambas carregam uma história de lutas e contradições. (OLIVEIRA, 2017, p.21)

O estudo tem a preocupação de caracterizar a dualidade da educação trazendo o debate da escola para a elite e a escola para a classe trabalhadora e sua função de formar os estudantes com objetivos mercadológicos. É realizado um histórico de como esses processos se deram no Brasil, mormente, a partir da década de 1930, com o processo de industrialização, contexto, no qual a educação cada vez mais é tratada como mercadoria. (OLIVEIRA, 2017)

A precarização dos trabalhadores em educação aumentou a partir da década de 1990 com as políticas neoliberais que trouxe no seu bojo de medidas a terceirização. O poder público passou a relacionar-se na maioria dos casos com os empresários e não com os trabalhadores que estavam diretamente no chão da escola exercendo sua função. O espaço escolar foi influenciado por teorias administrativas alicerçadas no ideário liberal sem, contudo, levar em conta que as realidades e as especificidades que são próprias do mundo do trabalho educacional.

A separação entre o trabalho físico e o trabalho intelectual é trazida por Oliveira (2017) quando compara o trabalho dos funcionários com aquele que é realizado pelos docentes no cotidiano escolar:

O domínio intelectual do que está sendo produzido na escola pode ser outro causador de debates na gestão escolar. Os professores, em princípio, teriam domínio sobre a concepção e realização de seu trabalho, desta forma, possuiriam condições de pensar, projetar, articular e executar suas tarefas sem interferências externas. Os demais profissionais, especialmente os funcionários, por outro lado, estariam sujeitos às normatizações e às definições das concepções de terceiros para executarem suas tarefas, ou seja, há separação entre quem planeja e quem executa. (OLIVEIRA, 2017, p.42)

O pesquisador faz alguns comparativos entre esses funcionários da escola e os docentes, salientando como a falta de concurso e a não fixação de local e da jornada de trabalho contribui na precarização desses trabalhadores. Depois de uma exposição sobre a história da educação e dos trabalhadores em educação inseridos nessa dinâmica, menciona os elementos políticos de como foi possível a esses trabalhadores se organizarem em sindicatos.

Na maioria dos outros Estados, os funcionários, filiavam-se as entidades dos professores ou mesmo em sindicatos de servidores públicos. A unificação defendida pela CUT levou à modificação ou integração em diversos estados. Assim muitos dos então intitulados ‘Sindicatos dos Professores’, passaram à nomenclatura de ‘Sindicato dos Trabalhadores em Educação’. (OLIVEIRA, 2017, p.56)

Essas organizações ganharam visibilidade nas lutas, a partir de 1988, com o I Congresso de Funcionários da Educação, organizado pela AFUSE, e com a transformação da CPB em CNTE.

Essa dissertação de mestrado não foca especificamente na história de uma entidade sindical, apesar de apresentar a luta do APP- Sindicato como os estudos já apresentados por nós. Mas, sim, na constituição dos trabalhadores e trabalhadoras em educação como uma categoria importante para a história da educação brasileira.

A pesquisa também difere das demais ao fazer uma análise documental e não utilizar entrevista como fontes de pesquisa. Traz algumas reflexões como a já mencionada sobre a terminologia funcionário ou trabalhador, e quais as suas implicações no uso mercadológico do primeiro e na concepção da importância dessas pessoas dentro do processo educacional quando se utiliza o segundo termo, e termina o estudo com uma crítica em relação a isso a CNTE e a APP-Sindicato:

Contraditoriamente, CNTE e APP-Sindicato que lutaram para o reconhecimento legal dos trabalhadores em educação, enquanto uma categoria profissional da educação básica, continuam designando-os em seus estatutos como funcionários. (OLIVEIRA, 2017, p. 130)

O próximo trabalho que trazemos para o debate intitulado “Funcionários de escola: sujeito na disputa pelas políticas educacionais”, uma dissertação de mestrado defendida, em 2018, por Vinícius Prado Alves.

Esse estudo traz elementos semelhantes ao trabalho anterior, por se tratar da mesma temática e na mesma localidade geográfica, o estado do Paraná.

Propondo compreender os trabalhadores da educação como sujeitos coletivos. A pesquisa perpassa pela história da constituição dessa categoria na educação e dos entraves próprios que mesmo no chão da escola, ainda assim, muitas vezes não são reconhecidos como parte da educação.

O estudo trouxe um elemento diferente dos demais estudos expostos até aqui, que é uma pesquisa participativa, na qual, o pesquisador compartilha do grupo que irá estudar e tira dessas vivências elementos para o desenvolvimento de suas conjecturas. O trabalho é

baseado também em análise documental de leis e materiais produzidos pelas entidades sindicais.

Os trabalhadores da educação em primeiro momento viam como um caminho de organização social, as entidades e sindicatos docentes, depois, “o movimento de construção do” Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, posteriormente, da formulação da Constituição de 1988. (ALVES, 2018).

O trabalho apresenta como um apontamento relevante o fato da importância que as lutas das categorias tiveram no processo de reconhecimento desses trabalhadores, como trabalhadores da educação.

Ao analisar os documentos de agências multilaterais Alves (2018) reforça a invisibilidade desses profissionais nos documentos oficiais, apontando esse fato com um elemento de disputa da categoria, nos chamando a atenção, também, que no estudo a história do sindicalismo docente é enfatizada para que possa explicar a história do conjunto dos trabalhadores em educação.

Isso se dá, pois, a influência do chamado Novo Sindicalismo se manifestava nas lutas dos professores e que, paulatinamente, passou a travar batalhas com pautas comuns com as demais categorias profissionais, o que fez unificar muitas vezes suas pautas reivindicativas e até mesmo ter entidades que abraçavam diferentes categorias existentes no mundo do trabalho educacional.

Entretanto, com uma maior conscientização das massas de trabalhadores, houve a necessidade de se criar entidades próprias desses trabalhadores em educação. E posteriormente unificar essas entidades:

Um segundo movimento, é o reconhecimento por parte do Estado, e podemos percebê-lo como uma sequência do movimento anterior, pois é a partir do surgimento de sindicatos unificados ou da fusão entre sindicatos de professores e funcionários que as pautas dos funcionários enquanto trabalhadores em educação começam a ser aceitas para o debate por parte do Estado. (ALVES, 2018, p.38)

O estudo não nomeia as categorias de análise, mas podemos perceber que algumas são latentes nos escritos como, sujeitos coletivos, trabalho, materialidade. Dentro dessa categoria de sujeitos coletivos, esses trabalhadores disputam o direito de discutir as políticas públicas em educação.

O trabalho não se preocupa em evidenciar sua orientação teórica, como os anteriores que se colocavam no campo do materialismo histórico e dialético, contudo, ao lermos o trabalho é possível verificar que os autores utilizados são parte desse referencial teórico.

A tese de doutorado “História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do Estado de São Paulo (AFUSE) – (1978 -1992)”, de Miriam Maria Bernardi Miguel, traz como objetivo principal tirar da invisibilidade esses trabalhadores da educação e contar suas histórias e trajetórias de luta desta entidade.

De imediato, as fontes orais são utilizadas e contextualizadas com seus autores de referência para sua utilização no estudo que a autora se propõe fazer. Portanto, percebemos que iguais à maioria dos trabalhos que destacamos aqui se valem desse recurso metodológico para a construção dos estudos.

Os documentos produzidos pela entidade bem como por outros sindicatos e material da grande imprensa também foram utilizados como fontes.

O primeiro destaque que trazemos para o debate mencionado por Miguel (2016) é sobre a neutralidade na ciência, própria de ideários positivistas, que ignoram toda a subjetividade envolvida nos processos de pesquisa, que por si só, tornam impossível a tal imparcialidade, como é o simples fato do recorte do tema da pesquisa. Nesse ponto, o referencial teórico adotado no estudo já diz muito sobre o objeto, o pesquisador e os caminhos da pesquisa.

O estudo assume como referencial teórico o marxismo. O trabalho não tem a preocupação de explicitar as suas categorias de análises, mas é possível identificar que se trata da luta de classes como uma das principais categorias. Outras categorias que aparecem são as de hegemonia, classes subalternas e experiência.

Miguel (2016) traz como um elemento de transformação social a disputa pela hegemonia, e essa disputa precisa ocorrer em vários campos de atuação, inclusive da educação:

Na busca de consecução do seu projeto histórico, quaisquer ações políticas para o socialismo, implementadas pelos trabalhadores da cidade e do campo, deverão passar, necessariamente, pela questão cultural e, simultaneamente, pela educacional. Seus organismos terão que se preparar para a disputa pela hegemonia nessas importantes e nevrálgicas esferas da vida social. (MIGUEL, 2016, p.50)

As entidades sindicais são uma forma de organização da luta social e da classe trabalhadora em todas as esferas públicas e na educação esse quadro não é diferente.

A autora utiliza-se de Gramsci e o conceito de cultura para compreender esses processos, nos trabalhos já analisados, esse é o primeiro que traz esse autor e seus conceitos para a interpretação do objeto proposto.

Miguel (2016) faz algumas discussões da formação do capitalismo, da importância dos sindicatos e da educação nesse processo como forma de introduzir a importância do estudo realizado no campo da história da educação, contextualizando a formação dos sindicatos no Brasil, desde a participação anarquista nesse processo, mas com destaque para a compreensão de como se constituíram os sindicatos na área educacional.

Após toda essa contextualização no seu capítulo terceiro, a autora apresenta a história da AFUSE. Essa pesquisa traz como elemento a contradição dos sindicatos no período do estudo, se por um lado, parte dos sindicatos estava sob o domínio do poder estatal, por outro, surgiam entidades que combatiam a repressão e resistiam ao regime ditatorial, constituindo o movimento que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”.

O Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (AFUSE) foi criado no mesmo ano da fundação da FASUBRA, o que nos interessou bastante e nos ajudou a compreender esse período histórico e as lutas das entidades sindicais e das associações em prol das suas bandeiras reivindicativas corporativas e do seu envolvimento com as lutas políticas e sociais que emergiam pelo país.

Esse período foi profundamente marcado pela vigência do regime ditatorial militar, provocando muitos embates na sociedade brasileira, nomeadamente as questões vinculadas ao contexto educacional, atreladas às práticas sindicais dos trabalhadores em educação do país. (MIGUEL, 2016, p.129)

Destacado pela pesquisadora como algo importante foi o levantamento de inúmeras fontes sobre a entidade, tanto fontes primárias, quanto fontes secundárias.

Um ponto importante ressaltado no estudo é o caráter educativo da AFUSE. Isso se dava nas diversas publicações criadas pela entidade que tinha como foco informar, formar e democratizar as discussões. (MIGUEL, 2016)

Para a pesquisadora foi possível fazer uma análise da participação da AFUSE nos congressos e debates educacionais através dessa massa documental levantada na pesquisa, chegando à conclusão de que a

[...] AFUSE representa, na tese defendida, o despertar da autoconsciência coletiva, capaz de incorporar e produzir teorias, impulsionar a criação e o fortalecimento de instituições próprias do mundo do trabalho, como o caso da CNTE e da CUT. São valores e solidariedade social que a distinguem no conturbado cenário educacional

dos fins do século XX, tão favorável ao desmantelamento do patrimônio público, às privatizações e ao cultivo do individualismo desprovido de apreço pela cidadania e da ética social. (MIGUEL, 2016, p. 215)

Até esse momento, com o desenvolvimento dessa revisão da literatura, trouxemos para o debate as pesquisas preocupadas com as entidades que atuam na educação básica, o que nos ajudou a ter um panorama sobre as lutas dos trabalhadores em educação para além do escopo docente. Agora vamos adentrar outras entidades voltadas para a educação superior, para tentar compreender se as lutas, disputas e conquistas se assemelham mesmo em outro estágio da educação, mas não menos importante, a educação superior.

Com esse objetivo trazemos para as páginas do presente estudo, a tese de doutorado em educação, de Cássio Hideo Diniz Hiro, “Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978 -1988)”, defendida em 2017.

A pesquisa tem como referencial teórico, o materialismo histórico e dialético, preocupando-se em localizar e compreender a presença do Sindicato dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (SINTUSP) na história da educação brasileira.

O pesquisador aponta a falta de estudos relacionados ao tema, como um dos entraves encontrados no seu percurso, trazendo a proposta de tirar esses trabalhadores da educação do “ocultamento”. Os temas levantados para o início do debate sobre a pesquisa estão relacionados ao embate sobre a nomenclatura utilizada no estudo, que não pode ser a mesma dos órgãos oficiais, com isso frisa as questões de ordem política e ideológica que marcam o debate acadêmico educacional.

Outro ponto é sobre a consciência de classe, que como o pesquisador menciona é importante, mas não é a centralidade do estudo. (HIRO, 2017)

O pesquisador se vale do materialismo histórico e dialético como aporte para uma análise interpretativa do período histórico recortado para o desenvolvimento das análises realizadas, ressaltando o uso das entrevistas e das demais fontes documentais reunidas durante o processo de construção do trabalho.

Alguns dos pontos que são apresentados se preocuparam em entender a organização da entidade enquanto associação e do seu caráter assistencialista, no período da ditadura civil-militar, o papel das disputas internas, já que havia resistência ao sindicalismo considerado “pelego” por aqueles que militavam na oposição sindical e traziam uma compreensão crítica do seu papel político, principalmente, influenciados pelas concepções do Novo Sindicalismo.

A fragmentação e a burocratização das entidades sindicais foram outros temas que aparecem no estudo analisado. A tese termina suas análises tentando responder se os processos de lutas, no qual, o SINTUSP estava envolto contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência de classe.

De forma geral, a consciência de classe, na sua acepção leninista, não foi alcançada no período estudado:

Mas cabe aqui uma interpelação. A atuação das organizações políticas no interior do movimento garantiu que a categoria desenvolvesse de fato a sua consciência de classe? Aliás, a própria consciência de classe fez-se presente na categoria como um todo? Se analisarmos a história do país, seus acontecimentos, e também as falas de nossos entrevistados, concluiremos que não. (HIRO, 2017, p.99)

Entretanto, o pesquisador afirma que os processos sindicais são fundamentais no desenvolvimento da consciência de classe enquanto constituinte da realidade histórica e social, defendendo ainda

[...] que se pode estabelecer a proposição de que a consciência de classe se expressa e pode ser localizada na história da educação brasileira na medida em que concebemos que a luta dos seus trabalhadores é parte inalienável do movimento em defesa da escola pública, gratuita e laica e de qualidade para todos, desde tempos muito remotos; tendo visibilidade social em momentos cruciais, como foi o caso da Campanha da Escola Pública, nos fins da década de 1950, nas discussões em torno da tramitação da LDB, no início dos anos 1960; tem sequência como coorganizadores das Conferências Brasileiras de Educação que percorreram, nos anos 1980, o país inteiro e somaram-se ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB e, já nos umbrais do século XXI, na elaboração de propostas alternativas do Plano Nacional de Educação, na efetivação dos Congressos Nacionais de Educação, realizados por volta de 1996 e 1997. (HIRO, 2017, p.105)

A pesquisa não aponta as categorias de análises, mas fica nítido que a grande categoria é a luta de classes, e a grande questão a ser desvendada era sobre a contribuição dos sindicatos no desenvolvimento da luta de classes.

Por fim, a pesquisa “A carreira dos técnico-administrativos em educação: Movimento de resistência à política do MEC e um constante recomeço”, apresentada publicamente como tese de doutorado defendida, em 2018, na Universidade Federal do Amazonas, de autoria de Carlos Augusto Gomes de Almeida, apresentou um momento da história da FASUBRA, envolvendo a proposta da entidade na criação de um projeto de Universidade.

A preocupação maior da tese é a discussão sobre a carreira dos técnicos administrativos das universidades públicas federais, e sua contextualização histórica e embates políticos, localizando o papel da FASUBRA na representação desses trabalhadores, o

autor dedicou um capítulo à entidade, no qual destaca essa importante bandeira de luta levantada pela entidade: a Universidade Cidadã.

Esse projeto da FASUBRA também nos chamou a atenção e será analisado nessa pesquisa que realizamos. Portanto, se fez necessário compreender o estudo já realizado, para que os nossos esforços não se tornem repetitivos e possamos analisar esse projeto por outra perspectiva.

Almeida (2018) traz algumas denúncias no seu trabalho, de como a elite brasileira postergou a criação de universidades brasileiras, já que tinham condições de mandar seus filhos estudarem em outros países, mas, quando finalmente foi criada, se fez com um caráter elitista.

Outro debate apresentado pelo autor foi a diferença da atividade meio, para a atividade fim, e de como essa relação subalternizava a categoria. Com a defesa da carreira dos técnicos administrativos, criou-se um embate entre propostas que iam à contramão das reformas neoliberais no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os organismos multinacionais foram elencados como responsáveis nesse processo de diminuição do Estado, e desmonte das universidades públicas.

A parte dedicada à FASUBRA traz alguns elementos já encontrados em outros estudos como as disputas internas e as fragmentações geradas dentro da entidade. Almeida (2018) destaca que apesar desses aspectos encontrados, a pluralidade de pensamentos e correntes políticas é algo positivo dentro dos sindicatos e associações.

1.5 Pontos convergentes nas pesquisas apresentadas

Em busca de subsídios para o desenvolvimento do exame crítico e contextualizado da trajetória da FASUBRA, considerando os seus aspectos corporativos, políticos, suas proposições educacionais e a singularidade da sua contribuição na história da educação brasileira, realizamos um razoável apanhado dos estudos preocupados com os trabalhadores em educação.

Essa leitura mais atenta desses trabalhos ajuda a perceber as aproximações dos trabalhos estudados. O referencial teórico se prende ao materialismo histórico e dialético e mesmo quando não é anunciado explicitamente, acaba sendo nítido ao observar os autores utilizados pelos pesquisadores. Com exceção de um trabalho, essas pesquisas valorizam as fontes orais na construção dos estudos, com pesquisas qualitativas, com entrevistas

semiestruturadas. Alguns trabalhos anunciam as categorias de análises, mas os que não anunciam, são facilmente identificadas.

O período histórico das pesquisas está localizado na história do tempo presente, o que possibilita a utilização das fontes orais como parte fundamental da pesquisa, o que na maioria dos casos não tira o valor de outras fontes, como documentos, atas congressuais, jornais das entidades, panfletos e também jornais da grande imprensa.

As pesquisas, ao se localizarem em recortes temporais semelhantes aos que estamos desenvolvendo, contribuem para que possamos ter um panorama mais amplo dos principais acontecimentos da época da história que foi percorrida pelo país, no mundo, quando não da localização temporal nas lutas de outras entidades que intervieram nesses mesmos momentos.

Foi possível recolher desses estudos, algumas pistas e questionamentos que nos possibilitaram estabelecer uma melhor compreensão dos entraves à luta dos trabalhadores em educação, tais como as disputas sindicais, a burocratização das entidades, a cooptação das lideranças pelas classes dominantes e autoridades governamentais.

Compreendemos como os processos históricos de resistência à ditadura civil-militar, foram importantes para a constituição de um *Novo Sindicalismo* e de como a luta de classes foi se desenvolvendo, tanto nesse período de repressão, quanto em outros períodos como o da transição democrática e, depois, com a vigência da democracia no país.

No último estudo destacado, é apresentado o “Projeto da Universidade Cidadã”, uma proposta importante da FASUBRA como uma ação contra os avanços neoliberais, porém, o documento não é analisado com profundidade.

Seção 2: Panorama histórico educacional da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985)

Na presente subseção dos estudos que realizamos sobre a presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras [FASUBRA] na luta por um projeto de universidade para a classe trabalhadora (1978-1995), nos pareceu importante caracterizar alguns aspectos da história da educação brasileira e o seu desenvolvimento a partir de 1964.

A apresentação das informações que se seguem e os andamentos dessas análises estão vinculados aos seminários que organizamos de forma sistemática, no interior do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), do Programa de Pós-Graduação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sob a coordenação do professor Carlos Bauer.

A partir do golpe civil-militar de 1964, as pessoas que atuavam na educação brasileira, tais quais outros setores da vida nacional, também, foram vítimas das ações truculentas e autoritárias que haviam se instalado de forma golpista no país naquele momento.

Uns sem números de reformas foram efetuadas em todos os níveis das relações de ensino e aprendizagem, sendo impostas de forma vertical, de cima para baixo, sem contemplar qualquer tipo de consulta, diálogo com setores diretamente envolvidos nos processos educacionais, leia-se, os funcionários, os coordenadores, os diretores, os estudantes, os professores. Enfim, todos aqueles que constituem as relações educacionais propriamente ditas, foram excluídos de qualquer perspectiva de consulta, de diálogo que pudessem contribuir com os rumos e as discussões da educação nacional naquele momento.

Rapidamente os resultados dessa perspectiva autoritária se fizeram sentir, com elevados índices de retenção, ou repetência, para usar uma terminologia própria daqueles dias, evasão escolar desmedida, escola sem recursos materiais e mesmo falta de pessoal. Os professores nesse momento foram pessimamente remunerados, desmotivados para exercer o ofício de ensinar.

As taxas de analfabetismo foram muito grandes, Otaiza Romanelli (1986) em sua história da educação brasileira nos apresenta dados muito interessantes e perturbadores sobre esse período, mostrando de forma muito nítida os altos índices de analfabetismo que o país alcançou ao longo dos anos de ditadura.

O regime autoritário que havia se instalado no país em 1964, com a deposição golpista do presidente da república, tinha entre os seus objetivos frear os avanços e conquistas populares que estavam avançando com as reformas de base do governo de João Goulart.

No campo político administrativo, muitas pessoas que constituíam, por exemplo, os poderes legislativos locais, estaduais e o federal tiveram seus mandatos cassados. Muitos parlamentares e políticos que atuavam em outras esferas foram exilados, incontáveis funcionários públicos foram destituídos dos seus cargos. Constituíram-se inquéritos policiais e militares, indiscriminadamente. A população brasileira foi impedida de exercer o seu voto na escolha dos governadores, dos prefeitos das capitais, do Presidente da República e também dos municípios considerados como de segurança nacional.

Do ponto de vista econômico, o processo de aceleração da concentração da riqueza em poucas mãos como, por exemplo, no controle da propriedade da terra se fez realizar com o estímulo governamental ao estabelecimento dos latifúndios e do financiamento das atividades agrário exportadoras.

A questão da reforma agrária que vinha sendo discutida há muito tempo na sociedade brasileira e a perspectiva de realização de uma reforma urbana tão necessária, e também debatida como solução para os grandes problemas que se avolumavam e cresciam nas grandes metrópoles brasileiras, foi esquecida. Priorizando-se a expansão do grande latifúndio agrário industrial e a especulação urbana.

Uma parte significativa dos sindicatos foi invadida, tiveram seus dirigentes cassados, afastados, quando não presos ou, mesmo, mortos, pela truculência policial, que então se realizou, contra esse segmento importante da sociedade civil brasileira.

O desemprego cresceu muito nesse período. As taxas de desemprego se avolumaram e os processos de concentração de renda também se fizeram através do impedimento do aumento da massa salarial brasileira.

Em linhas gerais, a condição de vida da população era muito precária e instável no campo, trazendo um enorme êxodo rural. Esse período é um dos que acompanhou uma das maiores movimentações da população brasileira que residiam no campo em direção às grandes e médias cidades brasileiras.

Pode-se dizer que milhões de brasileiros migraram nesse momento, em busca de melhores oportunidades e, principalmente, trabalho e escolarização nos grandes centros urbanos do país.

No que diz respeito à educação, os avanços que haviam sido notados na organização estudantil, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, com a criação e a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), contribuindo e discutindo os grandes temas que afligiam o país, como por exemplo, o analfabetismo, a importância da cultura

popular e tantas outras questões, sofreram as investidas da ditadura, com estudantes sendo presos, exilados e mesmo exterminados naqueles dias sombrios.

Já nos primeiros dias da ação golpista, mais precisamente em nove de novembro de 1964, foi baixada a lei 4.464, conhecida como lei Suplicy de Lacerda, então, Ministro da Educação. Entre outras coisas, a lei tinha como principal objetivo, procurar debelar, diminuir, aniquilar a importância do movimento estudantil.

Para isso, entre as suas artimanhas procurou transformar as entidades dos estudantes em órgãos dependentes de verbas e de orientações educacionais e políticas emanadas diretamente do Ministério da Educação.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade e substituída por um conjunto de organizações criadas pelo regime ditatorial, como é o caso do Diretório Nacional dos Estudantes. As uniões estaduais de estudantes, muito ativas e que haviam colaborado na formação de importantes dirigentes estudantes pelo país afora, foram substituídas também, e postas na clandestinidade.

Os estudantes foram proibidos de se reunir e discutir seus problemas culturais, educacionais, acadêmicos, suas perspectivas profissionais e sua atuação no seio da sociedade. As manifestações que vinham ocorrendo já há alguns anos em defesa da ampliação do acesso ao ensino superior, foram duramente reprimidos.

Ocorre que mesmo na realidade, e com a interdição dos seus estabelecimentos e suas sedes, as entidades estudantis continuaram atuando. A UNE realizou uma série de manifestações e a sua atuação se deu no âmbito daquilo que se convencionou chamar de clandestinidade, pois estava impedida de atuar pública e livremente no cenário político nacional.

Diante do crescimento da repressão e das investidas ditatoriais contra as organizações estudantis, em março de 1968, foi realizada uma grande manifestação contra a ditadura que ficou conhecida como a Marcha dos Cem Mil. Esse importante e emblemático acontecimento ocorreu devido ao assassinato do estudante secundarista, Edson Luís de Lima Souto, que foi assassinado pela polícia militar enquanto participava de uma atividade no restaurante do Calabouço, que se localizava no prédio da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano de 1968, foi realizado na cidade de Ibiúna (SP), no mês de outubro, o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, esse importante acontecimento político e organizativo estudantil nacional, foi debelado pela invasão da polícia. São marcantes as fotos dos policiais militares acompanhados de soldados do exército brasileiro

prendendo e encaminhando os estudantes em fila indiana como se caminhassem para campos de concentração.



Figura 1: Prisão de estudantes no congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP) em 1968.
Acervo do professor Carlos Bauer.

No momento em que o congresso foi finalizado pela invasão policalesca e criminosa do aparato repressivo do Estado brasileiro naquele momento, aproximadamente mil estudantes foram conduzidos para as prisões.

Estudantes oriundos das mais diferentes regiões do país foram arbitrariamente e ilegalmente interrogados, uma parte significativa desses estudantes foi conduzida para o presídio Tiradentes, localizado na capital do Estado de São Paulo, sendo submetidos a sessões de tortura psicológica e física, foram fichados, fotografados e considerados subversivos.



Figura 2: Prisão de estudantes no congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP) em 1968.
Acervo do professor Carlos Bauer.

A totalidade desse acervo material, inclusive, pode ser consultada no arquivo do Estado de São Paulo, na seção sobre o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), na qual estão registrados os vestígios documentais desse momento trágico, vivido pelos jovens que atuavam nas fileiras da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro de 1968.

Ainda nesse ano, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), por este instrumento de intervenção autoritária na organização política legislativo do país, se atribuiu plenos poderes ao presidente, inclusive, de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares e de membros dos poderes executivos, suspender os direitos políticos.

Professores, estudantes e funcionários das instituições de ensino também teriam uma espécie de AI-5 específico, um decreto-lei nº 477 editado em 26 de fevereiro de 1969, que trazia uma série de medidas discriminatórias contra aqueles que na óptica do regime estariam cometendo infrações no âmbito das relações escolares, por exemplo, em seu artigo primeiro se dizia “comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário, ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que primeiro: incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação da atividade, escolar participe desse movimento”. Segundo: “atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações de qualquer natureza, dentro de estabelecimento de ensino, como fora dele”. Terceiro: “pratique atos destinados a organização de movimentos subversivos, passeatas desfiles ou comícios não autorizados, ou deles participe”. E segue uma série de medidas repressoras contra os membros da comunidade estudantil naquele momento.

2.1 As reformas universitárias e as mudanças trazidas pela Lei nº 5.540/1968

Durante a vigência da ditadura civil-militar entre os anos de 1964 a 1985 foram muito importantes as lutas desempenhadas pelos estudantes, professores e funcionários que atuavam nas universidades brasileiras durante aqueles anos, conhecidos como anos de chumbo. Anos áridos e difíceis para o conjunto da sociedade brasileira e aqueles que atuavam no interior das universidades não constituíram uma exceção, foram vitimados e duramente atacados pelo regime opressor que, então, controlava de forma ditatorial as instituições do Estado brasileiro.

Os estudantes e os professores desempenharam um papel muito importante na luta pela democratização do acesso às vagas do ensino superior. Não é por acaso, portanto, que o

regime considerou os estudantes que atuavam na vanguarda dos movimentos estudantis e os professores que desempenhavam um papel crítico e analítico da realidade que a sociedade brasileira, então, experimentava, fossem caracterizados como subversivos e inimigos do regime.

As vagas no ensino superior público no Brasil sempre foram muito restritas, com raros momentos de expansão e acesso de amplas parcelas da população brasileira ao ensino universitário público, gratuito e laico. Essa carência de ofertas de vagas fez com que muitos movimentos fossem gestados ao longo da história da educação do país.

Durante os anos de ditadura civil-militar, mesmo diante de toda a repressão e a perseguição que aqueles anos produziram, o movimento estudantil não abriu mão de reivindicar o ensino público e gratuito para todos.

É muito importante, principalmente quando nos atentamos às formas de organização dos professores que atuavam nas universidades brasileiras, lembrar de que os servidores públicos não poderiam constituir sindicatos naquele momento histórico.

A chamada Reforma Universitária da ditadura civil-militar, consubstanciada pela lei da Reforma Universitária, precisamente, a lei 5.540, decretada no dia 28 de novembro de 1968, trouxe uma série de movimentações no interior da universidade brasileira. Uma cadeia de questionamentos mesmo diante daquele momento de arbítrio, repressão e a eliminação, muitas vezes pela força, do debate público e democrático, sobre os rumos das instituições do Estado Nacional.

Para aquele que se interesse em ampliar o conhecimento sobre esses nevrálgicos acontecimentos, merece atenção o portentoso estudo *A Universidade reformada*. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior (1988), realizado pelo professor Luiz Antônio Cunha, sobre esse período, constituindo-se numa referência muito importante para uma compreensão crítica e profunda, ampla e extremamente bem contextualizada desse momento histórico da história da educação brasileira.

A Reforma universitária de 1968, em linhas gerais, trouxe as seguintes transformações e mudanças no ambiente acadêmico nacional. A extinção da Cátedra e sua substituição pelo Departamento e a introdução de uma carreira universitária aberta, o abandono do modelo de faculdade de Filosofia e a organização da universidade em unidades, dedicadas ao ensino e a pesquisa. As faculdades e escolas isoladas passariam a ser destinadas àquilo que chamava na época de formação profissional.

A introdução de currículos flexíveis, cursos parcelados semestrais, com introdução do sistema de créditos. A introdução dos exames vestibulares unificados e dos

ciclos básicos comuns aos estudantes nos diversos cursos. A instituição regular de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, bem como os cursos de curta duração.

Evidentemente, isso é apenas uma síntese das mudanças que a Reforma Universitária instituída pela lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, trouxe para o cotidiano universitário brasileiro de então, razão pela qual reiteramos que, para um aprofundamento desta problemática, a obra de Luiz Antônio Cunha, é capital e decisiva.

Essa não era a reforma que os estudantes e professores reclamavam. A universidade, principalmente para aqueles que atuavam nas fileiras do pensamento crítico e questionador do momento que o Brasil vivia, exigia transformações mais profundas e que pudessem ampliar a participação de diferentes segmentos sociais no seu interior, aliás, como salientava o professor Florestan Fernandes (1975), apontando o caráter elitista que a universidade brasileira representava.

Uma universidade elitista e de classe, era necessário, portanto, transformá-la numa universidade crítica, democrática, livre e aberta para amplos setores da população brasileira. O debate, portanto, se colocava do ponto de vista dos movimentos estudantis, pelo posicionamento crítico por professores, funcionários e outros personagens do ambiente acadêmico, o sentido de postular uma ampliação do acesso à universidade em bases públicas e não privatistas, como então vinha ocorrendo durante aquele período.

Na preciosa análise do professor Cunha (1988), a extinção das Cátedras e a criação dos Departamentos, preconizados pela Reforma Universitária, acabou permitindo a intensificação dos processos burocráticos e a centralização do poder no interior dessas instituições, principalmente, aquele exercido no âmbito das diretorias e dos reitores que, então, eram nomeados.

2.2 A Lei 5692/1971 como expressão do ataque à formação humana na Educação Básica

Um dos momentos que trouxe grande transformação no cotidiano educacional brasileiro durante a vigência da ditadura civil militar, que vigorou entre os anos de 1964 a 1985, foi a decretação da lei 5.692, exatamente no dia 11 de agosto de 1971, operando uma profunda e estrutural mudança no ensino de primeiro e segundo graus reinante no país, inclusive, com forte impacto nos movimentos associativistas dos professores e outros segmentos que atuavam na escola pública brasileira.

Merece destaque, nesse sentido, numa análise profunda muito bem documentada, com a utilização das fontes orais e a realização de entrevistas com os protagonistas que

atuavam no ensino público básico brasileiro naqueles dias, a tese de doutorado do professor Amarílio Ferreira Júnior, uma das principais referências na análise das consequências da reforma do ensino de primeiro e segundo graus que se produziu com a lei 5.692/1971, no cotidiano da organização dos professores brasileiros.

A lei 5.692/1971 foi imposta pela ditadura sem qualquer preocupação em envolver ou criar condições efetivas para que os professores, os estudantes e demais interessados nos rumos da educação brasileira pudessem se manifestar. Formalmente o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional nos termos do artigo da Constituição, então, vigente, uma Carta que havia sido adulterada, em 1969, de forma autoritária. Mas que preconizava que o Congresso Nacional deveria apreciar e analisar essas propostas que mexiam e transformavam profundamente a estrutura do ensino básico brasileiro.

Como a ditadura tinha ampla maioria, pode-se dizer, o controle absoluto dos congressistas que atuavam na Aliança Renovadora Nacional (Arena), uma legenda política que foi criada após o golpe de 1964 para abrigar aqueles que apoiavam o regime, nas instituições legislativas locais, regionais, na Câmara Federal e no Senado da República.

A Arena, objetivamente, era o partido do governo brasileiro, que congregava aqueles que apoiavam os rumos que o regime vinha dando para a nação. Não houve nenhum problema político ou qualquer óbice legislativo, portanto, na aprovação da 5.692/1971.

Ocorre que, muito embora essa lei tenha sido facilmente aprovada, a realidade educacional brasileira estava muito longe de ser modificada pelos seus desígnios, no ponto de vista de uma ampliação e de uma participação ativa da comunidade escolarizada de alunos, professores, funcionários, diretores e outros personagens interessados nessa problemática.

Contudo, pelo cunho autoritário que ela representava, a Lei 5.692/1971 trazia ambição de operar uma mudança profunda nas relações de ensino e aprendizagem daqueles dias.

Quando estamos preocupados com o ensino básico voltado para formação humana e a sua contribuição na constituição de pessoas críticas, participativas, compromissadas com a edificação e a consolidação da cidadania, rapidamente, chegamos à conclusão que essa reforma que a ditadura procurou incrementar, trouxe sérios prejuízos ao ordenamento educacional brasileiro.

Vale lembrar disciplinas importantes preocupadas com uma formação crítica e participativa dos estudantes foi subtraída dos currículos escolares. De fato, disciplinas como Geografia, História, Filosofia, Sociologia e Psicologia, por exemplo, deixaram de existir, sendo substituídas, compulsoriamente, por disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC),

naquele que se chamava de Primeiro Grau e, por Organização Social e Política Brasileira (OSPB), no Segundo Grau.

Esse momento muito perturbador tem nos motivado a procurar suas repercussões na organização associativista e sindical dos trabalhadores em educação.

Como vimos, anteriormente, o professor Amarílio Ferreira Júnior (1998) estudou, exatamente, esse período e o impacto que a 5692/1971 trouxe para o cotidiano dessas associações, principalmente, do ponto de vista do esforço de uma organização nacional representada pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), mais tarde transformada na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Seção 3: Presença da FASUBRA nos processos históricos educacionais do Brasil contemporâneo (1978-1995)

3.1 A fundação da FASUBRA

Fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras, definindo-se como uma entidade sindical democrática, sem caráter religioso ou político-partidário e independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias. Representa todos os trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições vinculadas ao ensino superior a ela associadas, em todo o território nacional, totalizando mais de 150 mil trabalhadores.

Conforme aparece registrado em seus documentos estatutários, a FASUBRA Sindical tem como sustentáculo da luta um compromisso de classe, libertário e transformador. Pauta suas ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras Entidades e movimentos sociais, bem como na construção da universidade cidadã para os trabalhadores.

Ao longo de sua longa existência, propôs-se como entidade crítica e propositiva, somando-se na construção de projetos de relevância para os trabalhadores da educação e para a sociedade em geral, dentre os quais se destacam o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores (PUCT), que propõe um novo modelo para a Universidade Pública Brasileira, que se transformou no PL 7.398/2006, apresentado à Câmara dos Deputados, pela deputada Fátima Bezerra (PT/RN), destaca-se como um manifesto em favor de uma universidade voltada para os interesses dos trabalhadores.

Essas propostas, conforme as informações disponíveis no site da entidade foram construídas na perspectiva de inclusão de todos os atores envolvidos no processo de educação, que garanta inclusão, relevância social, para o estabelecimento de uma educação libertadora, embora tenha uma origem sindical, não se trata de uma proposta corporativa.

O Projeto do Plano de Cargo Único (PCU), que serviu de subsídio para a elaboração do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei 11.091/2005. Afora esses projetos antes referenciados, há em construção o Projeto Memória, que busca resgatar a história de luta e os acontecimentos que se constituem no patrimônio sociopolítico da federação, bem como facilitar o trabalho de pesquisadores dos temas sindicais.

Assim, a FASUBRA Sindical, de forma incisiva, dá corpo à luta em prol da educação pública, bem como em defesa dos direitos e da valorização dos trabalhadores em

educação dos Institutos Federais de Educação (IFEs), vislumbra continuar buscando cumprir seu papel e resgate de sua função social, embasada numa ação crítica e transformadora.

A partir de 1964, a história do país se transformou drasticamente, com a decretação do golpe de Estado e com a tomada do poder pelo uso da força, impôs-se a perda de direitos civis, suprimiu-se a liberdade política, a autonomia de organização e de livre manifestação das ideias deixou de existir, trazendo o rompimento institucional na curta democracia que o Brasil havia experimentado desde 1945.

A compreensão crítica deste período e o processo de lutas sociais que foram desencadeadas pela retomada da democracia brasileira é de crucial importância para nós, na medida em que a FASUBRA foi fundada em 1978, num momento da história em que as liberdades civis estavam proscritas, inclusive, aos funcionários públicos não era facultado se organizarem em sindicatos.

Para escapar desse controle, muitas categorias de trabalhadores usaram o artifício de criarem associações, algo que era permitido pelas leis vigentes. Do ponto de vista meramente esquemático, podemos dizer que havia dois tipos de entidades: as combativas, que questionavam o ordenamento das políticas públicas determinadas pelo regime ditatorial, que se organizavam e lutavam pelas transformações estruturais do país; e aquelas que se preocupavam com questões de caráter corporativo, de cunho assistencialista e preocupações imediatas dos seus representados.

Ao longo dos anos de ditadura, as entidades se movimentavam como era possível, com as associações atuando dentro da legalidade para conseguir articular-se e se constituírem num espaço de luta e de resistência política e social.

No âmbito do funcionalismo público, uma parte considerável dos sindicatos atuais, em algum momento de sua história se constituiu na forma de associação, pelo menos, até a promulgação da Constituição de 1988, quando os sindicatos dos funcionários públicos puderam ser legalizados.

Na ilegalidade foi isso que eu já te falei. Nos éramos proibidos pela Constituição Federal de ter sindicatos, e nos construímos, muitos deles eram associações durante a ditadura, por que eram associações recreativas, tinham clubes, tinham médicos, advogados e etc. E na verdade houve uma transformação. A FASUBRA deu esse caráter mais político sindical de luta contra o governo, de luta pela carreira, de lutas mais gerais em defesa do serviço público. No caso nosso da FASUBRA em defesa da universidade pública, gratuita de qualidade, então, isso é a parte legal, digamos naquela ocasião. E a parte ilegal, lógico, nos tentávamos com isso de transformar uma associação num sindicato, então, usava-se essa fachada da associação para manter a legalidade, fazer um diálogo com a legalidade já que a gente era proibido pela Constituição de ter sindicatos e de fazer greves. E nós fizemos greves e construímos sindicatos. (MENEZES, Bernadete de Lurdes Rodrigues, p. Li, 2021)

A FASUBRA, nas palavras de Bernadete de Lurdes Rodrigues de Menezes, (2021), foi uma das primeiras entidades que eram associações, e se transformaram em sindicatos e assumiam as novas responsabilidades, porém, com um viés que não poderia desconsiderar as demandas recreativas e de caráter assistencialista que haviam marcado suas origens.

De fato, as mudanças da FASUBRA não aconteceram, necessariamente, logo na sua fundação, em 19 de dezembro de 1978, em João Pessoa (PB), priorizando as questões de assistência e recreação aos associados, mas, como aparece registrado no memorial desta entidade, a sua história se transformou ainda dentro do período da ditadura (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, p. 6, 2018).

Corroborar com essa caracterização, o posicionamento de João Batista Oliveira de Araújo (Ano 2021, p. III), quando nos disse, em entrevista, que “em (19)78 a FASUBRA foi criada, mas, não tinha participação nenhuma no movimento sindical de enfrentamento da ditadura e coisa assim.”

Para compreender os anos a partir de 1978, e as lutas sociais e políticas do objeto da pesquisa é necessário voltar ao passado, e entender todas as mudanças realizadas pelo governo ditatorial desde a tomada ilegal do poder. Nesse sentido, passaremos pela história anterior à fundação da FASUBRA, pelas mudanças educacionais trazidas por esse governo. Para que, assim, seja possível compreender as ações da FASUBRA no âmbito das ações políticas, sociais e educacionais.

3.2 Das principais conquistas da FASUBRA

Pelo que pudemos apurar desde o início dos anos 1980, a entidade vem ganhando espaço e procurando participar continuamente na construção das pautas governamentais voltadas para o ensino superior, apresentando proposições e apoiando os embates que culminaram em significativas conquistas para a categoria dos trabalhadores técnico-administrativo em educação das universidades brasileiras, dentre as quais se destacam algumas importantes conquistas, que nos foram sumariadas por João Batista Oliveira de Araújo (2021)

Em 1986, a participação nos movimentos em defesa da universidade pública e gratuita contra os setores governamentais que defendiam sua privatização, a organização da

greve dos servidores administrativos e, no mesmo ano, a filiação a Central única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1987, por pressão do movimento, foi implantado o Plano Único de Classificação e Reestruturação de Cargos e Empregos (PUCRCE).

Em 1988, durante a Constituinte, juntamente com outras entidades da área da educação e do movimento social, a Federação integrou o Fórum Nacional sobre Educação, Ciência e Tecnologia e apresentou uma proposta de universidade popular.

Em 1988, o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação participou dos movimentos em defesa da participação popular na constituinte, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e apresentou sua proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se transformou no PL 1258/[19]88, no Congresso Nacional. Uma vez construída a nova Constituição Nacional, ficou “garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”, através do Art. 37. (BRASIL, 2016)

Na argumentação de João Batista Oliveira de Araújo (2021), durante os anos de 1989 e 1990, a federação integrada com outras entidades da área da educação e movimentos sociais, desenvolveu um amplo processo de mobilização pela aprovação da LDB, construída coletivamente e democraticamente pelo movimento em defesa da escola pública. Mas, como sabemos, essa proposta foi vencida no Congresso Nacional pelo substitutivo do Senador Darcy Ribeiro.

Em 1990, a FASUBRA teve um papel importante na aprovação e incremento do Regime Jurídico Único (RJU). Em 1991, na luta em defesa da Universidade Pública, a Federação participou do movimento de mobilização que derrotou a PEC 56 B, através da qual o governo propunha a transformação das IFES num novo ente jurídico com caráter privatista.

Nas palavras de Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes (2021), a década de 1990 foi também marcada pela instalação da Agenda Autonomia Universitária, com a participação da FASUBRA, ANDES, ANDIFES e MEC, que impulsionou o debate entre as Entidades da Comunidade Universitária e em todas as Bases da Federação. Ainda na década de 1990, a FASUBRA promoveu encontros e desenvolveu atividades com militantes do movimento antirracismo, que marcaram a Entidade como de vanguarda na discussão sobre a questão do negro e a educação, sendo a primeira federação a instituir, em suas instâncias, uma Coordenação para trabalhar as questões sobre antirracismo.

Em 1995, foi intensificado o debate sobre a construção do Projeto de Universidade cidadã para os trabalhadores, com a destacada participação da FASUBRA na

elaboração desta proposta, razão pela qual dedicamos, mais adiante, uma seção específica para a sua apresentação e análise do seu teor.

Conforme informado pelos ativistas sindicais que entrevistamos, em 1997, a FASUBRA lançou os alicerces do Projeto Memória, que busca resgatar a história de luta e os acontecimentos que se constituem no patrimônio sócio-político da Federação; em 1998, na luta em defesa da universidade pública, por pressão do movimento foi derrotada no Congresso Nacional e retirada do cenário nacional a PEC 370, que tratava da Autonomia universitária, com uma visão privatista.

Em 1998, foi instalada a Agenda Autonomia, com a participação da FASUBRA, ANDES, SINASEFE e UNE. Em 1998, a Federação, com outras Entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) participou da construção do Plano de Ação para disputar o Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, elaborado no II Congresso Nacional de Educação.

Em 1998, conforme nos disse Claudionor Brandão (2021), a categoria em greve unificadamente não renunciou à paridade entre os trabalhadores ativos e aposentados e, no ano seguinte, os trabalhadores técnico-administrativos em educação aprovaram o detalhamento do Projeto da Universidade cidadã para os trabalhadores, pouco depois transformado no PL nº 7.398/2006 e remetido para ser tramitado no Congresso Nacional como uma proposta de modelo de universidade elaborado pelos trabalhadores da educação.

3.3 Ditadura civil-militar: um período de lutas

Os anos da ditadura civil-militar instalada em 1964 são muito controversos e polêmicos na história, trazendo como herança um conjunto de relações sociais, políticas e econômicas presentes no cotidiano na sociedade brasileira.

Razão pela qual sua interpretação e sua análise, dos mais diferentes âmbitos da vida nacional tem se mostrado permanente e fecundo, inclusive porque muitas pessoas que se envolveram estão vivas, atuantes e presentes no cenário nacional, tanto do ponto de vista do controle tirânico, autoritário e golpista que se fez das instituições do Estado, como, também, muitas daquelas que se empenharam em lutar e em participar das atividades da sociedade civil, para que houvesse a possibilidade do restabelecimento da vida democrática brasileira. A todo momento, portanto, surgem questões novas, questionamentos relativos a esse momento trágico marcado pelo infortúnio, pela perseguição, sofrimento humano, prisões, banimentos de pessoas, mortes e torturas que, evidentemente, jamais podem ser esquecidos.

Não temos a pretensão, ao longo dessas páginas, de trazer qualquer ponto de vista novo, inusitado, não estamos pesquisando, estudando e procurando compreender em profundidade a história da ditadura civil-militar instalada em 1964, as conjecturas que apresentamos têm como principais subsídios os seminários que organizamos no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), os estudos, as referências bibliográficas, a consulta aos autores que se dedicaram com mais esmero e atenção a esse conturbado período da vida social brasileira, sob a coordenação do professor Carlos Bauer.

É importante notar também, o que diz respeito a muitas entidades que procuravam representar, por exemplo, os professores, atuavam no ensino público municipal, estadual e federal, tiveram uma participação destacada no que diz respeito à perspectiva de construção das lutas sociais contra o Estado autoritário ditatorial que vigorou durante mais de 20 anos.

A participação, por exemplo, de professores será um ponto destacado da intervenção das associações nas lutas sociais que se desenvolveram quanto aos arbítrios e às limitações das liberdades democráticas que foram impostas ao conjunto da sociedade brasileira. Pode-se dizer, inclusive, que houve muita ousadia por parte de muitos educadores, no que tange ao combate do regime ditatorial.

Em um pouco mais de duas décadas de vigência da ditadura civil-militar, não tivemos um contínuo, ou mesmo uma homogeneidade, das ações das associações que procuravam representar os trabalhadores da educação durante esse longo e preocupante momento histórico experimentado pela sociedade brasileira.

Porém, evidentemente, podemos estabelecer um exercício historiográfico e realizar uma divisão de em menos três períodos, ou etapas, em que essas entidades procuraram atuar diante da ditadura. Claro que se trata apenas de um exercício historiográfico, não há qualquer rigidez, ou disposição de consagrá-los como períodos históricos definitivos na construção da história da educação brasileira, longe disso.

As afirmações dessas etapas históricas estão mais no sentido de tentar organizar o presente trabalho e verificar no seu transcurso, como as entidades que estudamos se comportaram e se movimentaram no tempo e no espaço que estudamos.

De 1964 a 1968, os dias foram marcados pela conspiração civil-militar contra o governo de João Goulart. A efetivação do golpe de Estado, a cassação de políticos da oposição, de sindicalistas e de lideranças da sociedade civil que se pronunciaram contra a derrocada do direito que então se desenvolvia no país.

Pode-se dizer que uma sociedade tão marcada pelo autoritarismo, e ações golpistas, desde a primeira hora da república, são muitos momentos que as liberdades democráticas, a livre expressão, a manifestação da sociedade civil e política, puderam ensejar e se desenvolver na sociedade brasileira.

De 1945 a 1964, o Brasil viveu uma primavera política breve, porém, importante. Momento em que diferentes forças sociais apresentavam, ao conjunto da sociedade, as suas propostas de desenvolvimento, formas de compreender como o Brasil deveria se compor e atuar no concerto geral das nações, quais seriam as perspectivas de desenvolvimento, as relações da educação com a cultura, enfim, as propostas econômicas e sociais eram colocadas à luz do dia, no debate público e democrático.

Então, estamos falando de um curto momento da história, uma primavera democrática que percorre os anos de 1945 a 1964. Mas que, com o golpe de 31 de março 1964, esta busca da efetivação, do desenvolvimento e consolidação do exercício democrático é posta abaixo.

De 1969 a 1979, nós temos um período de intensa e violenta repressão política e social, com a efetivação das restrições das liberdades democráticas, perseguições, prisões arbitrárias, banimentos, torturas e a implacável perseguição e extermínio dos movimentos de esquerda que estiveram presentes, mormente aqueles se aglutinaram em torno daquilo que se convencionou chamar de luta armada contra a ditadura reinante no país.

Algo bastante polêmico é o significado histórico da luta armada contra o regime ditatorial, de fato, trata-se de uma temática bastante recorrente nas discussões historiográficas em geral e, no que diz respeito à educação também, na medida em que uma parte importante daqueles que se envolveram na luta armada, foram recrutados junto ao movimento estudantil.

Uma parcela expressiva daqueles que pegaram em armas para derrotar a ditadura no seu próprio terreno, no terreno militar, saíram dos bancos escolares do ensino médio mas, principalmente, do ensino superior, como também, dos quadros docentes que atuavam nas universidades públicas se envolveram diretamente nesse tipo de ação.

Há um conjunto de autores que se debruçam sobre essa temática, com alguns clássicos que podem ser consultados. Jacob Gorender (1990), uma obra muito marcante, “Combate nas trevas”. Daniel Aarão (1990), na sua tese de doutorado, estuda exatamente a luta armada, o trabalho publicado em forma de livro com o título “A revolução faltou ao encontro”.

O professor Celso Frederico (2010), num trabalho memorável que ele realizou de muita importância e significado para os historiadores que se dedicam a essa temática,

reunindo documentos e produzindo um acervo monumental das reflexões que foram produzidas no próprio seio da esquerda, dos grupos armados e daqueles que questionavam no interior da esquerda essa perspectiva de combater a ditadura com o uso das armas.

A compreensão desse momento histórico como um todo é muito bem realizada, na tese de doutorado da Maria Helena Moreira Alves (1987), publicada com o título “Estado e oposição no Brasil”, trata os acontecimentos de forma ampla, mas também dedica uma parte importante das suas reflexões sobre as diferentes formas de resistência que se fez contra a ditadura.

Em obras voltadas para o grande público, o destaque fica por conta do jornalista Elio Gaspari (2003) que reuniu documentos até então inéditos e fez uma exaustiva pesquisa sobre o governo ditatorial no Brasil.

O resultado desse meticuloso trabalho gerou um conjunto de quatro volumes que compõe uma obra sobre a história recente do país. A obra é dividida em dois conjuntos - ‘As ilusões armadas’ e ‘O sacerdote e o feiticeiro’. ‘As ilusões armadas’ reúne os livros ‘A ditadura envergonhada’ e ‘A ditadura escancarada’. Nos primeiros anos após o golpe de 1964, o governo militar ainda relutava em se assumir como uma ditadura, daí o título ‘A ditadura envergonhada’. Mas com a edição do AI-5, no final de 1968, que suspendeu direitos constitucionais, ela se revela. Em ‘A ditadura escancarada’, são reconstituídos os momentos mais tenebrosos do regime, como a prática da tortura contra os opositores do regime e a violência empregada contra os guerrilheiros do Araguaia, um dos últimos núcleos de resistência política.

A ditadura evidentemente usou de métodos sanguinário, bárbaros, que podem ser considerados crimes de lesa-humanidade, porém, essa também é uma questão muito controversa, pela forma como foi feita a transição democrática no Brasil.

De 1980 a 1985, tivemos o que se convencionou chamar de abertura política, lenta, gradual e segura, entre aspas, que trouxe o restabelecimento das eleições diretas para os governos dos estados em 1982, para os prefeitos das capitais em 1985, e o pleito indireto realizado no âmbito do colégio eleitoral de um governo civil para ocupar novamente a Presidência da República no Brasil.

Esse período é muito significativo no âmbito das associações que representavam professores, diretores, supervisores que atuam, ou atuavam, no ambiente público, na medida em que é um período que possibilitava uma emergência muito grande, com grande densidade social e política dos movimentos que essas associações protagonizaram greves memoráveis, grandes enfrentamentos, envolvendo significativa participação social.

A FASUBRA ela fez parte de um assenso muito forte do movimento sindical nos finais dos anos (19)70 e início dos anos (19)80, que culminou com a fundação da CUT, e em particular, um movimento de professores bancários metalúrgicos do ABC, mas que em nível nacional teve expressões importantes em várias categorias. E os servidores públicos, que é interessante notar, nessa época nos éramos proibidos pela Constituição Federal de fazer greves e ter sindicatos e nos fizemos greves e construímos sindicatos em plena ditadura. Eu mesma, fui enquadrada na Lei de Segurança nacional e foi em (19)83, já era o final da ditadura, mas no Pará como era a região da guerrilha, a ditadura ainda estava muito vigente. Em fevereiro de (19)83 fui presa e em seguida fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional, pela militância, ainda não era sindical, era mais política, que eu fui fundadora do PT em (19)80 no Pará, então, essa atuação no movimento estudantil, no PT acabou me levando a prisão junto com outros companheiros junto comigo. (MENEZES, Bernadete de Lurdes Rodrigues, p. Li, 2021)

Diferentemente de outros países que não operou pactos ou acordos com os golpistas, a redemocratização foi tutelada pelas forças militares e civis que haviam se apossado do Estado de forma golpista em 1964, povoando de polêmicas a forma em que se deu a chamada transição democrática brasileira.

Conforme estudado pelo professor Carlos Bauer (1995), a resistência à ditadura militar também se realizou com movimentos sociais, populares e sindicais, com a participação da sociedade civil, por intermédio de organismos como a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), da Juventude Universitária Católica (JUC), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da chamada imprensa alternativa; e da emergência de novas lideranças políticas, nascidas e forjadas nas lutas sindicais e contra o arrocho salarial, da eclosão de movimentos de grande participação popular, como foi o caso das campanhas das Diretas Já e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Esses movimentos vão desaguar e se desenvolver no período de redemocratização, com a fundação de organismos políticos e sindicais, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Essas organizações vão ter uma importância muito grande do ponto de vista da aglutinação das pessoas que militavam contra a ditadura civil-militar, particularmente, o PT deverá se constituir num espaço de atuação política dessas pessoas, que atuavam nas esferas da educação, ocupando papéis de dirigentes das associações e dos sindicatos, e serão decisivas na organização, desenvolvimento e na consolidação política deste partido no cenário nacional.

3.4 Origens históricas da FASUBRA

A FASUBRA foi fundada em 1978, num momento em que boa parte do funcionalismo público federal “não tinha participação nenhuma no movimento sindical de enfrentamento da ditadura (...). Só que, os servidores começaram a verificar a atuação dos professores”, relembra João Batista Oliveira de Araújo (2021 p. II).

A FASUBRA rapidamente superou o assistencialismo reinante no universo associativo e tornou-se uma entidade combativa, objetivamente se colocando “contra a lei” já que a Constituição de 1967 proibia que servidores públicos fossem filiados a entidades sindicais.

Em 1981 a entidade participa do 2º Congresso Nacional de Associações Docentes (CONAD), realizado em Salvador e que tinha como objetivo unificar o movimento contra a proposta do Conselho Federal de Educação que trazia para a discussão a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, tornando-as ainda mais elitistas. (Folha de S. Paulo, 8 de julho de 1981).

12 — LOCAL — EDUCAÇÃO

FOLHA DE S. PAULO

Segunda-feira, 8 de julho de 1981

Em 30 dias, estudo para unir as contas de gás, água e luz

O presidente do Grupo de Associação e Participação (GAP) do Instituto Brasileiro de Planejamento, Roberto Prado, declarou, durante reunião com a imprensa, que o estudo para unir as contas de gás, água e luz, em 30 dias, para ocorrer estudos em torno da unificação das contas, de gás, água e luz, e eletrificação, deverá ser concluído em 30 dias.

A iniciativa, segundo Prado, tem o objetivo de unificar as contas de gás, água e luz, e eletrificação, em 30 dias, para ocorrer estudos em torno da unificação das contas, de gás, água e luz, e eletrificação, em 30 dias.



O encontro entre os grupos de trabalho para a unificação das contas de gás, água e luz.

Falta interesse aos orientadores

Estagiários do DSV não cumprem a sua tarefa

DIÁRIO ANTÔNIO CARLOS

Apesar do frio, 3 mil vão andar de bicicleta

Apesar do frio, cerca de 3 mil pessoas participaram, ontem, de uma reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília, para discutir a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A reunião, que ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, foi presidida pelo ministro da Educação, Carlos Araújo, e contou com a presença de representantes de diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O governo federal, por sua vez, está considerando a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que tem gerado muita discussão entre os estudantes e professores.

Os debates sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas são muito acalorados, com muitos estudantes e professores se opondo à medida.

Apesar do frio, cerca de 3 mil pessoas participaram, ontem, de uma reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília, para discutir a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A reunião, que ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, foi presidida pelo ministro da Educação, Carlos Araújo, e contou com a presença de representantes de diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O governo federal, por sua vez, está considerando a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que tem gerado muita discussão entre os estudantes e professores.

Os debates sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas são muito acalorados, com muitos estudantes e professores se opondo à medida.

Apesar do frio, cerca de 3 mil pessoas participaram, ontem, de uma reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília, para discutir a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A reunião, que ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, foi presidida pelo ministro da Educação, Carlos Araújo, e contou com a presença de representantes de diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O governo federal, por sua vez, está considerando a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que tem gerado muita discussão entre os estudantes e professores.

Os debates sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas são muito acalorados, com muitos estudantes e professores se opondo à medida.

Apesar do frio, cerca de 3 mil pessoas participaram, ontem, de uma reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília, para discutir a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A reunião, que ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, foi presidida pelo ministro da Educação, Carlos Araújo, e contou com a presença de representantes de diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O governo federal, por sua vez, está considerando a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que tem gerado muita discussão entre os estudantes e professores.

Os debates sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas são muito acalorados, com muitos estudantes e professores se opondo à medida.

Apesar do frio, cerca de 3 mil pessoas participaram, ontem, de uma reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília, para discutir a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A reunião, que ocorreu no auditório do Palácio do Planalto, foi presidida pelo ministro da Educação, Carlos Araújo, e contou com a presença de representantes de diversas entidades, incluindo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Conad debate projeto do MEC sobre ensino pago nas escolas públicas

THELMA MARINHO

emboço especial

SALVADOR. — O 2º Congresso Nacional de Associações de Docentes (CONAD) — movimento associativista formado pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) para defender o movimento de professores universitários, sobre cobrança de mensalidade nas universidades públicas, debate o projeto do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, em Salvador.

Representantes do CNE, que estão em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, estão sendo recebidos pelo CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

mento de análise sobre a política educacional do governo, que prevê de base para as discussões.

MOVIMENTO UNITÁRIO

O motivo da convocação extraordinária do 2º CONAD foi, segundo Thelma Marinho, presidente do movimento, a necessidade de se discutir assuntos pedagógicos e que estão no ordenamento da vida pública e universitária da Pátria, como o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, em Salvador.

Para a presidente do CONAD, a participação do CONAD na discussão de assuntos pedagógicos e que estão no ordenamento da vida pública e universitária da Pátria, como o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, em Salvador.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O CONAD, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas, está sendo recebido pelo CNE, que está em Salvador para discutir o projeto de cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

Figura 3: Folha de S. Paulo, 8 de julho de 1981

No VIII Encontro Nacional, organizado pela entidade em 1982, foram colocados na pauta os temas: Reformulação da Universidade definição dos mecanismos de implantação da representação dos (das) Servidores nos colegiados superiores; posição da FASUBRA quanto à participação na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT); na Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito; e a conquista por melhores salários e condições de Trabalho para o conjunto da Categoria. (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, p. 6, 2018)

Menezes, (2021, p. XXXVI) argumenta que a FASUBRA colaborou com várias categorias em luta no país,

“uma vez que fez parte de uma ascensão muito forte do movimento sindical nos finais dos anos (19)70 e início dos anos (19)80, que culminou com a fundação da CUT e, em particular, um movimento de professores, bancários, metalúrgicos do ABC” (MENEZES, 2021)

Em 1982, a FASUBRA permanecia junto com a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e outras entidades na batalha contra a distribuição de verba pública para Universidades privadas, defendendo a insígnia de “dinheiro público, para as escolas/ universidades públicas”, conseguindo alguns avanços como o adiamento do projeto do governo de implantação do ensino superior pago, momento esse que foi registrado pelo jornal Folha de São Paulo, de 21 de setembro de 1982.

vindicar subsídios governamentais às escolas particulares com dificuldades financeiras, questões de carreira, salário baseado em 162 horas mensais e democratização interna desses estabelecimentos.

REESTRUTURAÇÃO

Embora os docentes universitários não reconheçam no Conselho Federal de Educação (CFE) o fórum adequado para discutir a reestruturação da Universidade, a Andes vai participar de reunião com comissão especial do órgão, mas a entidade reitera pedido de audiência já solicitada à ministra Ester de Figueiredo Ferraz, para tratar do assunto.

Na segunda quinzena de outubro, a Andes pretende desencadear mobilização para encaminhar as propostas da entidade. Para isso, está em contato com a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de organizar encontro nacional entre os três grupos que integram a universidade. Nesse encontro, serão discutidas as formas de ação para levar à frente o projeto de reestruturação da universidade elaborado pela Andes e a defesa do ensino público e gratuito, uma vez que o adiamento da implantação do projeto de ensino pago nas universidades federais é considerado uma vitória da mobilização das entidades ligadas à Educação.

ELEIÇÕES

As eleições de novembro próximo

novo presidente

Flávio Dias, estudante de estatística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é o novo presidente da União Estadual de Estudantes (UEE), eleito no Congresso Anual da entidade, encerrado na madrugada de ontem, em São Caetano do Sul. Quinhentos e sessenta e quatro delegados, representando os estudantes universitários de São Paulo, participaram da eleição, em que a chapa encabeçada por Flávio Dias obteve 226 votos contra os 207 dados ao segundo colocado e os 32 obtidos pelo terceiro.

Cerca de 90% dos delegados participantes do congresso aprovaram a eleição por via indireta. Item discutido na reunião. Durante os três dias de duração do congresso, também houve debates sobre a situação nacional e educacional.

A nova diretoria da UEE comprometeu-se a encaminhar as resoluções do congresso, conforme afirmou o vice-presidente eleito, Paulo Klüss, da Fundação Getúlio Vargas. Em relação às eleições de 15 de novembro, a UEE vai congregar os estudantes a votar contra o PDS, escolhendo candidatos dos partidos de oposição.

Entre as reivindicações estão a luta contra o ensino pago, a suplementação de verbas para a Educação, o rebaixamento das taxas cobradas pelas instituições de ensino particulares e a concessão de subsídios do governo para as escolas privadas.

Figura 4: Folha de S. Paulo, 21 de setembro de 1981

De fato, durante o ano de 1982 a FASUBRA esteve diretamente ligada às greves e paralisações nacionais junto com a ANDES, o que marcou um fortalecimento da entidade. Nas palavras de João Batista Oliveira de Araújo (2021, p. III) “em (19)82 teve uma primeira greve dos técnicos administrativos, na verdade tentaram fazer, foi uma greve de 24 horas, não teve nenhum ganho salarial, mas já começava a se organizar a categoria”.

Essa foi a Primeira Greve Geral, articulada pela FASUBRA que, apesar do caráter rápido de 24 horas, objetivou chamar a atenção nacionalmente pelas pautas reivindicativas que eram para além de questões salariais. A articulação iniciou-se no ano de 1982 com o VII Encontro Nacional realizado em janeiro do mesmo ano, e o VIII Encontro Nacional da FASUBRA, arquitetada na reunião em 20 de outubro de 1982, a partir desse momento, fundou-se de vez as raízes combativas da entidade. (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, p. 7, 2018)

Em 28 de outubro de 1982, a matéria do jornal Folha de São Paulo retratava a greve articulada pela FASUBRA com o apoio de outras entidades como a ANDES, a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC), com uma pauta reivindicativa que trazia questões econômicas, o pleito pelos aumentos salariais e o questionamento da reforma universitária de 1968.

A campanha conjunta do funcionalismo federal foi decidida durante reunião, realizada no fim de semana passado, da Federação dos Servidores Universitários do Brasil (Fasubra), quando também foi aprovada a proposta de paralisação dos docentes das universidades federais autárquicas.

COM A MINISTRA

Segundo Mercadante Oliva, que esteve presente à audiência do dia 15 deste mês no MEC, a professora Ester de Figueiredo Ferraz, disse, na ocasião, "não ser de sua competência a solução de questões salariais, contrariando uma prática seguida pelos anteriores ministros, Eduardo Portela e Rubem Ludwig, que encaminharam pedidos de aumento aos professores das universidades federais autárquicas, formulados durante duas greves nacionais."

Quanto à reestruturação da universidade, outro dos assuntos tratados, no dia 15, a ministra levou ao conhecimento da diretoria da Andes a formação de uma comissão de 17 membros, no âmbito do Conselho Federal de Educação, composta, na opinião do professor Mercadante Oliva, "em sua maioria, pelos mesmos responsáveis pela malfadada reforma universitária de 1968".

Docentes farão greve dia 4 na rede federal

NEUSA BARBOSA

Em protesto ao que consideram uma "resposta errada" do ministro da Educação, Euzébio de Figueiredo Ferraz, da reestruturação salarial, os docentes das universidades federais autárquicas decidiram, no dia 4 de novembro, fazer greve.

A informação foi prestada ontem pela professora Andes Mercadante Oliva, vice-presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes). Além da paralisação, está prevista a realização de manifestações em universidades federais em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.

A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários. A greve será realizada em todo o país, com a participação de estudantes e funcionários.



Andes Mercadante Oliva.

O vice-presidente da Andes declarou sua atitude de protesto em um comunicado "manifesto" em relação ao posicionamento do ministro Ferraz, que levou a reestruturação salarial. Segundo ele, a Andes está a paralisar a reestruturação salarial. A comissão nacional Andes, criada em dezembro passado, está em funcionamento no MEC em julho deste ano. Agora, com a criação de uma comissão "sem prazo para concluir os trabalhos, o reestruturamento todo o processo de reestruturação da universidade", o que corresponde a uma forma de não "dar a nota" a Andes Mercadante Oliva.

Problemas persistentes no plano de carreira do magistério federal de nível superior, em uma situação que prejudica o desempenho e o trabalho, também foram discutidos na audiência com a ministra. Esta informou a diretoria da Andes sobre um projeto de reestruturação da carreira do magistério federal superior, elaborado pelo próprio Ministério da Educação e que inclui a "descreditação pelos professores", segundo Mercadante Oliva.

O vice-presidente da Andes ressaltou, também, a preocupação de que esse projeto, elaborado "à revelia dos interessados" não atenda a essas questões. Segundo ele, a comissão Andes, criada em dezembro, está em funcionamento no MEC em julho deste ano. Agora, com a criação de uma comissão "sem prazo para concluir os trabalhos, o reestruturamento todo o processo de reestruturação da universidade", o que corresponde a uma forma de não "dar a nota" a Andes Mercadante Oliva.

Figura 5: Folha de S. Paulo, 28 de outubro de 1982.

Em quatro de novembro de 1982, a paralisação das 19 universidades federais foi concretizada, com apoio de docentes e funcionários, que buscavam melhorias salariais, combatiam a aprovação indiscriminada de cursos e entidades privadas, com repasses de verbas públicas para as mantenedoras. (4 de novembro de 1982, Folha de S. Paulo).

A UNE (União Nacional dos Estudantes) apoiou a greve geral das universidades públicas com passeatas que foram duramente reprimidas.

Passeata de grevistas dissolvida por polícia

BRASÍLIA — A polícia dissolveu ontem a passeata que alunos grevistas da Universidade de Brasília realizavam pacificamente pelo centro da cidade, por volta das 18 horas, sob a alegação de que estavam interrompendo o trânsito.

Embora a polícia tenha tomado à força as faixas levadas pelos estudantes, a passeata foi dissolvida sem outras violências, à exceção do incidente com um fotógrafo não identificado, que batia fotos por trás do pelotão policial. Ele foi agredido por policiais a pisa, teve sua máquina aberta e dela retirado o filme.

A passeata foi decidida numa assembleia geral realizada pela manhã, quando os estudantes também aprovaram a continuidade da greve até a próxima segunda-feira, por não ter a reitoria atendido às suas reivindicações. Os alunos dos cursos de Medicina e Enfermagem, embora tenham tido soluções parciais na reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa, continuam a greve, iniciada há quase 60 dias. Na próxima segunda-feira, os estudantes da UnB farão nova assembleia geral.

UNE já se manifesta contra visita de Reagan

BRASÍLIA — A presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Clara Araújo, informou ontem que a entidade está preparando uma "mobilização nacional de repúdio" à visita do presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, ao Brasil no final deste mês.

Clara Araújo, que falou ontem na assembleia geral dos estudantes da Universidade de Brasília, lembrou nas suas considerações sobre a visita do presidente norte-americano a luta estudantil contra os chamados "acordos MISC-Usaid" que, segundo ela, representam um "marco histórico da interferência dos Estados Unidos na política educacional brasileira".

Entende Clara Araújo que a visita de Reagan ao Brasil visa à reafirmação da dependência brasileira em relação aos Estados Unidos, tanto no

piano interno quanto na política externa, e que por isso a UNE está preparando a edição de um boletim e de um jornal, nos quais a questão será analisada.

O boletim e o jornal serão distribuídos para os estudantes de todo o País e estes deverão ser também abordadas questões relativas ao engajamento dos estudantes na campanha dos partidos políticos de oposição, de conformidade com a recomendação do último Congresso da UNE.

A presidenta da UNE disse que a greve geral da Universidade de Brasília se insere no quadro de preocupações de todos os estudantes brasileiros que lutam também pela melhoria do nível de ensino, pelo ensino público e gratuito e contra o autoritarismo que, segundo ela, predomina na UnB.

nos órgãos colegiados está aberta, desde que eles se enquadrem nas normas estabelecidas em reunião al-

Associação dos Docentes (Adunb). Eles pedem o fim dos contratos temporários na UnB, a ausência de todos os

Figura 6: 4 de novembro de 1982, Folha de S. Paulo

Um dos dirigentes sindicais que fez parte do quadro da FASUBRA e que contribuiu com suas memórias na construção dessa pesquisa, João Batista Oliveira de Araújo (2011, p. III), nos ofereceu a sua análise desse momento da história da entidade:

Nesse contexto da FASUBRA passou já em (19)82 ela passou a ter uma visão sindical, na verdade, nesse enfrentamento com a ditadura, muito pequeno ainda, mas em (19)83 já foi essa greve que eu acho que foi a entrada em cena da FASUBRA no movimento sindical. E isso, mais ou menos também, uma greve em julho quando foi em agosto teve a fundação da CUT. E nós tivemos a oportunidade de participar. Já eu estava envolvido no movimento da FASUBRA. Teve a greve em julho e depois em agosto a fundação da CUT, e acabei sendo um dos indicados, pela direção da FASUBRA para parte da primeira direção da CUT.

O ano de 1983 foi marcado por muitas lutas políticas, sociais e educacionais no âmbito nacional. Uma das conquistas da classe trabalhadora foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 28 de agosto, fortalecendo os laços entre os trabalhadores de diversas categorias e favorecendo a sua organização em escala nacional.

A FASUBRA contribuiu ativamente na fundação da CUT e foi representada na primeira Composição da Diretoria por: Babá, Mozélio, Edir Veiga e Alencar. (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, p. 7, 2018).

[...] em agosto a fundação da CUT, e acabei sendo um dos indicados, pela direção da FASUBRA para parte da primeira direção da CUT. Foi um exemplo histórico muito bonito, por sinal, por que a maioria dos sindicatos estava na mão das pelegadas varguista¹. (ARAÚJO, 2011, p. III)

Ao comentar sobre esse momento histórico, João Batista Oliveira de Araújo (Babá), reafirmou a posição combativa das duas entidades, quando, em 21 de julho de 1983, a FASUBRA contribuiu com a articulação da primeira Greve Nacional, com pautas contra os avanços neoliberais simbolizados pela ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI), os arrochos salariais e ataques aos direitos sociais e ao funcionalismo público.

O primeiro deles foi o decreto-lei nº 2.012 – de 25 de janeiro de 1983, sobre a política salarial. O segundo, de 30 de maio de 1983, decreto 2025, que eliminava benefícios e direitos dos empregados das estatais e do funcionalismo público, levou os trabalhadores a aprovarem, no dia 16 de junho, o estado de greve. Treze dias depois, o presidente Figueiredo assinou um novo decreto, o 2036, que retirou do funcionalismo direitos como: abono de férias, promoções, auxílios alimentação e transporte, salário adicional anual e a participação nos lucros. Manifestações contra as medidas do governo se espalhavam pelo país. Mas, mesmo assim, o famigerado decreto 2045 foi anunciado em 14 de julho de 1983. O 2045 arrochou ainda mais os salários e atingiu os alugueis e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). (Centro de Memória Sindical, 2019)

Essa greve representou um momento importante da organização dos trabalhadores em educação e do fortalecimento das entidades que almejavam estabelecer condições de atuação e do reconhecimento de sua representatividade em todo o território brasileiro.

¹ João Batista Oliveira de Araújo (Babá) se refere ao peleguismo que se desenvolveu no Brasil durante o Estado Novo (1930-1945), como parte da política nacionalista de Getúlio Vargas. O termo designa o líder sindical que mediava entre os interesses patronais do Estado e as reivindicações dos operários, adotando um comportamento de colaboração ou mesmo de subserviência com os representantes patronais e governamentais. (Nota da autora)

3.5 Do processo de redemocratização e a importância histórica da FASUBRA

3.5.1 Forças sociais na luta pela retomada da democracia

Com o advento da transição democrática no Brasil começam a aparecer com destaque algumas entidades da sociedade civil, sendo muito lembradas, por exemplo, a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teve um papel muito importante das denúncias das atrocidades que estavam em curso, como também deverá ser muito notada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidades que tiveram um valor muito grande na disseminação de uma visão crítica para amplos estratos da população sobre o que acontecia nos porões do Estado brasileiro.

Essas entidades somando-se às agremiações sindicais e associativas que atuavam no período, vão ter um papel enorme no âmbito da organização de campanhas políticas nacionais e deverão ocupar um destacado papel nos rumos da transição democrática.

A Campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita encontrou uma grande repercussão e trouxe para a cena pública a participação de muitas associações dos trabalhadores da educação pelo país afora.

É importante lembrar que muitos brasileiros tenham resistido à instalação da ditadura e tiveram que experimentar o gosto amargo do exílio.

No campo da educação são muito lembradas as figuras do professor Paulo Freire, do professor Darcy Ribeiro, da professora Maria Odila, mas, pessoas de diferentes esferas de atuação social, estudantes, operários da vanguarda sindical também viveram a dura experiência do exílio.

Jornalistas, como Fernando Gabeira – que escreveu um romance sobre sua experiência no período, cujo título *O que é Isso companheiro?*, alguns anos depois foi transformado em filme –, transformaram-se em personagens importantes da luta pelo fim da ditadura e ocuparam a cena política da transição democrática.

A campanha da anistia marcou muito a história política nacional e muitas associações atuantes na área educacional tiveram um papel decisivo na organização dessa campanha.

Por esses anos foi marcante a eclosão da campanha pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, afinal de contas, o país vivia sobre o árbitro, pois seu arsenal, seu aparato jurídico estava completamente vinculado às medidas autoritárias, aos pregressos atos Institucionais. Nesse aspecto, para vários segmentos da sociedade brasileira

seria importante à retomada da soberania e da democracia do país, a partir da reorganização do Estado em bases democráticas e do debate público e pluralista.

Para isso, a convocação de uma assembleia nacional constituinte seria algo importante, algo que deveria ser destacado. As entidades associativistas tiveram um papel importante da campanha em defesa de uma assembleia nacional constituinte.

A campanha das *Diretas já*, uma das maiores campanhas sociais e políticas experimentadas na história do país, foi lançada em fins de 1983, na Praça Charles Miller, na cidade de São Paulo, em defesa da retomada das eleições presidenciais, rapidamente, ganhou fôlego e se irradiou pelo país.

A compreensão da história das associações e dos sindicatos dos trabalhadores em educação traz consigo a necessidade de operarmos o estabelecimento de uma análise das principais características econômicas, políticas e sociais que estiveram relacionadas ao momento da fundação, desenvolvimento e consolidação política e social das entidades estudadas.

3.5.2 A busca pela democracia perdida

No mês de janeiro de 1984 a FASUBRA organizou aquele que seria o seu I Congresso Nacional, em Natal (RN), como resultado de uma articulação política que propiciou a livre manifestação da diversidade de vozes reinantes em suas fileiras, uma característica realçada por Bernadete Menezes de Lurdes (2021, p. XLIV):

A FASUBRA é muito democrática, muito democrática. Independente do período, da direção, ela é muito democrática. Primeiro que a sua direção é composta proporcionalmente. Então, não é ganha uma posição e todos os outros ficam fora. Não, é uma direção proporcional. Se eu tenho 10 por cento dos votos eu tenho 10 por cento da direção. Se eu tenho 50 por cento, tenho 50 por cento da direção. Então, isso reflete uma pluralidade de pensamentos e foi chave nesse momento aí do governo. Por que, se os governistas eram a maioria logo no início, depois eles perderam a maioria. Nesse início, eles poderiam ser a hegemonia, mas não, por que a oposição estava lá dentro. Então, acabou ganhando e virando a hegemonia que tem até hoje. Os congressos da FASUBRA têm mais de duas mil pessoas, as vezes mais de três mil. Então, são congressos massivos.

A entidade esteve ativa na cena política do país, como articuladora de uma greve de sucesso de 84 dias que alcançou grandes avanços para o técnico administrativo no reconhecimento das carreiras universitárias.

Entre os fins de 1983 e o dia 25 de abril de 1984, momento em que a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, também chamada Emenda Constitucional Dante de Oliveira foi

derrotada, a FASUBRA participou ativamente do movimento das Diretas Já e da vigorosa onda de protestos que se levantou pelo país inteiro em defesa das eleições diretas para Presidente da República.

Nas consultas realizadas no Arquivo Nacional, encontramos um documento datado de 13 de novembro de 1985, com um “carimbo” de confidencial e denominado “A evolução do Partido Comunista no Brasil”, os órgãos repressivos e de controle do regime trazia a informação de que a FASUBRA sofria influências ideológicas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), razão pela qual suas atividades deveriam exigir a vigilância das autoridades do país.

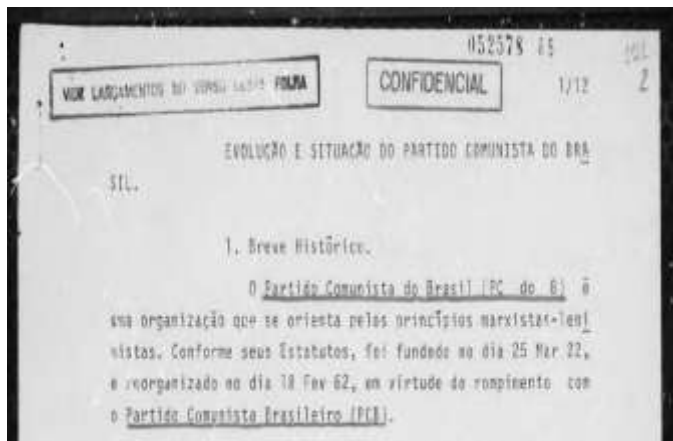


Figura 7: Página 1/12 do relatório com o título “A evolução do Partido Comunista do Brasil”

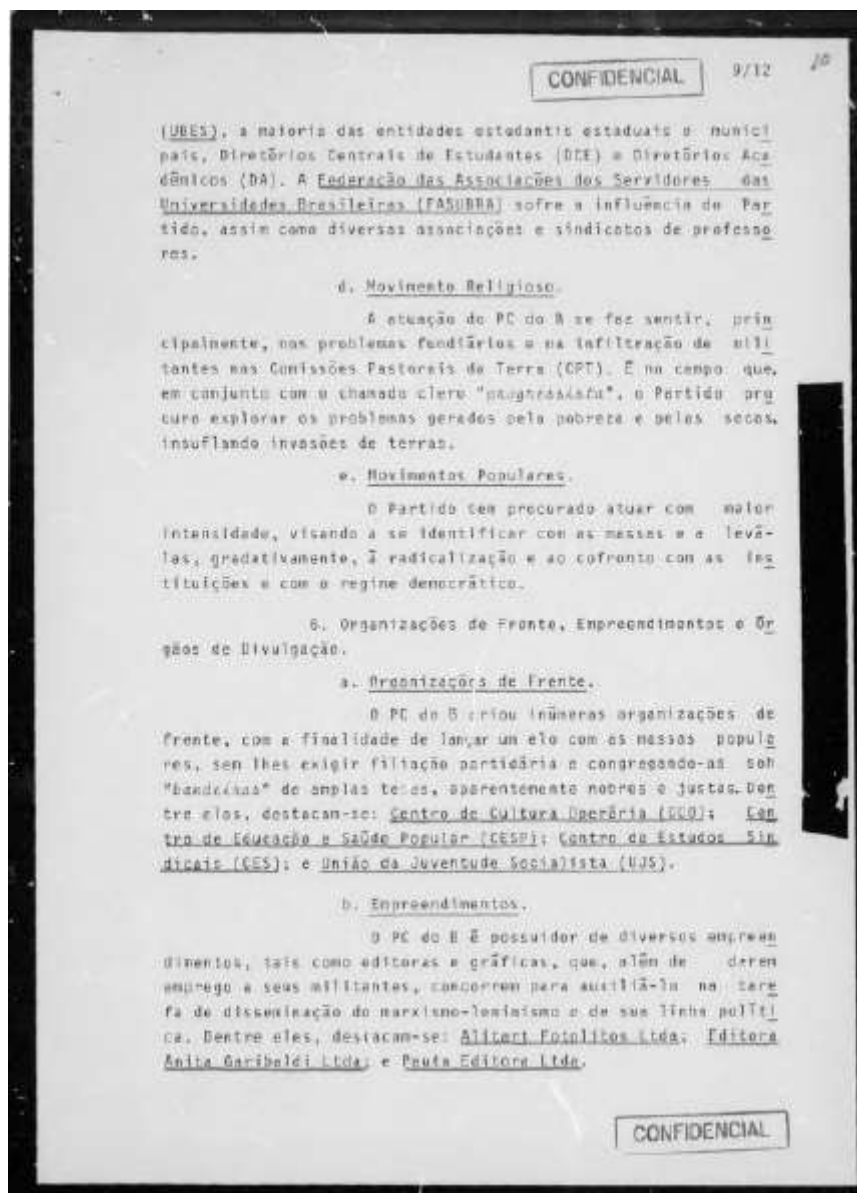


Figura 8: Página 9/12 do relatório confidencial sobre a influência do Partido Comunista na FASUBRA e outras entidades

No segundo Congresso Nacional, realizado de 29 de janeiro a 01 de fevereiro de 1985, a FASUBRA já destacava uma de suas principais bandeiras de lutas – a defesa da universidade pública, organizando o evento em torno da consigna: “Universidade: Direito de todos”.

Em 1986, a entidade realizou o CONFASUBRA III, e já discutia a autonomia universitária que era um tema que a entidade julgava fundamental naquela conjuntura, com início da abertura política e com um governo que ainda não tinha sido eleito pelo povo, José Sarney (1986-1990).

Nesse congresso, as pautas reivindicativas da categoria estavam entremeadas de temáticas necessárias para fortalecer uma retomada do processo democrático:

Congresso Constituinte e os interesses da Classe, Trabalhadora; - Política Econômica do Governo, Dívida Externa; Reforma Agrária,- Política Salarial; Política Educacional do Governo; Ensino Público e Gratuito; Reforma Universitária e a Proposta dos Servidores; A ideologia do Movimento Sindical; A CUT e a Organização Sindical dos Servidores Públicos Federais Cíveis da União; A Organização Sindical dos Trabalhadores Universitários; Isonomia via P.C.S. Único; Campanha Salarial Unificada; Luta pela Sindicalização; Lutas Gerais dos Trabalhadores. (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, p. 10, 2018).

Em 1988, as lutas sociais e políticas conseguiram uma nova Constituição, símbolo de fechamento de um período e época marcante para os sujeitos sociais que combateram os períodos antidemocráticos. Nesse documento constitucional, os trabalhadores do setor público conseguiram o seu direito de pertencer a um sindicato, fazendo com que a maioria das entidades que havia surgido como associações pudessem, finalmente, tornarem-se sindicatos, com sua representatividade reconhecida política e legalmente.

Por esses dias, a FASUBRA organizou o I Seminário Nacional sobre Sindicalização, em Minas Gerais, deu ampla divulgação aos trabalhadores das atividades sindicais da entidade. Nesse mesmo dia, a federação organizou uma greve geral que perdurou por 47 dias, no ano seguinte outra greve com a mesma proporção conseguiu mobilizar os trabalhadores por 61 dias.

3.5.3 Governo José Sarney: transição e a abertura política

O governo Sarney durou de 15 de março de 1985 até 15 de março de 1990, com o cumprimento deste mandato, iniciou-se uma nova etapa histórica, com a perspectiva de pôr fim aos últimos resquícios da ditadura, com o país passando por alguns momentos importantes da afirmação do ideário da transição e da abertura política: o movimento social Diretas Já mobilizou uma parcela grande da população exigindo o seu direito ao voto. A Constituinte, que discutia a próxima constituição do país e teve uma enorme participação popular, para rasgar as leis da ditadura de vez. A Constituição apelidada de “Cidadã” foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

O governo Sarney ficou marcado pelo fracasso com seus planos econômicos, Cruzado I e Cruzado II, e tiveram como resultado uma inflação de mais de 400%, como consequência, arrochos salariais, aumento das desigualdades e desempregos. Cenário que propiciou diversas greves nacionais. (FERREIRA, 2018)

Com esses resultados econômicos e sem ter sido eleito por uma eleição direta, José Sarney não conseguiu eleger seu sucessor, com a disputa ficando polarizada entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello.

3.5.4 Fernando Collor de Mello e o anúncio dos “novos” tempos

Com a redemocratização do Brasil, logo após a promulgação da Constituição de 1988, a primeira eleição direta para presidente aconteceu em 1989, eleição definida em dois turnos. De um lado da disputa, tínhamos a presença de Fernando Collor de Mello, do outro, Luiz Inácio Lula da Silva, com preocupações e pautas de campanha bastante diferentes.

Collor representava um homem “bem-sucedido”, “jovial”, “boa aparência” para os padrões aceitos na sociedade. Ou seja, homem branco, com um discurso bem articulado, assumindo o compromisso de combater a corrupção e “diminuir” o Estado, escorado nas premissas das ideologias neoliberais que ganharam força com a queda do Muro de Berlim.

Do outro lado do tabuleiro estava Lula, candidato oriundo da classe trabalhadora, metalúrgico de chão de fábrica e um reconhecido líder sindical, com propostas sociais e de valorização do trabalhador. Um homem “típico” para um trabalhador de um ramo tão importante da economia, mas que a elite aceitava na fábrica e não no cargo mais importante do país.

A eleição foi disputada, mas o discurso neoliberal convenceu mais a população, com apoio da grande imprensa, envolvendo diretamente os jornais Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo, popularmente, conhecido como o Estadão. Como parte das lembranças das pessoas que participaram daquela memorável campanha, até hoje se questiona a edição do último debate dos presidencialistas antes da votação, realizado pela Rede Globo e transmitido para todo o país.

Eleito, Collor rapidamente perdeu o apoio e sofreu o processo que o tirou da presidência, portanto, esse subitem tem como objetivo apresentar e discutir esse momento importante da história do país.

O Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello representou um dos momentos de maior agitação social e política registrados até então, na história do país. O Brasil estava com o primeiro governo eleito de forma direta, após duas décadas de ditadura civil-militar, representando os anseios de um projeto neoliberal, pautado na defesa das privatizações e aos ataques dos serviços públicos.

Como julgamos importante a atuação da FASUBRA, nesse momento da história, como umas das entidades representantes da classe trabalhadora, dedicamos a próxima seção à participação política e social no movimento Fora Collor.

Seção 4: Presença da FASUBRA no movimento Fora Collor (1992)

Essa seção tem como objetivo apresentar algumas informações sobre a presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), no movimento Fora Collor. Como também, discutir alguns aspectos de sua inserção num momento marcante de agitação social e política da história contemporânea brasileira, que culminou no afastamento do exercício da presidência da república de Fernando Collor de Mello.

O Brasil estava com o primeiro governo eleito de forma direta, após duas longas e perturbadoras décadas de ditadura civil-militar. Diante desse cenário, o governo eleito representava os anseios da classe dominante de incrementar um projeto neoliberal, no qual o discurso estava pautado na privatização e aos ataques dos serviços públicos, com o intuito de desmoralizá-los diante da opinião pública e avançar com os seus objetivos.

Os trabalhadores que atuavam nas instituições públicas tornaram-se para esse governo, o inimigo que deveria ser combatido, já que era preciso desonerar o Estado e caçar marajás, forma pejorativa pela qual eram taxados os servidores concursados e com garantias de estabilidade no emprego.

Porém, toda a euforia gerada pela chegada de Collor ao governo, rapidamente se transformou num momento de instabilidade política gerada por medidas extremas da cúpula palaciana no campo da economia, das finanças e da administração pública, sem falar das inúmeras e ininterruptas denúncias de corrupção envolvendo as mais altas autoridades governamentais.

A conjuntura foi propícia para o avanço de várias frentes de resistências, tanto no âmbito dos movimentos estudantis, sociais e sindicais, quanto político e da sociedade civil em geral. Na vanguarda desta formidável agitação social que irrompia pelo país afora, merece ser destacada a atuação de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e, tantas outras, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que produziam uma ampla mobilização social, popularmente conhecida como Fora Collor e que foi capaz de aglutinar um amplo leque de forças políticas e sociais que se opunham ao governo.

4.1 Panorama e características gerais do momento histórico em que se produziu o movimento Fora Collor

Após essa contextualização inicial é importante compreender de forma mais específica a participação da Federação dos Técnicos Administrativos das Públicas Federais do Brasil (FASUBRA) no movimento social e político que ficou conhecido como Fora Collor, que teve o seu ápice, em 1992, com a derrocada do então presidente da República.

Collor foi o primeiro governante brasileiro eleito democraticamente defendendo uma plataforma política assumidamente neoliberal, com um discurso criticando o tamanho do Estado, atacando o funcionalismo público e a legislação trabalhista, apregoando conter a inflação pela adoção da desvalorização e do controle da circulação da moeda, defendendo a privatização de empresas e a liberação de importações.

O fracasso do confisco e o retorno de nova escalada inflacionária, levou ao lançamento de um novo plano econômico, em 1991, o Plano Collor II, que congelou preços e tentou introduzir alguns mecanismos de controle no mercado financeiro, mas que também se demonstrou insuficiente para conter a espiral inflacionária e a recessão econômica. Não bastassem os desmandos político, econômicos e financeiros, o governo de Fernando Collor de Mello foi permeado por denúncias de corrupção e de incompetência administrativa no trato da coisa pública, diante de tudo isso, as ruas foram tomadas por gritos de Fora Collor.

As mobilizações sociais e políticas que culminaram com a derrocada do governo Fernando Collor de Mello foram parte de importante ciclo de mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos sociais, estudantis e populares que se colocaram em marcha desde meados da década de 1970.

Nesse mesmo período também ganhou relevo social e político, a eclosão das greves operárias no chamado ABC paulista e as greves docentes que atuavam nos interesses públicos de ensino nos diferentes estados do país com destaque para Minas Gerais e São Paulo.

Um dos pontos nevrálgicos desses ciclos de lutas e mobilização foi a mobilização social que se produziu em torno da campanha pelas Diretas Já, que levaram milhões de pessoas às ruas em 1984, como também, a desafiadora greve geral realizada em 1989 e marcou um momento significativo da participação dos setores organizados da classe trabalhadora brasileira contra a ditadura civil-militar que ainda imperava no país.

A partir dessas inovações nas concepções de lutas, a FASUBRA se envolveu nas mais importantes greves e movimentos sociais da classe trabalhadora com bandeiras que

defendiam educação e a autonomia universitária, a universidade para a classe trabalhadora, saúde, políticas públicas, entre outras temáticas de importância social. (FASUBRA, 2011)

A crise que levou a derrocada do governo Collor registrando inúmeras manifestações sociais e populares, contestou também a própria estrutura dos poderes institucionalizados que se instalaram no país após o encerramento do ciclo ditatorial civil-militar que havia se colocado à frente das instituições do Estado, forma golpista, a partir de 1964.

Essa bancarrota, portanto, não pode ser caracterizada apenas no âmbito governamental, mas suas raízes estão fincadas no próprio âmago do modelo presidencialista que foi incutido no país por décadas inteiras. De fato, ao longo da história republicana mesmo reconhecendo as diferentes e profundas facetas que este produziu em seu desenvolvimento é inegável que a presidência exerce um poder, se não, absoluto, mas com enorme capacidade de intervenção nos desígnios da vida econômica e política, cultural e social brasileira.

Podemos dizer, então, sem menosprezar as definições de igualdade constitucional e a importância dos demais poderes, leia-se, o judiciário e o legislativo, que o executivo exerce a primazia no exercício do poder no país.

Nesse aspecto, as mobilizações democráticas e populares, organizadas pelos movimentos sociais, sindicais e da sociedade civil em geral, sempre priorizam encaminhar suas reivindicações, mobilizações e questionamentos a este poder.

Nesse cenário, o professor João Batista Araújo (2021) faz uma análise do papel desempenhado pela FASUBRA naquele tumultuado momento histórico que o Brasil experimentava:

[...] ele (Collor) começou a atacar o funcionalismo público, e a FASUBRA tomou posição nesse processo. E a juventude teve um papel muito importante e depois pegou outros setores do funcionalismo público também. O ataque que ele fez, que a FASUBRA se envolveu como outras federações de servidores se envolveram. A FASUBRA teve um papel importante nesse enfrentamento ao governo Collor, não só a FASUBRA como outras entidades, como o ANDES entre outras federações de servidores e outros sindicatos também privados se envolveram nisso. Mas eu acho que também o movimento estudantil teve um papel muito importante naquele momento. (ARAÚJO, 2021)

Em que pese diferentes formas de caracterizá-lo e de analisá-lo, evidentemente, o governo de Fernando Collor de Mello não poderia ser comparável com aqueles que o haviam antecedido anteriormente, entre outras coisas, por que sua chegada à presidência da República foi resultado das primeiras eleições presidenciais realizadas no país, desde as eleições presidenciais de outubro de 1960, quando Jânio Quadros foi vitorioso, mas, acabou

permanecendo no cargo um curtíssimo período, de apenas sete meses, de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961.

As eleições de Collor envolveram significativa mobilização social, participação política de amplos setores da sociedade civil e uma disputa acirrada com Luiz Inácio Lula da Silva, representando a chamada Frente Brasil Popular, uma coligação partidária composta por quatro partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV), que envolveu um amplo espectro das representações e dos partidos políticos de esquerda que atuavam institucionalmente no país, trazendo com isso muita expectativa, inclusive, midiática para o exercício de um hipotético governo de Lula.

Pouco mais de dois anos o amplo e significativo apoio popular eleitoral que levou Collor à vitória se desfazia, seu mandato, obtido numa acirrada disputa eleitoral dava sinais de exaustão e traduzia a própria incapacidade de o governante continuar desenvolvendo suas ações e manobras políticas dentro da chamada normalidade institucional.

Por sua vez, não deixa de ser interessante notar que, com o advento incessante da mobilização social e do crescimento em todas as regiões do país do movimento Fora Collor, estávamos diante de uma inusitada sublevação social, com significativa participação das massas populares contra o governo que havia sido eleito democraticamente e que se colocava firmemente contra os detentores do poder político e das regras eleitorais vigentes.

Para muitos que acompanharam o movimento que convencionou chamar de Fora Collor, foi a juventude que assumiu a sua liderança e pôs abaixo o governo. De fato, os jovens estudantes de todo o país paralisaram as aulas, ocuparam as ruas e participaram massivamente dos atos políticos, passeatas e manifestações que questionaram a legitimidade de Fernando Collor de Mello à frente da presidência da república brasileira.

Porém, é importante lembrar que no âmbito dessas mobilizações,

[...] a FASUBRA teve um papel acho que importante no enfrentamento naquele momento com o governo Collor. Essa é uma realidade, o problema também é que a burguesia cansou do Collor. Tem que analisar isso aí. Entendeu, que não é algo simples de analisar, dizer que foi o amplo movimento estudantil, sindical, teve um papel importante, mas chegou um momento que a burguesia cansou do Collor. Ainda não cansou do Bolsonaro. Está quase para cansar. Entendeu, mas o Collor foi isso, achou que podia fazer tudo, e dentro do contexto também começou a se envolver com corrupção e uma série de situações. E a economia na verdade é o que determina para a burguesia, então essa questão econômica no período do governo Collor começou a afetar a economia e aí na verdade foi todo um processo para poder mudar de governo. Foi um momento, na verdade, mundialmente, que houve a crise econômica mundial, todo um processo e a implantação de um novo plano neoliberal que precisa ter alguém com responsabilidade entre aspas da burguesia para poder encarar. Aí sobe o Itamar [Franco]] aí o Itamar coloca quem para ministro da

fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que era uma figura respeitada pela burguesia. Era um processo que vinha a privatização, aquela política de um dólar igual a um real. Foi igual na Argentina, um dólar igual a um peso, então, foi uma política mundial. Então, para a burguesia o Collor não supria essas possibilidades de implantar esse plano. Que era um plano mundial, ao mesmo tempo, ele também começou a se confrontar com o movimento, e o movimento foi para as ruas. Fez mobilizações contra ele, o tal do Fora Collor. A FASUBRA teve um papel importante nesse, não digo dia decisivo, pois decisivo foi toda essa situação em volta. (ARAÚJO, 2021)

O processo que estava em curso de crescentes mobilizações e de manifestações constantes contra uma das principais estruturas do Estado não tinha como ser controlado pelas organizações da sociedade civil e política que, tradicionalmente, representavam os setores ditos democráticos da burguesia brasileira.

Evidentemente, a maioria das forças políticas, econômicas e financeiras que atuavam no país se envolveu e apoiou o projeto representado por Collor, principalmente, no que tange à chamada abertura econômica e financeira do Brasil para os mais variados setores que atuavam na esfera mundial do capitalismo, traduzindo a assimilação acéfala do ideário neoliberal e a subserviência daquele governo aos ditames estrangeiros.

Na medida em que ficava cada vez mais demonstrada a incapacidade do governo Collor seguir em frente e incrementar os seus planos econômicos, os setores da chamada oposição burguesa começaram a se manifestar vivamente por intermédio da grande imprensa e dos seus representantes congressuais contra o mandatário maior do país.

Essa oposição, digamos consentida, ou assimilada no interior das instituições da sociedade civil e política, contudo, não foi capaz de conter a explosão dos movimentos sociais e populares que rapidamente ganhavam as ruas da nação.

Neste momento, importantes e institucionais representantes do universo político partidário brasileiro colocaram-se de forma crítica e incondicionalmente contra o governo Collor, manifestando-se publicamente pelo seu impedimento.

A burguesia no Brasil sempre apoiou as iniciativas políticas e os projetos econômicos de Collor de Mello, dando muita ênfase às propostas de liberalização da economia do país para a entrada desenfreada das grandes corporações do capitalismo mundializado, traduzindo, na esfera local, os planos ditos neoliberais forjados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelas agências multilaterais vinculadas ao Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas, como é o caso do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A mobilização social que pôs abaixo o governo Collor não pode ser entendida como um fato isolado, mas como o resultado de um processo histórico de crescente

mobilização política dos trabalhadores e da juventude, com o registro de inúmeras jornadas de lutas pela retomada das eleições diretas para presidente da república, incontáveis movimentos paredistas espalhados pelo país inteiro e a greve geral contra o Plano Verão do governo Sarney, são alguns exemplos significativos da intensificação das lutas sociais que se processou no Brasil na segunda metade da década de 1980.

Também não pode ser descartada das análises deste período histórico a importância organizativa alcançada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), aglutinando em suas fileiras um contingente impressionante de ativistas políticos e sindicais, culminando na campanha de Lula para a presidência da República, em 1989, obtendo mais de 30 milhões de votos, num acirrado pleito eleitoral que dividiu o país.

E, isso na verdade (...), o fortalecimento da CUT, a FASUBRA se filiou em 1986, mas a FASUBRA participou do movimento de criação da CUT, a FASUBRA já entrando na área do movimento sindical, na greve que teve em 1984, e a somatória de greves tanto do movimento docente, quanto do movimento dos técnicos administrativos a partir de 1983, se foram somando. (ARAÚJO, 2021)

Diante da queda inevitável do governo Collor, o principal objetivo da classe dominante foi tentar minimizar e descaracterizar a ação firme e impetuosa da classe trabalhadora e da juventude brasileira. Para isso, promoveram uma ampla campanha de valorização do Congresso Nacional e dos seus mecanismos institucionais, como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e a adoção do estatuto do *impeachment*, com o intuito de encontrarem uma saída negociada para a crise de regime e para estancar o movimento de massas.

Naquele momento histórico, de convulsão e permanente mobilização social, a burguesia brasileira não tinha condições objetivas de levarem adiante essa alternativa sem contar com a concordância de suas lideranças mais expressivas e o apoio dos organismos mais representativos dos trabalhadores e da juventude, como era o caso de Lula, da UNE, do PT e da CUT.

A derrubada do governo Collor pelas mobilizações públicas representou um momento nevrálgico da atuação dos movimentos sociais e populares, estudantis, sindicais e notabilizaram o papel desempenhado pela CUT e pelo PT na liderança do movimento de massas no Brasil dos fins do século XX.

Na primeira tese congressual, datada de 01 de dezembro de 1991, o Partido dos Trabalhadores (PT) traz no item 76 a seguinte frase: “Não pode haver esperança com esse

horizonte socialista”, que sintetizava o posicionamento do partido naquele momento histórico em relação aos dogmas e pensamentos provenientes da corrente teórica marxista. Afirmando sua posição em defesa da democracia em detrimento à ditadura do proletariado, uma etapa necessária ao socialismo. (CONGRESSO NACIONAL DO PT, 1991)

Os movimentos populares, partidos políticos, entidades sindicais e movimentos estudantis uniram-se em prol do debate e luta pelo movimento Fora Collor. Nesse cenário, o PT em sua tese congressual de 1991, já dava sinais que defendia os ritos democráticos que culminavam com o processo de impedimento, e ascensão do vice Itamar Franco para ocupar o cargo até o fim do mandato, e por fim, novas eleições.

Essa posição não era a mesma de um setor dos movimentos populares e entidades sindicais, da qual a FASUBRA fazia parte, que se colocava em defesa das seguintes consignas: Fora Collor, com greve geral para derrubar o governo! Não a Itamar e o chamado de eleições gerais!

Seção 5: FASUBRA e as ações em prol da universidade pública

Essa seção tem como objetivo abordar as políticas públicas relacionadas à educação superior no Brasil, a partir das mudanças pós-queda do Muro de Berlim, que trouxe uma nova ordem mundial. Uma das características desse tempo histórico foram os avanços do ideário neoliberal como salvação para os países “em desenvolvimento”, que teve como um dos fatores decisivos o Consenso de Washington imposto aos países em crises econômicas, como uma alternativa (MATTOS, 2015).

Nesse contexto internacional, o Brasil estava diante de um desafio, superar o período ditatorial, que deixou a economia estagnada, com inflação alta, na casa dos 80% ao mês e PIB (Produto Interno Bruto) negativo de -4,35 (MATTOS, 2015).

Como já foi mencionado, Fernando Collor de Mello, ganhou as eleições utilizando como plataforma política a defesa dos preceitos neoliberais. Para o povo vendia sua imagem como “novo”, o político jovem que poderia, enfim, tirar o país da profunda crise que estava imerso.

Mas, para os ativistas sindicais que atuavam nas universidades públicas, os registros memorialísticos daquele período são bem distintos:

O que a gente lembra é assim, houve uma redução bastante grande das verbas. Sempre uma tentativa da supressão das verbas das universidades, a introdução de políticas que acabaram levando a terceirização de amplos setores da universidade, com redução de quadros de funcionários, nessa altura aí, a FASUBRA ainda obteve algumas conquistas, como a carreira dos funcionários das universidades federais, mas foram conquistas assim, que durou pouco tempo, que já começaram a ser atacadas, por conta dessa agenda. A brutalidade contra o serviço público e o servidor público, golpeou não só as universidades, mas o conjunto do serviço público no país. Porque a mesma mídia que defendeu o Fora Collor, que acabou assumindo o Fora Collor em nome da ética na política, o fez dizendo que aquele governo havia se tornado um obstáculo para cumprir a tarefa, a necessidade de enxugar o Estado, da necessidade da redução dos gastos com o Estado, de buscar superávit das contas públicas. Então todas essas medidas da agenda neoliberal impactaram nas universidades e no conjunto do serviço público e em particular na saúde e na educação. Muito mais saúde e educação, previdência também, mas eu não poderia te dar essas informações, o que eu poderia dizer é isso. (BRANDÃO, 2021, p. XXViii)

Diante desse cenário, de profundo discurso em relação ao serviço público, como se esse tivesse culpa das mazelas do país, os ataques às empresas públicas eram um dos maiores focos. Queria-se privatizar tudo, afinal, para detentores desse discurso, tudo que era público era ineficiente e oneroso ao país.

Na educação, esse processo não foi diferente, e as universidades públicas também estavam no foco das privatizações. Um dos objetivos do Consenso do Washington, defendia a privatização de todas as empresas públicas (MATTOS, 2015).

O governo Collor tentou implementar a política do Banco Mundial para a universidade. Os operadores de seu governo, basicamente membros de um “centro de influência” gestado dentro da Universidade de São Paulo – o Núcleo de Pesquisa de Ensino Superior (Nupes/USP) –, elaboraram as linhas mestras do projeto de universidade do novo governo. Em poucas palavras, o projeto objetivava diferenciar as instituições de ensino superior e diversificar as suas fontes de financiamento – uma iniciativa que fora ensaiada na “Nova República”, através do Grupo Executivo Para a Reformulação da Educação Superior (Geres), no qual atuaram membros do Nupes. A combinação dessas duas orientações bloquearia, de fato, a construção de uma política unitária de educação que possibilitasse a generalização da universidade pública e gratuita, assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, Collor ignorou que a agenda dos organismos internacionais precisaria ser recontextualizada em função da história das instituições e da existência de entidades dispostas a lutar em defesa da instituição (LEHER, 2010, p.37).

Defendendo outro ideário, as associações e sindicatos perpetraram suas lutas sociais e políticas nos seus campos de atuação. Nessa pesquisa destacamos as ações da FASUBRA, entidade voltada ao ensino superior, mas que como já relatamos, atuava também nas disputas e batalhas sociais, como eram os casos da ditadura civil-militar e o Fora Collor.

Como já foi dito anteriormente, nosso foco é destacar a atuação da FASUBRA na educação superior, apresentando alguns momentos de luta por uma universidade para os trabalhadores, até o momento em que formula e apresenta uma proposta política educacional que efetivava essa batalha, o Projeto de Universidade Cidadã para os trabalhadores, documento apresentado pela primeira vez em 1995.

5.1 FASUBRA e suas bandeiras de luta pela educação

Na década de 1990, com os avanços neoliberais, a FASUBRA realizava ações de enfrentamento a esse processo, o que deixou a entidade no foco do governo. Os resquícios do regime ditatorial ainda estavam presentes. Isso pôde ser verificado na consulta ao Arquivo Nacional que revelou a existência de vários relatórios denominados de confidenciais e que foram produzidos no período pós-ditadura, mas que demonstram que os organismos do Estado estavam “de olho” nas entidades sindicais e nas pessoas que tivessem sido taxadas de subversivas.

Em 1990, a FASUBRA conseguiu a aprovação do Regime Jurídico Único (RJU), que institui o plano de carreira para os funcionários das universidades públicas. Mas essa foi apenas uma das ações nas quais a entidade estava envolvida.

Uma das estratégias da associação era chamar a atenção da população para os problemas nacionais, alertando sobre os processos de privatização e suas consequências, para isso, pagava espaço publicitário em jornais da grande imprensa, para divulgar seus informativos. Como esse que apresentamos abaixo, do dia 15 de março de 1990, no jornal Folha de S. Paulo, intitulado “Manifesto dos trabalhadores nas estatais e serviços públicos: à população brasileira”.

Nesse documento podemos verificar algumas preocupações da entidade:

MANIFESTO DOS TRABALHADORES NAS ESTATAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS: À POPULAÇÃO BRASILEIRA

De forma desleal, os governos a serviço dos interesses das grandes empresas nacionais e multinacionais, tiram o Estado brasileiro.

Nesse período, os funcionários, empregados, seguem o modelo FMI, em estreita ligação com a grande empresa, impingem a todo o povo que o Estado e o setor público são os principais causadores da crise brasileira.

Temos como privatização: desestatização, desregulamentação, envergamento da máquina estatal, liberação e entrega ao capital da economia e a corporação privada e da burocracia, organizada e imposta por setores da população, como saída para a crise econômica.

O que realmente quer o Estado deve ser a própria economia privada, as multinacionais, a grande financeira, as parcerias de uma dívida externa espúria, pela qual já pagamos mais de 100 bilhões de dólares em 15 anos.

Nos últimos 15 anos, mais de 50 bilhões de dólares foram entregues do Petróleo, gás, energia elétrica, através das diversas estatais de recursos, pela indústria petroquímica e pelos produtores de álcool. As multinacionais do alumínio compraram o acumulado de cerca de 1 bilhão de dólares. E através das estatais e das diversas subestâncias, a CBN - Cia. Siderúrgica Nacional vende, às multinacionais multinacionais, a cada mês, metade do preço da moeda internacional, assim como vende todo o fundo soberano a toda indústria de estatais.

A Previdência Social, ao mesmo tempo em que perde, através da negociação, bilhões de dólares, vem sendo, ano a ano, esvaziada de suas funções, de forma a permitir a privatização das empresas de previdência privada, enquanto isso, o pessoal na fila, o número de leitos hospitalares e os servidores não são remunerados.

Educação, saúde e habitação popular não fogem à regra. Estão esvaziadas e por isso que a maioria vive em condições precárias, em detrimento das escolas públicas e da infraestrutura tecnológica. Por outro lado, todos os recursos do SPH - Sistema Financeiro da Habitação estão destinados às grandes empresas da construção civil, enquanto milhões de brasileiros estão sem ter onde morar.

O setor de abastecimento (CIBRAZEM, COBRAL, etc.) passa por uma crise sem precedentes, com a ausência de denúncias de corrupção e benefício a nível de grandes redes de supermercados, enquanto seus servidores recebem seus salários com atraso.

Nos transportes, concessão de subsídios às grandes grupos industriais e portadoras tem levado os ferrovias a menos do que, responsável e pela ausência de recursos para investimento na conservação e melhoria do transporte de passageiros, não sendo a falta de quadros das rodovias e transportes marítimos.

Nos serviços de comunicações, os subsídios são dados às grandes grupos econômicos e às redes de telefonia, por exemplo, e as redes de investimentos em redes e serviços básicos, por outro, implicam na degradação dos serviços prestados, favorecendo o crescimento de empresas públicas do setor, perante a sociedade. Tudo isso faz parte da estratégia global de privatização: destruição que é pública e estatal, para que o capital privado apareça como “salvador”.

Então, o governo quer que assumo, se prepare a implementar as propostas privatizantes, de forma a contemplar o vácuo nacional, e articular a aliança do grande capital nacional e internacional, sob o falso argumento de modernizar o país.

O que os economistas do novo governo não dizem é que este modelo (FMI, Privatização, Plano Brady, etc.) está falido e não deu certo em nenhuma parte do mundo. A experiência de Margaret Thatcher mostrou tudo e a inflação aumentou, junto com a recessão e o desemprego (idem o México, a Argentina e outros).

Os trabalhadores das estatais e serviços defendem um projeto político-econômico que agente para o fim da privatização do Estado, garantido o desenvolvimento das nossas empresas e serviços públicos, através do controle dos trabalhadores e do Congresso Nacional, como única forma de combater a corrupção e o beneficiamento ilícito de grandes grupos econômicos privados - nacionais e internacionais.

Os trabalhadores brasileiros exigem:

- DESPRIVATIZAÇÃO DO ESTADO COM DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E DO SERVIÇO PÚBLICO
- NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA
- REFORMA AGRÁRIA, JÁ, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES.

**COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA
DAS EMPRESAS ESTATAIS E DO SERVIÇO PÚBLICO**

(CUT, CGT, FENASPS, FASUBRA, INTERSICAL, SINDISEPDI, FITTEL, ANDES, UNICUT, ASSIBGE, FORNUS DE ESTATAIS DO RJ E SP, DNP/CUT)

Figura 9: 15 de março de 1990, Folha de S. Paulo

Como pode ser observado, a FASUBRA trazia como sua principal pauta, a defesa da educação pública e, ao mesmo tempo, denunciava que os recursos públicos estavam sendo desviados para escolas privadas. Reivindicava autonomia tecnológica, o não pagamento da dívida pública externa, a reforma agrária e criticava os processos de privatização que estavam em curso no país.

Para Araújo (2021, p. Xiii) esses problemas são graves e o corpo social muitas vezes não tem conhecimento, ou não os discute, o que traz prejuízos para a sociedade sendo que nesse período:

O ataque às universidades nos, confrontamos isso, ao ataque à educação como um todo, não apenas a universidade e ao corte de verbas para poder bancar o pagamento de juros aos banqueiros. Esse é um outro problema que a sociedade não discute. Esses pagamentos cortam verba da educação, da saúde e da ciência. Isso é um grande problema. E as universidades sofreram muito com isso, com cortes de verbas. Isso afeta até hoje. Esse ano será 53% do orçamento para amortização de juros. Para a educação 2,46%, saúde 2,90 e pouco, saneamento básico 0,02%, ciência e tecnologia 0,23%, entendeu. Então, isso vem desde o governo Collor e Fernando Henrique que implementou na verdade, o plano econômico neoliberal no Brasil.

A FASUBRA organizava congressos nacionais com intuito de engajar seus associados e dar visibilidade à população sobre as pautas e suas importâncias, já que não se findavam apenas em debates reivindicatórios trabalhistas da categoria. Mas eram pautas que abrangiam a vida política, social e cultural do país.

No congresso realizado no ano de 1990, a FASUBRA trazia como pauta o projeto já aprovado da LDB (Lei de Diretrizes e Base) que se iniciou ainda na ditadura em 1961, mas que estava em discussão na sociedade educacional e legislativa para mudanças.

Funcionários das universidades preparam greve para setembro

Da Reportagem Local

Os funcionários técnicos e administrativos das universidades públicas de todo o Brasil decidiram ontem começar a articular uma greve para a primeira quinzena de setembro, em conjunto com os servidores públicos federais e funcionários de empresas estatais.

A medida foi aprovada durante o Congresso Nacional de Trabalhadores em Universidades Brasileiras, no Estádio do Pacaembu (zona oeste de São Paulo). Estiveram presentes representantes das três universidades estaduais paulistas —Universidade de São

Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual Paulista.

Segundo o presidente da Federação das Associações e Sindicatos das Universidades Brasileiras (Fasubra), Pedro Alcântara Martins, 37, a proposta será levada à convenção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) —a que a entidade é filiada—, em agosto, para convocar uma greve geral.

Os funcionários das universidades querem reposição das perdas salariais de acordo com os índices de inflação desde janeiro e adoção de um índice de reajuste automático mensal, também de acordo com a inflação.

Durante o congresso, os funcionários de universidades também decidiram iniciar uma "amparação" sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, em Brasília.

Eles também querem participar das discussões sobre a nova política industrial do governo federal, que prevê uma maior participação das empresas privadas no desenvolvimento da educação e da ciência e tecnologia. "Queremos discutir a possível privatização no setor", afirma Pedro Alcântara da Fasubra. A entidade vai enviar ao Ministério da Educação um documento de reivindicações.

★ Alcatrazes - Será realizado às 20h30 de hoje, na Secretaria de Estado da Cultura (r. da Consolação, 2.341), um debate sobre a preservação do arquipélago de Alcatrazes, utilizado como alvo para exercícios de tiro da Marinha.

★ Mensalidades - Deve ser publicada no início da semana a sentença do juiz da 15ª Vara Cível de São Paulo que permite que a Sunab passe a fiscalizar as escolas com contrato. A Sunab já autuou mais de 40 escolas no Estado.

★ Vestibulares - Sai no dia 31 de julho a lista com os aprovados para as 150 vagas de Administração de Empresas e 50 vagas de Administração Pública da fundação Getúlio Vargas. Matrêm agosto, dias 2 e 3.

Figura 10: 23 de julho de 1990, Folha de S. Paulo

A presença da FASUBRA nos debates educacionais era frequente e no embate e reivindicações ao governo que defendia pautas neoliberais. A FASUBRA se colocava no campo da oposição, reivindicando sempre que o Estado não poderia ser mínimo e que essa não era a solução, questionando o projeto de sociedade capitalista que se baseava no individualismo.

As associações e federações junto com outras entidades sindicais terminam o ano de 1990, com uma cobrança pública ao governo Collor:

PUBLICIDADE

Collor Não Cumpre Palavra Empenhada

Nós, 800 mil servidores públicos federais aguardávamos que o Presidente Collor sancionasse, sem vetos, o Regime Jurídico Único aprovado no Congresso Nacional conforme acordo entre os poderes Executivo e Legislativo, e os servidores.

Indignados com os vetos do Presidente da República, esperávamos que o Congresso Nacional resgatasse o texto original, derrubando, ainda nesta sessão legislativa, os vetos apostos por um Presidente que não honra a palavra empenhada.

Não conseguimos.

Os vetos entraram na pauta do Congresso Nacional e meia hora depois foram retirados da pauta.

Perdemos uma batalha. Vamos nos organizar para ganharmos a guerra na próxima legislatura.

Esperamos que o Congresso Nacional, que assumirá dia 1.º de fevereiro, exija a palavra empenhada pelo Presidente da República e vote pela rejeição dos vetos.

AFIPEA, ANAJUR, ANDES, ASCON, ASSIBGE, CONDSEF, CSPB, FASUBRA, FSPB, SINAFITE-DF, SINATEFIC, SINDIFISCO, SINDILEGIS, SINDJUS, SINDSEP-DF, UNACON, UNAFISCO e UNASTTEN.

Figura 11: 15 de dezembro de 1990, Folha de S. Paulo

No ano de 1991 a FASUBRA organizou um congresso em Curitiba, que foi acompanhado e analisado pelos órgãos governamentais, mesmo antes de acontecer, com intenções de reprimi-lo. No Arquivo Nacional, encontramos um documento, datado de 01 de janeiro de 1991, mencionando a realização deste evento sindical, com a indicação de datas e dos temas que seriam moderados pelos seus participantes.

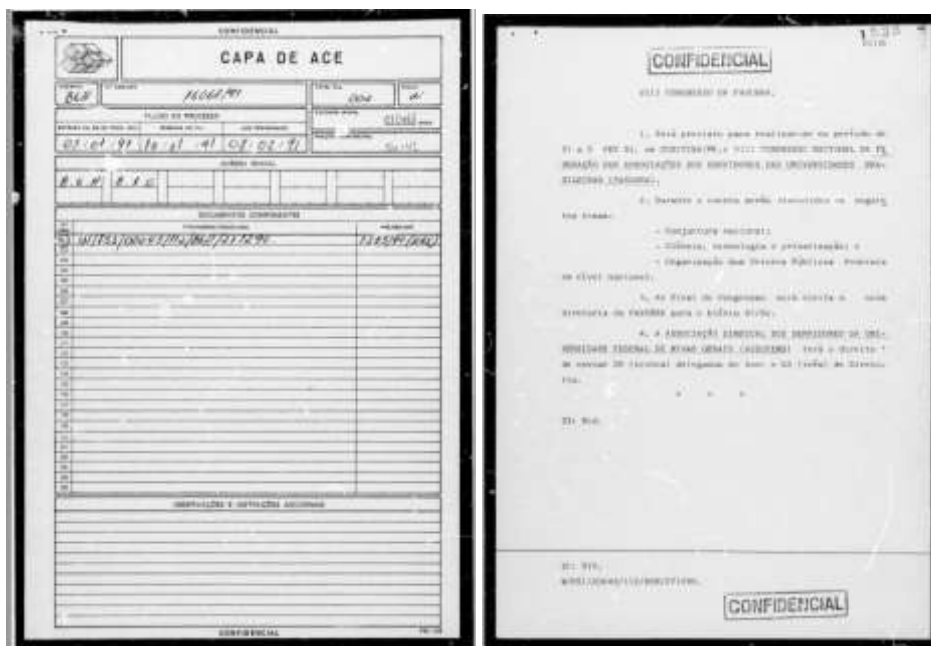


Figura 12: Documento do Arquivo Nacional de 01/01/1991

O VIII Congresso da FASUBRA foi realizado em fevereiro de 1991, e debateu muito mais do que o relatório do governo anunciava, inclusive, com a efetivação da eleição da direção da FASUBRA. Estava na relação de temas a luta antirracista e a mobilização que derrotou a PEC 56b, momento esse que a entidade considerou uma vitória (Memorial 30 anos – Linha do Tempo. FASUBRA, 2018).

5.2 A PEC 56b: a luta para derrubar a emenda constitucional

O governo Collor, representando os organismos internacionais, pactuando com o Consenso de Washington de 1989, tentou modificar a Carta Magna com a PEC 56b que era considerado pelos setores dominantes, e os setores privados:

[...] o novo cânone, deveria ser fortemente reduzido. Para implementar essas medidas, seu governo apresentou a Proposta de Emenda Constitucional 56-B (PEC-56-B) com o propósito de remover pontos centrais da Constituição de 1988 considerados, em seu conjunto, um acidente histórico anacrônico, tais como: gratuidade, autonomia constitucional, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e regime jurídico único – aspectos que, em seu conjunto, configuram o que o Banco Mundial denomina pejorativamente “modelo europeu” de universidade (LEHER, 2010, p.37)

A PEC 56b apresentou diversos temas para emenda à Constituição. Trataremos aqui o ponto: “e) Funcionários públicos e reformas universitárias”, do documento reproduzido abaixo, datado de 10 de outubro de 1991 (PEC 56b, 1991 página 11).

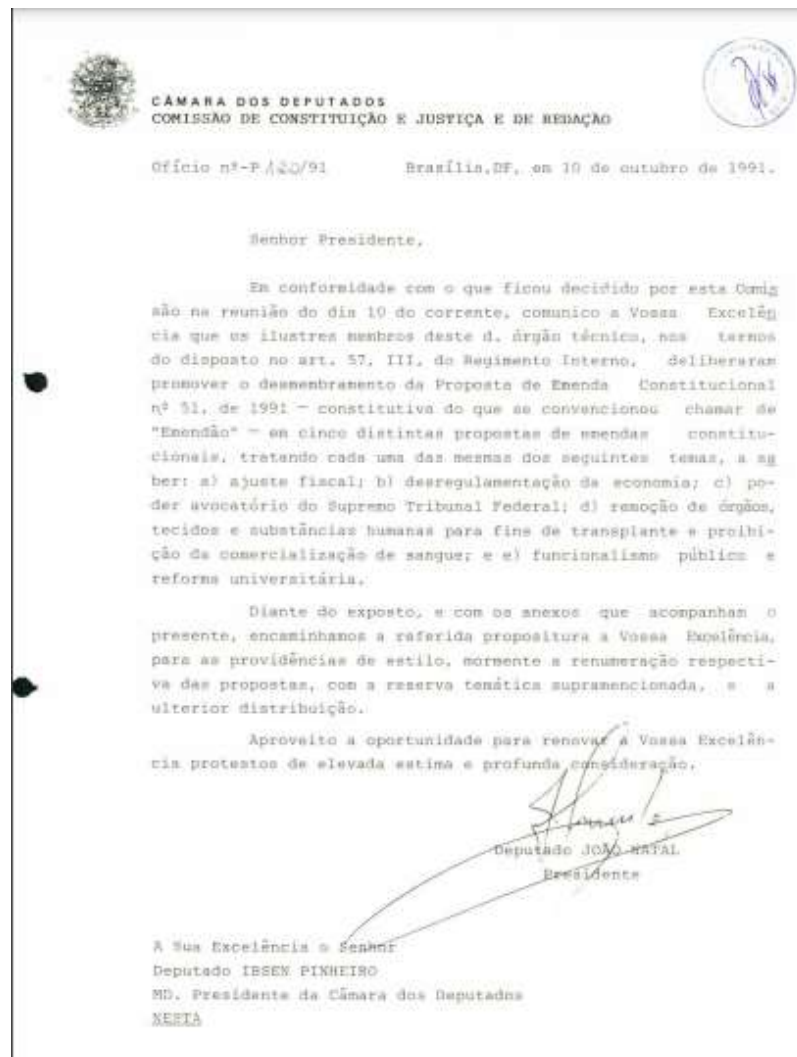


Figura 13: Documento do Arquivo Nacional de 01/01/1991

Esse documento, que pretendia se consolidar como uma emenda à Constituição recém-promulgada (1988), tinha como objetivo ampliar e favorecer os caminhos para o processo de privatizações que tomava conta do Brasil.

Na página 22 do documento que pode ser baixado no site da câmara legislativa, no item 45, temos o ponto de vista neoliberal sobre a educação superior brasileira naquele momento “45. A situação atual das universidades federais está a requerer reformas profundas no sentido de superar seu arcaísmo, a baixa produtividade e a ineficiência e a melhorar-lhes qualitativamente o desempenho” (PEC 56b/1991, p.46).

Com esse discurso de baixa eficiência buscava-se privatizar e entregar todos os setores importantes da nação para empresários, tonando o Estado “eficiente”.

No item 46, é importante perceber a sutileza na qual se cria condições de iniciar o processo de privatização “por dentro”, ou seja, com medidas que possibilitavam a entrada do capital privado na universidade pública, intitulado como “autonomia”:

Nesse sentido, busca-se atribuir-lhes **maior autonomia** e conferir-lhes natureza jurídica própria. Serão destinadas às universidades públicas, para o financiamento de suas despesas, parcelas fixas dos recursos da União destinados à educação. **Eventuais gastos adicionais correrão à conta de fontes alternativas de financiamento obtidas pelas universidades através da necessária interação com a comunidade** (PEC 56b, 1991, p. 32, grifos nossos)

O assunto se aprofunda na continuação da proposta do parágrafo 29, “Dos recursos destinados à educação”, pelo qual a União “alocará parcelas fixas às universidades, que arcarão com as despesas de seu pessoal ativo, inativo e respectivo pensionista” (PEC 56b, p. 46).

As entidades sindicais, associações e movimentos sociais perceberam o aprofundamento das mazelas sociais, se essa proposta de emenda constitucional fosse aprovada, e se colocaram contra.

Junto com a FASUBRA estavam várias entidades que representavam a mesma luta pelas mesmas bandeiras, uma educação pública, gratuita e laica. As mobilizações foram fundamentais para evitar essas mudanças constitucionais que alavancariam o processo neoliberal da educação superior brasileira. Leher (2010, p. 32) enfatiza que

As lutas dos educadores e das entidades representativas ocorrem, por conseguinte, em uma permanente correlação de forças negativas. Os avanços, pontuais, evidenciam, entretanto, que a mobilização social é indispensável para a existência do caráter público.

5.3 A FASUBRA e a UNE duas entidades lutando pela educação

A participação e atuação da UNE nos processos de lutas políticas, sociais e educacionais, foram fundamentais para a redemocratização do país como já referenciamos na seção específica sobre a temática. Mas é importante destacar que esses atores sociais contribuíram para a formação de quadro para diversos partidos políticos e para as associações da classe trabalhadora, aliás, conforme fica explicitado no relato de Araújo (2010, p. II) que nos lembrou “de uma companheira (...) a Vera ainda estava no movimento estudantil, por isso, que ela entrou no movimento sindical”.

Em 1992, a UNE, além de participar ativamente do Fora Collor, também estava envolvida em outras pautas relacionadas com a educação e denunciava em seus boletins os problemas educacionais como podemos observar:



Figura 14: Boletim da UNE de junho de 1992

Nesse documento é possível identificar as principais reivindicações e o chamamento público de outras entidades, como forma de organizar a luta contra o neoliberalismo posto no governo Collor e que se aprofundou em governos posteriores.

A FASUBRA e a UNE estiveram juntas em pautas como a derrubada da PEC 56b, no debate sobre a universidade pública brasileira e projetos alternativos a concepção do capital, na discussão da LDB, no debate sobre a autonomia das universidades e a defesa do artigo 207 da Constituição Federal (1988), conforme registrados nos boletins estudantis abaixo reproduzidos.



Figura 15: Boletim da UNE de junho de 1992

Diretoria eleita realiza seminário em São Paulo

A nova diretoria da UNE reuniu-se no Instituto Capaneu nos dias 18, 19, 20 e 21 de junho e avaliou o Congresso, o momento político atual, a situação das universidades públicas e particulares. Entre outros, ainda um plano de trabalho baseado nas reivindicações do Congresso, ênfase sobre o registro interno da diretoria e a ser elaborado pela executiva, o plano de organização e de finanças.

O encontro ocorreu num bom clima para as discussões sobre os diversos pontos de pauta e refletiu a necessidade de levarmos diante as deliberações do Congresso essa unidade dentro das diversidades de opiniões, porém unido como resistência às forças de nosso movimento.

Tirou-se ainda uma avaliação conjunta sobre o 42º Congresso e aprovou-se como eixo principal para a UNE, a vinculação da Força Colômb com a defesa das universidades públicas e gratuitas e do aumento das mensalidades vinculadas ao aumento dos salários. Esta será uma marca para toda a UNE.

Além disso haverá a realização do seminário latino-americano de reforma universitária, no início do próximo ano, que será uma das principais eventos da diretoria. Discutiremos, também a possibilidade de se entrar em contato com as direções da ANDES e da FASUBRA sobre a universidade e as formas de mobilização.

Enfim envidaremos um boletim trimestral para todas as entidades estudantis e o "Nossa Voz" será editado bimestralmente.

Departamentos - Supl.

Também foi aprovado o critério de formação dos 7 departamentos, diretamente ligados à diretoria e que foram aprovados no Congresso. Estes devem ser compostos de 5 membros, ligados às respectivas áreas e que sejam preferencialmente do tipo RJ-SP-MG, podendo-se também incorporar colegas dos outros estados. As suas composições devem refletir a proporcionalidade da diretoria. A diretoria em convênio com a executiva de curso, ligada às áreas, para fazerem parte dos departamentos, como o departamento jurídico pelo ENVED e o de comunicação pela ENECOS.

A suplência da diretoria será feita por chapas (eleição no 42º Congresso), a suplência deve ser por escrito, e os cargos de Presidente da UNE, vice e Secretário Geral não terão suplência, sendo substituídos pelo imediatamente posterior.

Representação nos encontros de curso

A diretoria da UNE participará dos encontros de cursos e será representada pelo presidente, vice-presidente, secretário de área, vice-secretário, executivo e diretoria, obedecendo-se esta ordem.

Assistência aos reuniões

As reuniões da diretoria e da executiva ocorrerão respectivamente, bimestral e trimestralmente. Em caso de falta não justificada, ocorrerá a ausência administrativa. No caso de ausência, não será aplicado com a ocorrência de 3 faltas consecutivas e 5 alternadas. Na diretoria, com 2 faltas consecutivas e 3 alternadas.

Comissões formadas nos reuniões de Diretoria e Executiva

- acompanhamento da LDB em Brasília (Ivan, Sato);
- preparação do Sem. Lat. Am. Ref. Univ. (Sato, Falcão, Hélio, André e Leonardo);
- debate sobre particulares (Leonardo e Ricardo Gomide);
- encontro de estudantes universitários da UNE (Adriano, Darian e Soraya);
- formação do Conselho Nacional de Executivos de Curso (Secretário de Área);
- reuniões com a ANDES e FASUBRA (Lindberg, Darian e Silvio);
- levantamento de verbos com reitores e CUBS (Darian, Alberto e Silvio);
- conselho editorial para o jornal (André, Orlando, Falcão, Hélio, Jackson, Alberto);
- reunião do terreno da casa do Flamengo (Sato, Kique, Nuno, Mário, Lindberg);
- mobilização pela transferência de estudantes das faculdades particulares para públicas (Ricardo, Leonardo, Nuno, André);
- elaboração do manifesto pelo "Foro Colômb" (Hélio, Mauro, Lindberg, Alberto, Sato, Jackson, Mário e André);
- prazo para o corte das atividades: 2º reunião da executiva da UNE (13/7 - 30/7)

UNE PARTICIPA DE ATOS PELA SAÍDA DE COLLOR

A sociedade começa a dar mostra de que não suporta mais um governo que não tem condições morais e éticas para dirigir a nação. Também denunciamos a sua política social e econômica, através das várias manifestações já organizadas nos estados e aquelas que ainda estão por vir.

Uma delas foi a "vigília pela ética na política", coordenada pela OAB nacional, com o apoio da CNBB, CUT, COT, ABL, partidos políticos e a UNE, que aconteceu no dia 23 de junho em Brasília. Mas não acaba por aí. Em São Paulo, já houve uma manifestação no dia 3 de julho na praça da Sé e a outra será no dia 15/7, na Faculdade de Direito (FD de Araraquã), que terá também uma vigília pela ética na política, organizado pelas mesmas entidades.

No Rio de Janeiro a UNE promoveu no dia 10 uma manifestação na Cinelândia pela saída de Collor juntamente com a CUT, COT, Partidos, FASE, etc. Além disso no Rio, no dia 7 de julho, haverá uma vigília na praça Venâncio com a UNE, OAB, personalidades, etc. Além disso tem ainda o debate do dia 10 em Minas Gerais sobre a CPI e no dia 7 em Curitiba em Brasília contra a impiedade. Precisamos sair dessas entidades (CAB, DAB, DCE e UBE) com a sociedade pela ética, dignidade e soberania que se encontram ameaçadas com a permanência deste governo. Votamos sempre sobre ética na vida.

Vamos dar o tempo para a saída de Collor. A renúncia, o impeachment ou qualquer outra solução precisa do respaldo popular e das manifestações de apoio de nosso povo.

UNE NO FÓRUM GLOBAL DAS ONGS

A União Nacional dos Estudantes participou e organizou diversas manifestações durante o encontro do Rio em defesa do meio ambiente juntamente com a UBES, UBS, OCLAE, FUA, FEL, entidades ecológicas das EUA, Europa, América Latina, etc. Primeiro destacamos a fase do ECO-92 que patrocinada pelo grupo dos 7, significava a tentativa de poluição industrializada em impor uma nova ordem mundial através da ONU como grande promotor do meio ambiente. E tudo isso defendido pelos EUA que desastrosamente 95% de sua vegetação é responsável por 85% das emissões de dióxido de carbono. A ECO-92 também serviu como tentativa de criar condições para a internacionalização da Amazônia, violando portanto, o nosso soberania. Porém só conseguiram espantar aos ECO-inglês.

A UNE participou juntamente com os

DAs e estudantes da UFPA, FAMERJ, partidos políticos, CUT, COT, entidades ambientalistas, de uma grande passeata com mais de 30 mil pessoas, chamada de "ECO dos oprimidos", no dia 10 de junho. Também contribuímos na passeata do dia 12 de junho, que deixava claro o nome das responsáveis pela situação de miséria dos povos, de sua fauna e meio ambiente. O ato contou com a participação de mais de 5 mil pessoas, que foi batizado pela UNE de "BUSH CO HOME", por entendermos que este é o principal responsável da destruição do planeta.

Finalmente, houve ainda duas reuniões na ECO oficial no Rio-Centro, em que ajudamos a construir e que inclusive várias companhias chegaram a ser presas e soltas logo em seguida. Tudo para marcar ao mundo a fúria armada através da ECO 92.

Figura 16: Boletim da UNE de junho de 1992

A importância histórica da UNE é comentada por Brandão (2021 p. XVIII):

O problema é o seguinte, a história ensina, isso é um fato. A juventude, o movimento da juventude, o movimento estudantil, acabam sempre atuando como caixa de ressonância que antecipam movimentos que estão em fase de..., estão incubados ainda no seio do movimento operário. Então, todos nós vimos o levantar da juventude, naquela época com esperança que o movimento operário se levantasse junto, em seguida.

5.4 E depois do Impeachment? As lutas educacionais continuam

As discussões educacionais continuaram no governo Itamar Franco, afinal o governo Collor tinha caído, mas o projeto burguês liberal continuava em cena, representados pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, FMI e a UNESCO.

Para Brandão (2021, p. VIII) um dos fatores que contribuiu com a queda de Collor, foi o fato da burguesia ter se exaurido dele, Collor com todos os escândalos de corrupção e o fracasso no plano econômico deixou de servir para os objetivos neoliberais, “chegou um momento que a burguesia cansou do Collor” (BRANDÃO, 2021, p. VIII)

Em 1993, a FASUBRA organizou o X CONFASUBRA, que aconteceu entre 07 a 12 de março na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com o título: Transformar a realidade – Educação nosso fazer coletivo. Um dos assuntos da pauta era a educação e universidade pública.

Nesse congresso foram discutidos alguns pontos importantes para conjuntura nacional. Uma das análises realizadas pela entidade foi a continuidade do projeto iniciado pelo governo Collor, no governo Itamar. Destaca que era necessário um governo feito por trabalhadores. No campo educacional “exige por fim, que o governo destine 25% do orçamento da União para a educação e aprove imediatamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB” (CONFASUBRA, 1993, p.5).

Nesse congresso houve duas teses, uma formulada por diferentes correntes políticas que se articulavam em torno da direção majoritária da FASUBRA e outra que aglutinava os militantes da Convergência Socialista (CS), ambas com aspectos e posicionamentos parecidos no que tange às questões em defesa da educação pública nacional.

A Convergência apresentou várias pautas, mas destacaremos aqui as relacionadas à educação. Na página 25 da ata congressual se registra a discussão sobre a situação das universidades públicas brasileiras, com o destaque para o desmonte da universidade pública e uma pauta relacionada aos processos de privatização “sucatear para privatizar”. O documento ainda apresenta a posição da corrente aos organismos internacionais como o FMI. Outro ponto fundamental é o destaque da autonomia da universidade na utilização dos seus recursos e a obrigação que o Estado tem de provê-los.

Sobre a LDB que estava tramitando, o posicionamento da CS aponta a necessidade de que haja mudanças e que as verbas públicas precisam ser obrigatoriamente destinadas à educação pública. “Por isso, exigimos: Mais verbas para a Educação! Verbas

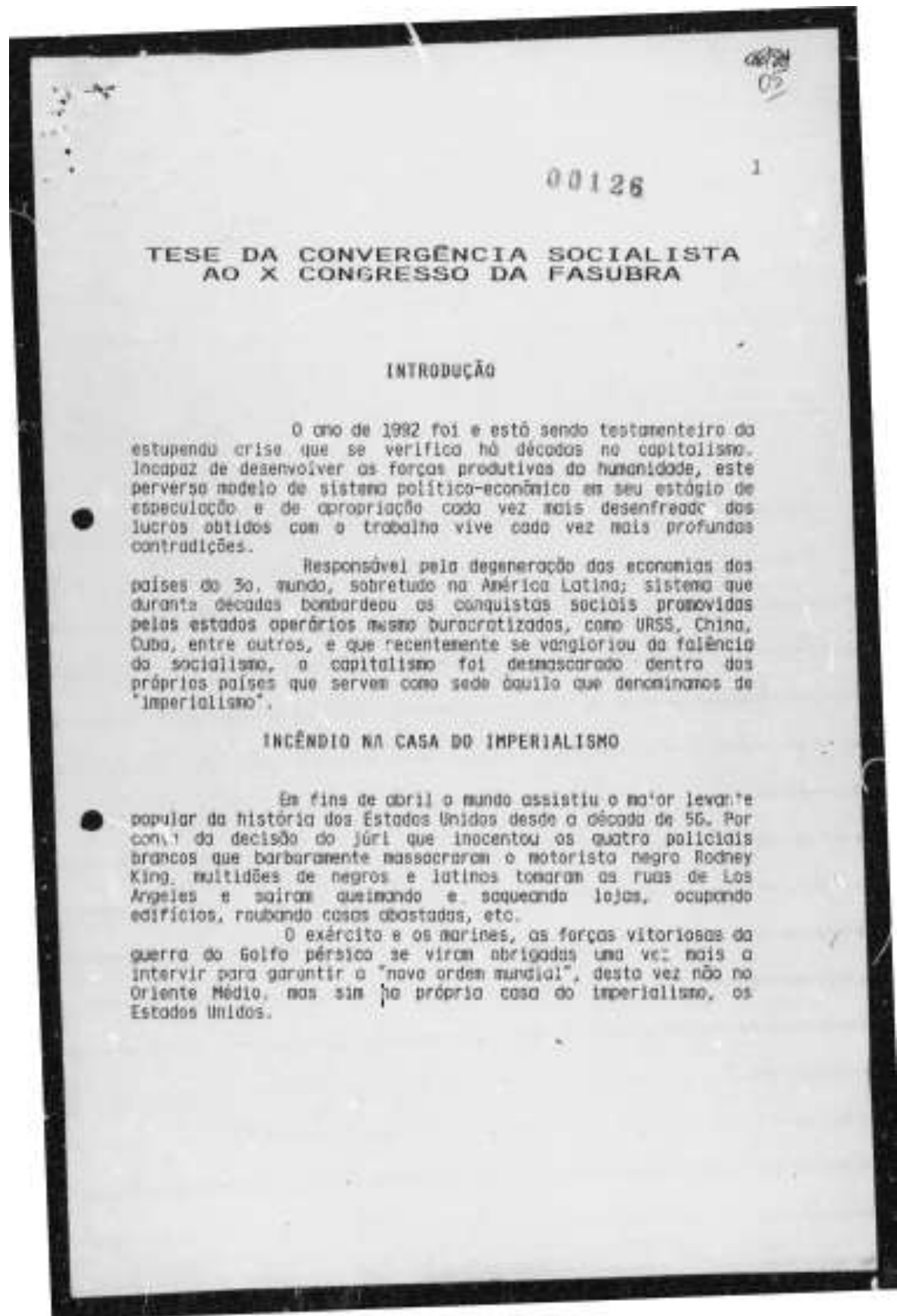


Figura 18: Tese da Convergência Socialista no congresso da FASUBRA de 1993, retirada do Arquivo Nacional.

5.5 Os embates educacionais nos primórdios do governo FHC e a proposta da FASUBRA para o ensino superior.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se iniciou em 1995, sucedendo Itamar Franco, do qual havia sido Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Após vencer as eleições disputadas contra Luiz Inácio Lula da Silva, Enéas Carneiro, Esperidião Amim, Leonel Brizola e Orestes Quécia no primeiro turno das eleições, alcançando 55% dos votos válidos, num período em que o Plano Real acomodava seus principais aspectos de caráter prático e o governo de Itamar tinha grande notoriedade.

Esse cenário eleitoral representava um contexto internacional, no qual, os candidatos vencedores (1989 e 1994) teriam como perfil, as mesmas orientações ideológicas, para que se pudesse introduzir no Brasil o projeto neoliberal. Dessa forma, frações da classe dominante, apoiada pelos setores empresariais representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e muitos veículos de comunicação da grande imprensa, contribuíram para que esses candidatos conseguissem se eleger, barrando assim, o candidato oriundo da classe trabalhadora e que vinha de outra base ideológica.

Embora tenha alcançado uma significativa votação, com 27% dos votos válidos, o segundo lugar obtido no pleito por Luiz Inácio Lula da Silva causou nas associações e sindicatos uma percepção de fracasso, pois, “o governo Fernando Henrique Cardoso, foi pra gente também, outra derrota” (BRANDÃO, 2021, p. XXII).

Sendo necessário um posicionamento de enfrentamento classista das entidades sindicais, como é possível verificar nas palavras de Brandão (2021, p. XII):

Quando, há a derrota do Lula, na eleição do Fernando Henrique, uma vez mais ficou colocado para o movimento sindical e em particular, nos setores dirigidos pelo PT a luta em oposição ao governo.

Collor iniciou o projeto de reformas neoliberais, mas por todas as situações discutidas, anteriormente, não teve força política para terminar o processo de privatizações e a diminuição do Estado que as mesmas exigiam dos governos dos países periféricos.

Com o mandato de Fernando Henrique Cardoso essa concepção de governo tomou corpo e se colocou em movimento na sociedade brasileira, como podemos compreender melhor no depoimento de João Batista Araújo (2021, p. XI) “o Fernando Henrique quando assumiu, privatizou 70% das empresas estatais, arrecadou 100 bilhões”.

Esse contexto de privatizações ocasionou um processo de resistências das associações e dos sindicatos dos trabalhadores de diferentes categorias profissionais em praticamente todos os estados brasileiros.

A FASUBRA estava presente nessas mobilizações articulando a oposição ao governo FHC, sendo que as perseguições aos funcionários públicos e corte de verbas, atingiram duramente as universidades.

A sem sombra de dúvidas o ataque que aconteceu, na verdade, nas universidades e todo esse processo das crises econômicas, as universidades sem sombra de dúvidas sofreram com o processo do plano econômico neoliberal. E também as categorias internas da universidade. Corte de verbas e todo esse processo afetou as universidades, e também tiveram muitas lutas, se acompanhar esse processo tiveram muitas greves nesse período. Greve de professores, greves de servidores, foram contatos muitos ataques brutais a nível salarial. Tiveram muitas greves nesse período e em governos posteriores como o do Fernando Henrique, por causa do que implantaram no governo Collor, que é um plano completo, um plano econômico neoliberal com privatizações, por exemplo. Então, só não privatizaram as universidades por que teve luta interna. (ARAÚJO, 2021, p. IX)

Leher (2010, p.41) nos ajuda a compreender as consequências desse período, quando afirma que “a consequência da reestruturação neoliberal para o mundo do trabalho é, por conseguinte, imensa. A flexibilização e a desregulamentação do trabalho tornam-se maiores e mais generalizadas (...)”, como resultado surge um contexto no qual, a precarização do trabalho tem base para ser colocada em prática.

Corroborando com João Batista Araújo (2021), a professora Bernadete Menezes descreve um pouco das perdas nesse momento:

Nós perdemos mais de trinta direitos, assim, foi um negócio. Começou com o Collor, mas depois teve continuidade com Fernando Henrique. Nós perdemos quinquênio, anuênio, a própria carreira que nós estávamos conquistando ali. Nós conquistamos uma carreira depois da Constituição de (19)88, nós conquistamos uma carreira PUCRECI, que se chamava a carreira, que eram três níveis, de apoio, médio e superior. Então, houve congelamentos de salários, então foi bem complicado o período. (MENEZES, 2021, p. XXXIX)

Com o avanço do imperialismo, que para os neoliberais é denominada como globalização, há um rompimento de fronteiras para os negócios e quem não adere ao processo, fica de fora do “desenvolvimento e do progresso”, ficando à margem. O que caracterizaria escassez e miséria para esses países.

As transformações sociais acarretadas com os avanços neoliberais também transformaram as relações de trabalho. E para suprir as necessidades do capital, era preciso

um trabalhador com outro perfil. Incumbindo ao aparato escolar, contribuir na formação do “novo” trabalhador que precisa ser formatado para produzir nessa sociedade capitalista.

Essa máxima foi embasada na Teoria do Capital Humano ao preconizar que investimentos em educação e saúde podem aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que em larga escala pode influenciar positivamente as taxas de crescimento dos países, mas, desconsiderando as diferenças sociais e os interesses políticos reinantes no interior da sociedade burguesa.

Dentro dessa perspectiva, a educação estava no bojo dos assuntos que demandava dos avanços neoliberais. Como consequência, vários projetos estavam em pauta, todos subsidiados pelos organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, UNESCO. Seguindo o preceito do Consenso de Washington, realizado em 1989, várias medidas precisam ser tomadas para os avanços privatistas. Portanto, iniciam-se as reformas educacionais.

Toda essa contextualização se faz necessária, para compreendermos o início do governo FHC e o processo de defesa dos interesses econômicos, financeiros e comerciais privados em detrimento das instâncias públicas. Foi no início desse governo que se iniciaram as avaliações educacionais orientadas por organismos externos.

A Reforma Administrativa fez parte da Reforma do Estado, sendo efetivada a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, alterando o tamanho do Estado, suas atribuições e concepção de gestão. O conjunto das medidas indicava claramente o interesse de grandes grupos econômicos em se apoderar do patrimônio nacional, usando como justificativa a melhoria da eficiência e da eficácia na condução da ‘res pública’. (CATALICE; OLIVEIRA, 2014, p.289)

Em 1995, logo no início do seu governo, Fernando Henrique Cardoso desferiu uma série de golpes nos funcionários públicos e nas instituições estatais. A educação precisava ter “qualidade” para formar o cidadão capacitado para o mundo do trabalho. Então, entre outras coisas, foi retomado o discurso de uma educação técnica que formasse o adolescente para o trabalho.

Cunha (2003, p.38), analisa o início do governo de Fernando Henrique Cardoso da seguinte forma:

A característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como ‘base do novo estilo de desenvolvimento’, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria”

entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.

O autor, ainda, destaca que o governo de FHC queria implantar no ensino superior uma reforma administrativa, na qual transformasse as universidades em mais produtivas, com medidas que acabassem com a ociosidade. Era preciso racionalizar os gastos, e relacionar às verbas as avaliações de desempenho. Criando fatores para avaliar por números de estudantes formados, número de pesquisas e produções docentes. (CUNHA, 2003)

Cunha (2003, p.41) associa à deturpação da LDB às mudanças impostas pelo projeto neoliberal, portanto, ficaram vagos alguns temas importantes para a educação superior.

Diferentemente da primeira LDB (de 1961), a de 1996 tratou detalhadamente da autonomia universitária, estabelecendo, em dois artigos, contendo cada um numerosos itens, o que esse tipo de instituição poderia fazer. Dentre eles, reassegurou a possibilidade (negada às instituições isoladas de ensino superior) de criar e extinguir cursos, assim como de determinar o número de vagas de cada um, **elementos importantes para a sintonia das instituições privadas com o mercado**. As universidades públicas estariam sujeitas a um regime jurídico especial, o qual, ao contrário das demais autarquias, permitir-lhes-ia grande flexibilidade na organização do quadro de pessoal docente e administrativo, tanto quanto no emprego de recursos financeiros. Mas, como esse regime jurídico não foi definido, as universidades públicas, especialmente as federais, **permaneceram submetidas a uma plethora de regulamentos que cerceiam sobremaneira suas administrações**. (grifos nossos)

Os ataques à educação se davam de várias maneiras. Catalice e Oliveira (2014) descrevem como FHC estava determinado a resistir às ações dos sindicatos. Diminuiu salários dos servidores públicos das instituições de ensino, IFES e IEES foram as mais prejudicadas. Nesse percurso colocou em risco a autonomia das universidades.

A FASUBRA durante esse período estava diretamente ligada ao enfrentamento do governo referente à educação superior. Como pudemos verificar a educação estava sempre em pauta nos congressos.

Uma das ações importantes da entidade foi o embate às mudanças do projeto original da LDB (Lei de Diretrizes e Base):

[...] teria sido uma luta muito forte da FASUBRA, uma proposta de diretrizes e bases do Darcy Ribeiro, foi o que a FASUBRA acabou defendendo, acabou sendo totalmente deturpada e imposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso. (BRANDÃO, 2021, p. XXII).

A FASUBRA como uma entidade que representa funcionários das universidades públicas federais, traz no bojo das suas discussões a educação como tema central, contextualizando-a nas conjunturas nacional e internacional.

O recorte histórico dessa pesquisa se finda em 1995. Esse ano foi escolhido, já que nele surge o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, resultado dos esforços da FASUBRA em pensar uma universidade com caráter popular, democrática e acessível ao conjunto da classe trabalhadora, entendendo-a como uma forma de resistência aos processos postos pelo avanço do capital.

Os debates se iniciaram desde a promulgação da Constituição de 1988, em seus congressos e reuniões uma das pautas recorrente era a educação.

Dessas formulações, desenvolvidas em seus fóruns de discussão coletivas, realizadas ao longo do ano de 1995, surgiu o primeiro documento com essa proposta que, pouco menos de uma década mais tarde, em 2006, se transformou em um projeto de lei PL 7398/2006 que tramita até a atualidade.

Na próxima seção será apresentado e analisado esse documento com objetivo de compreender a sua importância histórica.

Seção 6: A presença da FASUBRA na urdidura e na luta pela efetivação do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores

Essa seção tem como propósito apresentar o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, exposto pela primeira vez pela FASUBRA em 1995, sendo que, no ano de 2006, se transmutou num Projeto de Lei (PL) que tramita até a atualidade no Congresso Nacional, identificado da seguinte forma: PL 7.398/2006, que dispõe sobre as Normas para a Educação Superior Pública - "Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores".

A FASUBRA inclusive elaborou um projeto que veio posterior a esse. Pois como eu disse, esse fez parte de um assenso global do movimento sindical. E a FASUBRA fez parte da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade. Inclusive elaborando um projeto de universidade pública para os trabalhadores. Que tem um projeto até hoje que há uns três anos atrás foi atualizado, então tem esse projeto e nós participamos. (MENEZES, 2021, p. Liii)

No intuito de compreender e analisar as mudanças colocadas nesse plano de intervenção institucional desta entidade, será realizada uma breve retomada das leis vigentes no país que antecederiam o lançamento do projeto pela FASUBRA.

6.1 LEI Nº 8.958 de 20 dezembro de 1994: a legalidade da transferência dos recursos das universidades públicas para as instituições privadas

No final do seu governo, Itamar Franco aprovou a Lei Nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que “Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e de outras providências” (D.O. de 21/12/1994, p. 20025).

Essa lei que antecede ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) era entendida, pelos dirigentes da FASUBRA, conforme abaixo explicitado, como mais uma medida para atender os preceitos postos pelo Bando Mundial, no seu projeto privatista para a educação.

O ataque às universidades nos, confrontamos isso, ao ataque a educação como um todo, não apenas a universidade e ao corte de verbas para poder bancar o pagamento de juros aos banqueiros. Esse é um outro problema que a sociedade não discute. Esses pagamentos cortam verba da educação, da saúde e da ciência. Isso é um grande problema. E as universidades sofreram muito com isso, com cortes de verbas. Isso, afeta até hoje. Esse ano será 53% do orçamento para amortização de juros. Para a educação 2,46%, saúde 2,90 e pouco, saneamento básico 0,02%, ciência e tecnologia 0,23%, entendeu. Então, isso vem desde o governo Collor e Fernando Henrique que implementou na verdade, o plano econômico neoliberal no Brasil. (ARAÚJO, 2021, p. Xiii)

Ao compreendermos que os governos de FHC deram continuidade aos processos iniciados por Collor e que, ainda, foi mais efetivo nas ações neoliberais, podemos dizer que a Lei 8.958, fez parte das reformas desse período.

Esse artefato legal era composto por sete artigos que proporcionavam as brechas para aprofundar as privatizações, não com a venda das instituições públicas, porém, com a transferência dos recursos da educação pública para a iniciativa privada.

Esse debate já foi realizado por Cunha (2007), nos seus estudos sobre a universidade brasileira, são mencionados os papéis exercidos pelas fundações como uma ardilosa forma de transferência do dinheiro público para o ensino privado.

A Lei de 1994 tratava justamente sobre esse tema. Já no primeiro artigo, autoriza que as universidades públicas possam contratar “instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes”, configurando a transferência de verbas para o setor privado.

No artigo segundo especifica como essas instituições devem se constituir perante a lei. No terceiro caracteriza as obrigações. No quarto se refere ao capital humano, que o artigo autoriza a transferência esporádica para as fundações contratadas. No quinto artigo, refere-se a desobrigação das instituições federais de arcarem com dívidas contraídas pelas fundações. No sexto, autoriza as fundações a utilizarem recursos das instituições federais desde que haja ressarcimento. E por fim, data de vigor da lei.

No bojo do conteúdo da Lei 8.958, podemos observar esse processo de privatização em curso, que desenvolvia os mecanismos para se aprofundar, e não só na educação, mas em todos os setores estruturais do país.

[...] Novo colonialismo, como definiria, posteriormente (ao Congresso de Washington), a insuspeita revista Newsweer (edição de 1º de agosto de 1994), estaria assentada num programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica (o plano real foi o competente instrumento, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário, envolvendo, invariavelmente, a revisão das relações fiscais intergovernamentais (a Lei de responsabilidade fiscal, por exemplo) e reestruturação dos sistemas de previdência pública: a segunda, dedicada ao que o Bando Mundial vem chamando de “reformas estruturais” (do ESTADO, da saúde, da educação, por exemplo, (para) a liberalização financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização de empresas estatais. (FIORI,1995, p. 234)

6.2 LEI Nº 9.131 de 24 de novembro de 1995: o Conselho Nacional de Educação e os Exames Nacionais

No primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995, foi promulgada substituindo a LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com o intuito de atualizar o aparato legislativo do período da ditadura civil-militar.

Essa lei aborda dois temas, que para o novo projeto de país, se torna fundamental para o governo. O Conselho Nacional de Educação (CNE) e os Exames Nacionais.

Alguns pontos incluídos; área de atuação do Ministério da Educação (MEC), a educação militar com legislação própria, subordina o Conselho Nacional ao MEC e determina que ele faça o intermédio com estados e municípios, aponta a forma de como os membros são escolhidos e o tempo de mandato. Descreve a Câmara de Educação Superior. No artigo oitavo, inciso quarto abre espaço para representantes das instituições privadas no CNE.

No artigo nono, inciso primeiro, determina que “As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno”, dando a liberdade de tomar decisões secretas sobre a educação do país. Nos demais incisos de artigo, coloca as responsabilidades.

Em relação ao ensino superior relaciona ao reconhecimento e avaliação de cursos de graduação, mestrados e doutorados.

Nesse pequeno relato apontamos as mudanças nessa lei, sem mencionar como era antes, e nem aprofundar nas mudanças que ela passou desde 1995, detivemos apenas em pensar sobre as mudanças nesse período inicial do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Cunha (2003, p.12), os primeiros componentes da Câmara Superior de Educação, apesar das determinações privatistas ainda conseguiu:

Na primeira composição do CNE, isto é, a do início de 1996, seus membros foram indicados em dois turnos por entidades de finalidade científica, cultural e sindical. A análise da primeira rodada de conselheiros, nomeados todos entre os indicados pelas entidades consultadas, mostra que eram em número significativo (ainda que não majoritário) os que se orientavam pela defesa do ensino público, algo inédito nessa instância do Estado, na qual prevaleceu a intermediação de recursos do governo para as instituições privadas e a legislação em causa própria.

Apesar desse resultado inicial, essas mudanças na legislação contribuíram para que esse espaço se tornasse um lugar de disputa de vários grupos privatistas. Abrindo caminho para as privatizações (CUNHA, 2003). Mais uma ação ao encontro com as determinações do Consenso de Washington.

Como resultado, de 1995 até 1998, aumentou os números de instituições privadas, com benefícios como crédito e credenciamentos acadêmicos. Esses dados nos ajudam a compreender esse cenário:

(...) o número de universidades públicas ficou estagnado enquanto que as privadas passaram de 63 para 84 e os centros universitários, de zero para 77, dos quais 74 privados. Ao final de 2002 as instituições de ensino superior particulares abrangiam 1/3 do alunado das universidades e metade das matrículas das demais instituições (CUNHA, 2004, p. 809).

6.3 Os debates educacionais antecedentes à promulgação da LDB

A Lei de Diretrizes de Base (LDB) foi promulgada no ano de 1996, sob o número 9.394. Mas os debates em torno dessa lei foi um campo de disputa de diferentes projetos.

Darcy Ribeiro pontua aspectos importantes sobre as diferenças de concepções: “Tem suas diferenças com respeito ao projeto remetido pela Câmara. É mais enxuto, mais moderno e mais ambicioso. A diferença fundamental reside em que o primeiro, parecendo satisfeito com o sistema educacional que temos, tende a congelá-lo” (DARCY RIBEIRO, Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 1995).

Com esse posicionamento, Darcy Ribeiro em um texto de opinião publicado, no jornal Folha de São Paulo em 1995, manifestava suas concepções para a Lei de Diretrizes e Base (LDB) e que se materializavam no projeto que foi submetido à câmara pelo então senador, mas, deixando explicitado que o projeto não pertencia somente a ele, sendo um projeto coletivo:

O Senado discute esta semana seu substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O substitutivo apresentado é de minha autoria, mas não é meu. Apenas sintetiza todo o esforço realizado nesses anos para dar ao Brasil aquela lei que os educadores reclamam (DARCY RIBEIRO, Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 1995).

A FASUBRA teve uma atuação importante nesse processo, como nos revela Brandão (2021, p. XXII) “a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, que teria sido uma luta muito forte da FASUBRA, uma proposta de diretrizes e base do Darcy Ribeiro, foi o que a FASUBRA acabou defendendo, acabou sendo deturpada e imposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso”.

Nas palavras de Brandão (2021) é possível verificar que a LDB defendida por entidades relacionadas à educação, como é o caso da FASUBRA, contribuíram com a

construção de um projeto de lei, mas que o governo fez alterações descaracterizando a proposta construída originalmente.

Realçamos abaixo com as palavras de Darcy Ribeiro (Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 1995), as mudanças trazidas pelo projeto vencedor, o da câmara para a educação superior:

A universidade é também inovada, permitindo a criação de universidades especializadas (saúde, engenharia, educação e outras) e instituindo cursos de sequência que possibilitem ao próprio aluno compor seu currículo, cursando as matérias que mais lhe interessam para o **trabalho profissional** a que deseje dedicar-se. (grifo nosso)

Evidenciamos essa menção ao “trabalho profissional” para conseguirmos notar as proximidades entre a LDB, aprovada em 1996, aos preceitos neoliberais que parte da premissa que a educação precisar ser “profissionalizante”, que é necessário formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Assim girando a produção para o “desenvolvimento” capitalista.

A educação vista como mercadoria que deveria gerar lucro, ou seja, a formação humana estava em segundo plano, o importante era gerar “profissionais” que estivessem em sintonia com os interesses do mercado.

Era uma tendência não somente no Brasil, mas que vinha de diretrizes traçadas por organismo internacionais como explica Silva (2005, p.258):

Dada a complexidade desinteresses em disputa, o GATT foi substituído pela Organização Mundial do Comércio – OMC –, criada em janeiro de 1995 para promover o comércio entre os países, arbitrar disputas comerciais, definir e fiscalizar o cumprimento de acordos e de normas de comércio entre os países, estimular a liberalização progressiva dos serviços públicos, em especial da educação de nível superior, **e tratá-la com as regras comerciais.** (grifo nosso)

As disputas em torno da nova LDB foram acirradas e várias entidades fizeram parte desses debates. Conforme podemos verificar:

[...] a LDB foi produzida a partir de dois projetos: um, oriundo da Câmara dos Deputados e outro – distinto e rival – do Senado. O projeto da Câmara foi acompanhado de perto pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública na LDB que logrou a realização de acordos sobre pontos importantes, apesar da heterogeneidade das entidades que o integraram e da diversidade de pontos de vista, bem como da disposição de negociação. (CUNHA, 2014, p. 84)

Cunha (2014) descreve a diversidade entre as entidades atreladas ao debate intenso sobre a LDB, e na descrição está a ampla participação da FASUBRA, representando os funcionários da educação superior.

Contextualizamos o debate preliminar à promulgação da LDB, para podermos compreender a atuação da FASUBRA nas disputas de projetos educacionais do período. Ativa nas discussões por projetos educacionais, a entidade compreendia que era necessário combater os ataques neoliberais à educação. Como resultado dessa atuação da associação, surgiu em 1995, uma proposta para a educação superior que iremos tratar na próxima subseção.

6.4 Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores

A FASUBRA apresentou pela primeira vez o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, em 1995. Esse projeto ficou presente nas pautas congressuais nacionais, nos encontros regionais e nos debates internos sobre educação superior da FASUBRA até o ano de 2006 quando foi formalizado um projeto de lei de iniciativa popular, em 2 de agosto de 2006, sob o número 7.398, de autoria da Comissão de Legislação Participativa.

O objetivo dessa subseção é apresentar de forma integral e analisar esse projeto que ainda tramita na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional do Brasil.

As origens das discussões sobre esse projeto nas instâncias da federação são bastante remotas e eivadas de polêmicas entre as diferentes correntes políticas que atuavam no seu interior e estavam relacionadas com os rumos mais gerais do movimento sindical, como nos recorda Claudionor Brandão.

[...] se lutava bastante na época e foi pauta nesse congresso pela independência da CUT (Central Única dos Trabalhadores), a federação era e ainda é afiliada a Central Única dos Trabalhadores. Uma das tarefas da CUT de organização da classe trabalhadora foi um destaque importante na federação. E também se discutia na época, havia um debate sobre o caráter da universidade, a palavra de ordem da universidade, se discutia se a luta seria por uma universidade cidadã. E um setor propunha essa luta, a chamada nova esquerda, grupo do José Genuíno na época, era forte na FASUBRA, que defendia esse conceito de universidade cidadã. Então, havia um forte rechaço a isso também. Pois esse conceito de cidadania mascara a divisão de classes da sociedade. Uma sociedade de classe não tem instituição neutra, muito menos universidade. Então, lutamos por uma universidade a serviço da classe trabalhadora, do povo pobre. Uma universidade cidadão não existe. Então esse debate marcou bastante também, não só esse congresso, mas esse período da federação. (BRANDÃO, 2021, p. XX)

O projeto em seu cômputo geral é robusto, sendo composto por 12 capítulos, que se desdobram em 69 artigos, incorporando de forma ampla a legislação atinente ao conjunto das Universidades Públicas Brasileiras em todas as suas instâncias e que integram o Sistema Nacional de Educação Superior Pública.

A federação destaca a importância da democracia para o desenvolvimento social e se dispôs a apresentar o projeto como o resultado sobre essa reflexão no interior dos seus fóruns de discussão.

O aprofundamento do debate da democratização na construção do conhecimento e no acesso a educação superior torna-se de fundamental importância para a construção do Projeto coletivo de Universidade, municiando a educação superior para que tenha um caráter de fato democrático em todos os sentidos, dando voz aos excluídos e a partir dessa premissa, resgatar e reescrever a história de nosso país, ouvindo todos os sujeitos, raças e etnias que construíram esta Nação. (FASUBRA, 2005, p.3)

Uma das propostas desse projeto é universalizar o ensino superior para que esse deixe de ser algo apenas para os setores mais abastados da população e que a classe trabalhadora possa apropriar-se desses espaços fundamentais na construção da Nação.

No Capítulo I – Das disposições preliminares – são apresentados os princípios gerais que norteiam a proposta de criação da Universidade Cidadã para os Trabalhadores, no que se defende que a universidade pública goze de plena autonomia, definindo o papel e importância dos trabalhadores em educação, quer sejam os docentes, os técnicos administrativos, ativos ou aposentados, vinculados às Universidades Públicas Autônomas, salvo disposições específicas.

No Capítulo II – Dos Fins – em seu Artigo 2º, a Universidade Pública Autônoma, é identificada como centro de criação, transmissão e difusão do saber, da cultura, da ciência e da tecnologia, através da articulação indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, integra-se à vida da sociedade, com os consequentes fins:

- I - formação humana, cultural, científica e técnica;
- II - oferta de oportunidades que levem à realização do ser humano, com vistas a formar cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades, em todos os aspectos da atividade humana, que participem ativamente da sociedade e se coloquem abertos para o mundo;
- III - realização da pesquisa básica e aplicada;
- IV - extensão de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca;
- V - intercâmbios culturais, científicos e técnicos com instituições congêneres nacionais e estrangeiras;
- VI - contribuição para o desenvolvimento do ensino básico;
- VII - constituição de espaço aberto para compreender, interpretar, preservar, reforçar, fomentar e divulgar a cultura nacional e regional, num contexto de pluralismo e diversidade cultural e étnica;
- VIII - contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e os países latinoamericanos;
- IX - contribuição para romper com as desigualdades sociais, bem como superar a alienação individual e coletiva, dirigindo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para erradicar o racismo, a segregação religiosa, sexual e de classe, a

pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a degradação do meio ambiente e as enfermidades. (2005, p. 5-6)

A concepção de educação da FASUBRA (2005, p.3) se mostra detalhada, como podemos observar por essas alíneas destacadas, demonstrando as suas preocupações e concepções educacionais atreladas à vida social, salientando a importância de formar cidadãos capazes de compreender o mundo, a valorização da cultura nacional e regional, o estímulo à cooperação internacional, dando ênfase à América Latina e, por fim, combater as desigualdades, a alienação, erradicar racismo, segregações de diversas naturezas, pobreza, fome, violência, analfabetismo e etc. Portanto, é um projeto de transformação de nação.

No Capítulo III – Dos Princípios – a proposta formulada pela FASUBRA (2005, pág. 6-7) orienta os valores que seriam próprios dessa universidade para os trabalhadores embasados nos seguintes itens:

- I - garantia de Autonomia Institucional;
 - II - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - III - efetividade no cumprimento da função social de ensinar, pesquisar e praticar a extensão universitária necessária ao desenvolvimento sustentável do País;
 - IV - interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho;
 - V - integração e interação com os demais níveis e graus de ensino;
 - VI - garantia de condições para o acesso e permanência do aluno na instituição, assegurada a equidade de tratamento entre iguais e a justa e devida diferença entre os desiguais;
 - VII - liberdade de aprender, ensinar, criar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura, o saber em geral, a ciência e a tecnologia;
 - VIII - garantia da pluralidade e da livre expressão de orientações e opiniões;
 - IX - busca do desenvolvimento da formação cultural, técnica científica do ser humano;
 - X - capacidade para o exercício de uma profissão, estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento analítico reflexivo;
 - XI - preparo para participar da produção, sistematização e superação do saber acumulado;
 - XII - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - XIII - adoção de um padrão unitário de qualidade;
 - XIV - gestão democrática e colegiada;
 - XV - eficiência, eficácia e efetividade na consecução dos objetivos institucionais;
 - XVI - racionalização no uso dos recursos da instituição;
 - XVII - valorização profissional dos trabalhadores em educação;
 - XVIII - gratuidade de todas as atividades acadêmicas: ensino de graduação, de pós-graduação (mestrado, doutorado, especialização e aperfeiçoamento) e de extensão.
- (2005, p. 6 - 7)

Como podemos perceber, há uma valorização da universidade pública, autônoma, preocupada com o avanço do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando contribuir para superar a alienação individual e coletiva e romper com o racismo e todas as formas de desigualdades sociais, centrando suas ações no ser humano e nas suas relações de trabalho, não como um mero e descartável objeto da sociedade capitalista, mas, almejando contribuir na

construção de uma classe trabalhadora consciente, a partir do momento em que sua formação se faça de maneira analítica, crítica e científica.

Em seu Capítulo IV – Dos objetivos – tendo como objetivo maior valorizar os trabalhadores em educação, defender a educação pública, gratuita e de qualidade, o projeto faz suas propostas entrelaçadas com o artigo 207 de Constituição Federal (1988) que foi, naquele período histórico, construído com muita luta em várias instâncias sociais. (FASUBRA, 2005, p. 7)

Vejamos, então, o conjunto do 5º artigo deste capítulo:

- I - promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, de forma indissociável, com padrões elevados de qualidade social e equidade,
- II - promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural, em todas as áreas do conhecimento;
- III - atuar no sentido de superar os problemas regionais e nacionais;
- IV - formar cidadãos capacitados para o exercício crítico da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento e qualificá-los para as atividades profissionais;
- V - estender à comunidade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa, levando em conta seus anseios e necessidades contextuais;
- VI - desenvolver e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;
- VII - estimular a solidariedade humana na construção da sociedade, no respeito à vida e na estruturação do mundo do trabalho;
- VIII - educar, para conservação e preservação da natureza;
- IX - propiciar condições para transformação da realidade, visando a justiça social e o desenvolvimento autossustentável;
- X - ampliar o acesso da população à educação superior, visando a sua universalização;
- XI - desenvolver ações para o fim de todos os preconceitos raciais, de gênero e sociais e relativos às opções políticas, religiosas e de orientação sexual.
- XII - preservar e resgatar a memória cultural do país. (2005, p. 7)

O Capítulo V – Da natureza jurídica – trata das questões sobre a importância da autonomia universitária para gerir seus recursos, sua didática, e suas ações enquanto entidade democraticamente constituída, porquanto, determinando a importância dos Órgãos Colegiados representativos de todos os entes envolvidos, da acuidade de cargos eletivos e da participação representativa nas decisões e avaliação interna dos processos de cada universidade com suas particularidades.

Art. 6º - A Universidade Pública Autônoma, instituída e mantida pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, deve constituir-se como pessoa jurídica de direito público, de personalidade jurídica especial, com autonomia didática, científica, pedagógica, de gestão administrativa, financeira e patrimonial, para estabelecer suas normas de funcionamento e mecanismos disciplinares.

Art. 7º - A Universidade Pública Autônoma, terá como personalidade jurídica a autarquia de regime especial, respeitada a autonomia definida no Art. 6º desta Lei.

Art. 8º - A Universidade Pública Autônoma gozará de Estatuto Jurídico Especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público.

Art. 9º - Cada Universidade Pública Autônoma elaborará e reformulará o Estatuto e o Regimento da Instituição, que deverá reger o seu funcionamento. Seção I Da Estrutura Organizacional e do Funcionamento

Art. 10 - Sem prejuízo do disposto nos Estatutos das UPAs, os órgãos de gestão democrática das mesmas incluem obrigatoriamente:

I - Congresso Interno;

II - Assembleia Geral;

III - Assembleia Estatuante;

IV - Colegiados Superiores.

Art. 11 - Cada Universidade Pública Autônoma deve assegurar a realização anual do Congresso Interno da Comunidade Universitária, democrático e paritariamente eleito por seus pares, reconhecido como instância máxima de deliberação da Universidade Pública Autônoma. Parágrafo único. Compete ao Congresso Interno da Comunidade Universitária aprovar e reformular o Estatuto e Regimento da Universidade bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Art. 12 - Cada Universidade deve estabelecer Assembleias Estatuintes, com caráter de exclusividade e soberania, objetivando elaborar o Estatuto e o Regimento da Instituição. § 1º A participação da Comunidade Universitária se dará com representação, no mínimo paritária, dos trabalhadores em educação, estudantes e a Comunidade Externa, através da indicação de seus representantes, proporcional à paridade pelos representantes de cada segmento da Comunidade Universitária. § 2º As normas de convocação e funcionamento das Assembleias Estatuintes serão definidas no âmbito da própria Instituição; § 3º A escolha das Assembleias Estatuintes, de forma no mínimo paritária, deve ser por chapa, acompanhada dos respectivos programas e constando os membros que representarão os respectivos segmentos, designados de forma proporcional à votação obtida.

Art. 13 - Cada UPA deve estabelecer as Assembleias Gerais da Comunidade Universitária como instância deliberativa, objetivando dar concretude às Políticas institucionais. Parágrafo único. Para eficácia do caput do Art., aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos 1º, 2º, 3º do Art. anterior.

Art. 14 - O Estatuto e o Regimento da Universidade devem conter as normas fundamentais da sua organização interna, nos planos científico, pedagógico, financeiro e administrativo, bem como o regime das autonomias das respectivas unidades orgânicas e deverá assegurar:

I – a estrutura acadêmica e administrativa integradas e a organização da comunidade em Órgãos Colegiados e de Direção com capacidade decisória sobre os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento;

II – a participação, em seus Órgãos Colegiados, de trabalhadores em educação, de estudantes e da Comunidade Externa (entidades da sociedade civil organizada: sindicais, profissionais, governamentais, científicas, artísticas, culturais e movimentos sociais), observada a paridade entre os representantes destes segmentos;

III – a composição paritária dos trabalhadores em educação nos Órgãos Colegiados Superiores, nos Centros, nos Departamentos e nas demais Unidades, através de eleições diretas;

IV – a inexistência de membros natos ou vitalícios na composição dos seus Órgãos Colegiados;

V - o direito aos trabalhadores em educação ao exercício de cargos eletivos na estrutura universitária, independente da posição funcional, ressalvado as funções de conteúdo essencialmente acadêmico e científico que exija competência específica;

VI – a escolha do Dirigente Universitário e dos demais cargos de Direção Superior, dos Centros e Unidades, através de eleições diretas e democráticas, por chapas com obrigatoriedade de apresentação de programas, segundo critérios definidos nesta Lei, no Estatuto e no Regimento da Instituição, garantidas: a - a participação no processo, no mínimo paritária, de trabalhadores em educação e dos estudantes; b - as chapas deverão ser compostas pelos cargos de Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores.

VII – o direito de elaborar, reformar e aprovar seu Regimento, bem como de suas Unidades e demais Órgãos, garantindo-se a participação dos Usuários oriundos da Comunidade Externa.

VIII – A garantia de criação de um Fórum Universidade/Sociedade, como conselho consultivo ou equivalente, nos termos desta Lei. Parágrafo único. O Reitor tornará

público, através do Diário Oficial da União, o Estatuto da Instituição, depois de aprovado ou reformulado pelo Congresso Interno da Comunidade Universitária.

Art. 15 - O Fórum Universidade/Sociedade, previsto no inciso VIII do art 14, será composto majoritariamente por entidades culturais, científicas e sindicais e dos movimentos sociais, garantindo a participação da comunidade universitária – trabalhadores em educação e estudantes, que assegure uma relação permanente com a sociedade, com o objetivo de expor seu plano de trabalho e fortalecer o vínculo com as instituições sociais. § 1º os representantes da sociedade serão indicados pelas entidades definidas pelo órgão máximo de deliberação da universidade e os da comunidade universitária, através de processo eleitoral definido por cada segmento, cujos mandatos serão de 3(três) anos. § 2º As atribuições do Fórum Universidade/Sociedade serão definidas pelo órgão máximo da universidade devendo constar o acompanhamento, supervisão e construção do plano de desenvolvimento institucional (PDI).

Art. 16 - O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada Universidade Pública Autônoma deve definir dentre outras, as metas de ensino, pesquisa e extensão, balizadas nos resultados da Avaliação Institucional com vistas ao desenvolvimento da Universidade. (2005, p. 8 - 11)

Em seu Capítulo VI – Da autonomia – traz como proposta a construção de uma universidade pública autônoma, em todas as suas instâncias didáticas e científicas, administrativas, orçamentárias, financeiras e na condução do seu patrimônio, observando ainda o seu compromisso com a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão, reconhecendo-a como um direito fundamental e visando garantir a liberdade de pensamento, de produção e da socialização do conhecimento, a autogestão proativa dos seus recursos em consonância com o seu dever social e se comprometendo em gerir o seu fazer político educacional por meio de órgãos colegiados, a sugestão apresentada pela FASUBRA se organizava com base nos seguintes postulados nesse tópico:

Art. 17 - A Universidade Pública Autônoma goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 18 - A autonomia da Universidade Pública Autônoma, enquanto direito fundamental, visa garantir a liberdade de pensamento, de produção e transmissão do conhecimento e a autogestão eficaz dos seus recursos e meios para o fiel cumprimento do seu papel social.

Art. 19 - A Universidade Pública Autônoma deve exercer a autonomia por meio de seus órgãos colegiados.

§ 1º - A autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial decorre e está subordinada à autonomia didático-científica e pedagógica como meio de assegurar a sua efetividade e a sua eficácia. § 2º - A autonomia didático-científica e pedagógica assegura à Universidade a liberdade de estabelecer, em harmonia com o planejamento 14 nacional da educação, da cultura e da ciência e tecnologia, políticas e concepções pedagógicas em relação à produção, organização e sistematização de conhecimentos, visando o ensino e a difusão do mesmo.

Art. 20 - A Universidade Pública Autônoma deve participar, através da sua representação colegiada, da formulação das políticas nacionais de educação, ciência, tecnologia e cultura.

Art. 21 - Os estabelecimentos públicos de educação superior, isolados ou constituídos sob a forma de universidades, devem constituir um sistema nacional articulado, capaz de atender às demandas sociais e o previsto no planejamento

nacional do setor. Parágrafo único. Aos estabelecimentos de educação superior isolados podem ser aplicados os princípios e as regras de autonomia universitária.

Seção I Da Autonomia Didático-Científica

Art. 22 - Para garantir o exercício pleno da autonomia didático, científica e pedagógica, é assegurada à Universidade Pública Autônoma a liberdade de:

I - criar, organizar, credenciar, alterar e extinguir cursos, habilitações e programas de ensino;

II - definir os currículos de seus cursos e programas das respectivas disciplinas observadas as diretrizes da legislação pertinente;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e cultural, bem como os projetos e atividades de extensão universitária;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências de seu meio;

V - fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais;

VI - estabelecer a duração do calendário escolar e do regime de trabalho didático de seus diferentes cursos;

VII - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos; VIII - estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e promoção de seus estudantes, assim como para aceitação de transferências;

IX - promover a avaliação permanente dos seus cursos, programas, com a efetiva participação dos trabalhadores em educação, dos estudantes e demais usuários da instituição;

X - definir os métodos de ensino, a escolha dos processos de avaliação de conhecimentos e o ensaio de novas experiências;

XI - assegurar a pluralidade de uso de tecnologias e sistemas de informática;

XII - assegurar a pluralidade de conceitos e métodos que garantam a liberdade de aprender e ensinar;

XIII - realizar ações comuns com outras entidades públicas, nacionais ou estrangeiras.

XIV - elaborar, aprovar, alterar e extinguir programas e projetos de pesquisa, respeitadas as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, tendo como critério norteador a relevância social;

XV - organizar programas de pesquisa, sem quaisquer restrições doutrinárias e ideológicas;

XVI - garantir que todos os membros da Comunidade Universitária, que realizam pesquisa, recebam formação, recursos e apoio suficientes;

XVII - garantir que os direitos intelectuais e culturais, oriundos das conclusões das pesquisas sejam utilizados em proveito da humanidade e protegidos quanto a seu uso indevido;

XVIII - estabelecer uma relação democrática docente / estudante no processo de ensino / aprendizagem, ressaltando-se a importância de práticas de ensino e avaliação coletivas.

Art. 23 - A operacionalização das liberdades previstas na autonomia didático, científica e pedagógica deve ocorrer através das resoluções e normas decididas pelos colegiados acadêmicos da Instituição, que garantirão a equidade de tratamento entre iguais, bem como a devida e justa diferença entre os desiguais.

Art. 24 - A Universidade Pública Autônoma deve continuar registrando os diplomas conferidos por ela e pelas universidades privadas e demais instituições de ensino superior que não sejam universidades, no âmbito de sua abrangência geográfica, respeitados os critérios pré-estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 25 - Cabe, a cada Universidade Pública Autônoma escolher a forma de acesso dos estudantes aos cursos oferecidos pela instituição, garantidas:

I - a busca incessante pela universalidade do acesso.

II - a implementação de mecanismos igualitários e democráticos de acesso que coíbam práticas de privilégios;

III - a adoção de critério de acesso sem caráter eliminatório.

IV - a aplicação de políticas reparatórias e compensatórias, através de ações afirmativas com a adoção de cotas étnicas, raciais e sociais. Parágrafo único. Para garantir a permanência dos estudantes, especialmente aos que se refere o inciso IV deste Art., cada Universidade Pública Autônoma deverá criar uma Comissão de

Acompanhamento, composta paritariamente por estudantes e trabalhadores em educação.

Art. 26 - A todos os estudantes que concluíam o curso, cumprindo todas as obrigações acadêmicas impostas pela Universidade, serão garantidos a expedição e o devido registro do diploma, não se admitindo qualquer interferência externa a esse direito.

Art. 27 - As questões específicas do ensino, na área de saúde, e dos estabelecimentos que os ministram, devem ter tratamento especial pela Universidade e levar em conta a legislação pertinente ao setor, em particular, relativa ao Sistema Único de Saúde.

Seção II Da Autonomia Administrativa

Art. 28 - A autonomia administrativa assegura a liberdade de auto organização e de edição de normas próprias, no que concerne os trabalhadores em educação, materiais e patrimoniais e escolha de seus dirigentes, respeitados o disposto na Constituição Federal, Estadual no caso de Universidades Estaduais, Municipais e nas demais normas legais pertinentes. Parágrafo único. A garantia de liberdade de auto organização dos trabalhadores em educação e dos estudantes será exercida através da livre associação e organização próprias, para representação de suas respectivas categorias – sindicais e estudantis – permitindo-lhes espaço físico para o funcionamento e atuação na universidade.

Art. 29 - Para garantir o exercício pleno de autonomia administrativa deve ser assegurada à Universidade Pública Autônoma, através do Conselho de Administração, a liberdade de:

I - organizar-se administrativa e academicamente sob o princípio da autonomia, entendida como autogoverno democrático, que pressupõe o controle da Comunidade, no âmbito interno e externo;

II - organizar-se internamente, na forma mais conveniente e compatível com as suas peculiaridades, estabelecendo suas instâncias decisórias;

III - estabelecer a política geral de administração da Instituição;

IV.- estabelecer políticas de saúde adequadas aos trabalhadores em educação e aos estudantes;

V - elaborar, reformar e aprovar seus Estatutos e Regimentos, bem como de suas Unidades e demais Órgãos;

VI - escolher seus dirigentes, observado o disposto nesta Lei e no Estatuto de cada Instituição;

VII - organizar a distribuição, a gestão e o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII - celebrar acordos, contratos, convênios e convenções, mediante aprovação do Colegiado Superior competente;

IX - estabelecer regulamento próprio para licitações de compras, alienações e contratações de obras, locações e serviços, respeitados os princípios gerais da legislação específica e observadas obrigações constitucionais;

X - estabelecer os quantitativos dos seus quadros de pessoal e administrá-los por meio de sistema administrativo e gerencial próprio e de acordo com o planejamento institucional, nos limites de sua capacidade orçamentária;

XI - implantar e administrar o Plano Nacional Único de Carreira e de Remuneração;

XII - implantar o sistema democrático de relações de trabalho, através de negociação coletiva no âmbito da Instituição, e dar concretude, aos seus resultados nacionais e locais, nos limites de sua capacidade orçamentária;

XIII - admitir, promover e demitir pessoal, observadas as normas legais e constitucionais aplicáveis às Universidades Públicas;

XIV - admitir trabalhadores em educação pesquisadores ou especialistas estrangeiros;

XV - estabelecer normas complementares e exercer o poder disciplinar relativo aos trabalhadores em educação e aos estudantes, respeitada a legislação vigente;

XVI - autorizar o afastamento, inclusive para fora do país, dos trabalhadores em educação para qualificação, atualização e participação em atividades científicas, artísticas, culturais e de representação.

Seção III - Da Autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial

Art. 30 - A autonomia de gestão orçamentária, financeira e patrimonial deve assegurar a liberdade de auto-gestão dos recursos postos à disposição da Instituição

pelo mantenedor, bem como os recursos próprios da Universidade. Parágrafo único. O exercício autônomo da gestão orçamentária, financeira e patrimonial deve ser operacionalizado através do princípio da gestão colegiada, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre as questões pertinentes e as normas para o exercício cotidiano desta forma de autonomia.

Art. 31 - Para garantir o exercício pleno da autonomia de gestão financeira e patrimonial deve ser assegurada à Universidade Pública Autônoma, a liberdade de:

I - propor e executar seu Orçamento, com fluxo regular de recursos do Poder Público, que lhe permita planejar e implementar suas atividades, independentemente de outras fontes de receita com fins específicos;

II - receber recursos que o Poder Público tem o dever de prover-lhe em montante suficiente, assegurada a dotação necessária ao pagamento de pessoal e dotações globais para outros custeios e despesas de capital que permitam livre aplicação e remanejamento entre diferentes rubricas de elementos ou categorias de despesas, sem prejuízo de fiscalização posterior dos órgãos competentes;

III - definir, em regulamento próprio, suas normas e procedimentos de proposição, discussão, execução e controle orçamentário.

IV - remanejar os recursos oriundos do órgão mantenedor e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

V - gerir seu patrimônio, instituindo a qualificação e especificação do patrimônio histórico, de modo a garantir o controle e a preservação do mesmo;

VI - administrar as rendas patrimoniais e as decorrentes de suas atividades, delas dispondo na forma deste Estatuto;

VII - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas, sendo que, no caso de recursos específicos para pesquisas, estes ficam condicionados à relevância social e à garantia de que a patente ficará sob o poder público.

VIII - estabelecer formas de cooperação financeira resultante de convênios com outras instituições;

IX - realizar operações de crédito ou de financiamento com aprovação do Poder Público competente, para investimento de capital em: obras, imóveis, instalações, equipamentos, dentre outras;

Art. 32 - A Universidade Pública Autônoma deve tornar público, anualmente, o balanço das receitas auferidas das despesas efetuadas e a avaliação da execução orçamentária, independentemente das obrigações legais pertinentes. (2005, p. 11-16)

Essas temáticas foram apresentadas com o intuito de fundamentar a concepção de uma universidade genuinamente independente, reconhecendo a importância da liberdade da universidade, dos pesquisadores, do pensamento, ideologia e cultural, apregoando que seria necessário para o seu constructo, consolidação e desenvolvimento ulterior.

A permanência dos estudantes também é uma preocupação do projeto além do respeito às diferenças. Destaca-se como parágrafo único a liberdade de organização de trabalhadores em educação e de estudantes, além da obrigatoriedade de dar condições para que isso se realize. A transparência de gastos é apontada como fundamental e precisa ser tornada pública todo ano.

No Capítulo VII – Do financiamento – são apresentadas as formas pelas quais os gastos e os recursos destinados ao ensino, à pesquisa e às atividades de extensão devem ser geridos e discutidos pelos colegiados, incorporados aos planos de desenvolvimento

institucionais e realizados de acordo com as normas éticas, com as plenas garantias para o exercício da liberdade de pensamento e de expressão política acadêmica e cultural:

I - definir, em regulamento próprio, suas normas e procedimentos de proposição, discussão, execução e controle orçamentário;

II - zelar pela observância de princípios éticos nas pesquisas;

III - prever, no seu Orçamento Global, verbas públicas destinadas à pesquisa;

IV - definir, sem detrimento de projetos menos abrangentes, áreas prioritárias de extensão, de modo a alocar os recursos disponíveis;

Art. 35 - Os créditos obtidos junto aos mais variados organismos de fomento devem ser administrados pela Universidade Pública Autônoma, de forma que os controles previstos no Art. anterior, e seus incisos, sejam efetivos.

Art. 36 - Os recursos utilizados nas atividades acadêmicas devem constar do Relatório Anual de Prestação e Avaliação das Contas da Universidade Pública Autônoma, explicitando a captação e a aplicação, visando a otimização dos mecanismos de administração e as formas de revigorar o planejamento.

Art. 37 - A pesquisa e a extensão consideradas atividades fundamentais para a sociedade, devem estar submetidas a mecanismos de controle social, os quais devem observar:

I - o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano Diretor;

II - as condições de trabalho e a relação entre os recursos humanos e financeiros previstos e realizados;

III - a Avaliação Institucional.

Art. 38 - A União deve destinar, anualmente, às Universidades Públicas Autônomas nunca menos do que 75% dos recursos totais aplicados por ela em educação, vinculados à receita resultante de impostos, como estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal. Parágrafo único. Do montante de recursos a que se refere o caput do Art., deverá ser garantido:

I - a atualização monetária dos orçamentos, no caso de existirem taxas inflacionárias, no período;

II - o pagamento do pessoal, nos termos do previsto na Carreira Nacional;

III - aportes necessários para a implementação de políticas de permanência dos alunos na Instituição, com percentual específico para as ações afirmativas.

Art. 39 - O Poder Executivo deve disponibilizar, mensalmente, para as Universidades Públicas Autônomas, informações relativas ao montante da receita resultante de impostos.

§ 1º O montante calculado como devido a cada Instituição, deve ser alocado sob a forma de Orçamento Global, sendo os correspondentes recursos financeiros repassados em duodécimos mensais, no primeiro dia útil de cada mês.

§ 2º Os excedentes financeiros de cada exercício devem ser automaticamente incorporados ao exercício seguinte, não podendo influir na fixação do montante do orçamento global anual distribuído pelo Poder Executivo.

§ 3º Os repasses financeiros mensais a cada Universidade Pública Autônoma devem assegurar, no mínimo, recursos para suas despesas de pessoal, investimento e custeio básico.

Art. 40 - A distribuição dos recursos, destinados diretamente às Universidades Públicas Autônomas devem obedecer, entre outros, os seguintes indicadores:

I - número de alunos admitidos nos cursos de graduação;

II - número de alunos diplomados nos cursos de graduação reconhecidos e avaliados;

III - número de alunos admitidos e diplomados oriundos das políticas de inclusão social e ações afirmativas nos Cursos de Educação Básica, Ensino Técnico, Graduação e Pós-Graduação e seu envolvimento nas atividades de iniciação científica;

IV - relatórios de avaliação e acompanhamento acadêmico da graduação;

V - relatórios de avaliação e acompanhamento acadêmico do ensino noturno;

VI - número de certificados de especialização e de títulos de mestre e doutor;

VII - relatórios de avaliação e acompanhamento acadêmico da pós-graduação;

VIII -relatórios de avaliação e acompanhamento acadêmico dos ensinos básico e técnico;
 IX - número de documentos registrados em bibliotecas;
 X - número de monografias de graduação e pós-graduação lato sensu, teses de mestrado e doutorado produzidos na Instituição;
 XI - área construída com finalidade acadêmica;
 XII - área do Campus;
 XIII - hospitais universitários: _ características _ número de leitos _ atendimentos ambulatoriais _ tempo médio de permanência de paciente _ taxa de ocupação por leito _ unidades mais complexas _ outras informações especializadas _ número de alunos de graduação, de pós-graduação e residentes;
 XIV - índice da produção científica;
 XV - número de cursos e projetos de extensão e atualização, em curso;
 XVI - área rural plantada e / ou tratada com finalidade acadêmica;
 XVII -número de animais criados e / ou tratados com finalidade acadêmica;
 XVIII - área destinada à proteção ambiental;
 XIX - percentual dos trabalhadores em educação, técnico-administrativos e docentes com titulação de mestre e doutor;
 XX - trabalhador em educação técnico-administrativo, participando diretamente da atividade de pesquisa e extensão;
 Art. 41 - Os pesos atribuídos a cada indicador serão definidos pelo Conselho Interuniversitário, e deverão levar em conta:
 I - a realidade social da região e a relação desta com a demanda atendida pela Instituição;
 II - a busca incessante do padrão unitário de qualidade do sistema;
 III - a necessidade de assegurar os recursos necessários à superação dos problemas das instituições que não atingirem o padrão unitário de qualidade;
 IV - a capacitação dos trabalhadores em educação da Instituição;
 V - o investimento em novas áreas de produção acadêmica socialmente relevantes.
 Art. 42 - A distribuição dos recursos destinados aos programas de expansão e melhoria da qualidade do ensino superior deve ser feita através de projetos especiais encaminhados pelas Universidades Públicas Autônomas.
 Art. 43 - Na elaboração de seu orçamento, cada Universidade Pública Autônoma deve destinar, no mínimo, 15% (quinze por cento) para outros custeios e capital.
 Parágrafo único. Os recursos de custeio não incluem despesas com benefícios sociais, bolsas, diárias e outras que se destinem a pagamento de pessoal.
 Art. 44 - Com a autonomia, fica vedado às Universidades Públicas Autônomas criar, contratar, manter fundações ou outras formas de associação civil destinadas a facilitar a captação de recursos adicionais. (2005, p. 17-20)

O que nos chama atenção nesse capítulo sobre o financiamento das universidades é o seu intrínseco comprometimento com os fóruns de decisão democrática e colegiadas do uso dos recursos públicos e a compreensão de que os mesmos deveriam estar relacionados com os preceitos favoráveis ao fortalecimento da cidadania emanados da Constituição Federal de 1988.

Em seu Capítulo VIII – Do Regime jurídico – são tecidas considerações sobre a necessidade das universidades públicas oferecerem um plano nacional de carreira única e de apresentarem um regime jurídico para os seus trabalhadores em educação, propondo ainda que o mesmo fosse complementado pela edificação de um Estatuto Nacional dos Trabalhadores da Educação Superior.

Pela proposta formulada pela FASUBRA, esse estatuto deveria se dispor da seguinte maneira:

- I - as normas gerais de gestão de pessoal;
- II - as diretrizes de carreira;
- III - as relações de trabalho e o sistema de negociação coletiva; IV - as condições de trabalho e as garantias de saúde dos trabalhadores;
- V - os direitos, deveres e vantagens típicas da função educação; VI - as diretrizes unificadas para o regime disciplinar dos trabalhadores.

Parágrafo Único. O Estatuto deve aplicar-se a todos os Trabalhadores em Educação, independente da sua natureza jurídica ou do regime jurídico de contratação.

Art. 48 - O Plano Nacional de Carreira Único para os Trabalhadores em Educação das Universidades Públicas Autônomas, instituído por lei específica, deve dispor sobre:

- I - estrutura dos cargos com garantia de malha salarial única definidora da hierarquia profissional, piso nacional isonômico de vencimentos, independente do sistema a que pertença a Universidade;
- II - condições de investidura nos cargos de provimento permanente, condicionadas à aprovação em concurso público de provas e de títulos;
- III - critérios de provimento temporário em cargos e funções destinados ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- IV - critérios de desenvolvimento na Carreira, em decorrência do desempenho e da titulação, vinculadas à avaliação institucional e aos programas de capacitação;
- V - implantação de sistemática de desenvolvimento de recursos humanos, através de Plano Institucional de Capacitação;
- VI - definição de direitos, deveres e vantagens complementares dos trabalhadores em educação;
- VII - disciplina da jornada semanal e diária de trabalho;
- VIII - contratação por tempo determinado de trabalhadores em educação para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, mediante deliberação do Colegiado Superior competente.

§ 1º Para efetivar o previsto no inciso I deste Art. serão instituídos complementos na origem sobre os vencimentos fixados pelo ente federado para os trabalhadores em educação das Universidades Públicas Autônomas que mantêm, com recursos de um Fundo Nacional criado por dispositivo constitucional;

§ 2º Os entes federados poderão estabelecer complementos de destino para os trabalhadores em educação das Universidades Públicas Autônomas por eles mantidos;

§ 3º A gestão institucional dos trabalhadores em educação será efetivada através do Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Art. 28 desta Lei, garantindo a existência de uma câmara específica de pessoal.

Art. 49 - As Universidades Públicas Autônomas, por deliberação do colegiado superior, podem criar, transformar e extinguir cargos e funções, necessários ao desenvolvimento de suas atividades, desde que haja capacidade orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa e aos acréscimos delas decorrentes, ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores em educação. Parágrafo único – Cada Universidade Pública Autônoma ao deliberar sobre o disposto no caput deste Art. deverá estar em consonância com as orientações nacionais do Conselho Interuniversitário e da Comissão nacional de Supervisão da Carreira.

Art. 50 - As despesas com aposentados e pensionistas das Universidades Públicas Autônomas serão cobertas pela União, no caso das instituições públicas do sistema federal e pelos Estados e Municípios, respectivamente, no caso das instituições estaduais e municipais,

§ 1º As despesas com aposentados e pensionistas do sistema federal serão cobertas pelo Tesouro Nacional, por meio do ministério responsável pela área da Educação através de rubrica específica incluída no Orçamento Global,

§ 2º Os recursos a que se refere o parágrafo anterior não integram os definidos no Art. 212 da Constituição Federal,

§ 3º Os aposentados e pensionistas das Universidades Públicas Autônomas terão garantido o direito à paridade com os ativos e a sua manutenção nas folhas de pagamento das Instituições. (2005, p. 20-22)

Como vimos, fica evidenciada a importância do plano de carreira para os trabalhadores em educação, um assunto que não poderia ficar de fora, já que é uma das bandeiras mais importantes da FASUBRA, como também, defende que todos os trabalhadores efetivos ou contratados devem estar submetidos sobre as mesmas regras e obrigações, além de usufruírem da paridade salarial, algo que seria extensivo entre ativos e pensionistas.

A proposta salienta, ainda, que a contratação de pessoal temporário somente seria autorizada para suprir necessidades excepcionais e não para ocupar cargo de longa duração.

No bojo do Capítulo IX – Da Avaliação institucional – temos a compreensão de que os processos avaliativos precisam considerar o papel e o compromisso social da universidade pública e autônoma, preconizando que a mesma precisaria ser desenvolvida garantindo a presença da comunidade universitária e dos representantes da sociedade civil, com o estímulo ao seu engajamento na formulação do plano de desenvolvimento institucional.

Para os membros da FASUBRA os processos avaliativos internos e externos deveriam ser realizados anualmente e precisariam levar em conta o desenvolvimento institucional e as suas relações com as atividades acadêmicas administrativas e culturais inseridas no plano de desenvolvimento institucional, imbuídos dos seguintes objetivos:

- I - aprimorar a qualidade da educação superior e da pesquisa no país;
 - II - dar conhecimento à sociedade do desempenho das instituições e do próprio Sistema Nacional Público de Educação Superior;
 - III - orientar a política de desenvolvimento institucional bem como as ações e os investimentos do organismo mantenedor;
- Art. 54 - A Avaliação institucional deve ter por base a análise das metas e dos resultados previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Universidade Pública Autônoma em contraste com as condições objetivas e subjetivas para obtenção dos mesmos.
- § 1º A avaliação será conduzida de forma aberta, participativa e democrática, cabendo à Universidade publicar, a cada dois anos, os seus resultados, além de explicitar as condições materiais e financeiras da instituição.
- § 2º Em qualquer hipótese, o processo de avaliação deve produzir algumas das propostas para as adequações necessárias no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- § 3º Na hipótese de desempenho insuficiente, identificado no processo de avaliação, caberá à própria Instituição e à Comunidade Universitária elaborar um Plano de Ação para superar as deficiências apontadas no relatório final de avaliação.
- § 4º Implementado o Plano de Ação, a Instituição deve desenvolver um novo processo de avaliação.
- Art. 55 - O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo o Projeto Político Pedagógico, os Programas de Capacitação e Desenvolvimento Acadêmico-Funcional dos Trabalhadores em Educação dependem e devem ser elaborados em função dos resultados dos processos combinados de avaliação.

§ 1º - É necessário que o processo de avaliação produza um relatório específico adequado à verificação dos critérios de credenciamento para as Universidades Públicas Autônomas.

§ 2º - As propostas de investimento adotadas pela instituição devem levar em conta o Plano de Desenvolvimento Institucional, associado ao padrão unitário de qualidade e a avaliação institucional.

Art. 56 - A Universidade Pública Autônoma deve elaborar e divulgar amplamente, dentro e fora da Instituição, a avaliação e um Relatório Anual circunstanciado das respectivas atividades, englobando todas as suas unidades orgânicas, do qual devem constar:

I - referência aos planos de desenvolvimento e à sua execução;

II - análise gerencial administrativa e financeira;

III - indicação dos objetivos perseguidos pela administração e da medida em que foram alcançados;

IV - inventariação dos fundos disponíveis e referência ao modo como foram utilizados;

V - descrição da movimentação e situação do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo;

VI - elementos sobre a admissão, a frequência e o sucesso escolares.

Art. 57 - A Avaliação Institucional da Universidade Pública Autônoma deve ser composta pela integração dos seguintes processos:

I - avaliação interna à Comunidade Universitária, decorrente do Plano de Desenvolvimento Institucional, que deve envolver os organismos institucionais, os trabalhadores em educação e os alunos, com a participação dos usuários da Instituição, representados pelos diversos setores da sociedade civil organizada;

II - avaliação externa realizada por Comissão de Especialistas externos à instituição, designada pelo Conselho Interuniversitário, tendo como parâmetro o resultado da Avaliação Interna;

§ 1º. A Avaliação Interna, que decorre do Plano de Desenvolvimento Institucional é caracterizada como processo pedagógico e participativo, abrangendo a avaliação da Instituição, e tem por objetivos:

I - Geral: subsidiar o Planejamento Estratégico da Instituição, visando aprimorar o seu desenvolvimento organizacional;

II - Específicos: a) fornecer elementos para a avaliação sistemática da política de pessoal; b) subsidiar o desempenho gerencial da Instituição; c) identificar a relação entre o desempenho e a qualidade de vida dos trabalhadores em educação; d) fornecer elementos para o aprimoramento das condições de trabalho; e) avaliar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos; f) propiciar o autodesenvolvimento da Instituição e dos seus trabalhadores;

§ 2º - A avaliação Externa caracterizada como processo participativo que garanta a inserção da comunidade externa na Avaliação Institucional tem por objetivos:

a) identificar as deficiências a serem superadas, afim de melhorar a qualidade da educação superior no país; b) orientar os investimentos e outras providências necessárias às Instituições Públicas por parte do Poder Público; c) orientar os usuários da sociedade em geral.

Art. 58 - Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores em Educação será objeto de legislação específica. (2005, p. 22-25)

No Capítulo X – Do Credenciamento – são apresentadas as condições pelas quais as instituições de ensino superior públicas poderiam ser consideradas universidades, estas instituições deveriam desenvolver atividades regulares vinculadas a pesquisa básica e aplicada nas diferentes áreas do conhecimento, estimular a produção intelectual dos seus docentes e a sua socialização por meio de publicação de livros e artigos em revistas especializadas no Brasil e no exterior.

Atividades de extensão e o oferecimento de programas de pós-graduação e de cursos de especialização, também seriam bem-vindos, para tal, dispor de condições infra estruturais condizentes com as responsabilidades com o ensino, a pesquisa e a extensão, os laboratórios e as bibliotecas cumpririam um papel importante para alcançar esses objetivos.

Pela proposta apresentada, a instituição para ser credenciada como Universidade Pública Autônoma deveria cumprir os seguintes quesitos:

- I - oferecer cursos regulares nas diferentes áreas de conhecimento;
 - II - oferecer percentual significativo das vagas regulares em cursos noturnos, na maioria das áreas de conhecimento oferecidas pela instituição;
 - III - oferecer, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos pela instituição no período diurno.
 - IV - ter programa permanente de qualificação para os trabalhadores em educação;
 - V - ter a maioria de trabalhadores em educação docentes com nível de formação, no mínimo, de mestrado e doutorado;
 - VI - desenvolver atividades regulares de pesquisa básica e aplicada, em todas as áreas de conhecimento, com produção intelectual comprovada por meio de publicação de livros e de Artigos em revistas indexadas, no país ou no exterior, patentes e outros produtos culturais;
 - VII - desenvolver atividades de extensão, vinculadas à produção acadêmica da Instituição;
 - VIII - oferecer cursos de pós-graduação de aperfeiçoamento e especialização, reconhecidos e avaliados;
 - IX - dispor de infraestrutura compatível com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente no que diz respeito a bibliotecas e laboratórios;
 - X - implementar a Carreira e Estatuto Nacional dos Trabalhadores em Educação as diretrizes de gestão de pessoal de acordo com o disposto na legislação específica;
 - XI - oferecer condições de trabalho para os trabalhadores em educação que assegurem a qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão, representada por:
 - a) quadro de trabalhadores em educação técnico administrativos em regime de tempo integral;
 - b) quadro de trabalhadores em educação docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva;
 - c) número de estudantes sob responsabilidade de cada docente, que não comprometa a qualidade da prática pedagógica;
 - d) programa de afastamento remunerado para trabalhadores em educação participarem em congressos e seminários nos quais apresentem trabalho ou cuja participação enriqueça a formação profissional;
 - e) atividades de pesquisa e extensão incluídas nos planos de trabalho dos trabalhadores em educação e efetivamente realizadas;
 - f) equipamentos, laboratórios e bibliotecas adequados à eficácia acadêmica;
 - g) locais de trabalho salubres e materiais de trabalho condizentes com as tarefas planejadas;
 - h) programas de avaliação, capacitação e desenvolvimento dos trabalhadores em educação;
- § 2º - Para efeito de credenciamento será considerado a formação em nível de mestrado e doutorado dos trabalhadores em educação técnico-administrativos atuando em Projetos de Pesquisa.
- § 3º - Caso a análise desses indicadores venha a significar a recusa de credenciamento da instituição como Universidade, deve ser assegurada à mesma a possibilidade de demonstrar eventuais equívocos da análise ou apresentar um plano de cumprimento dos quesitos com problema, prevendo-se um novo período para reanálise do pedido.
- § 4º - Caso a Instituição tenha sido recusada por, apenas, alguns itens e a mesma tenha preparado um plano de recuperação adequado à pretensão de credenciamento, o Sistema deve fazer um esforço para garantir a assessoria e os recursos necessários à efetivação do mesmo, visando a consolidação de mais uma Universidade Pública Autônoma.

Art. 60 - Periodicamente, todas as universidades devem passar por um processo de credenciamento, considerando o processo de Avaliação Institucional e, em caso de renovação do credenciamento, devem ser mantidas a autorização de funcionamento e as prerrogativas da autonomia universitária.

§ 1º No caso em que o processo de credenciamento venha a inviabilizar a renovação do mesmo, antes de se retirar as prerrogativas da Universidade em questão, deve-se aguardar os resultados do plano de recuperação, adequado à pretensão institucional e, findo este prazo, reanalisar definitivamente a questão.

§ 2º Todos os processos de credenciamento ou credenciamento, que resultem fracassados para a instituição pretendente, são passíveis de reanálise visando à melhoria do sistema. (2005, p. 25-26)

No Capítulo XI – Do Sistema Nacional de Educação Superior Pública – os proponentes da FASUBRA argumentam que compete ao Poder Público manter as condições estruturais que permitam o funcionamento do Sistema Nacional de Educação Superior Pública, estabelecendo a articulação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios com o intuito de garantir a assistência e o incremento de políticas nacionais para a educação superior pública.

Desta forma, conforme abaixo explicitado, nos itens deste capítulo, seria possível garantir o avanço dos respectivos sistemas de ensino, a adoção de políticas compensatórias e a necessária superação das desigualdades sociais reinantes no país.

§ 1º - A colaboração entre os sistemas federal, estadual e municipal deverá incluir, quando conveniente, a utilização de redes físicas, pessoal, recursos materiais e financeiros, vinculados a diferentes esferas administrativas.

§ 2º - O Poder Executivo, através do ministério responsável pela educação, em conjunto com as entidades representativas dos dirigentes de Universidades Públicas Autônomas, dos trabalhadores em educação e estudantes, promoverá de dois em dois anos a Conferência Nacional de Educação Superior Pública.

Seção I - Do Conselho Interuniversitário

Art. 62 - Deve ser constituído um Conselho Interuniversitário com o objetivo de:

I - fortalecer o Sistema Nacional de Educação Superior Pública, mantendo sua unidade;

II - promover a integração das políticas acadêmicas e administrativas, ajustando os procedimentos necessários;

III - coordenar as ações de interlocução com os Poderes Executivos;

IV - estruturar-se em Câmaras para ajudar o processo de organização do sistema nacional;

V - estimular ações de cooperação e de solidariedade entre as Instituições do sistema.

Art. 63 - Devem ser competências do Conselho Interuniversitário:

I - elaborar recomendações visando a compatibilidade de condutas administrativas;

II - definir os percentuais globais do orçamento da Educação Superior, levando em consideração os indicadores e demais dispositivos pertinentes;

III - ponderar os indicadores de avaliação da Universidade e tornar pública a justificativa dos pesos atribuídos a cada um destes;

IV - encaminhar aos respectivos Poderes Executivos o orçamento elaborado pelas universidades;

V - encaminhar ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação o resultado do processo de avaliação das Universidades;

VI - orientar as políticas de gestão de pessoal das Instituições do sistema;

VII - propor ações administrativas e acadêmicas a serem implementadas pelas Universidades Públicas Autônomas;

VIII - consolidar e compatibilizar os produtos das discussões, oriundas das Câmaras, visando a unidade sistêmica e o cumprimento do padrão unitário de qualidade;

IX - estabelecer critérios para a definição de aporte de recursos destinados aos programas de expansão e melhoria da qualidade da Educação Superior.

Art. 64 - O Conselho Interuniversitário, representação colegiada das Universidades Públicas Autônomas, deve ser ouvido no processo de criação das novas universidades.

Art. 65 - O Conselho Interuniversitário terá a seguinte composição:

I - administradores públicos e legislativos, da União, Estados e Municípios, e dirigentes das Universidades Públicas Autônomas, com 10%;

II - movimentos sociais e populares, entidades profissionais, acadêmicas, científicas e artísticas, entidades sindicais, com 20%;

III - comunidade universitária: técnico-administrativos, docentes e estudantes, com 70%;

§ 1º Os membros a que se refere o inciso I serão indicados pelos respectivos órgãos públicos e entidades nacionais;

§ 2º Os membros a que se refere o inciso II serão indicados pelas respectivas entidades nacionais;

§ 3º Os membros a que se refere o inciso III serão distribuídos de forma paritária, indicados pelas respectivas entidades nacionais em fóruns que garantam a distribuição regional e a participação democrática de cada categoria;

§ 4º os órgãos públicos e entidades referentes aos incisos I e II serão indicados pelo ministério responsável pela área de educação. (2005, p. 27-28)

No encerramento da proposta da FASUBRA temos a formulação do Capítulo XII – Das Disposições finais – pelo qual se assegura que as universidades poderão encaminhar mudanças estatutárias que favoreçam o seu desenvolvimento legal, a preservação da autonomia universitária e a constituição de conselhos representativos, deliberativos e democraticamente eleitos pela comunidade universitária para a tomada das decisões do seu desenvolvimento presente e Interior.

Art. 66 - As Universidades Públicas Autônomas deverão proceder às alterações dos seus Estatutos e Regimentos com vistas a adequá-los ao Estatuto da Universidade Pública Autônoma, instituída pela presente Lei, preservada a autonomia universitária.

Art. 67 - O Congresso Universitário de cada Universidade Pública Autônoma, após o primeiro mandato do Fórum Universidade/Sociedade poderá decidir sobre a transformação deste de conselho consultivo para conselho deliberativo.

Art. 68 - Revogam-se os art 52, 53, 54, 55 e 56 da Lei 9.394/96, e a Lei 9.192/95.

Art. 69 –

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, em de (...) de 2006.

Deputado Geraldo Thadeu Presidente (2005, p. 28-29)

A formulação de um projeto de lei de iniciativa popular realizado pela FASUBRA é marcada pelo simbolismo e o pioneirismo político, sendo importante lembrar que as universidades e os funcionários públicos estiveram entre os segmentos sociais que foram atingidos pelas reformas neoliberais, com o seu ideário privatizante e uma série de propostas

que trouxeram a terceirização, a precarização e a subalternização destes trabalhadores em praticamente todos os entes federativos.

Compreendendo o seu papel no interior da sociedade civil brasileira e a necessidade de aprofundar sua atuação no interior das instituições do Estado, a preocupação da FASUBRA em apresentar sua proposta de lei para a Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, expressa um importante desafio para os funcionários das universidades públicas brasileiras, na tomada da consciência dos inúmeros problemas cotidianos que envolvem a gestão e o desenvolvimento das políticas curriculares e culturais de ensino, de extensão e da pesquisa no interior destas instituições.

Ao examinarmos as leis 9.131/1995, 8.958/1994 e a 9.394/1996, contextualizadas pelos debates em torno das políticas educacionais do período, mormente, preocupadas em criar os mecanismos legais para a abertura de instituições de ensino superior privadas, argumentando sobre a necessidade de formar o cidadão para um mercado que exigia cada vez mais a qualificação para o desenvolvimento do capital, e realizarmos uma comparação entre as proposições que se abrigam no seu interior e o projeto analisado da Universidade Cidadã para os Trabalhadores, é nítida a existência das diferenças de concepções do papel da educação na vida social.

A concepção representada pelo projeto da FASUBRA defende uma concepção de formação humana integral, ou seja, pensando a pessoa humana como um ser que precisa ser formado sem as amarras da alienação, capaz de exercer plenamente sua cidadania, de forma crítica, analítica e que consiga se libertar da lógica da reprodução social posta pela ideologia neoliberal.

Sabemos muito bem que, na atual etapa histórica, a proposta da criação de uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores e que expressa uma concepção de educação superior emancipatória, está longe de obter a maioria no Poder Legislativo nacional, mas é importante reconhecer que essa forma de intervenção institucional trouxe pela primeira vez na história da educação brasileira uma proposta de ensino superior elaborada, com amplitude, sentido e profundidade, pelos próprios trabalhadores para ser discutida e aprimorada com os organismos da sociedade civil e políticas atuantes no país.

Seção 7: Conclusão

O estudo que apresentamos objetivou localizar algumas das ações e compreender a presença da FASUBRA na história da educação brasileira, sua principal motivação surgiu da percepção de que há uma lacuna nas pesquisas acadêmicas relacionadas aos esforços organizativos daqueles que exercitam suas atividades laborais fora do ambiente circunscrito à docência, partindo da premissa que esses sujeitos coletivos são importantes na urdidura do fazer educacional e no desenvolvimento das lutas políticas educacionais que se têm produzido no país, na contemporaneidade.

A FASUBRA foi escolhida pela sua importância histórica como representante dos funcionários técnicos e administrativos das universidades públicas federais, produzindo uma trajetória marcada pela defesa da educação pública, gratuita e laica para o conjunto da sociedade brasileira.

O marco temporal adotado percorreu desde os anos da ditadura civil-militar até a retomada da vida democrática no país, contemplando o recorte de 1978, período de fundação da FASUBRA, até 1995, quando formula e apresenta publicamente o *Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores*.

A proposta desenvolvida pela FASUBRA projeta a construção de uma universidade voltada para os interesses formativos da classe trabalhadora, nos permitiu refletir sobre a sua presença viva na história da educação, entendida e compromissada com um projeto de sociedade e de nação, no qual se manifestam a sua disposição de organização e os seus vínculos de pertencimento ao conjunto da classe trabalhadora.

As discussões em torno da história do tempo presente da educação encontram grandes desafios e inúmeros questionamentos acadêmicos para serem superados e materializar a sua validade no âmbito da produção do conhecimento científico, porém, esse esforço se mostra legítimo e nos ajuda a compreender com mais argúcia e criticidade os liames de sua ligação com as vertiginosas transformações que estão em curso, na cotidianidade da vida social.

Desde os fins da década de 1970 verificamos a consistente presença da política econômica neoliberal nos mais variados países do mundo e, com o Brasil não foi diferente, com os governos que se constituíram aderindo às diretrizes e aos ajustes emanados do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial e, no âmbito da educação, por intermédio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O discurso político que defendia a adoção de tais medidas estava amparado em proposições voltadas para a reforma fiscal que operasse a diminuição do pagamento de impostos pelas grandes empresas com o objetivo de ampliar sua lucratividade, a abertura comercial com o estímulo da redução das tarifas alfandegárias, a eliminação do Estado na economia, que deveria ser efetivada com uma política de privatizações e de transferência do patrimônio público para os setores empresariais, a reforma do Estado com a demissão em larga escala dos seus trabalhadores, o incentivo da terceirização dos serviços públicos, a eliminação das leis trabalhistas, a progressiva redução da massa salarial, o compromisso com o pagamento das dívidas públicas e outras medidas que foram articuladas em torno do chamado Consenso de Washington.

A adoção desses ditames trouxe o favorecimento para a crescente expansão dos interesses do capital internacional e a crescente precarização das condições de trabalho e o aumento das dificuldades na vida da população do país.

Esse período foi marcado pela resistência social e política ao ideário neoliberal, encontrando a FASUBRA na linha de frente da organização dos movimentos populares que trouxeram para a cena pública o questionamento da precarização do trabalho, do avanço da pobreza e a disputa com os diferentes governos que se constituíram no país ao longo desses anos.

As múltiplas formas de atuação levadas a cabo pela FASUBRA, mediadas por um amplo e intenso trabalho de interação com os seus representados, entendendo-os como sujeitos sociais ativos e capazes de influenciar nos rumos dos acontecimentos, traduzem a importância das ações desempenhadas por essa entidade no questionamento da precarização dos serviços públicos e em defesa da universidade pública no Brasil.

A busca pelo entendimento das relações corporativas e sindicais, políticas e sociais envolvendo a FASUBRA materializam as dificuldades que temos em compreender a classe trabalhadora e o seu processo formativo como a expressão da síntese histórica e social de múltiplas determinações se constituindo, conforme ensina a premissa marxiana, na unidade do diverso.

O sindicalismo representado por essa entidade desde os fins dos anos 1970 ocupou o espaço público, estabeleceu o contato com os movimentos sociais no Brasil e no exterior, trouxe a tensão entre aqueles que defendiam que as suas reivindicações deveriam ficar apenas circunscritas ao universo corporativo, atuou nos espaços institucionais e garantiu que as diferentes concepções ideológicas e trajetórias políticas se manifestassem em suas

estruturas e fóruns deliberativos, transformando-se num dos elos mais resistentes e ativos da corrente que se formou no combate ao neoliberalismo na educação superior.

Ao longo dessas páginas, trouxemos as consultas que realizamos dos estudos correlatos que se produziram na área da Educação e em diferentes áreas das ciências humanas e sociais, procurando alicerçar e sustentar a opção de pesquisa que empreendemos, mas essa tarefa não se mostrou nada fácil, pelo contrário, nos deparamos com enormes dificuldades em localizar trabalhos acadêmicos que pudessem cumprir essa importante etapa da construção do conhecimento histórico educacional.

Embora a trajetória histórica da FASUBRA tenha impactado e trazido dinamismo na intervenção organizada e coletiva dos trabalhadores das universidades públicas brasileiras na cotidianidade da vida social, sua intervenção não despertou o interesse dos estudiosos da história dos movimentos sociais e de resistência dos trabalhadores em educação.

Por conseguinte, a participação sindical e política dos técnicos, daqueles que atuam nos setores administrativos e demais trabalhadores das universidades públicas brasileiras é praticamente desconhecida na história da educação brasileira, embora estivessem organizados e atuando de forma consciente em diversificadas frentes de luta, sua memória e a sua importância política se mantêm marcadas pelo signo da invisibilidade.

A FASUBRA surgiu em 1978 como associação e com as características mais recreativas, mas a entidade não permaneceu por muito tempo nesse lugar. E logo tomou para si os embates necessários de resistência ao governo golpista de 1964 que, por esses anos, continuava a exercer suas maléficas ações no dia a dia da vida social brasileira.

E mais: todo esse período foi marcado pela resistência social e política ao ideário neoliberal, encontrando a FASUBRA na linha de frente da organização dos movimentos populares que trouxeram para a cena pública o questionamento da precarização do trabalho, do avanço da pobreza e a disputa com os diferentes governos privatizantes que se constituíram no país ao longo desses anos. A postura adotada por essa entidade não se furtou em fazer a defesa dos interesses imediatos e corporativos dos seus representados, porém, combinando-as com os objetivos mais profundos, relacionados com concepções da emancipação social, com consequências políticas de grande amplitude e repercussão social.

Para compreender o contexto de surgimento da entidade foi necessário se prolongar ao período da ditadura civil-militar, passando pelos anos da redemocratização e da retomada da vigência da democracia no país, uma vez que nos pareceu ser fundamental compreender como se deu a sua inserção neste dinâmico contexto histórico, salientando a

participação nas jornadas pela redemocratização, no interior do movimento Fora Collor, nas discussões sobre a Constituinte e na aprovação de uma nova Constituição em 1988.

Confiamos em abarcar esse período sob a perspectiva educacional e para isso, apresentamos algumas leis do período sobre a educação superior, quais as transformações impostas e suas consequências.

No período democrático, houve uma conjuntura de ressignificação das lutas sociais e educacionais. Com o cenário internacional pós-queda do Muro de Berlim, o projeto neoliberalista avançava em toda a América Latina, e no Brasil não seria diferente.

Com o Consenso de Washington em 1989, se impuseram diversas diretrizes sobre como os países periféricos do mundo capitalista deveriam seguir para conseguir alcançar o desenvolvimento econômico preconizado pelas grandes potências deste modo de produção.

Essas diretrizes eram transmitidas por órgão internacionais, como UNESCO, FMI e Banco Mundial.

Na primeira eleição direta, tivemos um candidato da classe trabalhadora, contra um que representava um projeto de neoliberalismo que era pintado como a forma de salvar o país dos estragos deixados pela ditadura.

A economia estava estagnada e a inflação exorbitante, a ponto de a moeda ser muito desvalorizada, do início do dia para o final, fazendo com que a população corresse para comprar comida quando recebia os seus salários.

Nesse contexto, Fernando Collor de Mello, que representava a imagem do sucesso, defendendo as privatizações e colocando a situação do país nas costas dos funcionários públicos, empresas estatais e dos gastos do Estado, surge como a grande alternativa para solucionar as questões nacionais.

Quando ganha a eleição, ele começa a colocar em prática o projeto neoliberal com os ataques às universidades federais, funcionários e grandes estatais. Porém, com os escândalos de corrupção, acabou a força política para continuar com as ações que eram necessárias para o tipo de projeto que estava implantando. Portanto, perdeu o apoio da burguesia, o que contribuiu também para a sua queda.

No intuito de avançar com o projeto privatista, a burguesia apoiou Fernando Henrique Cardoso, que, ao vencer as eleições, aprofundou as reformas neoliberais.

A pesquisa perpassa por todo esse contexto histórico, pontuando as ações da FASUBRA nesse percurso.

Uma das inquietações dessa pesquisa era compreender as efetivas ações da FASUBRA no combate ao neoliberalismo na educação superior, entendendo que é a sua área de atuação.

Após realizarmos os estudos primários, atingirmos as entrevistas, localizarmos e executarmos a coleta das fontes primárias, verificarmos a atuação efetiva da FASUBRA, ressaltamos como ponto importante nos debates sobre políticas educacionais do ensino superior, particularmente, no que tange ao Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, uma tentativa real de combate à expansão neoliberal das reformas universitárias do início do governo Fernando Henrique Cardoso.

No bojo deste estudo, fizemos uma apresentação desse projeto apresentado pela primeira vez em 1995 e que, posteriormente, em 2006, se tornou um projeto de lei que ainda tramita no Congresso Nacional do Brasil.

Ao destrincharmos o projeto e o analisarmos comparando-o com as leis postas no período, foi possível afirmar que realmente a FASUBRA pensou outro modelo para a educação superior, que efetiva a formação das pessoas, entendendo-as críticas, conscientes e capazes de fugir dos processos alienantes da sociedade capitalista.

Um projeto muito diferente da educação proposta pelo capital, que objetiva formar o trabalhador para o mercado, tendo-se assim, um permanente exército de reserva capaz de suprir as necessidades do capital.

A FASUBRA traz no seu projeto de universidade uma educação emancipadora e que a despeito do projeto ainda não ter se tornado uma lei, a sua proposição contribui no debate como um importante contraponto político e ideológico às concepções de educação emanadas pelas reformas neoliberais.

Concluimos que essa ação da FASUBRA efetiva uma contribuição nas discussões sobre as políticas públicas da educação superior, como uma forma de se pensar outro modelo de educação, procurando mobilizar os setores populares, dispondo-se a dialogar com a sociedade civil e propiciar uma ação efetiva ao combate ao neoliberalismo na educação superior.

Desde os primeiros anos de sua existência, momento este em que a sociedade brasileira pleiteava o revigoramento da sociedade civil e a volta da democracia ao país, a práxis social e política desenvolvida pelas pessoas envolvidas com as atividades da FASUBRA se manteve ligada diretamente aos movimentos sociais que combatiam a ditadura civil militar, promoveu encontros, congressos e participou de fóruns de discussão da classe

trabalhadora em escala nacional, socializando suas experiências organizativas e contribuindo com novas formas de pensar e erigir uma nova etapa do movimento sindical.

É muito remota no Brasil a concepção de que os funcionários públicos formam uma espécie de casta social, parasitária e dotada de inúmeros privilégios, sendo comum, no debate público e político, a utilização de terminologias pejorativas e a afirmação de visões estereotipadas para qualificar, algo que haveria de favorecer, sobremaneira, o ideário neoliberal e a sua perspectiva de privatização do patrimônio material e financeiro do país.

Nesse aspecto, o papel da FASUBRA em contrastar, questionar e apontar os caminhos de superação dos estereótipos e da valorização dos trabalhadores das Universidades públicas federais é de crucial importância, ainda mais num país marcado por profundas desigualdades econômicas e culturais, políticas e sociais, o papel das instituições do Estado é imprescindível para que amplas parcelas da população possam superar as profundas diferenças de classes e ter o direito às condições mais elementares de vida.

Parece-nos importante destacar alguns elementos que contribuem na caracterização do processo histórico constituinte da FASUBRA, quais sejam: o seu vínculo consciente e ativo com as formas alternativas e de resistência política da classe trabalhadora, a sua presença nos espaços institucionalizados de interlocução política e a sua argúcia em combinar os interesses específicos e corporativos da categoria que representa com as questões mais gerais e os rumos da política educacional brasileira.

Entendemos que essas características não lhe são exclusivas, do ponto de vista histórico; fazem parte de um movimento mais geral e que se expressou com o surgimento de novos sujeitos políticos nos embates públicos que se fizeram na sociedade brasileira no período estudado.

A presença dos funcionários braçais, técnicos e administrativos tem pouca visibilidade na história da educação, mormente atuem em importantes esferas do processo educativo e em várias frentes de luta desenvolvendo atividades políticas e organizativas, a sua memória e a sua contribuição se dissolvem, o seu legado e importância social ficam esmaecidos, exigindo um esforço coletivo para que sejam resgatadas e se faça a assunção do seu papel histórico.

O esforço que realizamos está longe de ser suficiente na plena recuperação da memória e da construção da história da FASUBRA, mas reputamos sua importância e legitimidade, ainda mais numa etapa de ataques sistemáticos à educação pública, da hegemonia das ideologias liberais, dos costumes conservadores e das costumeiras investidas da burguesia contra o exercício da cidadania, guiadas pela depreciação dos trabalhadores que

atuam nos serviços públicos e a apologia das privatizações, desvelando sua desmedida cobiça e o descompromisso com a democracia na urdidura e no desenvolvimento da vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS DE APOIO

ALMEIDA, Danusa Mendes; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. As pesquisas sobre o Associativismo Docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais. In: BAUER, Carlos; et al. (org.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. (Volume 2) Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALVES, Vinícius Prado. **Funcionários de escola: sujeito na disputa pelas políticas educacionais**. Curitiba, 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, João Batista. João Batista Araújo. **Entrevista concedida** em setembro/ 2021. São Paulo: 2021. 1 arquivo. mp4 (60 min 15s).

BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores no Brasil**. Volume II. A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BAUER, Carlos *et al.* **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

BERNARDI MIGUEL, Miriam Maria. **História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992)**. Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez.1994. Seção I, p. 1.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação**. Brasília: CNPq, IBICT, UNESCO, 2002.

CATALICE, E. B.; OLIVEIRA, R.V. **A crise do sindicalismo do setor público: o caso do Sintespb**. In: OLIVEIRA, RV. (org.). Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 281-308. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO.

CONGRESSO NACIONAL DO PT, 1º. (São Bernardo do Campos, 27 nov./1 dez. 1991) – 1º CNPT [Pavilhão Vera Cruz].

CRUZ, José Aparecido da. **A história do SINTERO e seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Departamento de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Porto Velho, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação e sociedade**, out 2007, vol. 28, nº 100, p. 809-829. CRUZ, Hélvia Leite. Condição de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. **Soc. estado**. vol.23 nº.1 Brasília Jan./Apr. 2008.

_____, L. A. **Hegemonia e confronto na produção da segunda LDB: o ensino religioso nas escolas públicas**. Pro-Posições | v. 25, n. 1 (73) | p. 141-159 | jan./abr. 2014.

_____, L.A. **O ensino superior no octênio FHC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril, 2003.

ENI, de Mesquita Samara; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documentos e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FASUBRA. **Memorial Linha do Tempo 30 anos FASUBRA Sindical**. ANO I. EDIÇÃO Nº 01. GRÁFICA: IMPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA. 2011.

FASUBRA. **Revista**. Julho, 2005. Nº 2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12º ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2006.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa Ômega. 1975.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

_____, Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos. **Revista Associativismo e Sindicalismo na Educação**. São Paulo: Editora Paralelo XV, 2013.

_____, Amarílio; BITTAR, Marisa. O Novo Sindicalismo e os docentes. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

_____, Amarílio; BITTAR, Marisa. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

_____, Amarílio; BITTAR, Marisa. **O Novo sindicalismo e os docentes**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro - Os comunistas no Brasil**. Editora: CNPq/Brasiliense, 1990.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. Expressão Popular, 2010.

FREITAS, H. C. L. A reforma do ensino superior no campo da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação e sociedade**, ano XX, nº 68, dez 1999, p. 17-44.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceptual no campo educacional. In GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Companhia das letras. 2003.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990. 131

HIRO, Cássio Hideo Diniz. **Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988)**. 2017. 160 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

LEHER, Roberto. **25 anos de educação pública: notas para um balanço do período** In: Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Guimarães, Cátia (Org.). Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento-** 10.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

MATTOS, Thais Caroline Lacerda. **O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992)**. XIII Semana de relações internacionais. Unesp, Ano, 2015.

MELLO, Marco. **O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação no Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação**. 2015. 689 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MIGUEL, Miriam Maria Bernardi. **História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992)**. 2016. 268 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Everton Josimar de. **Funcionários das escolas públicas: história, legislação e luta sindical**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

PROJETO DE LEI. nº 7.398/2006 de 02 de agosto de 2006. Apresentado a da Comissão de Legislação Participativa, que "dispõe sobre Normas para a Educação Superior Pública - "Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores."

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para história da educação**. In: Revista HISTEDBR On- line, Campinas, n. especial, p.28-35, ago. 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez, 2016.

SILVA, Maria Abádia. **O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira**. Linhas Críticas. Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jul./dez. 2005.

THOMPSON, E. Paul. **A voz do passado – História oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

SITES CONSULTADOS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL De FATO. Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevista disponível em:

<https://www.youtube.com/shorts/UtHm0znJ4u8>

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Consulta realizada em junho de 2022

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

Consulta realizada em junho de 2022

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

PROJETO DE LEI. nº 7.398/2006 de 02 de agosto de 2006.

Consulta realizada em novembro de 2022

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/332208>

Centro de memória Sindical

Consulta realizada em novembro de 2022

Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/21-de-julho-1983-greve-geral/>

ADUFEMS - Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Consulta realizada em dezembro de 2022

Disponível em: <https://adufms.org.br/adufms/proifes-apresenta-ideias-sobre-regulamentacao-da-autonomia-das-universidades-e-institutos-federais/>

Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 1995

Consulta realizada em dezembro de 2022

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/23/opinioao/8.html>

APÊNDICES

ENTREVISTAS

Neste item estão presentes todas as entrevistas realizadas.

Mantivemos a transcrição de todas as falas na íntegra.

Todos (a) os entrevistados (a) autorizaram a publicação das entrevistas em sua totalidade.

APÊNDICE A: ENTREVISTADO

João Batista Oliveira de Araújo (Babá)

APÊNDICE B: ENTREVISTADO

Claudionor Brandão

APÊNDICE C: ENTREVISTADA

Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes

APÊNDICE D:

Tabela com os dirigentes da FASUBRA (1978/1995)

APÊNDICE E:

Termo de livre esclarecimento dos entrevistados

Apêndice A

Transcrição entrevista com João Batista Oliveira de Araújo (Babá)

Data: 15/09/2021

A presente entrevista foi estruturada com um roteiro com 30 questões para nortear a conversa com nosso entrevistado, o mesmo teve acesso ao roteiro antes da entrevista e preferiu fazer uma fala englobando várias questões, após essa primeira participação, foram colocadas outras questões que estavam no roteiro, mas não tinham sido respondidas. A pesquisa contou com a participação da colega de grupo de pesquisa Lucilene Pisaneschi.

Viviane Freitas – Gostaria de agradecer a disponibilidade em participar da nossa entrevista sobre a FASUBRA.

Bába – Percebi que abrange vários períodos e, é bem longa, atravessa períodos que eu sou docente da universidade, era da Federal do Pará e agora estou da UFRJ. Acontece que eu na verdade convivi, retornando de um mestrado que eu estava fazendo no ITA (instituto Tecnológico da Aeronáutica) em São José dos Campos, retornei para a universidade em agosto de 1980 que seria para concluir o mestrado, o plano acadêmico era justamente concluir o mestrado eu e um amigo meu depois nós iríamos para Franca para fazer o doutorado. Então, eu nunca tinha participado de movimento na minha vida. Só para vocês entenderem. Eu concluo o curso de engenharia e imediatamente eu fui para São José, em 1978. Passei lá, 1978 e 1979, e aí voltei na metade de 1980. Nós fomos contratados como professor colaborador como era contratado milhares pelo Brasil afora porque não havia concursos públicos. E aí o que acontece em novembro de 1980 foi deflagrada a primeira greve nacional de docentes, e aí já eram comandados pelo ANDES.

O ANDES como sindicato surgiu antes de ter a FASUBRA, apesar de que a FASUBRA ter sido fundada em 1878, mas era tipo clubes que haviam nas universidades, tinha piscinas, campos de futebol. Então era assim que se organizavam os sindicatos e, portanto, em (19)78 quando foi criado a FASUBRA, não foi criado a FASUBRA num sentido de nenhum enfrentamento da ditadura. Não havia esse programa na vida da FASUBRA e dos técnicos administrativos. Não era esse panorama. E aí foi deflagrada a primeira greve nacional de docentes. Tinha bandeiras específicas. Uma delas seria a incorporação dos técnicos administrativos nos quadros dos serviços públicos. A greve foi vitoriosa, no sentido da duração que teve e de algumas bandeiras importantes que foram colocadas.

E nisso eu já entrei no movimento de cabeça, eu já entrei na Convergência Socialista, de imediato. Virei Trotskista do dia para a noite. Coisa que eu nunca tinha participado na vida. Eu nunca tinha participado do movimento, muito menos do movimento Trotskista. Entrei, por

força também de um grupo de movimento, um grupo de estudantes que já faziam parte da Convergência, com uma companheira que nesse processo acabou virando minha companheira também, efetivo, a mãe de uma filha minha que mora em Brasília hoje, certo. Então eu entrei de cabeça nisso aí.

Viviane Freitas – Qual o nome dela professor?

Babá – Bernadete Medeiros, já não vivo mais com ela já tem um tempo, vivo com outra companheira que eu tenho um filho de 21 anos.

Viviane Freitas – O senhor teria o contato dela?

Babá – Sim, tenho. Eu também procurei ainda agora o contato, eu não sei se você já tem da Vânia Galvão.

Viviane Freitas – Estou tentando o contato com ela também, tentei pela plataforma Lattes, mas não obtive resposta. No site da FASUBRA também.

Babá – Ela é hoje secretária de uma cidade do interior. Depois eu até passo para você.

Viviane Freitas – Por favor.

Babá – Por que, ela vem no desenrolar da construção da FASUBRA junto comigo, só que ela, ainda um pouco antes. Por que na verdade eu não fazia do movimento da FASUBRA. Fazia parte do movimento docente, portanto, o ANDES. Nós fizemos a primeira greve no final de (19)80, eu entrei já na associação docente. Em (19)81 nós fizemos uma nova greve. Uma das bandeiras do movimento que era importante para a maioria da categoria, que era a incorporação dos professores colaboradores nos quadros do serviço público federal, pois não havia concurso. Então, eu já entrei e fui parte da associação docente, parte da fundação do PT. E também em (19)81 teve a segunda greve, nessa segunda greve uma grande conquista foi a incorporação dos servidores técnicos administrativos.

Pois bem, nesse contexto, como eu falei para vocês, em (19)78 a FASUBRA foi criada, mas não tinha participação nenhuma no movimento sindical de enfrentamento da ditadura e coisa assim. Só que, os servidores começaram a verificar a atuação dos professores, aí na verdade passaram a ver uma organização que nesse contexto eu ainda não participava efetivamente da FASUBRA. Por isso, que eu falo que a Vânia Galvão era importante, para a discussão de vocês.

E aí o que acontece em (19)82 teve uma primeira greve dos técnicos administrativos, na verdade tentaram fazer, foi uma greve de 24 horas, não teve nenhum ganho salarial, mas já começava a se organizar a categoria. E, eu já participando de duas greves, quando foi em (19)83 houve mesmo a greve efetiva dos técnicos administrativos e eu acabei me incorporando, por que eu também larguei o movimento docente, não estava me agradando

muito e comecei a participar com os técnicos administrativos da universidade e dessa greve que eu já tinha acumulado uma certa experiência e fui participar com eles dessa greve dessa greve de (19)83 longa, dura e que na verdade foi uma experiência muito grande para mim e também para os técnicos administrativos de nível nacional.

Nesse contexto da FASUBRA passou já em (19)82 ela passou a ter uma visão sindical, na verdade, nesse enfrentamento com a ditadura, muito pequeno ainda, mas em (19)83 já foi essa greve que eu acho que foi a entrada em cena da FASUBRA no movimento sindical. E isso, mais ou menos também, uma greve em julho quando foi em agosto teve a fundação da CUT. E nós tivemos a oportunidade de participar. Já eu estava envolvido no movimento da FASUBRA. Teve a greve em julho e depois em agosto a fundação da CUT, e acabei sendo um dos indicados, pela direção da FASUBRA para parte da primeira direção da CUT. Foi um exemplo histórico muito bonito, por sinal, porque a maioria dos sindicatos estava na mão das pelegadas varguista e tudo, não tinha, o pessoal da FASUBRA, não era um movimento sindical, eu nessa altura já fazendo parte da Convergência Socialista.

Também, em (19)82 eu já fui candidato a deputado estadual pelo PT que não elegeu ninguém no Pará, mas elegeu seis deputados federais e alguns estaduais. E eu já em (19)82, imagina a minha transformação nesse processo. Então, em (19)83 eu fui eleito presidente da associação dos servidores, que eram tipo clubes mesmo.

Em (19)78 que a FASUBRA foi criada, era tipo clubes que englobavam professores e servidores, por isso, me permitiu que eu fosse presidente da associação dos servidores e depois entrar na direção da FASUBRA. Isso, em (19)84 fui eleito, em uma eleição para presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Pará. Essa altura, já estava convivendo com Vânia Galvão, Morzelio e com outras figuras importantes.

A Vera ainda estava no movimento estudantil, por isso, que ela entrou no movimento sindical. Depois eu passo o contato para vocês. Tem algumas figuras ali que eu também perdi o contato, mas que eu estava vendo se encontrava os contatos para eu passar para vocês. Por que, eu participei da direção Nacional da CUT, da FASUBRA em (19)86 nós pedimos, a entrada oficial da FASUBRA na CUT, apesar da CUT ter sido criada em (19)83, foi assim, um evento muito lindo, pois foi trabalhadores que vieram de norte a sul do país, de ônibus, não tinha estrutura nenhuma. Desde Rondônia até o Rio Grande do Sul, passando pelo Pará, todo mundo veio de ônibus. Nós participamos de um congresso com 6 mil trabalhadores de São Bernardo do Campo.

Foi realizado no antigo Pavilhão de Vera Cruz, onde foi filmado todas as chanchadas, aquilo ali, foram feitos naqueles pavilhões, obviamente, o congresso foi realizado ali. Demais para

uma população do Norte, uma parte da população voltou com pneumonia, por que nos deram colchonetes fininhos para ficar ali três dias e voltar de ônibus novamente. Inclusive, isso são detalhes, porque não havia uma burocratização dos sindicatos, como tem fortemente hoje. Então, foi essa situação que eu fui me envolvendo, como nos participamos do Fora Collor. A FASUBRA teve um papel importante já, estava enfrentando lutas e greves, isso é muito importante ressaltar, porque a FASUBRA teve um papel também importante, que envolveu não apenas os estudantes, envolveram os trabalhadores do movimento Fora Collor.

Nessa altura vocês colocam ali, que é um detalhe que é importante ressaltar, que a Convergência começou um conflito dentro do PT. Na verdade, acabou culminando com a expulsão de toda a Convergência Socialista. Aí eu fui eleito vereador em (19)88, fui eleito deputado estadual em (19)90 depois fui reeleito em (19)94. Quando eu eleito em (19)90 o governador foi o Jader Barbalho, esse, que hoje é aliado do Lula. Em (19)94 fui reeleito deputado estadual e nessas alturas eu de certa forma abandonei por força da própria conformação da FASUBRA, que aí a FASUBRA passou efetivamente a ser dos técnicos administrativos, e eu como parlamentar ajudava nas lutas e nisso aí eu fui eleito deputado federal em (19)98 fui reeleito e fui eleito em 2002 quando o Lula foi eleito, essa atuação que me levou na verdade a todo um processo de enfrentamento com o governo Lula.

Nessas alturas, apesar de que eu fui expulso duas vezes do PT. É porque, nós não concordávamos com a posição que a Convergência adotou que era de sair PT ainda em 1990, mas nós achávamos que tinha ainda um espaço para ser construído por dentro do PT. Nessa situação, meio que quando o Lula ganhou a eleição, já no primeiro ano nós, nos enfrentamos com o governo Lula, tanto em relação à reforma da previdência como com relação à indicação do Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central, quando com a indicação do Sarney para presidência do Senado.

Aí foi confrontação mesmo, porque nós retornamos ao PT, nós fomos expulsos como parlamentar em 1990, mas nós fizemos toda uma discussão e reentramos ao PT e aí em 2003, nós fomos expulsos mesmo. Os quatro radicais, eu a Heloísa Helena e os outros, os quatro radicais do PT. Foi aí que eu me mudei para o Rio de Janeiro, para fundar o PSOL. Então, essa situação, é importante eu ressaltar para vocês a minha atuação e participação na FASUBRA e o papel que a FASUBRA cumpriu e cumpre ainda hoje. Que nesse sentido, tem um aporte aí que não é que eu abandonei, eu sempre estive junto da FASUBRA, mas me elegi parlamentar e aí eu não tive mais papel de direção da FASUBRA. No fim de (19)88 quando fui eleito vereador, fui candidato em (19)82, (19)86. É importante entender que dentro da

FASUBRA tem enfrentamentos, como tem em todo o movimento sindical. Fazendo esse apanhado, no que mais eu puder contribuir.

Viviane Freitas – Nos interessa entender a atuação da FASUBRA na sua fundação, no movimento Fora Collor e no primeiro mandado do governo Lula.

Lucilene Pisanechi – Posso fazer uma colocação?

Viviane Freitas – Claro!

Lucilene Pisanechi – Eu sei que nós temos um roteiro muito grande, mas eu queria colocar para você duas questões. Eu queria que você nos ajudasse em duas questões. A primeira é realmente específica ao governo Collor. Eu queria que você pontuasse para a gente a atuação da FASUBRA, assim de uma forma bem específica durante o governo Collor. Então, quais foram as ações que a FASUBRA desempenhou no processo de impeachment e no movimento Fora Collor. E a segunda, eu queria entender um pouquinho mais esse processo de saída, retorno do governo Lula.

Eu achei muito interessante essa fala que você fez, a sua experiência nessa sua saída e retorno ao governo Lula. E o papel da FASUBRA nesse momento, porque, a gente sabe que o governo Lula, ele chega, a gente tem dois momentos aí, o primeiro e o segundo governo Lula, e tinha toda uma expectativa. E com todas as alianças feitas em nome da governabilidade isso acabou tendo um comprometimento por boa parte da esquerda. E eu queria entender como é que a FASUBRA se viu nessa relação? E quais foram as ações, as decepções, no que se sentiu atendida pelo governo, o que não se sentiu atendida? Como é que foram as relações durante os dois governos. Eu queria que você falasse um pouco pra gente, primeiro no governo Collor, no movimento Fora Collor e Impeachmente e os descontentamentos. E o governo Lula, aquilo que se esperava do governo Lula e as decepções e as conquistas, aquilo que correspondeu o que era esperado e aquilo que não correspondeu ao que era esperado?

Babá – Bem deixa só eu te explicar o seguinte. Desde o primeiro minuto do governo Lula nós começamos a nos enfrentar, a FASUBRA, o movimento dos servidores públicos como um todo, também teve esse enfrentamento, os atos, as mobilizações contra o início do governo Lula. Justamente porque a reforma da previdência era algo que atacava precisamente os servidores públicos, por causa da cobrança da previdência dos servidores públicos, então teve uma mobilização forte, no contexto teve o ANDES, teve todos os sindicatos.

O problema é que chegava num momento que tinha que votar, entendeu? Então nos comandamos junto com os dirigentes da FASUBRA de vários sindicatos as mobilizações que aconteceram nacionalmente no Brasil. E era na verdade um confronto que mesclava o desencanto, porque você imagina a primeira ação do governo Lula foi descer com 27

governadores no palácio do Planalto para levar o projeto, teve dois, mas um nunca foi votado, que eram a reforma da previdência e a reforma tributária. O PT sempre se protegia, aí teve todo um debate sobre.

Na votação, em todo o PT, apenas quatro parlamentares votaram contra, dois se abstiveram, mas a maioria votou favorável. Mas isso causou forte descontentamento dos servidores, que foi a reforma da previdência que foi votada e desde então, começou a ter uma política de ampliação de alianças políticas do governo Lula, e quando ele começou o governo ele não tinha toda uma base de apoio institucional, daí até surgiu o escândalo do mensalão. Fruto justamente da votação da reforma da previdência que teve abstenções e contrários também. E do PT fomos nós quatro, e nós inclusive, eles abriram o processo na comissão de ética no PT. E nesse processo de comissão de ética, nós respondemos, culminou no dia 14 de dezembro de 2003, a reunião do diretório nacional do PT, que aconteceu no Grun Tri Park Hotel, um hotel de cinco estrelas. Então, você imagina, um partido que tinha sido fundado num colégio em São Paulo, com toda uma trajetória e estrutura, e essa reunião do diretório foi justamente nesse hotel, eles nos expulsaram, eu Luciana Genro, a Heloisa Helena e o João Fontes que não era nem uma pessoa de esquerda tradicional.

A Heloisa Helena, por exemplo, era senadora e votou contra o Sarney e votou contra o Henrique Meirelles. Mas nós na câmara, pegaram muito pesado nesses processos dessas indicações, até culminar com a votação da reforma da previdência. Aí nos expulsaram do PT, aí nós começamos os debates para a fundação de um novo partido, que culminou na fundação do PSOL em 2004. Só que a fundação dele oficial foi 2005, mas nós consideramos 2004 quando nós saímos fazendo reunião no Brasil inteiro.

Conseguimos coletar 500 mil assinaturas para poder fundar. Nesse período eu mudei do Pará para o Rio de Janeiro para ajudar na fundação do PSOL, e até hoje eu sou muito criticado lá no Pará. Mas na verdade era algo que eu tinha um objetivo que era a fundação do partido. Então, nessa situação a FASUBRA teve um papel importante num embate sindical em relação à reforma da previdência, como tiveram os sindicatos que faziam parte dos servidores públicos. Então, essa questão, eu não estava mais na direção da FASUBRA nesse período. Eu também não voltei como dirigente sindical dos professores, o ANDES, chegou um momento que a FASUBRA formou um corpo próprio.

O ANDES na verdade surgiu antes da FASUBRA, apesar que a FASUBRA surgiu em 1978, mas era clubes, tinha piscina tinha campo de futebol, parquinho que era para o final de semana a gente ir para lá curtir. E aí envolvia professores e os outros servidores, não tinha separação. Apesar que o ANDES já surgiu com uma estrutura de professores mesmo. Por

isso, que eu cheguei a ser presidente da associação dos servidores, me envolvi na greve e tudo, depois eu me cansei do movimento docente, vou ser sincero para você. Então, foram duas greves, fui presidente, fui dirigente da associação dos docentes depois da primeira greve, e aí eu fui dentro de um contexto que está colocado, politicamente dentro da Convergência Socialista.

E hoje tem os meus companheiros que estão dentro do PSTU. Mas nós discordávamos da linha política que o grupo tomou em (19)90, mas não é o caso agora. Mas eu quero colocar para vocês que o que eu puder contribuir dentro do que eu tenha conhecimento do que eu tenha participado e possa formular sentido eu estou disposto a ajudar e até ver se a gente procura os contatos como eu falei para vocês. Vânia Galvão, hoje ela é secretária de um município do interior da Bahia.

Viviane Freitas – Deixa só eu retomar um pouquinho, ainda voltando no período do Fora Collor. Você teria lembranças de como que foi a atuação da FASUBRA nesse movimento, quais foram os embates? E se em sua opinião, esse movimento ele fazia parte de uma insurreição da classe trabalhadora, naquele período?

Babá – Começou a ter, na verdade, porque ele começou a atacar o funcionalismo público, e a FASUBRA tomou posição nesse processo. E a juventude teve um papel muito importante e depois pegou outros setores do funcionalismo público também. O ataque que ele fez, que a FASUBRA se envolveu como outras federações de servidores se envolveram. A FASUBRA teve um papel importante nesse enfrentamento ao governo Collor, não só a FASUBRA como outras entidades, como o ANDES entre outras federações de servidores e outros sindicatos também privados se envolveram nisso. Mas eu acho que também o movimento estudantil teve um papel muito importante naquele momento. Mas a FASUBRA teve um papel acho que importante no enfrentamento naquele momento com o governo Collor.

Essa é uma realidade, o problema também é que a burguesia cansou do Collor. Tem que analisar isso aí. Entendeu, que não é algo simples de analisar, dizer que foi o amplo movimento estudantil, sindical, teve um papel importante, mas chegou um momento que a burguesia cansou do Collor. Ainda não cansou do Bolsonaro. Está quase para cansar. Entendeu, mas o Collor foi isso, achou que podia fazer tudo, e dentro do contexto também começou a se envolver com corrupção e uma série de situações. E a economia na verdade é o que determina para a burguesia, então essa questão econômica no período do governo Collor começou a afetar a economia e aí na verdade foi todo um processo para poder mudar de governo.

Foi um momento, na verdade, mundialmente, que houve a crise econômica mundial, todo um processo e a implantação de um novo plano neoliberal que precisa ter alguém com responsabilidade entre aspas da burguesia para poder encarar. Aí sobe o Itamar (Franco), aí o Itamar coloca quem para ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que era uma figura respeitada pela burguesia. Era um processo que vinha a privatização, aquela política de um dólar igual a um real. Foi igual na Argentina, um dólar igual a um peso, então, foi uma política mundial. Então, para a burguesia o Collor não supria essas possibilidades de implantar esse plano. Que era um plano mundial, ao mesmo tempo, ele também começou a se confrontar com o movimento, e o movimento foi para as ruas. Fez mobilizações contra ele, o tal do Fora Collor.

A FASUBRA teve um papel importante nesse, não digo dia decisivo, pois decisivo foi toda essa situação em volta. A política econômica e esses negócios que eu estava falando para vocês.

Viviane Freitas – Nesse período, você saberia dizer quais foram os efeitos mais sentidos dos planos neoliberais para as Universidades Públicas?

Babá – A sem sombra de dúvidas o ataque que aconteceu, na verdade, nas universidades e todo esse processo das crises econômicas, as universidades sem sombra de dúvidas sofreram com o processo do plano econômico neoliberal. E também as categorias internas da universidade. Corte de verbas e todo esse processo afetou as universidades, e também tiveram muitas lutas, se acompanhar esse processo tiveram muitas greves nesse período. Greve de professores, greves de servidores, foram contatos muitos ataques brutais a nível salarial.

Tiveram muitas greves nesse período e em governos posteriores como o do Fernando Henrique, por causa do que implantou no governo Collor, que é um plano completo, um plano econômico neoliberal com privatizações, por exemplo. Então, só não privatizaram as universidades porque teve luta interna. Mas o desejo no fundo seria isso. Inclusive, para abrir espaço para a iniciativa privada no setor universitário. Isso é algo que está aí. A quantidade de universidades privadas, e que depois dos governos Lula ainda deu gás para eles. Então, as universidades obviamente sofreram e ainda estão sofrendo efeitos disso aí. Um exemplo, é tal das UNISER que são as empresas que controlam os hospitais universitários, estamos brigando hoje dentro da UFRJ, porque, nós não queremos o controle dessa empresa. Então, a privatização dos hospitais públicos por empresas que são comandadas por generais. Então, naquele período as universidades tiveram que se mobilizar, aí entra o ANDES, a FASUBRA, e todo um processo que teve que reagir.

Viviane Freitas – Você teria recordação desse momento das discussões sobre as políticas educacionais em torno disso?

Babá – Não muito, para ser sincero com você. O ataque às universidades nós confrontamos isso, ao ataque a educação como um todo, não apenas a universidade e ao corte de verbas para poder bancar o pagamento de juros aos banqueiros. Esse é um outro problema que a sociedade não discute. Esses pagamentos cortam verba da educação, da saúde e da ciência. Isso é um grande problema. E as universidades sofreram muito com isso, com cortes de verbas. Isso, afeta até hoje. Esse ano será 53% do orçamento para amortização de juros. Para a educação 2,46%, saúde 2,90 e pouco, saneamento básico 0,02%, ciência e tecnologia 0,23%, entendeu. Então, isso vem desde o governo Collor e Fernando Henrique que implementou na verdade, o plano econômico neoliberal no Brasil.

Viviane Freitas – E essa questão seria que tanto os movimentos sociais como os movimentos sindicais, de uma forma geral, foi um dos grandes embates com o governo Lula. Pois, se esperava que essa lógica implementada no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) seria quebrada no governo Lula. Isso estaria envolvido com essa decepção do governo, desse embate dentro da FASUBRA e dos movimentos sindicais?

Babá – Sim, mas tem um detalhe que vocês têm que perceber. Que é a cooptação. Entendeu? Que é a cooptação de dirigentes sindicais, tanto dos serviços públicos, quanto do serviço privado, que passaram a fazer parte de cargos, com bons salários dentro da estrutura governamental. Então isso, de certa forma, conteve parte das lutas que deveriam acontecer contra o governo Lula, contra o governo da Dilma. E isso, é uma parte que a gente tem que compreender que é a burocratização do movimento sindical e estudantil também, porque a UNE (União Nacional dos Estudantes) também faz parte disso. Inclusive o MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra) que é uma grande referência de luta, entendeu, foi como se pode dizer assim, meio acomodado nesse contexto. Dos enfrentamentos que deveria ter feito, mas no movimento sindical. Isso aí aconteceu, na verdade, em todos os movimentos e sindicatos.

Esse é o problema, porque nós estamos enfrentando hoje dificuldade para enfrentar o governo Bolsonaro. Tem setores que se acomodaram por dentro dos sindicatos. Pois, é mais fácil ficar lá dentro do sindicato que ir para a rua. Ter o enfrentamento. O governo Lula, você pode imaginar, o governo Dilma também. Além da política econômica que o governo Lula implementou. Isso tem que estar claro. O Lula com a Carta ao Povo Brasileiro, aquilo ali, foi uma carta aos banqueiros. Certo. Você vai ler a carta, é para dizer aos banqueiros fiquem tranquilos que vocês não vão sofrer problemas. E não sofreram mesmo, pelo contrário, por

exemplo, o Fernando Henrique quando assumiu, privatizou 70% das empresas estatais, arrecadou 100 bilhões com isso, a dívida interna era... Também mudou a característica da dívida interna e externa. Mas a dívida interna era 89 milhões.

Aí o Fernando Henrique em oito anos, pagou seiscentos e a dívida terminou em seiscentos e quarenta. Só que o Lula, na verdade trouxe a raposa para tomar conta do galinheiro. Trouxe o Henrique Meirelles, presidente do Banco de Boston, para dirigir o Banco Central. E aí durante oito anos do governo Lula, foram pagos, o Lula pegou em seiscentos e quarenta, e pagou dois trilhões e trezentos e pouco e a dívida terminou em dois trilhões e duzentos. No último ano do governo Lula foi seiscentos e cinquenta. Tem políticas que você diz que acalmam, como a bolsa família.

Uma política importante, isso nós não temos discordância. Nós achávamos que tinha que atingir mais gente e com valores maiores inclusive. Porque essa situação, só uma comparação, no último ano do governo Lula foram seiscentos e cinquenta bilhões em um ano. Nos nossos cálculos dariam um bilhão e setecentos ao dia. E a bolsa família que é uma política importante para treze milhões e meio de família, foi doze bilhões. Aí a classe média, os babacas, ficam dizendo (...) isso aí é para o povo tomar cachaça para tomar cerveja nas favelas, coisa nenhuma, os maridos abandonam e aquilo vem como uma ajuda muito importante. Entendeu, a nossa discordância é com o valor, achávamos que teria que atingir mais gente e com um valor maior. Mas isso dava, seis dias e algumas horas do valor pago aos banqueiros. Isso vem num crescente, Fernando Henrique foi quem implantou, Collor atacou o serviço público, mas para aplicar o plano econômico neoliberal precisava de um engomadinho.

O Fernando Henrique foi pra ministro da Fazenda do governo Itamar, e aí ele começou a implementar o plano de governo neoliberal. Houve uma mudança mundial. Nesse contexto, falando de governo Lula. No primeiro ano, teve enfrentamento, que foi na reforma da previdência, tanto FASUBRA como várias entidades foram entrando na luta, mas foram pacientemente se acomodando também, muito com bons cargos.

Alguns viraram ministros, outros viraram cargos de secretários. E isso na verdade, o fortalecimento da CUT, a FASUBRA se filiou em 1986, mas a FASUBRA participou do movimento de criação da CUT, a FASUBRA já entrando na área do movimento sindical, na greve que teve em 1984, e a somatória de greves tanto do movimento docente, quanto do movimento dos técnicos administrativos a partir de 1983, se foram somando. No governo Lula aconteceu, mas deu uma acalmada, esse é o problema. Vocês podem analisar e estudar, para ver o que aconteceu.

Eu te diria assim, nós temos divergências dentro do movimento sindical, dentro do próprio PSOL hoje em dia, nós defendemos candidatura própria, por exemplo. Não achamos que deve ser apoiado o Lula desde o primeiro turno, segundo turno é outra história. Então, essa situação é que é o grande problema, não apenas no governo federal, mas de prefeituras, governos federais. Isso em num contexto, a partir que o crescimento do PT vem se aprimorando, muitos dirigentes sindicais viraram parlamentares, que nem eu outros também viraram. Ou foram se elegendo prefeitos ou participaram dos cargos dentro das prefeituras, dos governos estaduais e federal. E isso deu uma segurada no movimento, isso é o problema. Você precisa entender que quem está falando aqui é um trotskista, e que nós temos divergências dentro do movimento.

Viviane Freitas – Babá eu gostaria de agradecer sua participação em nosso nome e em nome do professor Carlos Bauer por contribuir nesse estudo.

Apêndice B

Transcrição da entrevista

Entrevistado: Claudionor Brandão

Data: 20/10/2021

Brandão – Deixa eu te adiantar uma coisa, minha participação é desde o período de (19)88, quando começou a minha militância, antes disso, eu ouvi alguma coisa, mas não participei, não conheço. Eu não vivenciei.

Viviane Freitas – Para iniciarmos, gostaria que você falasse um pouco sobre você, seu nome completo, sua formação e onde está atuando na atualidade?

Brandão – O meu nome é Claudionor Brandão, eu milito no Sindicato dos Trabalhadores da USP, fui fundador do sindicato. Eu comecei a militar exatamente, numa greve, que começou no dia vinte de agosto de 1988 e na época os servidores públicos não podiam se organizar em sindicatos, a legislação federal não permitia sindicatos de servidores públicos. Então, o pessoal organizava associações que cumpriam um papel sindical, desenvolviam suas atividades sindicais através dessas associações, que eram autorizadas as associações.

E essa greve durou cinquenta e seis dias, então no curso da greve, foi promulgada a Constituição de outubro de (19)88. Então, no dia vinte e oito de outubro o pessoal fez uma assembleia de sócios que era a antiga associação que era a ASUSP e essa assembleia aprovou a transformação da associação ASUSP no SINTUSP, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da USP. Eu fiz parte da primeira diretoria do novo sindicato que aliás que foi o primeiro sindicato do setor público do Brasil, foi o SINTUSP.

Desde então, a gente vem militando, inicialmente eu tive uma militância meramente sindicalista, com o passar da experiência acumulando a gente adquiriu a consciência que o sindicalismo é limitado. Que permite no máximo você vender por um preço melhor a sua pele, seu tempo de vida, que a força de trabalho é o tempo de vida que a gente vende. O que você ganha com uma greve o patrão tira com a outra, você toma com uma mão o patrão tira com a outra em seguida. O que se trata, portanto, viver uma exploração supostamente remunerada, mas lutar por uma nova sociedade. Com novas relações de humanidade, ou seja, a luta pelo socialismo, pela sua revolução, o que significa a luta pela constituição do partido revolucionário.

Desde então, desde (19)92, com a ruptura com o PT, eu e vários outros companheiros, correntes e organizações, rompemos com o PT na época, em (19)92 e desde então, a gente vem lutando aí para construir uma ferramenta para a revolução, o partido revolucionário, desde o primeiro momento eu participei da fundação da Frente Única Revolucionária que

tentava reunir os setores que romperam com o PT naquela altura, também em 1992 em decorrer do curso que o PT aprovou naquele congresso.

Em 1994 eu fui delegado no congresso de fundação do PSTU, em 19 de outubro de 1999. Em janeiro de 2000 eu e mais seis companheiros e companheiras, seis pessoas, decidimos fundar uma nova organização no Brasil, que pretendia ser, lutava para ser um embrião do Partido Revolucionário Internacionalista, então a gente buscou contato com uma organização que a gente conhecida da Argentina, pois a gente já tinha algumas afinidades teóricas. Então, abriu um processo de discussão, então lá em 2000 nós definimos a estratégia revolucionária. E em 2015 aprovou a mudança do nome para MRT, Movimento Revolucionário dos Trabalhadores. Então, eu tenho atuado tanto do ponto de vista da luta sindical quanto do ponto de vista da luta política, do Partido Revolucionário, o partido da revolução.

No campo sindical tivemos aí um período na universidade de algumas vitórias, mas acumulamos derrotas importantes, portanto, durante a década de 1990 não deslumbramos a nova situação política mundial decorrente da queda dos Estados operários burocratizados do leste europeu, a derrubada do muro de Berlin, o isolamento da luta revolucionária, a gente não deu conta dessa relação de força, foram travadas algumas lutas que foram derrotadas. Mas retomou-se a luta com muita força na USP, a partir de 2000, de 2000 a 2010, a categoria de trabalhadores da USP contabilizou 310 dias de greves dirigidas pelo nosso sindicato, com greves não só por reajustes salariais, mas com greves por verbas para a educação, verba para a universidade, verba para a defesa do serviço de saúde. Participação nas paralisações nacionais, enfim, as chamadas greves gerais. E os resultados dessas lutas, dos enfrentamentos, eu fui demitido da universidade em dezembro de 2008, mas continuo na categoria mantido por deliberação da categoria, mantido pelo sindicato.

Eu continuo atuando no sindicato como militante e ativista da categoria e sigo a minha militância política, agora, já mais limitado fisicamente, estamos tentando atuar no nível de formação política dos companheiros mais de base da organização, grupos de estudo e por aí vamos. Mas é uma luta que não pode parar. Então, hoje eu sou militante do SINTUSP, militante do MRT (Movimento Revolucionário dos Trabalhadores) e da fração trotskista Internacional.

Viviane Freitas – Apesar de você ter nos dito que começou na militância em 1988, você teria lembrança de como se deu a fundação da FASUBRA?

Brandão – Não, eu não vivenciei. Eu sei que as associações que formaram a FASUBRA tinham o mesmo caráter que a ASUSP, só que eram dispersas, cada uma na sua universidade. E a partir do acesso operário surgiu a necessidade de unificar as lutas, porque, elas surgiram

mais nas federais, e depois expandiu nas estaduais, municipais e particulares. Mas o centro da FASUBRA sempre foi organizar as federais que é pela natureza do padrão comum nacionalmente, o empregador comum.

A mesma legislação, nessa lógica do sindicalismo brasileiro economicista e corporativista acabaram que forçosamente se centrasse mais na organização das lutas para as federais. Então o PT, os setores dos partidos de esquerda que impulsionaram as primeiras lutas, as primeiras mobilizações. Abriram um período de luta política e de conquistas das várias associações e por fim da federação do peleguismo, da pelegada da época. Então, foram esses os comentários que a gente ouviu nos debates, nas conversas, mas eu não posso atuar aqui como testemunha, porque não vivenciei.

Viviane Freitas – Perfeito. Então, vamos avançar um pouquinho só para ter esse contexto, e vamos para o governo Sarney. Durante a vigência do governo Sarney (21/04/1985-15/05/1990) a FASUBRA teve um papel de destaque no combate das propostas políticas e sociais da chamada “Nova República”. Nesse período no enfrentamento com esse governo, quais foram as principais ou as mais importantes ações desenvolvidas pela entidade? Você teria lembrança disso, da FASUBRA no período Sarney?

Brandão - Eu comecei a militar em (19)88 na USP e janeiro de (19)89 teve um congresso da FASUBRA, sediado pelo SINDUSP, na própria USP. Em detalhes eu não conseguiria descrever para você. Mas a FASUBRA organizou na época várias atividades, desde manifestações, que era muito comum você organizar atos nos aeroportos, em Brasília, ou mesmo nos estados para pressionar deputados, paralisações, greves. Teve a participação na greve geral de março de (19)89. Foram momentos em que a federação atuou muito forte no sentido de organizar os trabalhadores das universidades federais, principalmente das públicas federais.

Viviane Freitas – Nesse congresso você tem lembrança de qual que foi a principal pauta do congresso?

Brandão – A principal pauta foi a conjuntura mesmo. Porque tinha o debate sobre a questão do fora Sarney. Havia uma discussão também sobre a proposta do governo que estava tentando impulsionar o chamado pacto social que mobilizou alguns setores do sindicalismo brasileiro. Esse foi um elemento importante de pauta que acentuo a decisão pela independência de classes na federação. Enfim, rechaçando a proposta de pacto social e mantendo a orientação de combate ao governo e defesa das universidades e dos direitos dos servidores públicos federais.

Também se lutava bastante na época e foi pauta nesse congresso pela independência da CUT (Central Única dos Trabalhadores), a federação era e ainda é afiliada à Central Única dos Trabalhadores. Uma das tarefas da CUT de organização da classe trabalhadora foi um destaque importante na federação. E também se discutia na época, havia um debate sobre o caráter da universidade, a palavra de ordem da universidade, se discutia se a luta seria por uma universidade cidadã. E um setor propunha essa luta, a chamada nova esquerda, grupo do José Genuíno na época, era forte na FASUBRA, que defendia esse conceito de universidade cidadã. Então, havia um forte rechaço a isso também. Pois esse conceito de cidadania mascara a divisão de classes da sociedade. Uma sociedade de classe não tem instituição neutra, muito menos universidade. Então, lutamos por uma universidade a serviço da classe trabalhadora, do povo pobre. Uma universidade cidadã não existe. Então esse debate marcou bastante também, não só esse congresso, mas esse período da federação.

Viviane Freitas – Houve alguma expectativa favorável no interior do Sintusp e da FASUBRA com a chegada de Collor ao poder? Como que a direção do Sintusp, da FASUBRA e outras entidades sindicais viam as alianças que se formaram em torno da candidatura de Lula?

Brandão – Então, no SINTUSP, nós da direção defendemos que o sindicato deveria diretamente apoiar a candidatura do Lula. Levamos para a assembleia, foi aprovado na assembleia. Que o sindicato não só apoiaria, mas militaria em campanha pela eleição do Lula. Nós fizemos muita campanha, eu particularmente fiz muita campanha na época, carro de som de madrugada nas portas de fábricas, nas universidades, no jornal do sindicato, nos boletins do sindicato. E teve a posição do sindicato que a FASUBRA tomasse a mesma posição, não lembro exatamente se a FASUBRA chegou a apoiar, a tirar uma posição de apoio à candidatura do Lula.

No Sintusp eu sei que a gente apoiou a FASUBRA pra ser honesto para ti, eu não lembro. Seria especulação. Mas os dirigentes da FASUBRA, todos apoiaram e fizeram campanha pela candidatura do Lula, não só a militância do PT que era a maioria na federação, mas também a do PCB na época, PCB e PCdoB na época. Tinha setores de direita na época que eram minoritários, eu não lembro exatamente que posição tomaram, mas hegemonicamente, a direção, a vanguarda da federação foi favorável, fizeram campanha, apoiaram abertamente o Lula. Independente se a federação apoiou ou não, eu não lembro.

Mas seus dirigentes, a vanguarda sim. Todos viam a ascensão do Collor como uma derrota muito... foi um golpe muito forte. Porque, a gente tinha clareza do que significava e o que seria aquele governo. Foi o início da implantação do neoliberalismo no Brasil. Até então, o Sarney foi um governo de crise. Não que não tenha tentado, mas a ofensiva mesmo neoliberal

mais forte começou com o governo Collor. Foi um golpe muito grande para a classe trabalhadora brasileira e particular para os setores públicos, para a população em geral com o confisco da poupança. Mascarou a inflação daquele período, implicou num arrocho salarial violento, uma perseguição aberta com a desqualificação do servidor público.

Por parte do caçador de marajá, era assim que o bandido se chamava, era conhecido. Como o caçador de marajá lá das Alagoas. Então, pra gente foi uma derrota. E desde o primeiro momento nos colocamos no campo da oposição frontal a esse governo, no combate a morte contra aquele governo. Bem é isso!

Viviane Freitas – No contexto do impeachment de Collor, você lembra ou tem notícia do encaminhamento de alguma proposta de ação do Sintusp encaminhada aos fóruns da FASUBRA e da CUT destinada a pressionar o poder judiciário ou legislativo por mudanças?

Brandão – Nossa luta foi pela derrubada do Collor. O impeachment implicava em sair o Collor e ficar o vice. Então, a nossa política era a derrubada do Collor e do Itamar. Entendeu? A gente propunha o movimento de um governo dos trabalhadores, e obviamente na FASUBRA, eu não lembro o resultado dessa discussão na FASUBRA, mas na CUT, no primeiro momento houve uma resistência muito grande por parte da corrente majoritária da CUT que era a Articulação, na época já era presidida, não sei se pelo Meneguele ou pelo Vicentino, não consigo lembrar. Mas o fato que a CUT no primeiro momento, a CUT nacional se recusou a encapar o movimento Fora Collor.

Havia na esquerda, as mais distintas posições, tinha desde os que defendiam o Fora Collor e eleições gerais que era o caso da Convergência Socialista na época que ainda não era o PSTU, que defendia Fora Collor e eleições gerais aos que defendiam um setor que defendia simplesmente o impeachment que era o setor hegemônico. E ainda assim demoraram a encapar a luta pela derrubada do Collor. Essa luta na verdade, ganhou força aqui em São Paulo a partir da CUT regional de São Paulo que era dirigida por uma corrente, uma das correntes da CUT que se chamava a CUT pela Base. Eu fazia parte dessa corrente na época. Que propunha o Fora Collor, e isso era o que unificava.

O Fora Collor a partir daí tinha vários significados. Para uns podia ser o impeachment, como é o caso do Bolsonaro hoje. Para outros era a derrubada da chapa inteira e a chamada de outra eleição, outros propunham um governo dos trabalhadores, enfim, todo esse processo se cruzou naquele momento. Acontece que a entrada do movimento estudantil em cena, A UNE os Caras Pintadas, saíram a rua. E a burguesia conseguiu desviar o eixo da mobilização para limitar, subordinar aquele movimento ao que seria o programa da burguesia, ou seja, o

objetivo era contestar o governo, entendeu, e reivindicar a ética na política que é uma coisa bastante abstrata.

Com relação às medidas políticas e econômicas se propunha preservar todas. Então, esse foi o discurso na época, porque, ao se tornar um movimento poli classista os setores de massas acabaram subordinados à estratégia e ao programa da burguesia que foi substituir o titular pelo vice em nome da ética na política. Agora, confisco de poupança, arrochos de salários, privatização e toda a ideologia neoliberal tinha que ser preservada. Algo semelhante ao que está acontecendo hoje, nessa luta pelo fora Bolsonaro. A burguesia, os setores da direita entraram no movimento com tudo pelo impeachment. Porque o impeachment permite que eles se necessário, se for inevitável, descartem o presidente escroto, mas mantém o vice e por consequência mantém toda a agenda política e econômica do golpe institucional. Ou seja, você tira o governo, mas mantém toda a agenda. Então, esse problema que a gente vê agora que o impeachment subordina os setores operários que estão em luta contra o Bolsonaro, a essa agenda, a essa estratégia da burguesia, o mesmo ocorreu na época em relação ao Collor.

Então, o que acabou contestado foi a corrupção do governo Collor, mas preservado toda sua política e toda sua agenda privatista neoliberal. O que mais uma vez atenta para a necessidade da liberdade da classe trabalhadora em relação à burguesia. Eu sei que a FASUBRA militou depois que a CUT foi obrigada a entrar em cena. Eu acabei me desviando, indo para onde você não havia perguntado. Mas é assim, começou na CUT regional São Paulo, como o chamado do primeiro de maio daquele ano o Fora Collor. Foi um primeiro de maio com cerca de três mil pessoas, não foi muito grande, por que a CUT de conjunto não jogou mesmo para convocar, nem os sindicatos dirigidos pelo setor hegemônico da CUT a Articulação.

No Sintusp deu vinte e cinco mil pessoal na praça da Sé. Aí o movimento cresceu, e a CUT atuou em conjunto e todas as organizações e sindicatos da CUT como os setores de movimentos populares acabou assumindo a bandeira do Fora Collor, aí o movimento cresceu e ganhou corpo, atraindo inclusive os *Caras Pintadas*, a juventude a partir da UNE.

Viviane Freitas – Naquele momento histórico poderíamos caracterizar o movimento Fora Collor como sendo uma mobilização insurrecional da classe trabalhadora? Ou você acha que foi mais uma articulação da burguesia. Como você classificaria?

Brandão – Eu classificaria como um movimento de colaboração de classes. Em que a classe trabalhadora fica subordinada ao programa e a política da burguesia. Eu definiria como um movimento de colaboração de classe. Colaboração de classe por quê? Porque a classe trabalhadora não atuou de forma independente. O movimento acabou encampado por todos os setores, inclusive a Globo, setores que fizeram uma forte campanha para eleger o Collor,

assumiram a convocação do movimento, mas desviando o eixo da ética na política. Que era o grande eixo na época. Primeiro que a política burguesa, a ética é inerente ao próprio Estado burguês, essa é uma utopia reacionária. Mas como havia uma forte indignação contra a corrupção no governo que veio a público, a burguesia e a mídia burguesa acabou fazendo disso o foco do movimento Fora Collor, entendeu. Mas nenhuma palavra com relação à reposição das perdas salariais, nenhuma palavra contra a agenda de privatizações, etc e etc... A agenda neoliberal acabou preservada.

Viviane Freitas – Só uma troca de alguém que já estava muito queimado.

Brandão – Uma troca de fusível

Viviane Freitas. Ainda nesse contexto. 13. Como os dirigentes sindicais viam a participação da juventude brasileira naquele momento? Houve tentativas de estabelecer ações comuns com os chamados Caras Pintadas? De que forma e como isso ocorreu?

Brandão – O problema é o seguinte, a história ensina isso é um fato. A juventude, o movimento da juventude, o movimento estudantil, acabam sempre atuando como caixa de ressonância que antecipam movimentos que estão em fase de..., estão incubados ainda no seio do movimento operário. Então, todos nós vimos o levantar da juventude, naquela época com esperança que o movimento operário se levantasse junto, em seguida. Só que a gente de novo acabou não levando em conta duas coisas a essa altura da vida. Que o movimento operário brasileiro na época era e continua sendo hoje controlado a ferro e fogo pelo PT, o PT já caminhava para onde acabou indo. Um curso cada vez mais à direita de colaboração de classes, cada vez mais de alianças com a burguesia, já se expressou nas candidaturas do Lula tendo candidatos a vice alianças com partidos burgueses, como o José de Alencar e outros.

Então, o movimento operário acabou contido por essa direção que se apoiava no fato que agora tem uma crise, caiu o Muro. A derrubada do Muro era justificativa para tudo, havia um período de intensa discussão como estratégia do movimento operário, a gente vivia defendendo a bandeira do comunismo, passamos a ser chamados por alguns setores de esquerdalha dentro do partido, outros setores começaram a ser expulsos. E isso tudo, essa orientação, essa estratégia adotada pelo partido controlava o movimento operário na época, por outro partido que controlava o movimento estudantil que era o PCdoB que compartilhava essa mesma estratégia do PT, na época, culminou para impedir que houvesse uma aliança operária e estudantil para ir para além da derrubada do governo simplesmente.

Para reverter e apagar do mapa toda a agenda neoliberal que são as medidas econômicas antioperárias e antijuventude que já havia sido imposta pelo Collor. As direções da época cumpriram esse papel. Então, quando você pergunta se os sindicalistas da época viram com

bons olhos a ascensão do movimento estudantil ou viram pendência. Houve sindicalistas como nós que víamos com esperança e tinham sindicalistas que viam como problema, depende muito da orientação política e da estratégia do sindicalista. E obviamente os sindicalistas que dirigiam a CGT, sindicalistas como o Antônio Rogério Magri, agente da CIA, para eles era apenas um problema, não havia porque ter esperança. Então, isso vai depender sempre de qual sindicalista e de qual corrente sindical, de qual partido. Não tem um posicionamento único dos sindicalistas.

Viviane Freitas – Houve algum tipo de aproximação das lideranças políticas e sindicais que atuavam na FASUBRA e na CUT com os setores da chamada oposição burguesa no combate ao governo Collor ou ainda as posições dessa entidade tinham características essencialmente classistas?

Brandão – Houve correntes, eu não lembro a posição da Federação, mas houve correntes, como há hoje, que defendeu na época sim aliança com setores burgueses que quisessem combater o governo. Entendeu. O problema, sim houve, eu não saberia nomear aqui para você, como eu disse, esse movimento foi encarado pelo movimento sindical, de distintas formas, com distintas estratégias políticas. Então havia desde a estratégia de o importante é derrubar o governo, derrubar o Collor já é uma vitória, entendeu, e havia aqueles que diziam posso derrubar o Collor, mas preservando a agenda neoliberal, permitindo que a burguesia saia impune da crise, porque se abriu uma crise no regime.

Então a burguesia, podia e merecia ser golpeada fortemente pelo movimento operário, ela poderia ter sido golpeada mais forte pelo movimento operário, se o movimento operário estivesse lutando por uma política independente. Uma política da própria classe. Já havia cinco anos do fim da ditadura militar, entre aspas aí, onde as mesmas direções dirigiam o movimento operário, ou seja, o PT permitiu à burguesia a concessão de uma saída pactuada da ditadura.

Essas ditas estratégias, ainda cruzavam o movimento na época, por consequência, não houve uma política única de independência de classe do movimento operário, aliás a política hegemônica resultou numa política de colaboração de classes, oficial ou extra oficialmente o que primou foi isso, a derrubada do governo, a ascensão do vice e a preservação da agenda neoliberal.

A FASUBRA para você ter uma ideia, logo em seguida da queda do governo Collor e da ascensão do Itamar, teve um congresso da FASUBRA em Maceió em que a corrente majoritária da FASUBRA, defendeu uma posição de não combater, não lutar pelo Fora Itamar, tentar fazer uma aliança com o Itamar, entendeu. Buscar uma política de boa

vizinhança, tentar obter migalhas do governo Itamar. Mas isso nunca é uma posição só dentro da Federação, pois são distintas correntes, em combates umas contra as outras. Então, se você me perguntar qual prevaleceu, eu não lembro agora. Mas eu me lembro dessa luta política, pois havia um setor que não era pequeno. E no congresso da Federação lutou abertamente contra uma política de oposição do governo Itamar, achava que a Federação não devia se colocar no campo da oposição ao governo Itamar.

Viviane Freitas – Você lembra de algum nome de dirigente que encabeçava essa posição na época?

Brandão – Olha, agora você força a minha cansada memória. Eu não lembro onde esse indivíduo está e o que está fazendo da vida, mas havia um setor que chamavam de a nova esquerda, da corrente do Genuíno, que foi um dos que defendiam isso, Chamava-se Almir. Nem sei se ele existe ainda, nem sei se ele milita na FASUBRA ou não ainda.

Viviane Freitas – Tá bom era só para complementar a informação. Você saberia me dizer, quais foram os efeitos mais sentidos dos planos neoliberais nas universidades públicas brasileiras?

Brandão – Especificamente para as universidades de imediato naquele momento não. O que a gente lembra é assim, houve uma redução bastante grande das verbas. Sempre uma tentativa da supressão das verbas das universidades, a introdução de políticas que acabaram levando a terceirização de amplos setores da universidade, com redução de quadros de funcionários, nessa altura aí, a FASUBRA ainda obteve algumas conquistas, como a carreira dos funcionários das universidades federais, mas foram conquistas assim, que durou pouco tempo, que já começaram a ser atacadas, por conta dessa agenda.

A brutalidade contra o serviço público e o servidor público, golpeou não só as universidades, mas o conjunto do serviço público no país. Porque a mesma mídia que defendeu o Fora Collor, que acabou assumindo o Fora Collor em nome da ética na política, o fez dizendo que aquele governo havia se tornado um obstáculo para cumprir a tarefa, a necessidade de enxugar o Estado, da necessidade da redução dos gastos com o Estado, de buscar superávit das contas públicas. Então todas essas medidas da agenda neoliberal impactaram nas universidades e no conjunto do serviço público e em particular na saúde e na educação. Muito mais saúde e educação, previdência também, mas eu não poderia te dar essas informações, o que eu poderia dizer é isso. Eu sei que é genérico mas, é isso que eu consigo me lembrar, entendeu, desses impactos.

Viviane Freitas – Havia, no interior da FASUBRA, mais adesão ou questionamentos aos posicionamentos das direções majoritárias do PT e da CUT naquele momento de crise da burguesia brasileira?

Brandão – O problema é que o setor majoritário da FASUBRA, na época se chamava CUT pela Base. E a CUT pela Base não era uma corrente homogenia, a CUT pela Base era uma corrente sindical que era composta por uma gama de outras correntes, entre elas, a Democracia Socialista, DES, ou também conhecida como mambelismo, era uma posição dentro da CUT pela Base. Uma outra corrente que tinha força também dentro da FASUBRA que vinha desde o antigo PRC, Partido Revolucionário Comunista, esse partido do Genuíno que depois virou a nova esquerda, que foi para a direita da articulação, esse setor que estava na CUT pela Base também. Havia os setores independentes entres os quais eu me encontrava na época, companheiros do SINTUSP, a gente atuava dentro da CUT pela Base como setores independentes.

Tinha setores com Vertentes Socialistas, AVS, tinha LPS, Luta pelo Socialismo, enfim, esse setor majoritário, ele era dividido em si. Entendeu, em seu interior, então ele sempre chegava a uma posição pública que contemplava a todos, ou seja, era inóculo, resultado inóculo. Então, em relação ao posicionamento da Federação em face do governo o que primou na frente de trabalho era de oposição ao governo Itamar, foi o que acabou primando. Havia um setor bastante amplo que defendia no próprio congresso que a Federação não se tornasse oposição àquele governo.

Viviane Freitas – Você tem recordação de como se davam as conversas no interior do Sintusp, que reverberaram na FASUBRA em relação do que deveria ser feito, após a derrubada do governo Collor?

Brandão – (risos) Vamos lá então. Nós do Sintusp, a gente defendia da FASUBRA na CUT, em todo o lugar, que a gente lutasse o Fora Collor e Itamar, pela derrubada do governo em conjunto, não pelo impeachment do presidente, mas pela derrubada do governo e pela instalação de um governo dos trabalhadores. Que seria um governo, que não seria um governo eleito, não teria um governo saído de eleição, seria um governo saído da luta dos trabalhadores. Que era um indicativo, abstrato e distante de revolução, de luta pelo poder. Totalmente fora dos marcos das relações de força dada no período que vinha após a derrubada dos Estados Operários Burocratizados no leste europeu, a derrubada do Muro de Berlin e tudo aquilo que os comunistas se apoiaram desde então, começou a ruir, a gente ainda, se agarrava a isso.

Agora havia outros setores que se agarravam nesse fato para dizer que não, que essa demanda, essa luta pelo socialismo, esquece, já era, acabou. Entendeu, fracassou, fomos derrotados, então agora temos que nos adaptar ao que temos para hoje, a humanização do capitalismo, governar o capitalismo melhor do que os capitalistas, enfim, já passou a primar ali à estratégia de que já não era mais a estratégia reformista, que o reformismo pressupõe chegar ao socialismo sem a necessidade da revolução, fazendo reformas no Estado capitalista. Ali já havia um setor amplo que havia desistido do comunismo que havia desistido da bandeira comunista. E a gente no Sintusp?

A gente tinha agarrado essa bandeira, e havia se agarrado à luta pela revolução, entendeu, a gente se manteve agarrado na luta pela reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores, as universidades pelo controle dos trabalhadores, enfim, o controle operário de todo a produção, a gente ainda levava essas bandeiras e no interior da Federação havia também setores que um discurso com a mesma coisa, mas já não era mais maioria. Já começava ali, as lapidações, por exemplo, o partidão, na época, passou com mala e bagagem, foi criar um partido burguês, o Roberto Freitas, se não me engano o nome *do cabra*. Outros setores do PCB foram direto para o PSDB, outros setores para o PMDB, enfim, os partidos da esquerdas explodiram (...)

O PCB abriu um buraco na terra e entrou dentro, foi para a China, enfim, tinha gente que defendia de tudo, no Sintusp, o que a gente propunha, nas plenárias da CUT regional, da CUT estadual, CUT Nacional, nas plenárias da FASUBRA era sempre a questão da luta pelo socialismo, meio que um marco de resistência à política de conciliação com o governo.

Viviane Freitas - Como foi a relação da FASUBRA com o Governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito após a derrota do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, sabendo que foi um governo com uma agenda neoliberal?

Brandão – O governo Fernando Henrique Cardoso foi pra gente também, outra derrota, que uma vez mais nós do Sintusp, a essa altura da vida a gente não estava mais no PT. A eleição do Fernando Henrique foi em (19)94, a gente saiu do PT em (19)92. Exatamente por conta do PT ter aprovado no congresso um monte de medidas que impediam e dificultavam a atuação, atuar dentro do partido como corrente política interna do partido, havia um controle mais fechado por parte da corrente majoritária da articulação que propunha inclusive, a expulsão de quem não acatasse as novas regras, como expulsaram de fato a Convergência Socialista, o PCO e outros setores. Nós independentes, rompemos antes da própria expulsão da Convergência. Rompemos com o PT e fomos lutar pela construção da Frente Única

Revolucionária, então, nesse marco, a gente já não viveu mais aquela ilusão nem a tentativa de apoiar a eleição do Lula.

O Lula já vinha com o José de Alencar, não, com o Pizol, o José de Alencar foi quando ele foi eleito. O Pizol era do PSDB se não me engano. Então, houve uma divisão de quem apoia o PT e de quem não apoia o PT. Quando, há a derrota do Lula, na eleição do Fernando Henrique, uma vez mais ficou colocado para o movimento sindical e em particular, nos setores dirigidos pelo PT deu a luta em oposição ao governo. Que foi um governo que o que o Collor e o Itamar não conseguiram fazer do pondo da ofensiva neoliberal, ele fez. Levou assim, um processo de sucateamento muito grande das universidades, da educação, vice, o cara que foi ministro da educação, do governo Fernando Henrique Cardoso, chegou a dizer que ciência e tecnologia você pega na internet. Para você perceber, um ministro da educação que fala uma coisa dessas, do PSDB, então foi... A gente viu como uma série de ataques sucessivos, inclusive a LEI de Diretrizes e Bases, a LDB, que teria sido uma luta muito forte da FASUBRA, uma proposta de diretrizes e bases do Darcy Ribeiro, foi o que a FASUBRA acabou defendendo, acabou sendo totalmente deturpada e imposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, no interior da FASUBRA, e obviamente na USP, via-se o governo Fernando Henrique como antioperário, e quem pudesse ter dúvidas, em seguida, a greve dos petroleiros em (19)95 foi duramente atacada e reprimida pelo governo, colocaram tanques de guerras nas refinarias, nas manifestações de apoio em Cubatão e na refinaria São José, fizemos uma forte campanha de defesa a repressão. Porque, aqui em Cubatão, os operários ocupavam a refinaria com ameaça de repressão muito forte por parte do governo. E aí a gente acabou buscando mobilizar tanto no campo da FASUBRA como no campo da CUT e do movimento sindical no geral e do movimento estudantil. O máximo possível de mobilização para defender a greve dos petroleiros que acabou sendo derrotada, ou melhor sendo traída. Foi vendida a greve. A CUT traiu abertamente a greve dos petroleiros, aquela greve tinha toda a condição de derrotar o governo Fernando Henrique Cardoso. Mas a estratégia da CUT, a estratégia do PT que dirigia a CUT, não era mais uma estratégia de ruptura revolucionária. Era uma estratégia de limitar a ação sindical como um laço da ação eleitoral, como uma antecipação, ou preparação do terreno para os processos eleitorais, então, não se tratava de derrubar o governo, mas se tratava de desgastar o governo, etc e etc... enfim, uma vez mais acabou atuando como freio. Mas a greve teve todas as condições para derrotar o governo.

Era uma greve muito forte, durou cerca de trinta dias aquela greve e tudo o que a CUT e o PT precisava fazer na época seria unificar a greve com as outras que estavam em luta, estavam

em curso, fazer uma campanha, um comando nacional unificado de greve, e convoca uma greve geral. Dava para transformar aquilo, numa greve geral, para derrotar o governo. Só que foram inimigos dessa estratégia e uma vez mais nós tivemos uma mescla de condições entre os setores majoritários do movimento do PT da CUT, nessa altura, da FASUBRA também. Lutar separados para ser derrotados juntos, em vez de lutar juntos, para derrotar juntos, foram lutas separadas, mas foram derrotados juntos. Então foi esse o problema que perdurou até o final.

Eu lembro aí da... em 6 de agosto, acho que foi 6 de agosto de 1999 teve uma marcha em Brasília e mais uma vez a CUT e o PT fez uma aliança com..., em meio a 140 mil pessoas na rua de Brasília, os caras montaram um palanque de aliança com a burguesia reduzindo aquele movimento e entregaram um abaixo assinado para o Antônio Carlos Magalhães pedindo a saída do governo, um absurdo, em vez de colocar a greve geral para derrubar um governo que estava super desacreditado, entrega a derrubada do governo na mão do PFL do Antônio Carlos Magalhães, com um abaixo assinado. Então, essa foi a relação da CUT, da FASUBRA também com esse governo desde o início. Na USP, sofremos uma derrota muito forte em (19)95 com demissão que só na cidade universitária perdemos 200 companheiros e companheiras, no hospital universitário da USP, nós ficamos de (19)95 até 2000 sem conseguir fazer uma greve, sem conseguir fazer uma luta. Não aconteceu nada na USP, super isolados nesse período aí e sofremos essa derrota foi bastante grande, porque a gente, em (19)95 a gente tinha na USP de 18 mil funcionários quando chegou em 2000 tínhamos 15 mil, tínhamos perdido 3 mil postos de trabalho para a terceirização, que avançou muito, enormemente, nesse período. Então, esse período do governo Fernando Henrique Cardoso para a gente no Sintusp foram cinco anos de derrotas, assim consecutivas de paralisia por conta da forte derrota em (19)95.

Viviane Freitas - Após dois mandatos do governo FHC, o Partido dos Trabalhadores ganha sua primeira eleição presidencial, com isso, diversos setores progressistas da população, entre eles movimento dos trabalhadores sem terra, sindicatos, movimentos populares, que apoiaram a candidatura do Lula, apostaram que uma nova agenda seria discutida e a agenda neoliberal seria posta de lado. Como que naquele momento histórico, o Sintusp viu esse processo eleitoral? Houve apoio desde o início? Já que o candidato era um oriundo da classe trabalhadora e do movimento sindical.

Brandão – Então, a FASUBRA enquanto federação, não sei. Uma vez mais, eu não lembro, mas os dirigentes da FASUBRA, todos. De mala e bagagem defendendo a candidatura do

Lula. Defenderam a candidatura do Lula. No Sintusp, nós defendemos o voto nulo. Não votamos no Lula. Nem no primeiro nem no segundo.

Viviane Freitas – Então vocês já não acreditavam que teria uma agenda que não seria a mesma agenda neoliberal?

Brandão – Nós não tínhamos essa ilusão, porque é assim, hoje a grande esperança de muitas pessoas é que o novo governo Lula seria igual ao primeiro, vamos ter... Sem que haja as mesmas condições econômicas da época. Para fazer o que foi feito no primeiro governo Lula, o governo teria que ser um governo que atacasse fortemente a burguesia, que atacasse fortemente os interesses da burguesia, entendeu. Que repusesse os empregos, que o congelamento do teto de gastos e investisse fortemente no serviço público, na saúde na educação, para recompor minimamente o que foi retirado.

Esse governo para atender as demandas da classe trabalhadora, esse governo teria que revogar a trabalhista, teria que revogar a reforma da previdência, teria que revogar um conjunto de ataques que foram aprovados, entendeu. Ele não vai fazer isso, então, ele não vai fazer isso. Bom, isso é assim hoje, é. E 2002 era assim? Era assim. Havia os setores petistas, os petistas defendiam o Lula com tudo, isso era a hegemonia, a essa altura da vida, isso era a maioria esmagadora da Federação. No Sintusp, a agente continuou sendo aquela escolinha de minoria e de utopia ainda, que a agente não acreditava absolutamente, que o governo Lula fosse cumprir as tarefas necessárias para atender o conjunto de demanda da classe trabalhadora, diga-se de passagem, a CUT, e obviamente o PT havia negociado ainda na época do governo Fernando Henrique uma mudança assim brutal no sistema previdenciário do país, a primeira reforma do governo Fernando Henrique Cardoso da previdência foi feita de pacto assinado pela CUT, pela CGT, que mudava as regras da previdência social. Deixava de ser tempo de serviço e passava a ser tempo de contribuição para o cara adquirir o direito a aposentadoria, o trabalhador e a trabalhadora. Deixou de ser tempo de serviço e passou a ser tempo de contribuição.

Qual é a diferença?

A diferença é que antes você ia lá completava trinta e cinco anos de serviço homem, 30 se mulher, e podia provar o tempo de serviço, ia lá e tinha o direito de pedir a aposentadoria e se aposentar. Porque, se o patrão sonegou a previdência o problema era do governo que não fiscalizou. Você trabalhou, a sua parte você fez. Então você podia aposentar. Quando muda para tempo de contribuição, se o patrão sonegou, você não aposenta. Então, remeteu o ônus para o trabalhador e para a trabalhadora. Então, o PT através do Vicentinho fez esse acordo com o governo Fernando Henrique.

Nas eleições para prefeito em São Paulo, a Marta Suplicy declarou o seguinte, vou cumprir um a um os compromissos financeiros, ou seja, os pagamentos das dívidas externas, o Lula fez a mesma promessa em Nova Iorque, vou seguir pagando as dívidas públicas. Bom se vai fazer isso, você vai retirar dinheiro de onde para atender as demandas da classe trabalhadora. Vai seguir atacando menos ou até fazendo algumas concessões, mas muito longe de atender as demandas da classe trabalhadora. Então o que veio acontecer depois, já no governo Dilma ou mesmo no governo Lula com os ataques selvagens às greves dos trabalhadores das obras do PAC e na construção das hidrelétricas, isso já era falado antes e depois a gente não pode colocar o início do governo Lula como a primeira experiência de gestão do PT à frente do Estado.

Por que, se o PT ainda não havia governado o país, o PT já havia governado vários estados mais de uma vez, entendeu. E centenas de municípios mais de uma vez e a gente estava ciente, conhecia, estava ciente qual era a estratégia de gestão do PT. Entendeu. Com o Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, com uma repressão violentíssima contra os trabalhadores, os petroleiros do Rio Grande do Sul, contra os professores, muito forte por parte do Olívio Dutra, entendeu, como está acontecendo hoje.

Os caras falam contra a reforma do Dória, mas o governo do PT na Bahia fez reforma semelhante. A reforma da previdência, negociaram, foram negociar com o governo Bolsonaro, com o congresso nacional com as medidas aprovadas para previdência social a nível federal, tinha que ser aplicadas nos estados. Isso é assim agora? Não! Já era. Não foi preciso esperar o PT chegar ao governo para a gente conhecer a gestão petista. Ninguém mais, pelo menos da militância política vanguarda, quem acompanha minimamente a política, não podia se dar ao direito de dizer, bom vamos esperar para ver o que vai acontecer. Não a gente sabia. O problema é que as pessoas que defendiam, os petistas, os sindicalistas que defendiam a gestão do Olívio Dutra, as gestões do PT à frente de vários estados e municípios e etc, e etc... Obviamente, defenderiam a gestão Lula do jeito como defenderam do jeito que foi. Defenderiam se fosse pior. Como se propõem a defender agora uma gestão do governo Lula, ainda que mantendo as reformas que retiraram direitos históricos da classe trabalhadora.

Então, a gente não tinha ilusão, não foi surpresa para a gente, os bilhões investidos na construção de estádios, enquanto hospitais estavam fechando portas. Não foi surpresa para a gente a criação do Super Simples que foi um passo gigantesco na precarização do trabalho feito pelo governo Lula. Não sei se você lembra disso. Mas a criação do Simples. Nada disso pra gente era novidade. Esse discurso de modernizar as relações de trabalho, era um discurso

que já andava por dentro do PT há bastante tempo. Como o discurso de estratégia de colaboração de classe, de pacto social, se a mata pega fogo corre a onça com o macaco e etc.

Todo esse discurso a gente já conhecia de bastante tempo, então, nós não compartilhamos as ilusões do que seria um governo Lula e tão pouco incorremos na, que para nós seria um erro crasso, na política de defender a eleição do Lula, ou apoiar o Lula. Por exemplo, eu particularmente na corrente da qual eu faço parte. Nós votamos no Haddad agora, contra o Bolsonaro. Minha maior bronca do Bolsonaro foi ter sido obrigado a votar no Haddad como tentativa de derrotar... porque, se tratava de derrotar a extrema direita, o setor mais próximo do fascismo. Mas aí, não por haver alguma ilusão no PT. Eu cortei a ilusão no PT de qualquer forma.

Eu, aliás, e parte da Sintusp, a minha corrente na Sintusp, nós do MRT, nós fomos a minoria do Sintusp, na direção do Sintusp, mas ganhamos nas assembleias, nos congressos a posição da necessidade de combater o golpe. O golpe institucional, que na nossa opinião é o seguinte, não importa que seja o governo do PT, entendeu. Era um governo anti operário, era um governo anti operário, mas não podemos viver de ilusão de achar que a burguesia queria tirar o governo porque não estava atacando os operários. Não estava atacando o suficiente.

Precisava de um governo para sanar de vez a crise em cima da classe trabalhadora. Isso, quem defendia a queda do governo era a extrema direita, era com aquele pato da Fiesp. Não podemos, a classe trabalhadora não pode se somar à Fiesp, ainda que seja contra o governo Lula, ainda que seja contra o governo do PT. Ah, mas o governo merecia cair? Merecia cair, agora a classe trabalhadora não merecia que esse governo caísse pelas mãos da direita. Uma coisa é se o governo cai por uma ação direta da classe trabalhadora com um programa e uma estratégia da classe trabalhadora, outra coisa é se o governo cai pela mão da direita como uma estratégia e orientação da direita, olha o resultado que a gente está aqui hoje.

Então no Sintusp, nós ficamos em minoria nossa corrente lá. A diretoria de conjunto, a maioria da diretoria foi contra a lutar para derrotar o impeachment da Dilma. Eles defendiam o impeachment da Dilma. Defenderam o impeachment da Dilma. Então para a gente isso era uma política equivocada que acabou aí, como se diz, não teve uma política de novo, uma política independente. Você acaba sempre com uma política no caso aqui da burguesia, só que dessa vez, pela extrema direita. Que se tratava de impor um governo que levasse adiante ataques que o PT não tinha condições e nem estava disposto a fazer, que se atacasse no nível que a burguesia exigia que atacasse o PT teria que romper com as suas bases sociais, e estaria hoje no isolamento. Aliás, foi um favor que fizeram ao PT o impeachment.

O PT deveria agradecer o impeachment, porque, se não tem o impeachment, a classe trabalhadora talvez, tivesse avançado muito mais na sua experiência com o governo do PT, na sua experiência com o PT, e o PT talvez não se recuperasse do ponto de vista e na relação com a classe, porque se ele leva adiante esses ataques que a burguesia exigia, seria uma traição brutal contra a classe trabalhadora e qualquer ilusão desse partido teria ruído definitivamente, só que agora as ilusões estão aí forte de novo.

Ou seja, a burguesia acabou preservando o PT como uma ferramenta útil para conter a classe operária. Porque, hoje, por exemplo, o PT continua atuando no processo de contenção. Porque a sua política não é derrubar, não é o impeachment, é deixar o Bolsonaro aí, essa é a estratégia do PT, até 2022, quanto mais asneira, quanto mais ataque a classe trabalhadora sofrer por parte desse governo, quanto mais esse governo sangrar, maior a possibilidade de o Lula voltar ao governo em 2023. Então, não é estratégia dele derrubar esse governo, se fosse já teria derrubado.

Viviane Freitas – Você tem recordação de como foi a avaliação feita pelo Sintusp do primeiro mandato do governo Lula?

Brandão – Olha aí não, porque a gente tinha saído da FASUBRA. No Sintusp, nossa avaliação do primeiro mandato do governo Lula foi, enfim, foi contraditório, porque, se por um lado teve a instituição de medidas assistenciais etc. Como o Prouni, como a turma reivindica o Prouni. E o Prouni na verdade foi um mecanismo que permitiu desviar dinheiro público para as universidades privadas, ao invés de construir, ampliar, investir nas universidades públicas. O cara pega o PROUNI e financia o estudo do jovem na universidade privada, em alguns casos o aluno tem que pagar depois. Então como um mecanismo de dinheiro público para o setor privado. Só que, beneficiou bastante gente. Então, tem esse caráter contraditório. Mas em contrapartida teve uma reforma da previdência mais forte que motivou, inclusive a ruptura de um setor do PT liderado pela Heloisa Helena, pela Luciana Genro que deu origem a fundação de um novo partido na época, em (19)94 o PSOL. Então, foi um governo bastante contraditório.

Mas o segundo governo, o segundo mandato, já foi um governo mais assim, para a estratégia revolucionária, que é o que a gente defende, foi um governo mais nocivo na medida em que ele conseguiu cooptar, corromper um amplo setor do movimento operário. Um processo de cooptação bastante grande, de amplos setores com migalhas na verdade. E só que acabou, como é que se diz tomando para si mais abertamente os mesmos métodos de gestão dos partidos burgueses, uma corrupção em larga escala, houve uma tentativa de construir uma,

fortalecer um setor da classe dominante brasileira mais multinacional, como as empreiteiras e a própria Petrobras.

Foi o que levou o imperialismo a reagir quanto à gestão do PT, mas já no governo Dilma, em outras condições econômicas, a crise que assola a economia mundial bateu forte no Brasil, já não era mais possível concessões, a Dilma se elegeu no segundo governo jurando por Deus que não atacaria os trabalhadores e nem que a vaca tossisse, no dia seguinte à posse já tomou medidas anti operárias atendendo as demandas e exigências da burguesia e do imperialismo. Então, a política de colaboração de classes representadas nos mandatos tanto do Lula quanto da Dilma, principalmente do Lula, acabou criando as condições para o fortalecimento e a ascensão da direita no Brasil, porque a direita cresceu dentro do governo Lula. Do governo do PT. O Lula pela colaboração de classes, o Temer como vice, o pivô do golpe era ele, foi fundamental para o golpe o Temer. Ele foi decisivo, a posição dele a favor do golpe, porque, se não a burguesia ficaria numa sinuca de bico. Enfim, todos esses setores foram mobilizados e fortalecidos pelo PT.

O PT pavimentou o terreno para a ascensão da direita, e isso não se deu só nos governos Dilma, isso já se deu também no governo Lula. A avaliação que a gente tem no Sintusp, no sindicato, aí dividiu o sindicato, o que eu faço parte tem essa visão, e tem o setor majoritário que chegou à conclusão os burgueses são todos iguais, então tanto faz, um governo do setor mais liberal da burguesia, quanto um governo de extrema direita é igual. Pra gente não era. Não podia permitir a ascensão de um governo que apregoava o que o governo Bolsonaro apregoava, fascista, machista, misógino, homofóbico, anticultura, anticiência, tudo o que há de ruim. Então, mesmo contra o PT a gente tinha clareza que não podia permitir isso.

Mas a nossa avaliação, não sei se ficou claro, sobre essa questão dos mandatos do governo Lula. Foi um mandato que como o próprio Lula diz os banqueiros nunca ganharam tanto quanto no seu governo. Isso não sou eu que estou dizendo, foi um período que se precarizou bastante as relações de trabalho. O Lula diz nunca se criou tanto emprego como no meu governo, nunca. Mas nunca se criou tanto emprego precarizado graças ao Simples, muita gente é contratada com o próprio CNPJ, para conseguir um emprego, isso foi criação do Lula. Uma relação de trabalho mais precária que isso é impossível.

Então, foi isso, um governo que se esperava, não foi um governo em prol dos trabalhadores, um governo muito mais para a burguesia do que para a classe trabalhadora. Para a classe trabalhadora, distribuíram migalhas. O pessoal fala da Bolsa Família isso, Bolsa Família aquilo, mas a bolsa, mas banqueiro quando explodiu a crise em 2008 foi na ordem de trezentos e oitenta bilhões de dólares para a bolsa banqueiro, para socorrer banqueiro em 2008

por parte do governo Lula. Então para a Bolsa Família uma migalha para a bolsa banqueiro dava qualquer coisa, haja dinheiro.

Viviane Freitas – Nesse período ainda do primeiro mandato de governo Lula, você tem notícias ou participou de discussões em relação a rupturas que houve dentro da FASUBRA e dentro do Sintusp em relação à posição ao governo? Tiveram rachas, se foi uma parte para um lado, outra para o outro?

Brandão – Não. O que aconteceu foi o seguinte. No Sintusp isso teve pouca repercussão tá, mas em nível nacional foi assim. Com a aprovação da emenda da reforma da previdência que o Lula encaminhou e o PT tentou centralizar os seus parlamentares, os seus deputados para todos votarem a favor da reforma, pois teve um setor de parlamentares do PT que se recusaram que estavam contra essa orientação do partido.

O Ivan Valente, o Babá, a Luciana Genro, a senadora Heloisa Helena, não lembro de todos eles aqui. A expulsão de todos eles e a convocação deles para fundar um novo partido, fez com que um setor do PT que estava à frente do movimento sindical rompesse e fosse para esse partido, então, houve rupturas. Pessoal que vieram do PT para o PSOL, e houve rupturas, isso que aconteceu na FASUBRA foi muito forte. Quase todos os setores, a militância do PSTU na FASUBRA rompeu com o PSTU e foi para o PSOL. No PSTU sempre tinha uma discussão do Partido Revolucionário no Brasil seria produto das rupturas da esquerda no PT.

As rupturas à esquerda com o PT. E houve um setor do partido que identificou que essa ruptura que deu origem ao PSOL, uma ruptura à esquerda com o PT, e foi. Só que aí a direção do PSTU, o setor majoritário, não só se recusou a entrar no PSOL, como se recusou inclusive a ceder assinaturas para que o PSOL pudesse registrar o nome do novo partido. Orientou os militantes a não assinar. E aí o que aconteceu, um setor do PSTU importante na FASUBRA e na FENASP, sindicato dos previdenciários, aí quase toda a militância do PSTU na FASUBRA e na FENASP foram para o PSOL.

No Sintusp, na USP só tinha uma pessoa se eu não me engano acho que era a Jupiara que rompe também e vai para o PSOL, rompe com o PSTU e vai para o PSOL também. Então esse foi o processo de ruptura que houve, que eu me lembre, em função desse primeiro mandato do governo Lula. Esse foi assim o marco determinante, depois houve assim, outras rupturas, mas que foram pingando. Ruptura forte foi nesse marco.

Viviane Freitas – E dentro da FASUBRA teve consequências? O que aconteceu depois dessa ruptura? Para o Movimento da FASUBRA.

Brandão – Não houve mudanças muito grandes não. Como eu disse eu não acompanhei, mas se tivesse acontecido assim, mudanças muito fortes a gente teria, nós teríamos ficado sabendo.

Porque a maioria da FASUBRA continuou alinhada ao governo LULA, apesar dessa situação, continuou alinhada ao governo Lula.

Viviane Freitas – Então a oposição não tinha muita atuação lá dentro? Essa parte que rompeu.

Brandão – Minoria, minoria.

Viviane Freitas – Teria algum ponto importante que eu não perguntei e que você considera importante para essa pesquisa? Sobre esse período seu de atuação na FASUBRA que você tenha recordação.

Brandão – Como a sua pesquisa está localizada na FASUBRA. Eu não teria. Mas esse período, que coincide basicamente como o meu período de militâncias. Foi um período que a gente viu toda uma geração de dirigentes sindicais que lutou contra a ditadura militar. Em (19)77, (19)78 tanto no PT depois na CUT um amplo setor de sindicalistas sendo cooptados pela burguesia e pelo Estado burguês, engolidos pela máquina do Estado burguês.

Eu vi sindicalistas que lutavam pelos direitos da sua base, da sua categoria que combatia o arrocho salarial virar assessor de prefeito e defender arrocho salarial de trabalhador, negociar em nome da prefeitura, em nome do Estado com o movimento sindical e prejudicar. Vi sindicalistas que defendiam o serviço público dizendo, praticar e defender a terceirização. Vi sindicalistas dos bancários do Sul, de São Paulo, sindicatos dos médicos, enfim, a gente viu sindicalistas de várias frentes se tornando gestor do Estado burguês, traindo o movimento operário, impondo nos sindicatos a política dos interesses da burguesia.

Na FASUBRA isso não ficou diferente, a gente viu dirigentes da FASUBRA de peso, importante, depois virar assessor de reitor e reprimir movimento. E representar a instituição contra os interesses dos trabalhadores. Então, foi um período que a gente viveu tudo isso e que indica que também nesse período prevaleceu uma vez mais. Embora as lideranças operárias não tenham aprendido essa lição, se aprenderam fazem questão de ignorar, a burguesia tirou uma lição da Revolução de Outubro, muito importante, não podem permitir que o trabalhador se organizasse de forma independente de forma livre, que isso pode culminar nas revoluções. E consequência é necessário infiltrar o movimento operário com seus próprios agentes diretos da burguesia ou cooptar as lideranças operárias populares, seja no movimento sindical, seja no Movimento Sem Terra, Sem Teto. Cooptar fortemente esses setores para transformar os sindicatos, as organizações operárias em espécies de correio de transmissão dos interesses da burguesia, transformar as ferramentas que deveriam estar a serviço da classe operária em instrumentos da própria burguesia para atacar, para reprimir, para oprimir e explorar a classe operária.

Tudo isso a gente viu acontecer nesse período, o que colocar como nunca com muita força uma necessidade de uma luta mote para recuperar a indecência da classe operária em relação aos partidos, a burguesia e suas organizações e instituições. Crucial a independência da classe operária, mesmo num momento como estamos vivendo como hoje aqui, que muita gente dizendo que é necessário construir uma frente ampla para combater o fascismo, porque a ameaça do fascismo impetra.

Aí tem uma máxima do Trotsky quando ele discutiu a revolução espanhola a questão da frente popular, que havia um setor o stalinismo, defendeu e levou adiante uma frente popular que organizava o próprio partido comunista, que tem mais organizações operárias, inclusive, eram trotskistas, com o setor da burguesia espanhola para combater o fascismo de Franco. E o Trotsky dizia que esse setor não via que, ou não entendia, não queria compreender que o fascismo era uma reação burguesa e não uma reação feudal. E contra a reação burguesa não se combate de forma eficaz se não com os métodos do Programa da Revolução Socialista. Uma luta contra o fascismo que mina numa democracia burguesa que não tenha sido uma revolução democrática vitoriosa, mas sim uma revolução proletária e suficientemente madura abortada. Isso se coloca hoje de novo com muita força porque em nome da aliança com a burguesia não é possível levantar as demandas da classe operária, porque as demandas da classe operária ela se opõe pelo verso das demandas da burguesia. Então, hoje para estar junto com a direita nos atos pelo impeachment é necessário abrir mão da luta pela revogação das reformas.

É necessário abrir mão da luta da revogação da lei do teto de gastos. É necessário abrir mão da luta contra as privatizações, da luta contra a terceirização. E os direitos dos trabalhadores se contrapõem aos interesses dos aliados burgueses pelo impeachment. O impeachment é contra o governo e acabou. A agenda econômica do governo fica. Isso é resultado desse processo de cooptação e infiltração do movimento operário, ou cooptação do movimento operário para se tornarem agentes das demandas da estratégia do programa da burguesia no movimento operário que é o que ocorre hoje com uma parte enorme de sindicatos.

E a cooptação do período do PT e da CUT por consequências das organizações operárias dirigidas por esses setores, uma derrota extremamente importante, que é preciso lutar a mote para reverter, esse processo de cooptação de desvio político e ideológico. Burocratização, enfim, tudo isso, é necessário lutar a mote para reverter. Em consequência a discussão da revolução e das tarefas para a revolução, está muito além, do que muitos... No próprio Sintusp, por exemplo, tem um setor que está sempre discutindo, qualquer coisa é revolução, revolução. É necessário a revolução, mas quem faz a revolução? E depois da revolução quem

é que vai gerir o Estado? E depois da revolução? Como é que nós vamos organizar a sociedade? E se vamos organizar a sociedade como se organiza alguns sindicatos hoje, entendeu?

Por que os sindicatos ao invés de serem escolas de comunismo como dizia Lenin. Os sindicatos são escolas de gestão para burocrata. Na democracia, e olha mesmo de esquerda, não permite que os trabalhadores dirijam diretamente os seus sindicatos, não permitem que os trabalhadores de gerir o seu sindicato, de gerir o seu movimento, se preparem para gerir o Estado operário. Se eles não podem gerir, organizar, as organizações operárias hoje, como poderiam organizar um futuro Estado operário. Então, não basta falar em revolução hoje. Precisa pensar como fazemos isso, seguramente não vai ser como aconteceu no Sintusp, aprovar o Fora Bolsonaro e Mourão e lutar pelo impeachment. Não, isso é enganar os trabalhadores. Isso é ambiguidade, o impeachment, não é Fora Mourão. O impeachment e fora Bolsonaro entra Mourão, é uma saída nos marcos institucionais. Fora Bolsonaro e Mourão saem os dois é diferente por consequência de uma coisa e outra, então, para não assumir uma posição, não admitir uma política de capitulação você constrói uma amalgama. Fora Bolsonaro e Mourão e o impeachment são coisas antagônicas. Essas contradições, precisamos rever desde já. Não podemos esperar a tomada do poder para resolver isso, tem que ser desde já.

Viviane Freitas – Você me disse que a burguesia aprendeu, ela aprendeu a lição. E a classe trabalhadora aprendeu alguma lição com esse governo do PT?

Brandão – A classe em si, não aprende, tanto é que seguramente a maioria que votou no Bolsonaro não é a burguesia. A burguesia numericamente ela é inferior. Então, o Bolsonaro foi eleito com uma quantidade enorme de votos da classe operária. Então, acho que alguma coisa que a classe operária aprendeu com o governo do PT, é que, ou que deveria ter aprendido, é que nenhum governo saído das instituições legais do governo burguês consegue atender a fundo as suas demandas.

Agora faltava aprender que a direita não é alternativa. Quem deveria ter ensinado isso é o PT, quem deveria ter ensinado isso, somos nós a esquerda. E assim, não fazem, e responsabilizam a classe operária. Para você ver um monte de meme no facebook na internet que responsabiliza os trabalhadores que votaram no Bolsonaro por terem votado na burguesia. Agora recente aqui em São Paulo, o seguinte, o PSOL ficou para o segundo turno, Boulos contra o Bruno Covas. O que fez o Boulos para o segundo turno, fez uma outra aliança com os partidos burgueses. Aí vai lá e faz uma outra aliança para quê? Para ganhar a eleição. E diz que vai governar com esses caras, que vamos governar juntos, não é isso? Bom, aí, daqui dois

anos por qualquer razão o cara da Rede está disputando com o Boulos aí o peão vai lá e vota no cara da Rede. Aí questiona o voto, mas como assim, você estava com o cara ontem? Você falou para mim que ele ia governar.

Então, essa esquerda que não tem estratégia, que não tem independência de classe, ela não ajuda a classe trabalhadora a aprender. Seria a função da esquerda, seria a função da vanguarda ajudar a educar a classe na necessidade da sua independência, infelizmente não fizeram, entendeu, infelizmente não fizeram. O resultado está aí.

Viviane Freitas – Para finalizar dentro ainda do mandato do governo Lula, você sinalizou para gente, a questão da cooptação do sindicato. Você diria que esse seria o pior efeito que teria esse governo Lula para os movimentos sindicais?

Brandão – Para o movimento sindical sim. Foi uma cooptação muito forte. Porque foi uma adesão, as correntes operárias se tornaram correias da política do Estado. Se não correias de transmissão diretamente, mas defensoras diretas da gestão do Estado.

Viviane Freitas – E nesse sentido você acredita que volta lá um retrocesso, no sentido que se antes a gente tinha um sindicalismo mais independente dentro dessa cooptação o sindicalismo ficou mais preso novamente?

Brandão – Na verdade é o seguinte, foi mais pelego mesmo, um sindicalismo mais pelego. Mais traidor. Mais pro patronal. Posso dizer o seguinte, em abril, de 2017 a classe trabalhadora brasileira, se não me engano foi dia vinte e oito, começou uma enorme greve geral. Teria todas as condições para derrotar a reforma trabalhista. Mas o PT e a CUT, PC do B, a CPB e a UNE, mataram a mobilização desse país e permitiram as condições do Temer aprovar a reforma trabalhista. Assim foi, o nome disso é traição aberta, em nome de que? Em nome da estratégia do PT.

Com a estratégia do PT, sinalizar para a burguesia que não é mais esse partido louco que eles querem derrubar, que podem deixar a gente governar que a gente ferra com a classe trabalhadora para vocês. Pode deixar, deixa que a gente volta ao governo de novo em 2022, sem problema, pode ficar tranquilo, porque a gente vai fazer igual os caras estão fazendo na Bahia. Entendeu, isso daqui para não falar do PSOL lá no Belém onde o Edmilson já estava reprimindo os trabalhadores. Então, é assim que é.

Viviane Freitas – Eu gostaria de agradecer muito o seu tempo, em meu nome e do professor Carlos Bauer. Já estamos aí com duas horas de uma conversa muito importante na construção da nossa pesquisa. Obrigada!

Áudio enviado no dia 21 de outubro de 2021 via aplicativo Whatsapp pelo entrevistado

Brandão – Olá Viviane, bom dia! É o Brandão. Eu me esqueci de mencionar um tema que foi assim muito debatido, por quase dois anos na FASUBRA. No período de (19)88 à (19)90, e depois disso, ainda segui discutindo em algumas plenárias a depender da situação. Do que, que eu estou falando, a questão da organização e estrutura sindical dos servidores das universidades públicas federais e bem como do funcionalismo público. Porque a Constituição de (19)88, ela ao trazer o direito, assegurar o direito dos servidores públicos se organizarem em sindicatos, se abriu esse debate entre o funcionalismo público que não tinha experiência de organização e de estrutura sindical.

Então se deu um debate extremamente importante e bastante politizado, foi um dos debates mais politizados do ponto de vista de classe que eu vi no interior da FASUBRA. E aí tinham várias propostas de organização sindical e de estrutura sindical. Como você sabe a estrutura sindical oficial brasileira instituída pela CLT, tem uma estrutura verticalizada que vem desde o... Começa com o Ministério do Trabalho, depois para as confederações, depois as federações. As confederações nacionais, as federações nacionais, ou estaduais e os sindicatos. Os sindicatos por base territorial, na maioria são municípios, ou no limite para o estado e por ramo de atividade. Então, se abriu esse debate no interior da FASUBRA, aí para abreviar eu vou dizer quais eram as propostas. As principais propostas que pautaram o debate. Primeiro tinha proposta de fazer um sindicato único dos servidores públicos. Dos servidores públicos federais depois sindicatos únicos por estado. Então havia essas duas propostas. Um sindicato que unificasse saúde, educação, previdência e demais atividades do serviço público num único sindicato. Então essa era uma proposta que se foi debatida na FASUBRA e defendida pelo Sintusp, na época. Eu hoje repensando considero que seria muito artificial, mas enfim, na época defendemos isso.

Havia uma segunda proposta que foi a que acabou sendo aprovada na FASUBRA que era de construir o sindicato dos trabalhadores do ensino público superior por estado, ou melhor, trabalhadores da educação trabalhadores do ensino público superior por estado, os chamados Sintestes, e haviam propostas também de fazer sindicatos dos trabalhadores da educação por estado. Então, a que acabou prevalecendo e foi aprovada pelo congresso foi o Sinteste, Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público Superior por estado, não do ensino superior por estado, não do ensino público, do ensino superior por estado.

Cada estado construía o seu sindicato, dos servidores do ensino superior federal, estadual, municipal e privado. Então seria essa forma de organização sindical para organizar os trabalhadores do ensino superior por estado, público, privado, estadual, municipal e federal. E acabou não se viabilizando de fato por conta do sindicalismo no Brasil ser reduzido ao

economicismo, não tomar mais a fundo as tarefas políticas. E por consequência, a questão salarial que é o grosso da atuação sindical economicista. No privado você tinha que negociar com o patrão privado no estadual tinha que negociar com o governo estadual, no municipal com o governo municipal, com os prefeitos, e a nível federal com a presidência da república com o governo federal. Isso tudo gerou, assim, bastantes desencontros e acabou sendo inviável porque nunca se construiu conseguiu fazer de fato uma mobilização unificada, unir na ação, na política, na greve no enfrentamento, na defesa da educação de conjunto, nunca se conseguiu unificar os trabalhadores municipais, federais, estaduais e privados ao mesmo tempo. Nunca se conseguiu. Então acabou se realizando também uma utopia.

Esse projeto foi o aprovado, o que prevaleceu nos debates na federação e obteve a maior no congresso onde foi decidida a questão, foi implementado em alguns estados, não foi implementado na grande maioria e acaba sendo a federação, no caso, o centro da organização dos servidores do ensino superior federal, do ensino público federal. Mas enfim, isso foi um debate bastante rico que trouxe à tona toda a estrutura sindical brasileira do varguismo, a origem da CLT na Carta del Lavoro, em função de dividir a classe por categorias baseado em ramo de produção e base territorial por município, e dispersa em datas bases diferentes ao longo do ano, reduziu o sindicato, a ação do sindicato, a proposta do sindicato à luta por vender melhor a força de trabalho, enfim, defendida inclusive por setores da esquerda, essa visão, que reduz o papel do sindicato a isso. E aí, como consequência a gente vê aí mesmo na categoria com trabalhadores da USP que protagonizou greves assim extremamente importantes, em 2014 uma greve de 120 dias, fizemos greves assim, históricas, greves que obrigou o governo do estado a rever, por exemplo, os decretos em 2007, os decretos que praticamente interviam na autonomia universitária, enfim, forma greves poderosas, sob esse aspecto, mas que não conseguiu pautar a questão da democracia interna na universidade, na estrutura de poder nas universidades que tem uma estrutura ainda semifeudal.

Enfim, não conseguimos estabelecer uma, impor uma pauta de gestão democrática das universidades. Não conseguimos pautar de verdade. Pautar na consciência dos trabalhadores e das trabalhadoras a questão da luta por uma universidade de classe para a classe trabalhadora. Enfim, infelizmente, é um pouco isso, e hoje a gente paga o ônus disso. Estamos aí com as universidades privatizadas, sucateadas, desmontadas, por dentro. Porque, há o projeto do FMI do Banco Mundial, tá certo, mas o FMI e o Banco Mundial não tem esse poder na USP, na UNESP na UNICAMP, na UERJ, na EU, na UFRJ ou qualquer outra universidade desse país, na UNB. Não, ali não há escritório do FMI do Banco Mundial, quem leva a política do FMI do Banco Mundial na universidade infelizmente na ação, essa burocracia acadêmica composta

pela maioria de professores titulares e alguns outros paus mandados aspirando ao posto de professor titular também.

Essa gente vem implementando esse projeto de privatização, defendendo esse projeto de sucateamento da universidade porque são parte desses agentes da burguesia, são representantes da burguesia no interior das universidades, daí o caráter elitista, racista, machista dessas universidades e a estrutura de poder arcaica que ela tem hoje, e infelizmente, o sindicalismo, a Constituição que trouxe de volta o direito de organização sindical, ela não... Ela criou as possibilidades, mas nós os dirigentes não tivemos altura da tarefa de pautar esse debate na consciência dos trabalhadores e das trabalhadoras das universidades. Então era que eu tinha para complementar, eu pretendia fazer um áudio curto, mas você deve ter reparado ontem que eu sou prolixo para diabo. Falo uma hora para dizer muito pouco, tá bom, um abraço, um bom dia para você e estou aqui à disposição.

Apêndice C

Transcrição da entrevista

Entrevistado: Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes

Data: 03/12/2021

Viviane Freitas – Para iniciarmos, gostaria que você falasse um pouco sobre você, seu nome completo, sua formação e onde está atuando nesse momento?

Berna – Sou a Bernadete de Lurdes Rodrigues Menezes, nasci em Belém do Pará, tenho 62 anos e atuo hoje no diretório nacional da FASUBRA, na coordenação geral da ASSUFRGS, é Sindicato dos Técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFRS e também sou da executiva nacional do PSOL.

Viviane Freitas – A FASUBRA foi fundada nos fins da década de 1970 em plena vigência da ditadura civil-militar no Brasil. No momento de sua criação como essa entidade poderia ser caracterizada? Você já fazia parte do movimento sindical?

Berna – Sim, no final dos (19)70, na verdade eu estava me mudando de São Paulo para Belém do Pará. Em São Paulo eu comecei a atuar no movimento secundarista e chegando em Belém em (19)79 eu já estava no movimento secundarista. E depois no movimento universitário em (19)80, eu entrei na Universidade Federal do Pará e depois mais tarde eu fui para os Técnicos da universidade. Eu participei do processo de fundação da CUT, mas ainda como professora de história, e depois como técnica da universidade. Eu entrei na SURPAR que na época era o nome do sindicato da Universidade Federal do Pará e fui direção também dessa entidade. A partir daí eu entrei na FASUBRA, creio que em (19)88, (19)89, por aí, a direção de (19)88, (19)89.

Viviane Freitas – E você saberia caracterizar como que foi a fundação da FASUBRA?

Berna – A FASUBRA ela fez parte de um assenso muito forte do movimento sindical nos finais dos anos (19)70 início dos anos (19)80, que culminou com a fundação da CUT, e em particular, um movimento de professores, bancários, metalúrgicos do ABC, mas que em nível nacional teve expressões importantes em várias categorias. E os servidores públicos, que é interessante notar, nessa época nós éramos proibidos pela Constituição Federal de fazer greves e ter sindicatos e nós fizemos greves e construímos sindicatos em plena ditadura. Eu mesma, fui enquadrada na Lei de Negurança Nacional e foi em (19)83, já era o final da ditadura, mas no Pará como era a região da guerrilha, a ditadura ainda estava muito vigente. Em fevereiro de (19)83 fui presa e em seguida fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional, pela militância, ainda não era sindical, era mais política, que eu fui fundadora do PT em

(19)80 no Pará, então, essa atuação no movimento estudantil, no PT acabou me levando à prisão junto com outros companheiros junto comigo.

Viviane Freitas - Na sua análise, naquele período histórico o que era possível fazer pelos caminhos legais, para o efetivo exercício dos sindicatos e partidos? E na “ilegalidade” o que era feito para construir os sindicatos?

Berna – Na ilegalidade foi isso que eu já te falei. Nós éramos proibidos pela Constituição Federal de ter sindicatos, e nós construímos, muitos deles eram associações durante a ditadura, porque eram associações recreativas, tinham clubes, tinham médicos, advogados e etc. E na verdade houve uma transformação. A FASUBRA deu esse caráter mais político sindical de luta contra o governo, de luta pela carreira, de lutas mais gerais em defesa do serviço público. No caso nosso da FASUBRA em defesa da universidade pública, gratuita de qualidade, então, isso é a parte legal, digamos naquela ocasião. E a parte ilegal, lógico, nós tentávamos com isso de transformar uma associação num sindicato, então, é usava-se essa fachada da associação para manter a legalidade, fazer um diálogo com a legalidade já que a gente era proibido pela Constituição de ter sindicatos e de fazer greves. E nós fizemos greves e construímos sindicatos.

Viviane Freitas – No início da década de 1980, houve o CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), na Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito, como você avalia a atuação da FASUBRA nesse evento?

Berna – Ela participou. A FASUBRA inclusive elaborou um projeto que veio posterior a esse. Pois como eu disse, esse fez parte de um assenso global do movimento sindical. E a FASUBRA fez parte da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade. Inclusive elaborando um projeto de universidade pública para os trabalhadores. Que tem um projeto até hoje que há uns três anos atrás foi atualizado, então tem esse projeto e nós participamos. Eu não, naquela época, ainda não era da FASUBRA, mas participaram enquanto dirigentes da FASUBRA daquele CONCLAT.

Viviane Freitas – Esse documento, esse projeto, a gente consegue ter acesso a ele, a primeira versão?

Berna – sim, na página da FASUBRA tem.

Viviane Freitas – No final do ano de 1983 foi lançada a campanha das Diretas Já, que haveria de se constituir como um dos movimentos em prol da redemocratização do país e da retomada das eleições diretas para presidente da república. Quais são os conhecimentos que você tem da participação do ASSUFGS nesse movimento?

Berna – Agora é ASSUFGS, mas naquela época era lá no Pará era ASSUFPAR, Associação dos Servidores da Universidade Federal do Pará.

Viviane Freitas – E você tem lembrança de como foi a participação dele naquele momento?

Berna- Sim, porque o meu marido, o meu companheiro na época, o João Batista, o Babá. Ele também foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nesse ano de (19)83. E a luta pelas Diretas nos salvou, porque o nosso julgamento foi em (19)84, então, quando começou o julgamento em 19(83) ainda estava a ditadura ainda tinha alguma força, com o movimento das diretas a ditadura ficou na lona. Então, meu julgamento por exemplo, nossos advogados eram Greenhalg em nível nacional, o Lula esteve presente no julgamento e os sindicatos com a ASSUFPAR e outros fizeram mobilizações, participamos do ato das Diretas, levamos caravanas de colegas para lutar contra a ditadura e isso foi fundamental, quando foi no julgamento eles já não proibiram a entrada de outras pessoas, porque no início era proibido, nós éramos revistados. Os homens revistados por soldados e nós pelas mulheres da polícia, então, nós éramos revistados para entrar no recinto do tribunal militar que naquela ocasião e eu fui julgada pela Aeronáutica.

Viviane Freitas – Em 1986 houve uma ampla mobilização nacional em torno da eleição dos congressistas que seriam chamados a “escrever” a nova Constituição do país. Naquele momento, muitas forças políticas que atuavam nos movimentos sindicais eram contrárias a participação das entidades na discussão e no apoio de candidatos que representassem o trabalhador no congresso constituinte. Como você vê a participação da FASUBRA nesse importante movimento da história do país?

Berna – Sim, foi muito forte. Em (19)84 nós tivemos uma greve muito grande e a FASUBRA participou para que garantisse na Constituição o direito à sindicalização de servidores públicos que eram proibidos e o direito de greve. Então esses dois temas foram importantes. E o outro a defesa da universidade pública gratuita e de qualidade. Então, tentando restringir ao máximo o ensino privado no terceiro grau e garantindo que a universidade pública tentasse acolher o maior número possível. Ou seja, aumentando o número de vagas, verbas para a universidade sendo garantidas. Nós garantimos isso na Constituição.

Viviane Freitas – Mudando um pouco o período. Houve alguma expectativa favorável no interior do ASSUSPAR e da FASUBRA com a chegada de Collor ao poder? Como que a direção do ASSUSPAR, da FASUBRA e outras entidades sindicais viam as alianças que se formaram em torno da candidatura de Lula? Como se dava essa relação?

Berna – Em primeiro lugar, não havia expectativa nenhuma no Collor. Tanto é que a FASUBRA e o meu sindicato no caso, a ASSUSPAR, tiramos em assembleia o apoio à

candidatura do Lula. Entende? Então, a categoria reunida em assembleia votou favorável à candidatura do Lula. Então o nosso sindicato tinha lado. A FASUBRA tinha lado. Este a favor da candidatura do Lula. Sobre as alianças naquela época, não tiveram grandes alianças. No segundo turno sim, veio o Brizola, por exemplo, que foi uma candidatura muito forte e que veio e apoiou o Lula, o PDT. Então, não houve um conjunto de alianças além dos partidos de esquerda.

Viviane Freitas – E passando essa parte de campanha já no governo Collor, depois de todos os escândalos, no contexto já do impeachment, você lembra ou tem notícias de encaminhamentos de algumas propostas ação da ASSUSPAR encaminhas aos fóruns da FASUBRA e da CUT destinada a pressionar o poder judiciário ou legislativo por mudanças?

Berna – Sim, nós participamos fortemente da campanha Fora Collor. Então, nacionalmente a FASUBRA e também localmente a ASSURPAR. Aí já é minha mudança para Porto Alegre, aí eu venho para cá porque eu caso com um gaúcho e eu venho para cá. Mas eu participei até o fim aqui também do Fora Collor.

Viviane Freitas – Dentro do movimento Fora Collor tinha um grupo que defendia o impeachment e o outro que defendia a queda tanto do Collor quanto do vice. Você lembra como a FASUBRA se posicionava?

Berna – Sim, há chapa. A queda da chapa.

Viviane Freitas – Houve algum tipo de aproximação das lideranças políticas e sindicais que atuavam na FASUBRA e na CUT com os setores da chamada oposição burguesa no combate ao governo Collor ou ainda as posições dessa entidade tinham características essencialmente classistas?

Berna – Essencialmente classista. Nós não tínhamos dentro da FASUBRA, pro burgueses ou pequenos burgueses de direita. Só militância de esquerda. Ainda não tinha o PSTU era PT, PCdoB, PCB. Eram esses que estavam presentes, independentes.

Viviane Freitas – Quais foram os efeitos mais sentidos dos planos neoliberais nas universidades públicas brasileiras? Naquele período do governo Collor.

Berna – Nós perdemos mais de trinta direitos, assim, foi um negócio. Começou com o Collor, mas depois teve continuidade com Fernando Henrique. Nós perdemos quinquênio, anuênio, a própria carreira que nós estávamos conquistando ali. Nós conquistamos uma carreira depois da Constituição de (19)88, nós conquistamos uma carreira PUCRECI, que se chamava a carreira, que eram três níveis, de apoio, médio e superior. Então, houve congelamentos de salários, então foi bem complicado o período Collor.

Viviane Freitas – Havia, no interior da FASUBRA, mais adesão ou questionamentos aos posicionamentos das direções majoritárias do PT e da CUT naquele momento de crise da burguesia brasileira?

Berna – Naquele momento havia majoritariamente apoio à oposição à direção do PT. Eu era da oposição.

Viviane Freitas – Oposição ao PT?

Berna- É. Eu era petista, mas oposição ao grupo majoritário.

Viviane Freitas – E de qual corrente você participava?

Berna – Convergência Socialista

Viviane Freitas – Convergência, tá.

Berna – E nessa ocasião por exemplo, o Vicentinho defendeu a reforma da previdência. Ele defendia fundos de pensão.

Viviane Freitas – Você tem recordação de como se davam as conversas no interior do ASSUSPAR, que reverberaram na FASUBRA em relação do que deveria ser feito, após a derrubada do governo Collor?

Berna – Isso eu não me lembro, porque eu já estava saindo de lá e vindo para o Rio Grande do Sul.

Viviane Freitas – Como foi a relação da FASUBRA com o Governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC)?

Berna – De enfrentamento. Tivemos várias greves, praticamente de dois em dois anos tivemos greves de resistências. A maior parte delas derrotadas.

Viviane Freitas – Após dois mandatos do governo FHC, o Partido dos Trabalhadores, ganha sua primeira eleição presidencial, com isso, diversos setores progressistas da população, entre eles Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sindicatos, movimentos populares, que apoiaram a candidatura do Lula, apostaram que uma nova agenda seria discutida e a agenda neoliberal seria posta de lado. Como que naquele momento histórico o ASSUSPAR e as discussões dentro da FASUBRA viu esse processo eleitoral. Houve apoio desde o início já que ele era um candidato oriundo da classe trabalhadora, houve resistência? Como que foi isso?

Berna – Tá. Primeiro eu tenho que fazer uma observação. Aí nessa ocasião final dos anos (19)90 início dos anos 2000. Eu já estava dirigente do sindicato aqui da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Da ASSURG. Aí a nossa posição em primeiro lugar foi de derrotar o Fernando Henrique, de um enfrentamento muito grande ao Fernando Henrique, de novo, tiramos em assembleia o apoio ao Lula. Porque nós tínhamos saído de uma greve em 2001, a

maior greve de período contra o Fernando Henrique, que foi a greve que a gente chama da greve da GAE. O Fernando Henrique tentou no final do seu mandato retirar uma gratificação que era quase a metade do nosso salário.

Nós fizemos uma greve poderosíssima em todo o país, inclusive junto com os professores, e ele cortou, porque tirava também uma gratificação dos professores e a nossa gratificação e aí entramos em greve, nós e os professores.

Viviane Freitas – Você lembra o período da greve?

Berna – Nós conseguimos uma adesão muito grande. E o Fernando Henrique no terceiro mês fez uma proposta para nós de manutenção da GAE, só que a essa altura, não queríamos mais a manutenção. A gente queria a derrota do Fernando Henrique e a incorporação da GAE. E foi o que aconteceu a gente incorporou a GAE. Só um minuto aqui, eu acho que estão tocando aqui.

Viviane Freitas – Tá bom.

Berna – Oi flor, desculpa. Foi o rapaz que veio pegar o lixo de uma obra que eu fiz aqui em casa.

Viviane Freitas – Imagina.

Berna – Diga lá onde é que a gente estava?

Viviane Freitas – No primeiro governo Lula, qual a avaliação que a FASUBRA fez de quando Lula foi eleito. Qual a avaliação que ela fez, achou que traria mudanças pelas características de ser um candidato que foi eleito de um partido da classe trabalhadora, oriunda da classe trabalhadora. Qual a avaliação que o sindicato fez dessa eleição? Que expectativas tinham?

Berna – Viviane, foi uma alegria no movimento sindical. Todo mundo. A posse foi aquela coisa emocionante, todo mundo na Explanada dos Ministérios de vermelho, Chaves presente, o presidente Chaves, Raul Castro, Fidel, toda a esquerda do mundo estava ali. Aqui presente.

Berna – Deixa só eu dar a chave aqui para o moço.

Viviane Freitas – Ok.

Berna – Então, foi uma expectativa muito grande. Mas nós servidores públicos fomos logo, levamos uma rasteira muito grande. No mesmo ano o Lula anunciou a reforma da previdência. E nos deixou numa situação muito difícil que nós tivemos até que fazer greve. Para tentar impedir aquela reforma, só que ela era parte do pacto que o Lula fez com as elites para assumir com segurança digamos assim. Então, foi um momento muito difícil no movimento sindical, dividiu o movimento sindical, explodiu a CUT. Que saíram vários setores da CUT, foram rompendo, dividindo. Quer dizer, foi um momento duro para nós. Mas nós não conquistamos, a reforma veio mesmo, acabou com os direitos de todos os colegas

novos que entrou posterior a nós. Esse foi outro golpe que se utilizou das mesmas táticas da elite que é dizer não, mas não é para vocês os antigos, é para os novos como se nós fôssemos coisas distintas. Nós somos uma mesma categoria, não existem novos e velhos. Quer dizer que a pelegada que está no sindicato se protege e os novos que se ferrem quando vierem, então, foi um método muito ruim que a gente não esperava que fosse aplicado. E acabou acontecendo isso.

Viviane Freitas – E com essas reformas, com uma agenda também que o governo do PT acabou seguindo com uma agenda neoliberal. No final do primeiro mandato quais avaliações como que se dava as discussões em torno desse primeiro mandato do governo Lula dentro da FASUBRA e dos sindicatos? Como que se dava esse processo?

Berna - Houve essa divisão que eu te disse. Houve uma divisão, o setor mais crítico, o setor que entrou em greve, o setor que lutou contra a reforma da previdência, do outro setor que disse não, não é bem assim, veio a reforma da previdência mas nós lutamos pela carreira, e ganhamos a carreira. Quando nós perdemos a previdência transformamos a nossa greve na luta por uma nova carreira, e aí acabamos conquistando essa nova carreira. Então, essas pessoas achavam que era uma compensação à reforma da previdência. E nós não tínhamos essa visão de separar novos e antigos, separar a previdência da carreira, achávamos que era uma política só para nos contentar com a situação que estávamos vivendo. Então houve uma divisão na FASUBRA. A gente chamava de os governistas e a oposição de esquerda ao governo Lula.

Viviane Freitas – Quem que estava de um lado, quem que estava do outro? Quem eram os governistas, quem eram a oposição? Você teria lembrança?

Berna – Olha, eu estive na liderança junto com Aguinaldo Fernandes que atualmente é do grupo, saiu do PSTU, esteve no PSTU, e atualmente está no PSOL. É de um grupo chamado Resistência. Ele era coordenador geral eu era coordenadora também e era da Inter Sindical, que era um grupo que acabou rompendo com a CUT posteriormente, e formou a Inter Sindical. O pessoal ligado ao Aguinaldo formou a CSP CONLUTAS, rompeu com a CUT também. E houve uma ruptura também entre os governistas que foi o setor ligado ao PCdoB. Então, houve uma explosão da Central Sindical. Do outro lado, estava como pessoas, deixa eu me lembrar de quem era a liderança. Era Zé Maria, mas não o Zé Maria do PSTU, o Zé Maria do PT. Um outro coordenador que eu não me lembro mais, já faleceu. E deixa-me ver, Márcia não é Barbosa, Marcia Abril que também era dirigente governista. Então eram esses.

Viviane Freitas – Esse processo de fragmentação, de disputas dentro da FASUBRA e dos sindicatos, como que você avalia isso para as lutas sociais? Faz parte do processo?

Berna – Fragilizou o movimento, porque ficou dividido numa das negociações, por exemplo, eu estava em um acampamento da FASUBRA quando eu fiz 50 anos, fiz no meio de um acampamento. Estava no acampamento da FASUBRA na Explanada dos Ministérios nós tínhamos marcado ir em marcha até a negociação, nessa ocasião eu não era mais da direção da FASUBRA, mas a base me elegeu para estar na comissão de negociação, houve uma assembleia no acampamento e me elegeram.

Então eu integrei a comissão de negociação, tiramos uma posição e fomos até o Ministério da Educação. Primeiro que houve uma enorme dificuldade de sair a passeata, depois que saiu e fomos negociar com o Haddad que na época era ministro da educação, ele chegou e disse assim, a gente sabe que vocês estão divididos sobre isso, acabe logo essa greve aí a gente pode negociar. Mas nós queremos negociar com vocês com a greve terminada, aí eu peguei e disse, sabemos também que o governo do PT está todo dividido, mas nós não viemos aqui discutir sobre vocês, assim como nós não queremos que você venha discutir sobre nós, os nossos problemas nós resolvemos lá no interior do nosso movimento.

Pra te dizer, nós tínhamos discutido uma coisa no acampamento atravessou a rua o governo já sabia qual era a nossa posição. Entende? Ou seja, nós tínhamos um fogo amigo dentro do comando de greve, então era muito complicado e aí ele bateu na mesa e disse eu não vim aqui discutir o PT, nem você tem que vir discutir o comando de greve. Cada um no seu quadrado. Aí ele acabou negociando, mas muito rebaixado, só reajuste de salários dentro da tabela deformada já, então foi meio complicado, assim.

Viviane Freitas – E como que você avalia esse processo que teve lá no primeiro mandato do governo Lula de cooptação do sindicato para dentro do governo?

Berna – E vários foram trabalhar no ministério da educação, nos gabinetes dos deputados, no congresso nacional. Vários dirigentes viraram burocratas do Estado. E agora voltaram, perderam os car– Esse processo de cooptação do líderes sindicais irem para dentro do governo para o movimento sindical, como que você avalia isso naquele período?

Berna – Também fragilizou muito, e também na qualidade, porque, esses quadros independentes se eram mais ou menos governistas eram quadros com muito acúmulo, esses quadros tinham formação. Então, pra ti tirar uma política, fazer uma análise é bom tu ter um acúmulo, mesmo na oposição a ti. Se tu tem uma oposição com qualidade há um crescimento do conjunto dos militantes. Quando tu tem uma divisão, uma parte é cooptada, a qualidade dos quadros de direção diminui e também os da resistência porque tem embates menos difíceis. Quando tem embates difíceis com adversário difícil, tu cresce. Nesse caso tu acaba não crescendo porque não tem um adversário à altura. Então, nós passamos por um período

com dirigentes de muita fragilidade política e de conhecimento da própria estrutura da universidade, da carreira e etc.

Viviane Freitas – Isso você avalia dentro do primeiro mandato do governo do PT?

Berna – Começa ali com o governo do PT, mas termina também no governo da Dilma.

Viviane Freitas – Em sua opinião, e no seu período de atuação, a organização interna da FASUBRA favoreceu a criação e o fortalecimento dos fóruns de participação democrática da categoria em suas instâncias? Quais poderiam ser lembradas e qual sua importância para o avanço da democracia sindical?

Berna – A FASUBRA é muito democrática, muito democrática. Independente do período, da direção, ela é muito democrática. Primeiro que a sua direção é composta proporcionalmente. Então, não é ganha uma posição e todos os outros ficam fora. Não, é uma direção proporcional. Se eu tenho 10 por cento dos votos eu tenho 10 por cento da direção. Se eu tenho 50 por cento, tenho 50 por cento da direção. Então, isso reflete uma pluralidade de pensamentos e foi chave nesse momento aí do governo. Porque, se os governistas eram a maioria logo no início, depois eles perderam a maioria. Nesse início, eles poderiam ser a hegemonia, mas não, porque a oposição estava lá dentro. Então, acabou ganhando e virando a hegemonia que tem até hoje. Os congressos da FASUBRA têm mais de duas mil pessoas, as vezes mais de três mil. Então, são congressos massivos.

Viviane Freitas – Como a questão da burocratização das entidades e dos militantes é vista por você? Esse problema atingiu a FASUBRA de alguma maneira?

Berna – Sim, a burocratização é ruim... Só um minutinho. Desculpa, estou no meio de uma obra aqui.

Viviane Freitas – Imagina.

Berna – Então, a burocratização é ruim tanto pela esquerda radical quanto pela direita do movimento, porque, ela tira a relação com a base. Com o poder que a base tem que ter sob os dirigentes. Isso é burocratização, é quando não reflete mais o movimento de conjunto. Não quer dizer, defender tudo que a base defende porque, em tese a ideologia dominante da sociedade como diz Marx, é a ideologia da classe dominante. Então, nós temos a nossa categoria que é machista, é uma categoria que é homofóbica, nós temos uma categoria que tem desvios consumistas, desvios de várias espécies. Então, é difícil. Por isso, tem uma direção. Ela tem que ouvir a base e fazer uma mediação para adiante, ou seja, que eduque e que forme. E a burocratização ela rompe com isso. Ela é uma direção que fica apartada da sua base.

Viviane Freitas – De que forma é possível criar condições de inibir que o processo de burocratização se desenvolva no interior das entidades de atuação coletiva e da defesa da classe trabalhadora?

Berna – Depende do momento, por exemplo, em qualquer momento tu tem instâncias de base forte. Por exemplo, conselhos de entidade de unidade da sua categoria, então que é no caso das universidades cada setor tem um representante e um suplente. A faculdade de mecânica, a faculdade de engenharia, de arquitetura, tiram seu representante e tem esse conselho de representante, isso é uma maneira de ter uma participação da base forte pressionando uma direção. Reuniões de base frequente, não só assembleias, mas reunião de base. Assembleias frequentes nós estamos criando mecanismos novos aqui no sul que é plenárias que além de assembleias, plenárias que é um ponto que você discute num tempo maior, com representação eleita em cada local de trabalho.

Então assim, sempre coisas que tenham uma vinculação muito forte com a base. Isso é uma maneira de controle. Então, já a proporcionalidade pode ser a favor e pode ser contra, por exemplo, nesse período do governo Lula, ela cumpriu um papel muito ruim, porque ela virou uma guerra sem fronteiras que muitas vezes a FASUBRA ficava paralisada. Os sindicatos de base também a maioria era proporcional onde era proporcionalidade ficavam paralisados de tensionamentos internos, de respeito, então, está muito complicado. Isso foi um período difícil, então a proporcionalidade pode ser tanto uma coisa boa que setores de base não estariam na direção, porque tem só dez por cento. Mas por outro lado e em outros momentos ela é boa. Momento de paz na direção era é boa porque, agora, por exemplo, na luta contra o Bolsonaro, ela é boa porque ela unifica toda a oposição contra o Bolsonaro.

Viviane Freitas – E no interior da FASUBRA havia manifestações de burocratizações dos seus dirigentes?

Berna – Sim, havia sim. Setores que refletiu mais sua organização e menos no que estava acontecendo na base. Isso é, essa burocratização acaba, como por exemplo hoje, a agente ia enfrentar um problema grave, um problema sério que vários espaços nas universidades no país, o bolsonarismo entrou como muita força, entende, em várias universidades. Hoje começa a retroceder pelo trabalho que se tem feito que viram que era necessário um combate. Mas a burocratização, ou seja, tudo que apartar da base, tudo abre para que ela seja ocupada por qualquer um, até pela direita.

Viviane Freitas – Em relação à FASUBRA e ao processo de luta da criação da FASUBRA em 1978 até o primeiro mandato do governo Lula em 2006. Tem alguma coisa que você gostaria de me contar que não perguntei e que você julga ser importante?

Berna – Uma greve. Eu me esqueci de falar de uma greve de (19)98, uma greve que foi derrotada, mas foi uma greve fortíssima das três categorias, foi a primeira vez assim que teve uma greve muito forte e dos três segmentos para o estudante, professores e funcionários, lutando sobre verbas para a universidade. Entendeu? Então quer dizer que não foi por salário, não foi por carreira, foi por verba, para defender a universidade. É um grau muito alto de compreensão política sobre o seu papel em defesa de serviços públicos. É isso!

Viviane Freitas – Berna, eu gostaria de agradecer pela entrevista. Se você quiser acrescentar mais alguma coisa que você acha importante. Mas as questões que eu trouxe são essas.

Berna – Não. Eu que te agradeço. Eu sei que não é mais o período que tu está estudando, mas, por exemplo, nós aqui fomos vanguarda, fizemos um ato de duas mil pessoas contra o golpe contra a Dilma, fizemos dentro da universidade. Então sempre foi a FASUBRA, tem muito isso, mas nosso sindicato tem muito isso de fazer política sindical. Não separar as duas coisas Tá. E Viviane eu te agradeço e parabéns pela pesquisa.

Viviane Freitas – Obrigada Berna em meu nome e do professor Carlos Bauer.

Apêndice D

Tabela com os dirigentes da FASUBRA (1978-1995)

Dirigente	Ano do mandato
Francisco de Assis Rocha Cavalcanti	1978-1983
Ronaldo Pedro de Brito	1978-1983
Humberto Renato Dantas	1978-1983
Luiz Carlos Ferreira Castro	1978-1983
Marcos Antônio Torres Pereira	1978-1983
Hamilton Apolônio	1978-1983
Antônio Cunha Neto	1978-1983
Ivan Benigno	1978-1983
Lúcio Augusto Pereira de Medeiros	1978-1983
Vânia Galvão de Carvalho	1984-1986
Irany Campos	1984-1986
Tânia Regina F.C. Rodrigues	1984-1986
Isabel Piasentim	1984-1986
José Edvaldo Rosas	1984-1986
Rita Aparecida Januário	1984-1986
João Recla Ghidetti	1984-1986
Ricardo Carvalho Cabús	1984-1986
Marcos Cavalcanti Diniz	1984-1986
Alice de Angelo Mac Donald Guelfo	1984-1986
José Ferreira de Alencar	1984-1986
Roberto Rodrigues	1984-1986
José Patrocínio P. Landim	1984-1986
Hayde dos Santos Chagas	1984-1986
Angela Maria de Donete	1984-1986
Franciso Celso Medeiros	1984-1986
Marcílio Lourenço Araújo	1984-1986
Luiz Araújo da Silva	1984-1986
Arminda Didier	1984-1986
Helio Medeiros	1984-1986
Moshélio J.C. Chaves	1984-1986
Roberto Kugler	1984-1986
Pedro Alcântara Moreira	1988-1990
Honório Ângelo da Rocha	1988-1990
Maria do Carmo Suzart	1988-1990
Lilian Machado de Sá	1988-1990
Edir Veiga Siqueira	1988-1990
Carlos Fernando Bulhões Maldonado de Oliveira	1988-1990
Paulo Roberto Gomes Garcia Diretor	1988-1990
Renato Hoher	1988-1990
Rogério Araújo Jorge	1988-1990
Bernadete de Lourdes Rodrigues Menezes	1988-1990
José Serafim da Costa Filho	1988-1990
Jenival Alves Ribeiro	1988-1990
Paulo Cesar de Souza Guerra	1988-1990
José Mauro Cassimiro	1988-1990

Saulo Rodrigues Leite Penteado	1988-1990
Fernando Sthepan Mammori	1988-1990
Antonio Colatino Ferreira	1988-1990
Magno de Carvalho Costa	1988-1990
José Valtécio Brandão Filho	1988-1990
Maurício Sabino Rocha Diretor	1988-1990
Carlos Augusto Gomes de Almeida	1988-1990
Leda Vasconcelos Carvalho	1988-1990
Enéas Ramos de Oliveira	1988-1990
José Luiz Sundermann	1988-1990
Tereza do Rocio Alves Américo	1988-1990
José Flávio Ávila	1988-1990
Vânias Galvão Carvalho	1991-1993
Pedro Alcântara Moreira	1991-1993
Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão	1991-1993
Honório Rocha	1991-1993
Glauro Rabelo de Albuquerque	1991-1993
Fernando Mammori	1991-1993
Magno de Carvalho Costa	1991-1993
Maurício Sabino Rocha	1991-1993
Nivaldo Queiroz de Souza	1991-1993
José Edvaldo Rosas	1991-1993
Alice Mazzucco Portugal	1991-1993
Lenin dos Santos Pires DN	1991-1993
Nilton Ferreira Brandão - DN	1991-1993
Leda Vasconcelos de Carvalho - DN	1991-1993
José de Araujo Lima - DN	1991-1993
Irany Campos - DN	1991-1993
Flávio J. Tonelli Vaz - DN	1991-1993
Jenival Alves Ribeiro - DNCarlos	1991-1993
Fernando Maldonado Oliveira - DN	1991-1993
Apolinário Alves Filho - DN	1991-1993
Cristiano Zenside Paiva - DN	1991-1993
Jose Luiz Sundermann ^a - DN	1991-1993
Flávia Nathália G. Rosa - DN -	1991-1993
José Eugênio J. Silva ^a DN	1991-1993
William Augusto Menezes - DN	1991-1993
Waldevino Mateus Basílio - DN	1991-1993
Carlos A.G. Almeida - DN	1991-1993
Eduardo A. Moura - DN	1991-1993
José Francisco M. Lima - DN -	1991-1993
José Luiz Sanz de Oliveira - DN	1991-1993
Lúcio Benedito da Silva - DN	1991-1993
Rogério de Araujo Jorge - DN -	1991-1993
Marcio Flavio dos Reis - DN	1991-1993
Vicente José de Lima Neto - DN	1991-1993
Almir Trindade Souza - DN	1991-1993
Marionaldo da Costa Ferreira - DN	1991-1993
José Luiz Pio Romero - DN	1991-1993

José Mauro Cassimiro - DN	1991-1993
José Vitorino Zago - DN	1991-1993
Mauro José Monteiro de Souza -DN	1991-1993
Antonio Lopes - DN	1991-1993
Nelson Almeida Silva Filho- DN	1991-1993
Manoel Apolinário Filho - DN	1991-1993
Paulo R. Barbieri - DN	1991-1993
Edval A. Goes - DN	1991-1993
Waldir Carneiro Espindola * - DN	1991-1993
Maria Matilde Zraik -DN	1991-1993
José Luiz Borges - DN	1991-1993
Carlos Humberto Corren	1991-1993
Saulo Rodrigues Leite Penteado	1991-1993
Maria do Carmo Barreto de Sá	1991-1993
João Raimundo Mendonça de Souza	1991-1993
Edir Veiga Siqueira	1991-1993
Fernando Stephan Marroni	1993-1995
José Edvaldo Rosas	1993-1995
Rogério Fagundes Marzola	1993-1995
Almir Trindade Souza	1993-1995
Nílvedo Queiroz	1993-1995
Hilbert David de Oliveira Souza	1993-1995
José Maria Moreira Castro	1993-1995
Cristiano Zenaide Paiva	1993-1995
José Luis Pío Romero	1993-1995
Apolinário Alves Filho DN	1993-1995
Fátima dos Reis - DN	1993-1995
Manoel Apolinário Filho	1993-1995
Nelson Almeida e Silva Filho - DN	1993-1995
Afonso de Souza - DN	1993-1995
Moacyr Selmo Magalhães DN	1993-1995
Silvana Maria Pereira DN	1993-1995
Vladimir Fraça da Silva DN	1993-1995
José Francisco Morais de Lima - DN	1993-1995
Magno de Carvalho Costa - DN	1993-1995
Francisca Nascimento de Albuquerque - DN	1993-1995
Miriam Paz Garcez Marroni	1993-1995
Rogério Araújo Jorge DN	1993-1995
Claudio de Souza Bezerra DN	1993-1995
Lêia de Souza Oliveira DN	1993-1995
José Luis Sundermann - DN	1993-1995
José Serafim da Costa Francisco DN	1993-1995
Tânia Maria Flores DN	1993-1995
João Bosco Araújo	1993-1995
José Mauro Cassimiro	1993-1995
Maria do Rosário de Fátima M. Silva	1993-1995
Edival Antonio de Góis	1993-1995
Eduardo Almeida de Moura	1993-1995

Apêndice E

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido das entrevistas realizadas

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG(E)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado João Batista Oliveira de Araújo,

Gostamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL (FASUBRA) (1978-2006)". Este estudo tem como objetivo reconstruir uma parte da história da educação brasileira e analisar questões que permeiam as transformações ocorridas nesse período estudado.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e desenvolvimento profissional docente no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com pessoas que estavam envolvidas com essa entidade no período estudado, sendo dirigentes sindicais ou outros tipos de envolvimento que possam contribuir de forma qualitativa na reconstrução desse momento da educação brasileira. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

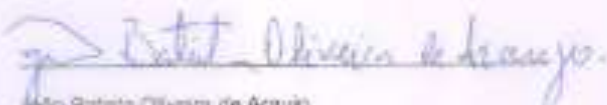
Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através da total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. As gravações em áudio serão usadas unicamente para organização, tratamento e análise das informações pelo pesquisador e utilizadas somente para esta pesquisa em questão. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloque a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-98554-9507 ou e-mail: vivi_freitas13@yahoo.com.br

Carlos Bauer e Viviane Freitas, responsáveis por esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL (FASUBRA) (1978-2006)". Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo mencionado.

Respeito que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.


João Batista Oliveira de Araújo.

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Claudionor Brandão,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL [FASUBRA] (1978-2006)". Este estudo tem como objetivo reconstruir uma parte da história da educação brasileira e analisar questões que permeiam as transformações ocorridas nesse período estudado.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e desenvolvimento profissional docente no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com pessoas que estavam envolvidas com essa entidade no período estudado, sendo dirigentes sindicais ou outros tipos de envolvimento que possam contribuir de forma qualitativa na reconstrução desse momento da educação brasileira. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

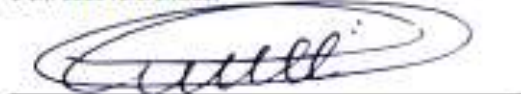
Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através da total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. As gravações em áudio serão usadas unicamente para organização, tratamento e análise das informações pelo pesquisador e utilizadas somente para esta pesquisa em questão. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-98554-9507 ou e-mail: vivi_freitas13@yahoo.com.br

Carlos Bauer e Viviane Freitas, responsáveis por esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL [FASUBRA] (1978-2006)". Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo mencionado.

Resalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizadas, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Concorro voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.



Claudionor Brandão

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Bernadete de Loides Rodrigues de Menezes

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL [FASUBRA] (1978-2006)". Este estudo tem como objetivo reconstruir uma parte da história da educação brasileira e analisar questões que permeiam as transformações ocorridas nesse período estudado.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e desenvolvimento profissional docente no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com pessoas que estavam envolvidas com essa entidade no período estudado, sendo dirigentes sindicais ou outros tipos de envolvimento que possam contribuir de forma qualitativa na reconstrução desse momento da educação brasileira. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através da total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. As gravações em áudio serão usadas unicamente para organização, tratamento e análise das informações pelo pesquisador e utilizadas somente para esta pesquisa em questão. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-98554-9507 ou e-mail: vivi_freitas13@yahoo.com.br

Carlos Bauer e Viviane Freitas, responsáveis por esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo "HISTÓRIA E PROJETOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL [FASUBRA] (1978-2006)". Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo mencionado.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Bernadete de Loides Rodrigues de Menezes